



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras**

Maria Juliana da Silva Medina

**TRÊS FACES DE HAROLDO MARANHÃO:
O LEITOR, O JORNALISTA, O ESCRITOR**

Belém
2010

**Universidade Federal do Pará
Instituto de Letras e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Letras**

Maria Juliana da Silva Medina

**TRÊS FACES DE HAROLDO MARANHÃO:
O LEITOR, O JORNALISTA, O ESCRITOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras da Universidade Federal do Pará Área de concentração Estudos Literários, no âmbito da linha de pesquisa Leitura e Recepção da Literatura no Brasil.

Orientadora: Prof^a Dr^a Valéria Augusti.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA

Medina, Maria Juliana da Silva, 1956-

Três faces de Haroldo Maranhão : o leitor, o jornalista, o escritor / Maria Juliana da
Silva Medina ; orientadora, Valéria Augusti. --- 2010.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2010.

1. Maranhão, Haroldo, 1922- Crítica e interpretação. 2. Escritores
brasileiros. I. Título.

CDD-20. ed. 807

Maria Juliana da Silva Medina

TRÊS FACES DE HAROLDO MARANHÃO:
O LEITOR, O JORNALISTA, O ESCRITOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, como requisito para obtenção do grau de mestre na área de Letras, área de concentração Estudos Literários, no âmbito da linha de pesquisa Leitura e Recepção da Literatura no Brasil.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Valéria Augusti (Orientadora) – Universidade Federal do Pará

Profª Drª Germana Sales (Membro) – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Aníbal Bragança (Membro Externo) – Universidade Federal Fluminense

Apresentado em: __/__/__

A minha mãe (*in
memoriam*), ao meu pai e
aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado em Letras, pelos conhecimentos partilhados, em especial a minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Valéria Augusti.

Aos membros da banca examinadora.

Aos membros da banca de qualificação.

Aos colegas da Coordenação de Línguas Estrangeiras da Escola de Aplicação da UFPA pela liberação para a conclusão desta dissertação.

Aos amigos e colegas do curso de Mestrado.

A bibliotecária Rejane Santos da biblioteca do ILC pela orientação na normalização deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna, especialmente a Carmelinda Cruz (Carmen), a Filomena Buenano, a Ruth Vasconcelos, a Edilza Maria dos Santos Moraes e a Madeleine Bedran (Madi).

A Haroldo Paulo Maranhão, Lúcio Flávio Pinto, Cláudio Luiz da Silva, Rogério de Campos Teixeira, Cleuma Nascimento, Rosa Assis e Benno Pokorni.

Aos meus filhos.

Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos [...] é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque dos possíveis inicialmente compatíveis, marca uma etapa de *envelhecimento social* que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida. (BOURDIEU, 1996)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Correspondência de Cláudio Giordano.....	40
Figura 2:	Nota publicada na Folha de São Paulo.....	46
Figura 3:	Selo da Livraria D. Quixote	84
Figura 4:	Correspondência de Cláudio Giordano	115
Quadro 1:	O tetraneto del-rei.....	138
Quadro 2:	As peles frias.....	141
Quadro 3:	Os anões.....	143
Quadro 4:	Dicionarinho maluco.....	146
Quadro 5:	Dicionarinho maluco.....	148
Figura 5:	Carta do leitor Fernando de Jesus Gurjão Sampaio Neto.....	151
Quadro 6:	O começo da Cuca	155
Figura 6:	Carta da leitora Maíra Urbano Neta.....	167
Quadro 7:	A árvore é uma vaca.....	168
Figura 7:	Carta de Fanny Abramovich.....	172
Quadro 8:	Quem roubou o bisão?.....	179
Quadro 9:	Rio de raivas.....	181
Figura 8:	Ilustração de Célia Seybold para o livro A porta mágica.....	186
Figura 9:	Ilustração de Célia Seybold para o livro A porta mágica	187
Figura 10:	Ilustração de Célia Seybold para o livro A porta mágica.....	188
Figura 11:	Carta do leitor José Wellison.....	193
Quadro 10:	Cabelos no coração.....	248
Figura 12:	Carta de Haroldo Maranhão à leitora Alessandra de Souza Pereira.....	254

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo discutir parcela da trajetória do escritor Haroldo Maranhão (1927-2004), revelada à luz dos documentos pertencentes ao seu arquivo pessoal. O estudo se organiza tendo em vista três perspectivas: o Haroldo Maranhão leitor, possuidor de um acervo bibliográfico acumulado ao longo de anos, o Haroldo Maranhão jornalista, nascido e formado profissionalmente no seio de um clã que por meio século esteve à frente de um dos jornais mais influentes da capital paraense, a *Folha do Norte*, e o Haroldo Maranhão escritor, em seus freqüentes embates com as práticas que regem a lógica do mundo editorial.

Palavras-chave: Biblioteca privada. *Folha do Norte*. Mercado editorial. Biografia. Rede de sociabilidades.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to discuss part of the trajectory of the writer Haroldo Maranhão (1927-2004) through documents found in his personal archives. The study is organized according to three perspectives: Haroldo Maranhão as a reader, owner of a large bibliographic collection; Haroldo Maranhão as a journalist, member of a family that for 50 years led one of the most influential newspapers of the State of Para (Brazil), the *Folha do Norte*, and Haroldo Maranhão as a writer, in his constant struggles against the consolidated editorial practices.

Key words: Privet library. Folha do Norte. Editorial market. Biography. Sociability network.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
		22
1	A VENDA DA BIBLIOTECA.....	
		63
2	A FOLHA DO NORTE E O CLÃ MARANHÃO.....	
		128
3	O ESCRITOR E SUAS RELAÇÕES COM AS EDITORAS.....	
		251
	CONCLUSÃO.....	
		255
	REFERÊNCIAS.....	

INTRODUÇÃO

O presente estudo nasceu do desejo de investigar a biblioteca privada do escritor Haroldo Maranhão (1927-2004), escolhida dentre as 21 disponíveis no setor de obras raras da Biblioteca Arthur Viana, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – FCPTN, em virtude da trajetória profissional do seu proprietário, intimamente ligada ao universo da literatura. Composta por cerca de 6.000 volumes, a biblioteca do escritor paraense integra a Coleção Haroldo Maranhão, que reúne seu acervo pessoal, compreendido aqui, segundo definição de Laurent Vidal, como “o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica.”¹

A pesquisa pretendia reunir elementos que possibilitassem a compreensão da relação do possuidor com seus livros, vislumbrando as práticas de leitura do escritor paraense, inserindo-as num contexto mais amplo da história do livro e da leitura. Neste sentido, as intervenções, as dedicatórias, os sinais de manuseio e as notas à margem dos livros seriam as marcas observáveis e legíveis capazes de revelar um pouco sobre o leitor que percorreu aquelas páginas. Também seriam consideradas reveladoras a formação, a composição e a organização do acervo, porque pressupõem escolha, seleção, eleição, exclusão, que por sua vez revelam preferências, interesses, afinidades. O instrumento de pesquisa, elaborado exclusivamente para a coleta dos dados, constituiu-se numa ficha na qual seriam arrolados todos os volumes, com campos destinados ao título da obra, autor, gênero, local de edição, editora, endereço da editora, ano de edição, volumes, idioma, formato, número de páginas, anotações na marginalia, e observações quanto ao estado de conservação de cada um dos exemplares.

Considerando a existência de quase 6.000 livros, cujo único registro era uma listagem dos títulos manuscrita a lápis e sendo necessário eleger um *corpus* menos amplo, a opção recaiu sobre a prosa de ficção, no gênero romance, por ser também um dos campos de atuação bastante representativo do autor Haroldo Maranhão. Restringido o campo e iniciada a pesquisa, foi necessário percorrer um a um todos os volumes, porque o acervo,

¹ VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. Revista *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, 15 abr. 2007, p. 14.

embora mais ou menos agrupado por critério temático, não havia ainda sido organizado de modo a permitir a consulta apenas aos romances.

Isso porque desde que fôra transportado do Rio de Janeiro para Belém, onde foi submetido a processo de desinfecção², o acervo foi abrigado na sala Haroldo Maranhão, à espera dos processos de higienização, referenciação e catalogação. Ali os livros foram listados, amarrados em lotes de tamanhos regulares de cerca de dez volumes cada e arranjados em estantes, com exceção daqueles que não deixavam dúvidas quanto à sua raridade e, imediatamente reconhecidos como tal, foram encaminhados ao cofre, na sala contígua. Como não se tratou de triagem sistemática, muitas outras obras raras, não reconhecíveis ao primeiro olhar, ficaram junto ao restante do acervo à espera do tratamento que só começou após alguns dias do início dessa pesquisa, e consistiu no remanejamento do acervo, que se encontrava na sala Haroldo Maranhão, para junto das demais coleções que compõem o setor de obras raras, como a de Justo Chermont, de Magalhães Barata, e a do Conselho Estadual de Cultura³, na qual estão os livros que pertenceram à biblioteca de Paulo Maranhão⁴, avô de Haroldo Maranhão. Ali, passaram a ser referenciadas, ficando destinado o local onde antes se encontravam à consulta dos usuários.

² Ao chegar a Belém, em 2001, transportado do Rio de Janeiro, onde desde a década de 1960 vivia seu proprietário, o acervo foi submetido a fumigação, realizada em junho de 2001, pela empresa Protection Controle Ambiental Ltda. – ME, do município de Ananindeua, Pará, que emitiu o Certificado nº 0010/01, assinado pelo agrônomo José Laércio Silva, que atesta: “Atestamos, para os devidos fins, que a Empresa FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES, localizada à Av. Gentil Bittencourt, nº 650 – Belém – Pa, recebeu na data de 06 de julho de 2001 toda a assistência técnica durante a Fumigação/Expurgo em salas conjugadas, contendo acervo de obras raras (livros). Obs.: A operação de Expurgo/Fumigação utilizou produto à base de Fosfato de Alumínio, na dosagem de 10 comprimidos de 0.6 g/M³ de ambiente, por um tempo de exposição de 72 horas. Após esse tempo será feita a aeração, remoção dos avisos de perigo e liberação do ambiente.” Conforme cópia do Certificado de Fumigação nº 0010/01, pertencente ao arquivo da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Viana – GBPAV.

³ A transferência da biblioteca do Conselho Estadual de Cultura, denominada *Biblioteca Orlando Bitar*, para a Biblioteca Arthur Viana, com a conseqüente incorporação do acervo, foi aprovada por maioria de votos em sessão ordinária do CEC, realizada no dia 2 de fevereiro de 1999 em sua sede, à época na Avenida Nazaré, 31. Entre as razões alegadas, conforme a ata da sessão, disponível nos arquivos do órgão, estavam “as de ordem administrativa que impedem a alocação de pessoal especializado para o tratamento técnico do acervo, que por falta de manutenção corre sério risco de perdas irreversíveis, assim como impossibilitam adequar e equipar convenientemente o espaço físico destinado à guarda e à exposição do referido acervo”. Outro motivo apontado foi “a baixa freqüência de consulentes, não obstante as medidas implementadas, para que houvesse uma maior utilização da biblioteca do órgão”. Votaram contrariamente à transferência do acervo os conselheiros Maria Annunciada Ramos Chaves e Otávio Mendonça. Os demais conselheiros, Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, Augusto Rodrigues Correa, Clóvis Silva de Moraes Rêgo, Dom Vicente Zico, Salomão Larêdo, João de Jesus Paes Loureiro e Gilberto Chaves, votaram favoravelmente, com a ressalva de que a identidade da *Biblioteca Orlando Bitar* deveria ser mantida. Atualmente, o Conselho Estadual de Cultura funciona no térreo do edifício do Centur, mesmo edifício que abriga a Biblioteca Arthur Viana.

⁴ Em *Querido Ivan*, Haroldo Maranhão relata os detalhes da dilapidação silenciosa que a biblioteca do avô vinha sofrendo no local onde se encontrava precariamente depositada desde que foi vendida ao grupo Liberal como parte do patrimônio da *Folha do Norte*. Tendo reavido o acervo, Haroldo Maranhão resolveu doá-lo à

Não há como se afirmar que o modo como o acervo estava disposto refletisse a organização adotada por Haroldo Maranhão. No entanto, a existência de um relativo agrupamento por afinidades temáticas indicava, ainda que remotamente, que ou os livros foram assim arranjados para efeito de venda ou eram assim acondicionados pelo próprio Haroldo Maranhão desde quando há alguns anos passou a guardá-los em caixas.

Por outro lado, mesmo que fossem ecos da biblioteca tal como a concebia seu proprietário, seria improdutivo procurar o “desenho” segundo o qual ele organizava seus livros, um dos propósitos da pesquisa, pois concomitantemente com o início da coleta de dados, em meados de abril de 2009, iniciaram-se os trabalhos de referenciação das obras, com a conseqüente manipulação, reordenamento e realocação do acervo em outra sala, prejudicando uma “leitura” da feição da biblioteca.

Em meio ao trânsito de uma sala para outra, o instrumento de pesquisa foi alimentado com os dados coletados acerca dos romances que integram a biblioteca, produzindo uma grande quantidade de informações que, afinal, só viriam a ser utilizadas episodicamente, em virtude da completa mudança de rumos deste estudo, motivada por duas razões principais: 1. A verificação, após o arrolamento dos títulos, de que boa fatia dos volumes do gênero haviam pertencido à mulher do escritor, Maria da Glória de Souza, pois estavam dedicados a ela por amigos ou simplesmente assinados e datados por ela, o que exigiria um novo esforço interpretativo: os livros haviam sido lidos também por ele? ou ele apenas os guardou após a morte da mulher, em 1967? 2. A constatação de que o arquivo pessoal do escritor, cujo conteúdo, a princípio, teria caráter acessório na compreensão do Haroldo Maranhão leitor, revelava outras possibilidades de estudo e passava a ocupar o centro do interesse, numa inversão da proposta original.

Afinal, o que havia na Coleção Haroldo Maranhão era bem mais do que os 5.880 títulos do acervo bibliográfico. Era o resultado de tudo o que o escritor paraense havia amalhado ao longo da existência em termos de patrimônio documental. Haroldo Maranhão guardava tudo: diplomas, medalhas, desenhos, recortes, gravuras, fotografias, cartões

Biblioteca Orlando Bitar, do Conselho Estadual de Cultura, conforme documento pertencente aos arquivos da entidade, datado de 27 de janeiro de 1982: “Formalizando entendimento verbal nosso, venho manifestar-lhe a minha decisão, que por este meio se efetiva, de doar a essa Entidade o que restou da Biblioteca de meu avô, João Paulo de Albuquerque Maranhão, doação pura e simples, para todos os fins de direito. Estou certo de que o Conselho que V.Sa. superiormente dirige é hoje, no Pará, a entidade representativa da cultura intelectual, credenciando-se, pela atuação zelosa de seus dignos componentes, a receber o espólio bibliográfico de meu avô e a dar-lhe, dispondo-o em lugar condigno, a destinação de patrimônio cultural coletivo. Muito atenciosamente, Haroldo Maranhão.”

postais, a correspondência, que trocou assiduamente com um numeroso grupo de amigos, célebres ou anônimos - longas cartas ou bilhetes rabiscados apressadamente -, e toda sorte de outros documentos, como procurações, cópias de testamentos, recibos, contratos de edição, documentos pessoais, e até, bem acondicionadas e colecionadas em um envelope, as perguntas escritas em pedaços de folhas de caderno que lhe foram encaminhadas quando palestrou para estudantes às vésperas do vestibular no ano em que um de seus livros, *A porta mágica*, foi leitura obrigatória para o processo seletivo da Universidade Federal do Pará - UFPA, em 1989. Ao mesmo tempo em que mantinha rigorosamente tudo o que recebia, Haroldo Maranhão costumava ter cópia de tudo o que escrevia em caráter oficial, e de parte do que escrevia em caráter privado, documentação farta, capaz de permitir uma interpretação acerca de certos aspectos de sua vida.

A história do escritor paraense se revelava, assim, sob uma nova perspectiva, a ser vazada sob o prisma da análise documental e filtrada pela concepção de trajetória de que fala Pierre Bourdieu. Concebendo o campo literário como um “*meio* no sentido newtoniano”⁵, no qual forças de atração e repulsão se exercem umas sobre as outras, Pierre Bourdieu defende, em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, que uma análise científica, longe de ameaçar, reduzir ou destruir a singularidade da experiência literária, intensifica-a. Tal análise vai além da simples reconstrução de uma “realidade” social suscetível de ser apreendida no visível, no sensível e no concreto da vida cotidiana. A seu ver, trata-se de “construir sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis”⁶. Nesse sistema de relações, sujeito a leis muito próprias e particulares, porque fundado sobre uma “economia às avessas”⁷, a do mercado dos bens simbólicos, o autor encontra-se “englobado e incluído como um ponto”:

Conhecer como tal esse ponto do espaço literário, que é também um ponto a partir do qual se forma um ponto de vista singular sobre esse espaço, é estar em condições de compreender e de sentir, pela identificação mental com uma posição construída, a singularidade dessa posição e daquele que a ocupa, e o esforço extraordinário que [...] foi necessário para a fazer existir.⁸

⁵ BORDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 24.

⁶ Id. p. 14

⁷ Id. p. 162.

⁸ Id. p. 15.

Tomar de empréstimo a metáfora de Bordieu (1996), que por sua vez a tomou do mundo da Física e a aplicou ao estudo da emergência do campo literário na França da segunda metade do século XIX através da análise principalmente de *A educação sentimental* de Flaubert, implica, naquilo que cabe a este caso, conhecer o ponto do espaço literário ocupado por Haroldo Maranhão, confrontando-o, e à sua obra, com esse universo de forças que agem umas sobre as outras, e a partir dele identificar e compreender um ponto de vista singular sobre esse espaço, ou seja, a posição que o escritor paraense construiu, ocupou e ocupa no interior de um sistema complexo que se movimenta segundo a lógica das forças condicionantes que estruturam o campo e determinam escolhas, disposições, tomadas de posição, crenças, posições politicamente engajadas ou neutras.

No entanto, da mesma forma que o acervo bibliográfico, também os arquivos haviam sofrido apenas uma classificação superficial, acomodados em caráter provisório parte na sala Haroldo Maranhão e parte no Gabinete da Presidência da instituição, segundo critérios que parecem ter sido separar o que é de natureza pública do que é de natureza privada. Tanto o critério, se terá sido mesmo esse, como a separação que ele ensejou, estabeleceram dois grandes grupos de documentos.

No primeiro grupo, dos documentos considerados de natureza “pública”, foram reunidos contratos e prestações de contas das editoras, cópias de testamentos, material de pesquisa, correspondências oficiais, documentos relacionados a eventos literários, recibos, fotografias, recortes e qualquer documento escrito em papel timbrado, donde pelo menos um equívoco se revelou: a carta escrita em 1963 por Paulo Maranhão ao filho Clóvis, de natureza personalíssima e familiar, escrita em papel da *Folha do Norte*. O acesso a esses documentos, guardados em várias pastas nas gavetas de dois armários de aço da Sala Haroldo Maranhão, foi franqueado desde o início.

O acesso ao segundo grupo, contendo correspondência de natureza “pessoal”⁹, foi, a princípio, terminantemente negado. Diante da recusa, foi encaminhada solicitação formal via ofício nº 08/2009 – CML, de emissão do Coordenador do Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal do Pará - UFPA, Professor Doutor Sílvio Augusto de Oliveira Holanda, datado de 06 de maio de 2009. A resposta ao pleito, atendido em parte, só foi

⁹ Até o mês de agosto de 2009, toda a correspondência de caráter “pessoal” se encontrava na sala da Presidência da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, e parte dela só foi liberada por força de solicitação formal, após uma triagem que estabeleceu o que poderia e o que não poderia ser consultado.

informada ao emitente dois meses e meio depois, em 22 de julho de 2009, através do ofício nº 586/2009 – FCPTN – GAPRES, nos seguintes termos:

[...] informamos a Vossa Senhoria a possibilidade de atendimento do pleito a partir do dia 10 de agosto de 2009. O pleito poderá ser atendido no que concerne às correspondências entre o escritor Haroldo Maranhão e outros escritores, excluindo as missivas referentes à vida pessoal do referido escritor, por motivo de ética e em respeito às pessoas envolvidas, que encontram-se vivas.¹⁰

Diante de tais variáveis, com parte do arquivo interdita e parte franqueada, e tendo em vista o tempo decorrido entre a formalização do pedido e a data permitida para a consulta, posto que os documentos que se encontravam na Presidência da instituição foram submetidos ainda a uma triagem prévia a fim de identificar e separar o que poderia ser visto, foi necessário estabelecer novas estratégias metodológicas, pois ainda assim o acervo era bastante extenso. A leitura, separação, classificação e análise de tal volume e variedade documental exigia uma solução que permitisse a continuidade do trabalho além dos horários de funcionamento da biblioteca e a saída encontrada foi fotografar o conteúdo dos arquivos. Mas a menos que se pretendesse produzir uma tal quantidade de imagens que tornasse impossível um trabalho minimamente organizado, optou-se por fotografar apenas parte do acervo liberado para consulta, privilegiando aqueles aspectos que - já se intuía - tornar-se-iam o suporte documental deste estudo. Mesmo o registro parcial, porém, resultou num arquivo de cerca de 5.000 fotografias, que representam, no fim das contas, uma fatia ínfima do todo. Do material recolhido e selecionado – desnecessário dizer que grande parte não chegou a ser utilizada -, a trajetória de Haroldo Maranhão desenhou-se sobre três eixos principais nos quais se organiza este trabalho, que terá: 1. a reconstituição das etapas que culminaram com a venda da sua biblioteca para o Estado do Pará; 2. um levantamento biográfico, no qual se pretende conhecer e dar a conhecer um pouco da trajetória do jornalista, escritor e missivista Haroldo Maranhão, que se inscreve no interior do clã Maranhão, conforme estava previsto desde a proposição do presente estudo; 3. uma investigação acerca de suas relações não raro conflituosas com as editoras pelas quais publicou seus livros.

¹⁰ Ofício n. 586, de 22 de julho de 2009, de emissão de Gerson Banhos Silva de Araújo, pelo GABINETE DA PRESIDÊNCIA da FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES.

O capítulo inicial, que trata da venda da biblioteca, foi-se desenhando quase espontaneamente, à medida em que aqui e ali, em meio à massa de documentos, surgiam correspondências tratando da negociação do acervo, e que de certa forma respondiam a um problema que se colocou desde os primeiros momentos desta pesquisa. Afinal, era voz corrente entre os funcionários dos vários setores da Biblioteca Arthur Vianna que o processo de negociação do acervo havia sido difícil e teria deixado o escritor descontente e magoado. Por que magoado? Ao fim e ao cabo, foi possível reunir num só conjunto a correspondência que permitiu rastrear toda a negociação envolvendo a venda da biblioteca, que vinha desde cerca de 15 anos antes da concretização do negócio com o Estado do Pará e a Companhia Vale do Rio Doce e intuir a resposta a essa questão. A par disso, os esforços para a venda da biblioteca também dão visibilidade à mobilização de amigos e conhecidos e trazem à tona uma rede de contatos que se espalhou pelos quatro cantos do mundo.

No segundo capítulo, por meio de um levantamento biográfico, busca-se traçar a trajetória de Haroldo Maranhão, como já se pretendia desde a proposta inicial deste estudo. Mas ao contrário das biografias tradicionais, interessa-nos aqui investigar a trajetória de Haroldo Maranhão na perspectiva que sugere Bourdieu, ou seja, não como uma série única de acontecimentos sucessivos, mas sim como uma maneira singular de percorrer o espaço social, em que “cada deslocamento para uma nova posição implica na exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis, e com isso o fechamento irreversível do leque dos possíveis [...] que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida”¹¹.

Para isso, lança-se mão de memórias do próprio Haroldo Maranhão e de seus contemporâneos, como Benedito Nunes, o amigo mais próximo e o mais pródigo em lembranças, e de outros de gerações mais recentes, caso do jornalista Lúcio Flávio Pinto, do poeta Age de Carvalho, entre outros, encontradas em entrevistas, depoimentos, notícias e cartas, além dos documentos encontrados nos arquivos. A história necessariamente retrocederá à figura emblemática do avô, o jornalista João Paulo d’Albuquerque Maranhão, ou simplesmente Paulo Maranhão, e à história da *Folha do Norte*, diário que pertenceu à família, em torno do qual se desenhou grande parte da trajetória do clã, inclusive a iniciação profissional de Haroldo Maranhão. Tal recuo, enfocando a história do clã

¹¹ BOURDIEU, Pierre. p. 292.

Maranhão, constituído à sombra do patriarca e da sua *Folha do Norte*, se justifica pelo fato de que o velho jornalista e seu diário viperino dominaram a cena jornalística em Belém do Pará por meio século. A importância do jornal nos destinos dos Maranhão e da cidade é tão determinante, que em ambos os livros preferencialmente solicitados neste estudo, o livro epistolar *Querido Ivan* e o romance *Rio de raivas*, a *Folha do Norte* é mais que o pano de fundo a ambientar a escrita: a “máquina de moer ossos”¹² é antes uma personagem que, pelas mãos de Paulo Maranhão, seu diretor, durante as seis décadas em que movimentou suas engrenagens “cravava as unhas na carne das pessoas arrancando-lhes pedaços, com ferocidade das hienas hidrófobas”¹³.

Embora de natureza diversa, *Querido Ivan* e *Rio de raivas* trazem à tona, cada um à sua maneira, uma grande carga histórico-biográfica e são complementares na medida em que aquilo que um nega – ou deixa de revelar, o outro oferece aos olhos do leitor. É assim que ambos serão tomados, um em relação ao outro, um preenchendo as lacunas e insuficiências deixadas pelo outro¹⁴. *Querido Ivan*, editado em Belém em 1998 pelo Jornal Pessoal, reúne uma série de 21 cartas diárias escritas por Haroldo Maranhão ao irmão, também jornalista, nos dias que antecederam a sua morte, ocorrida em 16 de abril de 1993, aos 64 anos. Em *Rio de Raivas*¹⁵, romance editado pela editora carioca Francisco Alves em 1987, Haroldo Maranhão deu estatuto ficcional à história da cidade, da família e do jornal, inserindo-os no ambiente político da época em que Magalhães Barata, um dos grandes desafetos do avô, governou o Estado do Pará,

Por fim, no terceiro capítulo, o foco recairá sobre o conteúdo de seu arquivo pessoal, naquilo que concerne às relações (não raro conflituosas) de Haroldo Maranhão com as editoras pelas quais publicou seus livros. “O livro começa com uma idéia na cabeça e termina como objeto nas livrarias”¹⁶, afirmam Marisa Lajolo e Regina Zilberman, e entre uma ponta e outra do processo há uma série de operações e profissionais mobilizados para fazer chegar às mãos do leitor o produto final materializado no objeto livro.

¹² Modo como Paulo Maranhão caracterizava o jornal, em *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 39. A mesma expressão será usada por Palma Cavalão em *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 219.

¹³ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. p. 30

¹⁴ LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Organizado por Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 43. Para Lejeune, as lacunas e insuficiências, muitas vezes propositais, deixadas pelo gênero autobiográfico funcionam como um mapa, um roteiro, a guiar o leitor na direção daquilo que deve ser buscado como verdadeiro nos romances.

¹⁵ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de Raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.

¹⁶ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996, p. 61. Série Temas, v. 58.

O livro, suporte físico de um saber, mas também objeto industrializado submetido à compra e venda, vale dizer mercadoria, é parte integrante, até essencial, dos mecanismos econômicos próprios ao capitalismo. Assume marcas da sociedade burguesa ao se transformar em propriedade privada; neste caso, contratos de edição e impressão, meios de distribuição e venda, regras de tradução e condensação constituem operações que visibilizam a dimensão econômica do processo inteiro que se abre com um original e desemboca num livro.¹⁷

O interesse pelo estudo da história dos livros, assinala Robert Darnton, “não começou ontem”¹⁸. O autor situa suas origens na Renascença, desde a invenção dos tipos móveis reutilizáveis de Gutenberg, no século XV, “se não antes”, tendo tomado caráter mais sistemático no século XIX, com o advento do capitalismo industrial do século XIX, que inseriu o livro, definitivamente, no rol dos bens consumíveis pela sociedade burguesa. Nas últimas décadas, contudo, uma nova corrente de historiadores surgida na França e o aporte de disciplinas tributárias alargaram consideravelmente sua área de interesse, que se tornou um campo de estudos rico e diversificado. “Tão rico, de fato, que agora, mais do que um campo, parece uma exuberante floresta tropical”¹⁹, afirma Darnton. Assim, diante da exuberância de possibilidades, como constatou no estudo que empreendeu acerca da história da publicação da Enciclopédia de Diderot, em *O iluminismo como negócio*, ao pesquisar os registros da Société Typographique de Neuchâtel, uma das mais importantes editoras de livros franceses no século XVIII, “a profusão de informações pode aniquilar o pesquisador”, mas em contrapartida, “[...] um punhado de cartas de um livreiro é capaz de revelar mais do que uma monografia inteira sobre a atividade livresca”²⁰.

Editar, já vimos, não é uma tarefa de um homem só. A cadeia de relações que se estabelece desde a idéia na cabeça de quem fala Lajolo e Zilberman até o *feedback* do leitor, comum ou especializado, é a face concreta da literatura passível de recuperação e análise.²¹ Foi em busca dessa face visível e concreta das relações de Haroldo Maranhão com seus editores que nos debruçamos sobre os seus arquivos, à procura dos traços recuperáveis

¹⁷ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996, p. 60. Série Temas, v. 58.

¹⁸ A respeito das origens da história dos livros e da moderna constituição da disciplina ver DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁹ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 111.

²⁰ _____. *O iluminismo como negócio*: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15.

²¹ LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996, p. 60. Série Temas, v. 58.

encontrados “num punhado de cartas” (e contratos e demais documentos concernentes à edição de seus livros).

Embora incompleta e heterogênea, a documentação encontrada no arquivo fornece pistas valiosas para reconstruir boa parcela da trajetória editorial do escritor. A consulta e a análise dessa documentação, no entanto, revelou alguns problemas. O primeiro, fruto da classificação que separou em dois grandes grupos tudo o que havia no acervo de Haroldo Maranhão - com exceção do acervo bibliográfico e das obras de arte -, que pôs de um lado os documentos considerados de natureza pública, e de outro os de natureza privada. Foi necessário, assim, consultar um universo de documentos do primeiro grupo, para dele separar apenas o que respeitava às edições dos livros. Dessa primeira triagem resultou uma considerável massa documental que foi então separada livro a livro e disposta cronologicamente, arranjo que evidenciou inconsistências e descontinuidades: ao mesmo tempo em que há livros sobre os quais há documentação farta, há outros sobre os quais nada há ou há muito pouco. Porém, mesmo aqueles profusamente documentados apresentam alguns complicadores: ora lacunas devidas simplesmente à inexistência de um ou outro documento, ou ainda a documentos ilegíveis - seja pela ação do tempo, seja pela precariedade da cópia ou das condições de armazenamento ou ainda pela própria natureza do documento, como alguns faxes cuja leitura não é mais possível, prejudicando a fidelidade da reconstituição -, ora o excesso de documentos em duplicidade, que mais do que contribuir para o esclarecimento de uma situação, turba a possibilidade de compreensão. Não é impossível também que documentos tenham restado inadvertidamente misturados ao bloco cuja consulta não foi permitida. Ocorre ainda, embora bem mais raramente, haver compartilhamento de informações sobre dois livros diferentes num único documento quando publicados por uma mesma editora, caso, por exemplo, de *As peles frias* e *O tetranelo del-rei*, da Francisco Alves.

Outro complicador é que a grande maioria dos livros de Haroldo Maranhão, com exceção dos dois últimos, foi publicada em um período em que o país, fruto da instabilidade econômica, teve oito moedas diferentes. Com efeito, quando o primeiro livro foi publicado, em 1968, vigorava o cruzeiro, ao qual se sucederam o cruzeiro novo, novamente o cruzeiro, o cruzado, o cruzado novo, mais uma vez o cruzeiro, o cruzeiro real e, a partir de 1994, o real. Por fim, dado que as prestações de contas são oriundas de diferentes editoras, há tantas maneiras de demonstrar os números relativos às vendas e

direitos autorais quantas são as casas editoriais pelas quais o autor publicou. Assim, a falta de padronização na apresentação destes dados foi um fator que muitas vezes tornou difícil a sua interpretação.

Com exceção dos documentos oriundos do Conselho Estadual de Cultura e daqueles de caráter administrativo da Biblioteca Arthur Vianna, devidamente identificados como tal, todos os demais mencionados no corpo deste trabalho pertencem aos arquivos pessoais do escritor e se encontram depositados na Sala Haroldo Maranhão, no setor de Obras Raras da instituição, razão pela qual limitamo-nos a referenciar a data, o local de emissão ou outra informação relevante.

No texto “Belém revisitada”, introdutório à antologia *Pará, capital: Belém: memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade*, Haroldo Maranhão escreveu: “[...] é a minha antologia de Belém. Minha. Reivindico o direito de fazer a minha antologia. Terei o maior respeito pelos que se dispuserem a fazer a sua.”²² Deficiências e inconsistências documentais à parte, tentaremos mostrar, tanto quanto possível, nos três capítulos que seguem, o resultado de mais de um ano de mergulho no seu arquivo pessoal, do qual emergiu, parafraseando o autor, “um” Haroldo Maranhão, o “nosso”. Levando adiante a paráfrase, teremos o maior respeito pelos que desejarem encontrar o “seu” Haroldo Maranhão.

²² MARANHÃO, Haroldo. *Pará, capital: Belém: memórias e pessoas e coisas e loisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p. 13.

1 A VENDA DA BIBLIOTECA

Desde o início da década de 1960 vivendo longe da sua Belém natal, por vários anos o escritor, jornalista e advogado paraense Haroldo Maranhão tentou, em vão, vender sua biblioteca a universidades e outras instituições do país e do exterior. Ao finalmente vendê-la para o Estado do Pará em 2001, poucos anos antes de morrer, fez incluir no negócio bem mais do que o acervo bibliográfico com cerca de seis mil volumes. Além dos livros, o lote era composto pelos objetos de arte que pertenceram ao escritor, assim como por um conjunto de documentos pessoais constituído por cartas, fotografias, cartões postais, recortes, enfim tudo o que ele colecionou no decorrer da vida.

Esse acervo, adquirido por 150 mil reais graças a um convênio de cooperação firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce, então já privatizada, e a Secretaria de Estado de Cultura, passou a integrar o patrimônio da Biblioteca Pública Estadual Arthur Viana²³, com exceção de 66 peças de arte, desmembradas do conjunto e entregues aos cuidados do Museu do Estado do Pará. A biblioteca de Haroldo Maranhão foi entregue oficialmente no dia 26 de maio, contando com a presença do escritor, vindo de Petrópolis especialmente para a cerimônia, e do então presidente da Vale do Rio Doce, Jório Dauster, evento amplamente divulgado pela imprensa local²⁴, que anunciou a doação do acervo bibliográfico, dos demais bens artísticos e culturais, e também a instalação da Sala Haroldo Maranhão, que a partir daquele momento passaria a abrigar o conjunto, com exceção dos objetos de arte, que, como já se disse, foram desmembrados da coleção e destinados ao Museu do Estado, instalado no Palácio Lauro Sodré.

Quando saiu de Belém, em 1961, Haroldo Maranhão contava 34 anos. Desde então, morou em vários lugares: Rio de Janeiro, de 1961 a 1981; Brasília, de 1981 a 1982; Rio de Janeiro, de 1982 a 1993; Juiz de Fora, de 1993 a 1996; de novo Rio de Janeiro, de 1996 a

²³ A Biblioteca Pública Arthur Viana foi fundada em 1846, anexa ao Lyceu Paraense, atual Colégio Paes de Carvalho. Passou, em 1863, ao prédio do antigo convento do Carmo, e em 25 de março de 1871 tornou-se órgão público. Em 1986, a biblioteca foi transferida para o Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves, sediado no prédio conhecido pela população de Belém como Centur.

²⁴ À época do evento e nos meses subseqüentes vários periódicos de Belém noticiaram a compra do acervo e a instalação da Sala Haroldo Maranhão. O *Diário do Pará* noticiou o fato em várias edições: “Paraenses ganham biblioteca de Haroldo Maranhão” (23 maio 2001); “Livros raros e muitas lembranças” (27 maio 2001); “A cidade (re)visitada pelo seu maior intérprete” (3 de maio 2001); “Bem-vindo à sala Haroldo Maranhão” (9 jul. 2002); “Sala Haroldo Maranhão guarda acervo do escritor” (29 dez. 2002); “Sala Haroldo Maranhão ganha sala com acervo completo” (30 dez. 2002). Também noticiaram o evento os jornais *O Liberal*, “A volta de Haroldo Maranhão” (26 maio 2001); *Jornal Pessoal*, “A nossa Itabira” (1 quinzena, maio 2001) e *Amazônia Jornal*, “Sala Haroldo Maranhão guarda acervo completo” (29 dez 2002).

1998; e finalmente Petrópolis, de onde saiu cerca de dois anos antes de sua morte, para viver no sítio do filho e da nora, na estrada Piabetá-Magé, no Rio de Janeiro. Às vésperas de mudar-se para Juiz de Fora, ele se perguntava, em uma das 21 cartas que escreveu em 1993 ao irmão gravemente adoecido, posteriormente reunidas no volume *Querido Ivan*: “Onde irei parar com meus livros, meus quadros, meus calhamaços, minha tristeza embutida no sorriso, e com o relógio do Chaud?”²⁵. Suas idas e vindas constantes, incompatíveis com a magnitude do acervo sempre crescente, constituíam certamente um transtorno a ser administrado cada vez que tinha que mudar de endereço. Assim, nos últimos tempos já não se dava mais ao trabalho de desencaixotar e rearranjar os livros nas estantes, que permaneciam vazias, segundo relato do jornalista Elias Ribeiro Pinto: “acondicionados nos últimos anos em caixas de papelão, face às recentes mudanças residenciais do escritor, até mesmo de um Estado para outro, e nem sempre em condições adequadas de armazenamento [...]”²⁶.

Porém, não eram apenas os deslocamentos constantes que faziam com que seus livros permanecessem guardados em caixas: há algum tempo Haroldo Maranhão lia cada vez menos, afetado pela visão reduzida, problema que o angustiava e do qual queixou-se a Age de Carvalho²⁷, em carta de 3 de março de 1994. Escrita em Juiz de Fora, responde àquelas que o amigo lhe escreveu nos dias 6 e 7 de fevereiro de 1994²⁸, resultado de intensa troca de correspondência que antecedeu sua viagem à Alemanha, em abril daquele ano, para participar do Encontro Literário de Berlim. Age de Carvalho vivia naquele país e,

²⁵ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 1998, p. 36. O “relógio do Chaud” ao qual se refere foi um presente do comerciante libanês Chaud oferecido vários anos antes a João Maranhão, pai de Haroldo e Ivan, em sinal de gratidão pelas vezes em que talvez o pai o ajudou “com um dinheirinho”.

²⁶ PINTO, Elias Ribeiro. Bem-vindo à sala Haroldo Maranhão. *Diário do Pará* Belém, 9 jul. 2002. Caderno Cidades, p.4.

²⁷ O poeta, arquiteto e designer gráfico Age de Carvalho nasceu em Belém em 1958. Depois de um ano em Innsbruck, Áustria, em 1984, volta a Belém. A partir de 1986 muda-se definitivamente para a Europa, primeiro para Viena, na Áustria, onde vive até o ano de 1991, depois para Munique, Alemanha, de 1991 a 2000, e novamente para Viena, onde ainda reside. Atua como diretor de arte em várias revistas daqueles países. Tem vários livros de poesia publicados, um deles, *A fala entre parêntesis*, em parceria com o também poeta paraense Max Martins.

²⁸ A carta do dia 7 de fevereiro de 1994 complementa a do dia anterior, 6 de fevereiro, conforme Age de Carvalho explica no *post scriptum*: “P.S. Há uma outra carta minha, que segue também hoje, mas em remessa separada. Para que não pese muito e o correio não imagine cocaínas, dólares, ou como fazia uma amante postal do Max, pentelhos.” Na carta do dia 6, Age de Carvalho, solícito, escreve: “[...] tenho uma notícia que talvez te agrade. Falaste que gostarias de ir a Londres visitar um especialista. Bem, se realmente quiseres dar um pulo por lá, tenho tudo arranjado: hospedagem, a companhia de um intérprete e passagem aérea. Trata-se de um grande amigo que tenho lá, Rui Algar-Faria, fotógrafo português radicado em Londres há muitos anos. Ficarias hospedado com ele, que mora só e seria o homem perfeito a te acompanhar na consulta do médico. Quanto à passagem aérea, que não é cara, seria presente meu, ridículo até pelo mínimo de esforço e gasto, mas que espero que aceites. Tu resolves.”

atencioso, tomava providências para garantir uma estada proveitosa do amigo na Europa, ajudando-o tanto em relação à divulgação de sua obra no exterior, como em relação a seus problemas de saúde. Na carta, de vocativo carinhoso ao “Meu querido Age, meu amigo, meu irmão”, Haroldo Maranhão escreve:

O teu empenho junto à Madame de Bad Homburg²⁹ me comoveu. Me comoveram os teus cuidados com meu estragado fígado, do qual decidi me esquecer, porque vírus e a pesada hepática parecem conviver numa boa. O que mais desejo seria ver – ver! – se há conserto para o olho direito, olho moribundo. Aquele velhinho de quem me falaste e examinou o nosso Max³⁰, é daí ou de Saltzburg? A ele gostaria de ir, se for daí, porque decresce a acuidade visual, não acertando o passo o sinistro e o destro, um puxando para as trevas e o outro para a luz.³¹

Por tais razões, houve quem aventasse que a decisão do escritor paraense de dispor de sua biblioteca pessoal ainda em vida se deveu à necessidade de obter recursos para se tratar. É o que afirmou o jornalista Elias Ribeiro Pinto no jornal *Diário do Pará* de agosto de 2007. “Não foi fácil, para o Haroldo, separar-se de companheiros cultivados ao longo de uma vida. Precisava de recursos para tratar da saúde”³². À agente literária Lúcia Riff³³, por exemplo, Haroldo Maranhão escreveu justificando que declinara de um convite para participar de um programa da televisão alemã alegando razões outras, “para não pensarem que sou um hospital ambulante”.

Juiz de Fora, 16 VIII 94

Cara Lúcia.

[...] Respondi o fax da TV alemã, desistindo porém. Dei outra causa (aliás forte) [...] para não pensarem que sou um hospital ambulante. Na verdade, tenho alguns paralelepípedos na vesícula, o que talvez me leve a uma cirurgia, simples, porém sempre uma cirurgia: e em Juiz de Fora, que os dinheiros estão pequenos para ir a São Paulo.³⁴

²⁹ Trata-se de Frau Ray Güde-Mertin, da cidade de Bad Homburg, tradutora de Raduan Nassar, entre outros, junto à qual Age de Carvalho procurava viabilizar a tradução, para o alemão, de obras de Haroldo Maranhão, Max Martins, Vicente Cecim e dele próprio, conforme carta de 7 de fevereiro de 1994.

³⁰ O poeta paraense Max Martins (1926-2009).

³¹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 3 mar. 1994. Resposta às cartas escritas em 6 e 7 de fevereiro pelo poeta e artista gráfico Age de Carvalho, então residente na Alemanha.

³² PINTO, Elias Ribeiro. Sala Haroldo Maranhão. *Diário do Pará*, Belém, 22 ago. 2007, p. A-8, Caderno Cidades.

³³ Lúcia Riff trabalhava na agência literária de Carmem Balcells, que então cuidava dos contratos de edição dos livros de Haroldo Maranhão.

³⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 16 ago. 1994.

Quando Haroldo Maranhão morreu, no dia 15 de julho 2004, depois de seis dias na unidade de terapia intensiva do Hospital da Beneficência Portuguesa de Petrópolis, a menos de um mês de completar 77 anos, havia pouco mais de três anos que seus livros, diligentemente reunidos desde a mocidade, já pertenciam ao acervo da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna.

Observando-se a correspondência do escritor, verifica-se que a intenção de vender a biblioteca já vinha de longa data, assim como o problema de saúde que provavelmente motivou a decisão. Várias foram as tentativas, e em todas elas se percebe a preocupação na escolha de uma instituição, no Brasil ou fora dele, que dispensasse um tratamento à altura da importância que atribuía a seu acervo. A primeira de que se tem notícia por meio da consulta à sua documentação, foram as gestões que fez junto à escritora Sultana Levi Rosenblatt³⁵, amiga da adolescência e colaboradora do extinto suplemento literário da *Folha do Norte*, que Haroldo Maranhão editou na primeira metade da década de 1950. A ela, que vivia nos Estados Unidos, escreveu a fim de perscrutar a possibilidade de venda de seu acervo naquele país. Embora não seja possível precisar o teor e a data da carta de Haroldo Maranhão, já que a cópia não foi localizada, sabe-se, pela resposta da amiga, que mais do que a necessidade de levantar recursos para tratamento de saúde, como supusera o jornalista Elias Ribeiro Pinto, o impasse que presidia a decisão – vender? não vender? – estava na raiz do desejo do escritor de “correr mundo, trocar os livros por cenários”. Não vender, conservar o acervo, implicaria “ficar viajando só dentro do apartamento”.

[...] Eu me sinto como um jurado confuso. Uma coleção, seja do que for, é uma vida amontoada em partículas, cada uma delas um desejo que se acariciou, que se fez sonho e pezadelo [sic] até chegar à alegria da aquisição. Até certo ponto a gente atesoura, de repente pára, e o futuro da coleção nos preocupa mais do que o de um filho [...] Mas você justifica essa decisão com o receio de que seja “desmembrado o acervo” e os livros dispersos. Até me dá vontade de chorar. Diria não venda, conserve para um neto haroldiano, mas assim você teria que ficar viajando só dentro do seu apartamento. Ou então se concordo que é melhor correr mundo, trocar os livros por cenários, aí, na volta, seu “pequeno mundo feito de livros, de quadros” estará desfalcado, ausentes para sempre os melhores companheiros. Meu Deus, tá difícil, amigo, até me sinto o próprio

³⁵ Sultana Levi Rosenblatt (1910-2007), escritora paraense de origem judia, casada com o meteorologista do Exército norte-americano Martin Rosenblatt. Conhecedora das línguas inglesa, francesa e espanhola, dedicou-se à escrita de romances, novelas, contos, peças de teatro, crônicas e ensaios, bem como interessou-se pelas belas artes e pelo folclore. Vivia fora do Brasil desde 1949, primeiro em Porto Rico, fixando-se depois nos Estados Unidos.

Campoamor ante a flor nascida dentro da caveira, “arrancar-te é coisa triste, deixar-te é muito forte”.³⁶

Na carta escrita poucos dias depois, Sultana reiterava o convite muitas vezes formulado³⁷, insistindo para que o amigo fosse visitá-la, e à família, nos Estados Unidos, onde teria ocasião de estabelecer contatos que fossem úteis aos seus propósitos de vender a biblioteca. Pela primeira vez menciona sua amiga Regina Igel³⁸, professora de português na Universidade de Maryland, que tornar-se-ia a mediadora entre Haroldo Maranhão e algumas universidades norte-americanas nas negociações para a venda do acervo:

Você não tem porque descartar seus planos de vir aos E. Unidos. Falei neste momento com a minha amiga Regina Igel professora de português na Univ. de Maryland, e ela imediatamente traçou um programa que vai lhe interessar, prontificando-se a ser seu guia. Para começar, quer tirar cópias da lista do seu acervo e mandar para as Universidades que dão curso de português. É sua admiradora desde que leu o *Tetraneto*³⁹. Disse-me agora que você abriu caminho para outros escritores, como João Ubaldo, que publicou “Viva o povo brasileiro”, também interessante. [...]. Em agosto Regina vai ao Brasil, e só voltará em fins de setembro. Outubro é o mês ideal para você vir, as atividades escolares reatadas, você terá oportunidade de visitar as universidades e o Instituto Brasileiro de Cultura, dar palestras sobre seu trabalho, e aproveitar a estação belíssima do outono.⁴⁰

Sultana voltaria a mencionar o nome de Regina Igel em outras duas cartas que enviou a Haroldo Maranhão. Na do dia 27 de agosto de 1986 informa que a amiga encontrava-se em São Paulo e, não tendo o seu número de telefone, detalha o endereço do pai, Moyses Igel, sugerindo que Haroldo o localizasse pelo catálogo telefônico e entrasse em contato com ela, “para adiantar serviço”. No final da carta, abaixo da assinatura de Sultana, há alguns números de telefone manuscritos, fruto, provavelmente, da tentativa dele de localizar Regina Igel. O primeiro número, 228-0209, escrito com caneta azul e letra vacilante, aparece junto ao nome de Moszko Igel. O segundo, (21) 227-1069, escrito com

³⁶ ROSENBLAT, Sultana. [Carta]. Mc Lean: Estado da Virgínia, 9 jun. 1986.

³⁷ Na carta escrita no ano anterior, no dia 07 de janeiro de 1985, o convite é assim formulado: “Haroldo, quando você quiser ver como Washington é uma cidade bonita, estamos aqui, meu marido e eu, prontos para lhe servir de cicerones.”

³⁸ Regina Igel é especialista em literatura brasileira, Professora Doutora do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Maryland, nos EUA.

³⁹ A missivista refere-se a *O tetraneto del-rei*, romance de Haroldo Maranhão publicado em 1982 pela Editora Francisco Alves, e que anos mais tarde, em 1988, teria também uma edição portuguesa, pela Editora Livros do Brasil.

⁴⁰ ROSENBLAT, Sultana. [Carta]. Mc Lean, 1 jul. 1986.

letra firme, com caneta hidrográfica vermelha, não tem indicação de nome, mas certamente resultou frutífero, pois trata-se do mesmo número que a própria Regina Igel forneceria como contato em São Paulo na segunda das duas cartas escritas por ela a Haroldo Maranhão, localizadas entre a sua correspondência pessoal, uma em 18 de setembro de 1987 e outra em 22 de junho de 1988. Na carta de 18 de setembro de 1987, pouco mais de um ano depois da de Sultana, Regina Igel refere-se a um contato telefônico “no ano passado (mais ou menos nessa época)”, o que permite presumir que os esforços da amiga para estabelecer contato entre os dois naquela ocasião obtiveram êxito. Na mesma carta de 27 de agosto de 1986, Sultana insiste na necessidade de arrolamento do acervo:

Minha amiga Regina Igel está em São Paulo, realizando um programa de palestras, para o qual foi contratada por uma universidade, não sei qual. Ela ficou de lhe telefonar, para lhe falar sobre o que sugere quanto à venda dos seus livros. Para começar, ela quer cópia do acervo⁴¹ a fim de enviá-las para universidades americanas onde haja curso de português. Se ela puder pôr em prática a ajuda que se propôs lhe dar, será formidável. Ela é a pessoa indicada para lhe servir de guia, isto é, levá-lo aos lugares certos que lhe interessam, não só porque tem carro como por estar a par e em contáto [sic] com movimentos intelectuais universitários.⁴²

Na carta de Sultana Rosenblatt para Haroldo Maranhão, no dia 10 de outubro de 1986, ao fim de duas páginas datilografadas, mais uma breve menção a Regina Igel: “Ela tem esperança de colocar seu acervo, ainda que tenha que trabalhar muito para isso. Acho que depende da sorte, até na primeira investida pode ser que acerte. Vamos esperar o melhor.” Quase um ano depois, seria a própria Regina Igel a escrever a Haroldo Maranhão. A carta, de 18 de setembro de 1987, datilografada em papel com timbre do Department of Spanish and Portuguese do College of Arts and Humanities, College Park Campus da Universidade de Maryland, em tom atencioso e formal, faz crer que não houve conhecimento pessoal quando Regina Igel esteve em São Paulo em agosto de 1986.

Prezado Sr. Haroldo:

⁴¹ Não há como comprovar se Haroldo Maranhão providenciou e remeteu o rol de seus livros, mas certamente convenceu-se da necessidade de fazê-lo, já que três anos mais tarde, em 1989, quando entrou em contato com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mandava junto um exemplar de um catálogo. Embora o mencione na carta, não foi localizado na Coleção Haroldo Maranhão nenhum exemplar desse catálogo. No entanto, um outro, editado em 1992 pela Editora CEJUP, de Belém, encontra-se na Coleção e acompanhou mais de uma correspondência do escritor, que o enviou a vários potenciais compradores.

⁴² ROSENBLAT, Sultana. [Carta]. Mc Lean, 27 ago. 1986.

O senhor deve estar apreensivo em relação ao longo silêncio de minha parte. Peço sua compreensão para o fato de que estive muito mais ocupada este ano, do que imaginei quando falei com o senhor ao telefone, no ano passado (mais ou menos nesta época).

Meus contatos a respeito de sua biblioteca não têm sido em vão. Todas as universidades que contatei me têm feito esperar por uma resposta. É possível, no entanto, que uma delas me dê uma resposta positiva, mas com uma contra-oferta. Como ainda não recebi nada oficialmente desta universidade, não lhe posso adiantar mais. Por enquanto, esta carta lhe dará conhecimento de meus esforços no sentido de levar a bom termo nosso comum desejo.

Espero poder dar-lhe notícias mais positivas na próxima carta, na qual o consultarei sobre o andamento dos meus contatos.

Cordialmente,
Dra. Regina Igel⁴³

Quase um ano mais, e em 22 de junho de 1988, nova carta de Regina Igel, datilografada no mesmo papel da Universidade de Maryland, na qual continua mantendo uma distância formal, com o tratamento de “senhor” para ele e “Dra. Regina Igel” para si, anuncia a possibilidade concreta de venda, desta vez mencionando valores. Apesar de não ser possível, pelos documentos encontrados, saber o valor exato estabelecido por Haroldo Maranhão para a venda do acervo, sabe-se que a contraproposta apresentada pela instituição que manifestou interesse na sua aquisição reduzia-o a cerca de um terço da proposta original.

Prezado Sr. Haroldo Maranhão:

Espero que o senhor esteja bem, e não muito desapontado com a demora de notícias de minha parte. [...] Finalmente tenho uma resposta, por escrito, de uma biblioteca universitária. Terei oportunidade de mostrá-la ao senhor pessoalmente, porque planejo ir ao Rio de Janeiro depois do dia 15 de julho próximo. Espero que o senhor esteja na cidade e que possamos encontrar-nos. Ao fim desta, deixarei o telefone da casa onde vou estar, em São Paulo, para o senhor, querendo, fazer-me uma chamada. A resposta da biblioteca é uma espécie de contraproposta, embora não oficialmente ainda. Eles calculam que, pela quantia pedida pela coleção inteira, cada livro seu sairia pelo preço de 270 dólares, o que eles consideram demasiado alto. A sugestão, ou contraproposta, é de pouco menos de cem dólares por livro. Se isto lhe for conveniente, creio que poderemos lançarnos [sic] a esta tarefa de começar a dar realidade aos trâmites. Conversei com a bibliotecária principal, encarregada de compras, e ela pediu-me insistentemente que eu visitasse a biblioteca para dar-lhe um relatório sobre ela. Prometi que lhe faria este pedido.

Por gentileza, comunique-se comigo sobre suas observações a respeito do que acima está dito. Estarei em São Paulo a partir do dia 5 de julho. [...]

⁴³ IGEL, Regina. [Carta]. Maryland, 18 set. 1987.

Cordialmente,
 Dra. Regina Igel
 SP: 227-1069 (manuscrito)⁴⁴

A contraproposta apresentada pela universidade americana não identificada, da qual Regina Igel foi a emissária, não só não foi aceita como ofendeu e irritou profundamente o destinatário, que respondeu seca e rudemente, sequer revelando algum sinal de agradecimento pelo tempo que ela dedicou a seus interesses e ignorando sobretudo ser ela apenas a intermediária e não a autora da proposta. Em duas cartas consecutivas escritas no Rio de Janeiro, uma no dia 7 e outra no dia 8 de julho de 1988, ele escreveu:

Cara Sra Igel,
 Respondo sua Carta de 22 de Junho último.
 A resposta “por escrito” de uma biblioteca universitária, eu a exonero de me mostrar. Não se dê a esse cuidado, por favor. A “espécie de contraproposta”, apresso-me a informá-la, é inaceitável. O critério que a orientou chega a ser pueril. Não sou livreiro, que negocia unidades de um acervo. Dispus-me a vender, **em bloco**, uma ótima biblioteca brasileira, de qualidade invidiosa. Impossível, hoje, poder reunir-se acervo igual, à razão do risível preço unitário! Não é o caminho certo para chegar-se à avaliação justa, não é, mesmo. A “bibliotecária principal” a que a senhora alude não estará afeita ao que é absolutamente raro, ao menos no Brasil. [...] Como estão muito distanciados os valores da minha proposta e os da biblioteca não identificada aliás, peço-lhe o obséquio de encerrar essa démarche e outra qualquer, porque em nível assim absolutamente me desinteresse de fazer negócio. De minha parte, já esqueci das bibliotecas norte-americanas, como possibilidade.
 Atenciosamente,
 Haroldo Maranhão.⁴⁵

Ambas as cartas escritas por Haroldo Maranhão em dias subseqüentes, uma no dia 7 e outra no dia 8 de julho, declaram responder à carta enviada por Regina Igel em 22 de junho. Na segunda delas, do dia 8, ele refere-se à carta “hoje recebida”, o que leva a pensar que, ou ele não atentou para o fato de já haver mencionado o recebimento na carta do dia anterior, e tenha-as enviado ambas, ou que tenha encaminhado apenas uma das versões, apenas conservando as duas cópias em seus arquivos. De fato, as duas cartas comunicam a mesma decisão de dar o assunto por encerrado, com a diferença de que a primeira parece ter sido escrita no calor da indignação, enquanto a segunda, embora mantendo a ironia,

⁴⁴ IGEL, Regina. [Carta]. Maryland, 22 jun. 1988.

⁴⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 7 jul. 1988.

abranda no tom, mas é seca e fria, quase glacial, impressão reforçada pela objetividade dos dois tópicos enumerativos:

Sra Igel,

Relativamente à sua Carta de 22 de junho, hoje recebida, tenho a manifestar-lhe o seguinte:

1. A “espécie de contraproposta” de uma universidade não identificada, formulada por sua “bibliotecária principal”, é inaceitável simplesmente. O precioso acervo que reuni desde a adolescência, cujo preço foi criteriosamente estimado **em bloco** e não unitariamente, é claro, até porque não sou livreiro, não está à venda na bacia das almas! Poderia até dar-me ao trabalho de discutir os seus termos se a proposta não fosse, como é, desrespeitosa.

2. Espero que tenha uma boa permanência no Brasil.

Atenciosamente,
Haroldo Maranhão.⁴⁶

Embora Regina Igel estivesse no Brasil na ocasião, ele não aventa a possibilidade de encontrá-la pessoalmente, em sinal de reconhecimento pelo tempo e pelos esforços despendidos por ela na tentativa de vender o acervo. Entre a primeira carta de Sultana Rosenblatt tratando da venda da biblioteca, de 9 de junho de 1986 até as que respondem as de Regina Igel, em julho de 1988, passaram-se dois anos.

Da correspondência Maranhão-Igel-Rosenblatt não se extrai a certeza de que naquela ocasião ele tenha arrolado seus livros, conforme queriam as missivistas. Contudo, há evidências de que o tenha feito, ainda que posteriormente, pois na carta que enviou ao Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Reinaldo Guimarães⁴⁷, em 30 de outubro de 1989, anexou um catálogo contendo “as primeiras edições e edições limitadas, esgotadas todas, de autores brasileiros, desde o período colonial até o pós-modernismo”. Na carta em que anuncia a disposição de vender, “por ora, [...] por contingências de ordem pessoal, os livros constantes do incluso catálogo, [...] por 356.909 BTN’s”⁴⁸, apresenta-se como escritor profissional e informa ao

⁴⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 8 jul. 1988.

⁴⁷ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 out. 1989. O catálogo ao qual se refere não se encontra junto à cópia da carta. Há na Coleção Haroldo Maranhão quatro exemplares de um catálogo editado em Belém, porém com data bem posterior à da carta ao Sub-Reitor da UERJ, com a seguinte referência bibliográfica: “Catálogo de Obras Raras: Literatura Brasileira. Belém: CEJUP, 1992, 160 páginas”, provavelmente uma edição melhorada da primeira versão.

⁴⁸ Em outubro de 1989, o valor nominal do BTN era de 3,6647. Em moeda da época, o valor fixado por Haroldo Maranhão para a venda da biblioteca era de 1.307.964,40 cruzados novos. Atualizados monetariamente em agosto de 2009, segundo índices da Secretaria do Tesouro Nacional, equivaliam a 547.902,07 reais.

destinatário ter recebido propostas para comercializar fragmentariamente o acervo, “o que teria feito, se fosse livreiro de profissão”. Aqui, Haroldo Maranhão reitera o mesmo argumento que usou nas duas cartas que escreveu a Regina Igel – o fato de não ser livreiro de profissão, vendedor de livros avulsos. Por oposição, reafirma a sua condição de colecionador de livros, aquele que no curso da existência reúne um conjunto de obras que não podem ser desmembradas e cujo valor não está relacionado ao valor monetário do exemplar.

Embora afirme ter recebido sinais favoráveis à aquisição do acervo de instituições como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a Universidade de Brasília (UNB), ele justifica a preferência em favor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de cujo interesse tomou conhecimento através da Professora Dirce Côrtes Riedel, alegando a possibilidade de continuar perto de seus livros, consultando-os eventualmente, e manifestando o temor por destinos incertos que “governos ou desgovernos” pudessem dar a eles. Haroldo Maranhão escreve a carta em 3ª pessoa, impessoalizando o discurso:

Se dependesse de vontade pessoal, seus livros [dele próprio, Haroldo Maranhão], reunidos desde a adolescência, ou iriam para a Biblioteca da Universidade Federal de sua terra, que é o Pará, ou ficariam na sua terra de eleição, que é o Rio de Janeiro, onde mora há mais de trinta anos. Na primeira das alternativas, não estaria seguro de que lá ficariam a serviço dos seus conterrâneos. Um governo ou desgoverno que viesse por aí poderia trasladar o acervo para uma improvável porém não impossível Biblioteca Central de Brasília! Muitos bens culturais do Rio de Janeiro estão hoje no Distrito Federal, o que é inaceitável absolutamente. Restaria a segunda das alternativas, que seria permanecerem os livros na cidade que escolheu para morar, porque a UERJ é uma Universidade estadual, é nossa, serve à população carioca, e não haveria como deslocar-se o acervo bibliográfico para o exterior de seus limites geográficos, a menos que a insânia de todo se tivesse estabelecido.⁴⁹

Segundo afirma o signatário, conquanto lhe tivessem chegado manifestações de interesse da UNICAMP, da UFRJ e da UNB, não havia formalizado proposta a nenhuma das três instituições porque preferia que sua biblioteca permanecesse no Rio de Janeiro. No entanto, não desconsidera a possibilidade, pois seu propósito era “vender a biblioteca”. Embora tenha declarado sua preferência pela UERJ, no mesmo ano de 1989 Haroldo Maranhão faria pelo menos outros dois contatos com vistas à venda da biblioteca, um deles,

⁴⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 out 1989.

com a UNB, em data bem anterior à carta ao Professor Reinaldo Guimarães, da UERJ, contradizendo sua afirmação de que ainda não formalizara proposta àquelas instituições. Por meio de breve correspondência endereçada ao Professor Murilo Cunha⁵⁰, da Universidade de Brasília, no dia 12 de fevereiro de 1989, remete cópia do catálogo de parte da biblioteca: “Conforme havíamos acertado telefonicamente, estou lhe remetendo, para exame, cópia do catálogo de parte da minha biblioteca, que pretendo vender para a Universidade de Brasília.”⁵¹ Também do Rio de Janeiro, no dia 22 de dezembro daquele ano, ele escreve “Ao Exmo. Sr. Prof. Rev. Pe. Vendelino Lorscheiter, Diretor do Centro Luso-Brasileiro, Universidade de Sofia, Tóquio – Japão”. O teor da carta ao Professor Lorscheiter, também escrita em terceira pessoa, é semelhante àquela encaminhada ao Sub-Reitor da UERJ, com a diferença que, desta vez, Haroldo Maranhão declara expressamente o valor pretendido para a venda do acervo – US\$ 150.000,00:

O abaixo-assinado é escritor profissional. Ao longo de sua vida, acumulou valioso acervo bibliográfico, compreendendo sobretudo obras raras das literaturas brasileira e portuguesa, além de uma seção de dicionários de não menor valia. Por ora dispõe-se a vender por contingência de ordem pessoal, os livros constantes do incluso Catálogo, e que abrange as primeiras edições e edições limitadas, esgotadas, todas, de autores brasileiros, desde o período colonial até o pós-modernismo, pelo preço de US\$ 150.000.⁵²

A impessoalidade conferida pela escrita em 3ª pessoa, assim como o fizera na carta ao sub-reitor da UERJ, fica mais acentuada pela fórmula inicial e na introdução do 3º parágrafo, utilizadas na carta ao Professor Lorscheiter – “o abaixo assinado” e “o signatário”. Embora no parágrafo seguinte ele misture as pessoas do discurso – “ponho-me à sua disposição”, “devo dizer-lhe”, “estabeleci”, “só me convém”, o distanciamento se mantém pela objetividade com que Haroldo Maranhão estabelece as condições para eventuais negociações. Provavelmente para prevenir desgastes e aborrecimentos inúteis com contrapropostas indesejáveis, como as que já haviam ocorrido, ele adverte: não admite discutir o preço, “real”, na opinião dele, nem fragmentar o acervo, já que - recorre mais uma vez ao argumento - não é “negociante de livros”.

⁵⁰ O Professor Murilo Bastos da Cunha era, na época, Diretor da Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

⁵¹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 12 fev. 1989.

⁵² Id. [Carta]. Rio de Janeiro, 22 dez. 1989.

O signatário informa que recebeu proposta para negociar a biblioteca fragmentariamente, o que não lhe interessou e não interessa. No caso de eventualmente o Centro vir a interessar-se, ponho-me à sua disposição para acertar a forma de pagamento e o modo de operar a remessa dos livros para o Japão. Devo dizer-lhe, francamente, que não sendo negociante de livros, estabeleci o preço real e não um fictício para admitir contraproposta. Também só me convém a venda em bloco, de todo o acervo.⁵³ (Grifo do autor).

Finalizando, ele solicita que, caso não houvesse interesse na aquisição do acervo, o Professor Lorscheiter lhe fizesse o favor de encaminhar o catálogo, bem como seu endereço, a outra instituição. Embora reconheça que “se trata de uma bela coleção”, a resposta de Lorscheiter, de 11 de janeiro de 1990⁵⁴, descarta a possibilidade de compra do acervo nas condições estipuladas por Haroldo Maranhão, e atendendo ao pedido por ele formulado, encaminha o catálogo, juntamente com o endereço do escritor, à Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto. Nenhuma manifestação da Universidade japonesa foi localizada, mas sabe-se que também essa tentativa não prosperou.

O resultado desfavorável das negociações com a UERJ, Haroldo Maranhão resume em pouquíssimas palavras em carta escrita em 1º de janeiro de 1992 ao professor Rodolfo Franconi: “UERJ. Quem me telefonou foi a Profª Dirce Côrtes Riedel, que soubera do assunto através da bibliotecária Cecília (da UFRJ). Vamos logo ao cabo: falta de verba.”⁵⁵ Professor do Departamento de Espanhol e Português do Darmouth College, de Hanover, New Hampshire, Rodolfo Franconi seria ele próprio um entusiasta em favor da aquisição da biblioteca de Haroldo Maranhão pela instituição na qual trabalhava. Como se sabe, tampouco as tentativas de Franconi lograram êxito, mas o contato entre os dois perduraria por longo tempo. Na longa carta de cinco páginas e meia que escreveu, na qual noticia as frustradas negociações com a UERJ, com a UFRJ e com a UNICAMP, Haroldo Maranhão dá fartas demonstrações de que gostaria que seu acervo ficasse na biblioteca do Darmouth College pela certeza de que seus livros, ali, “teriam condigno tratamento”, ainda que tivesse que esperar um pouco mais para concretizar o negócio, o que nos faz crer que a doença não era o motivo real, pelo menos não o único, que o levava a vender o acervo. A disposição para esperar faz crer que a alegada urgência de levantar recursos para tratar da saúde não

⁵³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 12 fev. 1989.

⁵⁴ LORSCHTEITER, Vendelino. [Carta]. Tóquio, 11 jan. 1990.

⁵⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 jan. 1992.

fosse de todo verdadeira. O mesmo se pode dizer de seus argumentos relativos ao interesse de encontrar instituição que desse tratamento condigno ao acervo, já que se recusara a negociá-lo a preços considerados baixos com a universidade americana outrora contatada por Regina Igel. As inúmeras negociações até então empreendidas sugerem que Haroldo Maranhão tencionava aliar um ótimo negócio do ponto de vista financeiro, com garantias de preservação de sua biblioteca, de preferência por instituição que não fosse paraense.

Caríssimo Rodolfo,

Meus livros serão de sua Universidade se tiverem de ser. Quero dizer: não daria nenhum passo noutra direção sem que v. formalmente me manifestasse eventual desinteresse, que evidentemente ambos lastimaríamos. Interpus um bloco de gelo entre eles (os livros) e a Vale do Rio Doce, porque seriam doados ao Pará, pátria da baixaria, da inveja e do fuxico, já lhe disse e agora repito. É claro que, numa situação limite e extrema, não havendo alternativa outra, acabaria cedendo, porque o que mais quero é sobreviver mais um pouco.⁵⁶

A carta revela não somente a intenção da Companhia Vale do Rio Doce em adquirir a biblioteca, o que só veio a acontecer quase dez anos depois, como também as razões das reservas de Haroldo Maranhão com relação à venda do acervo a instituição do Pará - “pátria da baixaria, da inveja e do fuxico”, e contradiz, assim, aquilo que declarara anteriormente ao sub-reitor da UERJ, para o qual afirmara que se dependesse de sua vontade pessoal, a biblioteca iria para sua terra natal, Belém do Pará, ou para a terra na qual escolheu viver, o Rio de Janeiro. Ironicamente, não tendo havido outra alternativa, como ele mesmo cogitara, o destino final não só de seus livros, mas também de seus quadros e documentos, acabou sendo mesmo Belém do Pará, por intermédio da Vale do Rio Doce, que em 2001 os adquiriu por um preço bem abaixo dos tantos que propusera em vários contatos mundo afora. Antes que isso viesse a acontecer, empenhou todos os esforços nas negociações com o Darmouth College. Em carta dirigida a Franconi, chega a criar uma hipótese fantasiosa a fim de demonstrar ao interlocutor sua inclinação em favor da universidade americana. Na eventualidade, segundo ele, de vir a ser beneficiário da improvável generosidade de um milionário louco e extravagante e não mais precisar de recursos para tratamento de seus males hepáticos, preferia simplesmente doar seu acervo àquela instituição, mas não ao Pará:

⁵⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 jan. 1992.

Se, porém, não mais que de repente, um milionário louco e extravagante me deixasse integralmente a sua fortuna, que me permitisse comprar todos os laboratórios no mundo que produzem o *Interferon*, obviamente não teria mais porque vender a biblioteca. É certo porém que dispusesse em testamento uma doação, pura e simples: à sua Universidade! Acredite: pelo seu empenho pessoal, e mais: por me haver dito que, aí, eles teriam condigno tratamento. Isto é, não os doaria à minha própria terra, que amo, a despeito de seus habitantes, feitas exceções poucas, Benedito Nunes entre elas e mais a boa gente que rodeia a Estrela⁵⁷. A Grécia sem os gregos. A frase salvo engano é de Oscar Wilde. Digo eu: o Pará sem os paraenses.⁵⁸

É perfeitamente perceptível que a carta de Haroldo Maranhão é a réplica a uma anterior enviada por Franconi, que tratava, também, das negociações acerca da venda da biblioteca, pois logo após esse longo parágrafo inicial, Haroldo Maranhão vai pontuando e discutindo, uma a uma, questões que certamente foram suscitadas pelo destinatário⁵⁹. Assim, ao comentar cada item, Haroldo Maranhão transcreve, e põe entre aspas, os trechos da carta do professor sobre os quais discorre, estabelecendo um diálogo entre ambas as correspondências. A primeira ponderação refere-se à observação de Franconi sobre “as companhias americanas que, estando no Brasil, são potenciais interessados.” A esse propósito, Haroldo Maranhão menciona a Lei Rouanet, que considera “a Lei Sarney recauchutada”, mas manifesta dúvidas quanto à concessão de estímulos fiscais no caso de doação a universidades estrangeiras.

Nesse ponto da carta, ele admite o escalonamento do pagamento em até três parcelas de igual valor, e mais uma vez transcreve trecho da carta de Franconi, dialogando com ele: “Se você puder esperar até a segunda quinzena de janeiro, poderemos ver as coisas mais concretamente”, propõe Franconi. “De acordo” – concede Haroldo Maranhão. “E se necessitar de mais prazo, não o pressionaria eu, conquanto pressionado pelo meu figueiredo.”

Mais adiante, Haroldo Maranhão transcreve outro comentário formulado por Franconi, desta vez mencionando especificamente questões abordadas pela diretora da biblioteca sobre as características do acervo: “Uma das questões levantadas pela Diretora

⁵⁷ Travessa da Estrela, onde moram Benedito e Maria Sylvia Nunes, atualmente Travessa Mariz e Barros, nome que muitos moradores de Belém recusam a adotar.

⁵⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 jan. 1992.

⁵⁹ A carta de Franconi à qual Haroldo Maranhão responde em 1º de janeiro de 1992 não foi localizada. É necessário que se diga, no entanto, que há, na Coleção, alguns documentos que foram transmitidos a Haroldo Maranhão via fax, cuja leitura, pela natureza do documento, já não é mais possível. Há outra carta posterior de Franconi, de 9 de outubro de 1993, também prestes a apagar-se completamente.

da Biblioteca foi se a coleção teria uma duplicação.” “Se bem entendi, escreve Haroldo Maranhão, deseja ela saber se haverá outra igual.” Ao interesse manifestado pelos postulantes à compra da biblioteca a propósito da raridade dos itens que compõem o acervo, ele prossegue, evocando mais uma vez a improvável personagem criada para dar mais colorido às suas argumentações – o hipotético milionário benfeitor: “Agora, neste momento, se alguém (o milionário louco meu benfeitor) desejasse partir para a compra de uma biblioteca gêmea da minha – certamente, seguramente, não a encontraria, admito sem ter evidentemente como comprovar. A nossa Biblioteca Nacional não possui uma réplica, nem o Real Gabinete Português de Leitura.” Ao mesmo tempo em que admite que não tem como comprovar a afirmação ambiciosa, garante que nenhuma das duas maiores e mais completas bibliotecas brasileiras possuem similaridade com a sua. “Certamente, seguramente”, exagera.

Em seguida, para demonstrar que nem as cariocas UFRJ e UERJ nem a paulista UNICAMP possuíam uma duplicata da sua biblioteca, Haroldo Maranhão relata como se passaram as negociações com as três universidades que manifestaram interesse na compra, nenhuma delas levada a termo, por razões que explica com detalhes. Um certo desdém pelo fracasso das negociações com a UERJ, que segundo o missivista esteve perto de um desenlace favorável, transparece na forma de tratamento dispensado ao “Prof. Cafezeiro”, na verdade o Professor Edwaldo Machado Cafezeiro, e à Diretora da Biblioteca, “salvo engano Cecília de Tal”, uma forma pejorativa de identificação de pessoas de quem se desconhece o sobrenome:

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois de exame do catálogo, veio uma comissão de professores sob a chefia do Diretor do Departamento de Letras (Prof. Cafezeiro, um especialista em Camões, cujo nome ignoro se reproduzo certo) e mais a diretora da Biblioteca, salvo engano Cecília de Tal. Ficaram realmente impressionados e, na hora, o diretor designou uma das professoras para elaborar o parecer favorável, com o qual todos se poriam de acordo. Para resumir: acabaram colidindo de frente com o problema da falta de verba. UNICAMP. Era Diretora do Departamento competente a Prof^a Maria Eugênia Boaventura (não é mais), ora organizando a obra completa de Oswald de Andrade, para a Editora Globo. Ela procurou-me por telefone, ao saber do meu propósito de negociar os livros. Pedia-me o catálogo, cuja remessa providenciei. Voltou a chamar-me entusiasmadíssima e quase pôde afirmar que comprariam. Haveria de suceder o seguinte: morrera um professor da Universidade, que você terá conhecido, Alexandre Eulálio. Pois a família dele propôs à UNICAMP a venda dos seus livros. A professora Maria Eugênia telefonou-me desolada. Disparado (palavra dela), a minha

biblioteca valia mais que a outra. Porém, por motivos compreensíveis, a reitoria decidira comprar a outra, até porque a verba só daria para uma!⁶⁰

Com a UERJ, como já foi dito, as negociações acabaram esbarrando na mesma falta de verbas. Assim, Haroldo Maranhão conclui “sem receio de erro”, que a Biblioteca Nacional, o Real Gabinete Português de Leitura, também Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro e mais as bibliotecas da UNICAMP, da UFRJ e UERJ não possuíam duplicata de sua biblioteca. É possível que as bibliotecas das universidades anteriormente citadas não possuíssem realmente algumas das edições das obras que compunham a biblioteca de Haroldo Maranhão. No entanto, ele por certo exagerava ao afirmar que a Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura não teriam uma duplicata das obras, já que, pelo Decreto nº 1.825⁶¹ sancionado em 20 de dezembro de 1907, que regulamenta a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional, os editores eram obrigados a enviar um exemplar de cada obra publicada no Brasil à instituição. No que tange às obras portuguesas, basta comparar o volume do acervo do Real Gabinete Português de Leitura com o catálogo de Haroldo Maranhão para supor tratar-se de um exagero de sua parte.

A propósito do último ponto levantado por Franconi, “...se o seu conteúdo seria, na forma em que se apresenta único”, Haroldo Maranhão faz o seguinte comentário:

Vacilo no entendimento desse ponto. Seria o caso de entender, p. exemplo, se todos os livros de Machado de Assis oferecidos em 1^{as} edições teriam edições atuais disponíveis, de cujo conteúdo se pudesse saber? Quase certo que sim, exceto, talvez, em relação aos esparsos coligidos por Mário de Alencar. Melhor que eu, você poderá elucidar melhor, que a partir de primeiras edições, se pode obter um texto crítico, de qualquer obra. A 1^a edição de **Dom Casmurro** não é a mesma coisa que o **Dom Casmurro** da Edição Ática. Depois, há muitos livros meus que saíram – só – as primeiras edições. Esquecia-me de falar na biblioteca de José Mindlin (industrial paulista, presidente da Metal Leve), que é um monumento. Tão certo quanto o seu nome é Rodolfo A. Franconi, ele terá uma duplicata dos meus livros, menos um: a Homenagem prestada a Graciliano Ramos quando dos 50 anos do nascimento do escritor. Foi uma edição limitada. Ele disse-me não possuir um exemplar dos 500. Bem, mas o Mindlin não está vendendo a sua biblioteca, que possui entre outros incríveis itens isto: DOIS EXEMPLARES da 1^a edição d’**Os Lusíadas**!!! Eu me dei o gosto especial de segurá-los na palma das mãos!⁶²

⁶⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 jan. 1992.

⁶¹ Revogado pela Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que “dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências”.

⁶² MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 jan. 1992.

Em 11 de maio de 1992, Haroldo Maranhão, ressentindo-se da falta de notícias e cogitando eventual extravio de correspondência – “tudo é possível” -, voltaria a escrever a Rodolfo Franconi, desta vez admitindo transigir quanto ao preço estipulado para a venda do acervo, desde que o máximo que a instituição se dispusesse desembolsar se traduzisse em condições aceitáveis para ele:

Meu caro Rodolfo,
Sem notícias suas, há meses, e ignorando, enfim, se minha última carta terá chegado a seu destino, ou se terá sido eventual correspondência sua que se extraviou (tudo é possível), mando-lhe estas linhas, acerca ainda de meus livros. Vamos lá: admito estudar uma proposta do Dartmouth College, isto é, do máximo possível que poderá desembolsar, de modo que eu avalie se estaria dentro de condições aceitáveis. Entenderá v. que a decisão do vendedor se funda na impaciência do... fígado, que está na raiz do negócio.⁶³

Em 1992, Haroldo Maranhão inicia os esforços para a publicação do catálogo de sua biblioteca. Para isso, busca ajuda do amigo e editor Cláudio Giordano, de São Paulo, com quem já havia colaborado escrevendo a introdução, bibliografia e cronologia da vida de Felipe Patroni⁶⁴ quando a Editora Giordano publicou, naquele mesmo ano de 1992, dois textos de Patroni, pela Coleção Memória, *Dissertação sobre o direito de caçar* e *Carta a Salvador Rodrigues do Couto*, em co-edição com a Editora Loyola. São inúmeras as cartas do editor paulista enviadas a Haroldo Maranhão. Simpáticas e atenciosas, começavam invariavelmente por um vocativo caloroso: “Amigo Haroldo”, “Bom amigo Haroldo”, “Bom e generoso Haroldo”, “Boníssimo amigo Haroldo”, “Generoso e paciente amigo Haroldo”, e terminavam quase sempre com o missivista reafirmando sua condição de “editor menor”⁶⁵: “com o abraço imenso deste pequeno amigo editor”, “Abraço forte deste

⁶³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 11 mai. 1992.

⁶⁴ Em 1990, Haroldo Maranhão publicou pela Editora Rio Fundo, depois de intensa pesquisa, o romance *Cabelos no coração: As Mil e Dezessete Vidas Que Se Conhecem do Visionário e Homem do Mundo* Felipe A. Patroni M.M.P., Graduado na Lusa-Atenas em Ambos os Direitos, Civil e Canônico, Natural da Vilazinha do Acará, Nas Cercanias do Bicentenário do Seu Nascimento, sobre a vida de Felipe Patroni, que o credenciava largamente a escrever as notas para a coleção Memória, dirigida por Giordano.

⁶⁵ A esse respeito, ver FERNANDES, Magali Oliveira et al. *Editando o editor 6: Cláudio Giordano*. São Paulo: Com-Arte/Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Editando o Editor ; v. 6): “Percebe-se que ele ama o que faz e, portanto, o *feeling* de editor aparece em seu depoimento independentemente de grandes ambições mercadológicas; sua proposição direciona-se à própria ação de editar, e, nesse sentido, a experiência de leitura que tem parece guiar toda a sua atividade. Quando fala de sua profissão fala de si mesmo e quando fala de si fala de sua profissão. [...] Na entrevista concedida, Giordano demonstrou uma grande modéstia ao falar de sua profissão de editor e de seu sucesso nela. Uma das características mais simpáticas de seu discurso foi a defesa das obras menores, menos conhecidas, ou, então, pouco apreciadas, sua obstinação em querer

amigo devedor mas agradecido”, “Aceite o abraço imenso deste editor menor que lhe será sempre grato”, “Abraço amigo deste editor menor”, “Cláudio, editor menor”, “O abraço deste teu pequeno mas amigo editor”, “Acredite sempre na boa vontade e reconhecimento deste amigo e pequeno editor”, “Abraço grande do pequeno amigo”, “Abraço do pequeno editor e grande amigo”. As cartas de Giordano, assíduas e freqüentes, raramente eram longas, digitadas ou escritas em papel com timbre da Editora Giordano Ltda. Os textos, em geral curtos, eram quase sempre manuscritos com letra cursiva e elegante sobre pequenos cartões coloridos, invariavelmente ornados por um recorte com uma ilustração interessante, colado caprichosamente sobre o papel no qual “editava” suas cartas.

Sobre Giordano, Haroldo Maranhão escreveu para Benedito Nunes:

Benedito,

A pessoa do Cláudio Giordano me comove. É o editor que a si mesmo se diminui, como se fosse um pequeno-editor, quando lhe sobra em finezas e em sensibilidade. [...] Visitei-o em seu apartamento em S. Paulo, e não sem alguma emoção constatei que o seu micro-micro computador está apertado entre a cama e o guarda-roupa! Lá ele produz seus livros. Ganha pouco para o muito que se esfalfa [...].⁶⁶

Como se vê, apesar do muito que se esfalfava, o “pequeno editor” tinha sempre tempo, disposição e palavras gentis para o amigo, preocupando-se em ajudá-lo nas pretensões de publicar o catálogo da biblioteca. Foi a Giordano, com quem trocava correspondências desde 1991, pelo menos, que Haroldo Maranhão recorreu como mais uma possibilidade de venda do acervo, assim como para o projeto de edição do catálogo. Na carta de 22 de setembro de 1992, Haroldo Maranhão escreve:

mantê-las “vivas”. Defensor do passado, encara a edição como meio de manutenção da memória, lutando contra aqueles que determinam sua “morte”.” (p. 16-17)

⁶⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1992.

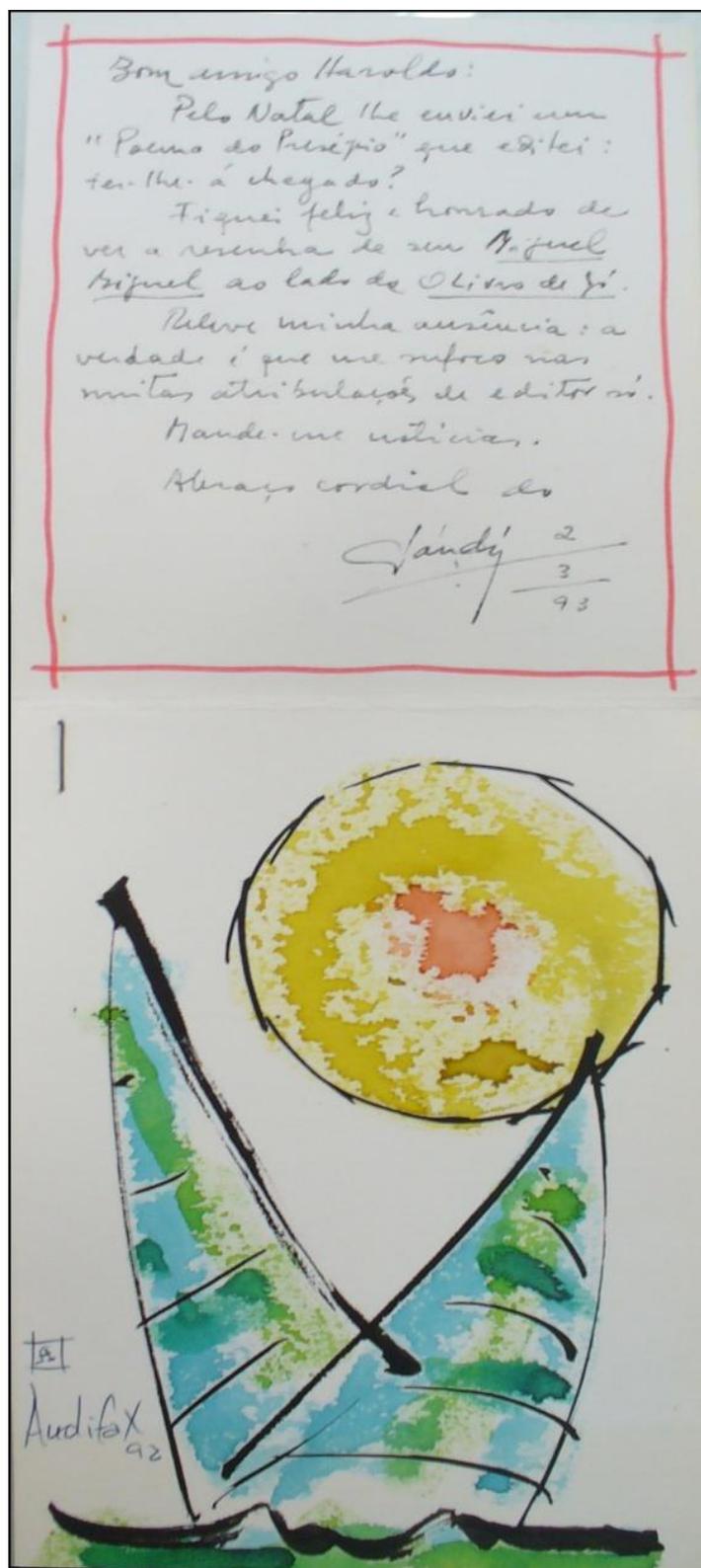


Figura 1 – Correspondência de Cláudio Giordano
Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

Meu bom Amigo,
 Já seguiu seu destino o material que lhe mandei, para o Catálogo de Obras Raras. Você me desculpe a intuição e o anjo-da-guarda: ambos remeteram-me para você, como a pessoa capaz de produzir um bom, ótimo produto. Abomino esses Catálogos do tipo Calil-da-Barão-da-Itapetininga, nem seria o caso (pobre de mim) de copiar o faustoso *Corrêa dos Lagos* (um Lago é pouco)⁶⁷. Ficarei feliz no meio termo de uma edição que alguém, lendo-a e não podendo comprar o acervo, não a jogue fora mas conserve o (gracioso) voluminho entre os guardados. [...] Roendo as unhas, aguardo seu primeiro diagnóstico-orçamento.⁶⁸

A carta revela que Haroldo Maranhão, além do cuidado que sempre dispensou à produção de seus livros, se preocupava com a qualidade do catálogo a ser editado, pois sabia tratar-se do cartão de visitas para eventuais interessados. Prova disso é que já no dia seguinte volta a escrever a Giordano, sugerindo ilustrá-lo com reproduções de folhas de rosto de itens raros da sua biblioteca, cuidadosamente escolhidos, de modo a torná-lo atraente a quem o manuseasse, e também para chamar a atenção para o seu conteúdo:

Caro Cláudio,
 Você terá recebido o sedex do dia 21 e uma carta de ontem, da qual este bilhete é complemento. É que me acudiu uma solução que v. poderá até considerar desprezível, para a quarta capa do catálogo: alguns itens do catálogo dispostos com deliberada negligência, como certas mulheres que desordenam os cabelos justo para ordená-los. Aproveite a idéia ou jogue-a na cesta do lixo.⁶⁹

O orçamento para a impressão de mil exemplares do catálogo pela Editora Loyola foi apresentado em detalhes por Giordano, poucos dias depois, em longa carta 25 de

⁶⁷ A livraria de Pedro Corrêa do Lago, especializada em livros antigos, onde Cláudio Giordano trabalhou por dois anos, no final da década de 1980, desenvolvendo o primeiro projeto editorial da Editora Giordano, a Coleção Memória, contendo 35 títulos. Ver FERNANDES, Magali Oliveira et al. *Editando o editor 6: Cláudio Giordano*. São Paulo: Com-Arte; EDUSP, 2003. (Editando o Editor ; v. 6).

⁶⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 22 set. 1992.

⁶⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 23 set. 1992. Os títulos que Haroldo Maranhão sugere são: *Caramuru*, de Santa Rita Durão; *A Cachoeira de Paulo Afonso* (1876), de Castro Alves; *Contos amazônicos* (1899), de Inglez de Souza; *A pesca na Amazônia* (1895), de José Veríssimo, com dedicatória de Manuel Bandeira oferecendo a raridade a um amigo; *Recordações de Izaías Caminha* (1909), de Lima Barreto, com dedicatória do autor; *Memórias sentimentais de João Miramar*, com capa de Tarsila do Amaral, e *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade; *Sagarana, Grande sertão: veredas e Corpo de baile*, de Guimarães Rosa, todos em primeira edição, além de todos os romances e livros de Machado de Assis, também em primeiras edições. Também poderiam integrar a quarta capa do catálogo ilustrações com a capa de *Poesias reunidas* (1945), de Oswald de Andrade, com dedicatória do autor, edição de 180 exemplares; *Mafuá do malungo*, de Manuel Bandeira, da edição composta manualmente e impressa pelo porta João Cabral de Melo Neto, edição de 100 exemplares, fora do comércio, com dedicatória do poeta; *Poemas negros*, de Jorge de Lima, com ilustrações de Lasar Segall, com tiragem de 150 exemplares, além de outras sugestões.

setembro de 1992, uma das poucas digitadas na vasta correspondência que trocou com Haroldo Maranhão, preferindo quase sempre o texto breve e manuscrito:

Amigo Haroldo:

Dentro do possível, tento atender seu pedido de confecção do Catálogo. Vamos aos itens, por ordem de importância:

1. Orçamento da Loyola: Cr\$ 12.000.000,00, para pagamento em 30 dias. 1.000 exemplares, formato 18 x 12 cm (1 cm a menos na altura do que a *Coleção Memória*, para melhor aproveitamento do papel). Não há, todavia, sacrifício da mancha, apenas redução mínima das margens. Capa em uma cor. 200 pp.
2. Acredito que seja possível obter-se orçamento mais barato. Todavia, juro que não tenho como fazê-lo neste momento. Usando dos recursos de que disponho é o que melhor posso lhe oferecer. Lamento que seja tão caro. Há ainda a despesa de transporte dos livros aí para o Rio. Não pude ainda apurar o custo disso, pois independe da Loyola.
3. A conversão de seu disquete foi efetivamente tranqüila, a menos da perda do til, que procurei recuperar. (Lembre-se que meu equipamento é Macintosh, não havendo compatibilidade plena com os PC's.)
4. Estou providenciando na Loyola uma prova impressa a laser. Devo recebê-la na 2a. feira e lhe remeto via sedex para sua apreciação.
5. Incluo-lhe aqui demonstração de como será essa prova, com as limitações próprias de minha impressora. O critério simples que adotei na composição, foi o de só começar um item no fim da página quando coubesse, além de seu número, ao menos uma linha da especificação. As ilustrações serão as que incluo, mais ou menos, segundo o limite das 200 páginas orçadas.
6. Segue também o modelo de capa para sua aprovação.
7. Perguntas:
 - a) Figurará seu nome em alguma parte?
 - b) Haverá palavras de apresentação ou algo parecido?
8. Fico no aguardo de suas decisões.

Abraços do pequeno editor e grande amigo. Cláudio. 25/9/92.⁷⁰

Três dias mais tarde, Giordano volta a escrever, desta vez em papel timbrado da Editora Giordano Ltda., o que também era raro. Segundo se pode depreender do pequeno texto manuscrito, Haroldo Maranhão o havia consultado a respeito do cadastro da Livraria Corrêa do Lago, onde Giordano trabalhara. Provavelmente, pelo que se percebe pelo teor da carta, Haroldo Maranhão queria ter acesso ao cadastro de clientes da Livraria, que poderiam eventualmente interessar-se pela compra de seu acervo. Giordano, além de não ter ainda a resposta aguardada por Haroldo Maranhão, julgava improdutiva a estratégia, que poderia significar justamente o que o escritor pretendia evitar desde o princípio, ou seja, a

⁷⁰ GIORDANO, Cláudio. [Carta]. [São Paulo], 25 set. 1992.

venda de obras avulsas. Ou então, na hipótese de haver pretendentes mais aquinhoados que se interessassem pela aquisição de todo o conjunto, a intermediação e o aconselhamento de bibliófilos como José Mindlin é que presidiriam a decisão de comprar ou não o acervo.

Amigo Haroldo,
 Envio-lhe a prova laser do catálogo. Na pressa anterior, deixei de incluir a redução das ilustrações, que ora seguem.
 Não tenho ainda resposta quanto à possibilidade de obter o cadastro da Corrêa do Lago. Todavia, não me parece seja uma boa lembrança, pois esses possíveis candidatos ou compram obras avulsas, ou têm (os mais fortes financeiramente) a intermediação de outros bibliófilos (Dr. Mindlin, p. ex.).
 Aguardo retorno.
 Forte abraço.
 Cláudio⁷¹

Desencorajado com as duas últimas cartas de Giordano e com o orçamento apresentado, em 31 de setembro de 1992 Haroldo Maranhão escreve ao editor, constatando que o preço excedia em muito as suas possibilidades, e anunciando que mandava cópia do disquete para a Editora CEJUP⁷², de Belém do Pará, “a ver se santo de casa fará milagre”. A propósito da carta do dia 25, Haroldo Maranhão comenta:

Amigo Cláudio,
 Obrigadíssimo pelas suas prontas e sempre eficazes providências. Você tudo prevê e tudo provê. Não tenho palavras... (Exatamente a dedicatória de Drummond a Marques Rebelo, numa de suas edições limitadas).
 De saída, percebi que o preço estava muito além do meu céu financeiro. Fiquei em estado cataléptico! Não diria, e não digo, que seja *caro* o orçamento da Loyola. Digo que excede de muito meu poder de compra. Fiz o seguinte: mandei cópia do disquete para a CEJUP, de minha terra, a ver se santo de casa fará milagre. Geralmente não faz. Não me custa porém sonhar.⁷³

No trecho seguinte, sobre a carta de Giordano do dia 28, Haroldo Maranhão não se esquiva à ironia – “os mais fortes financeiramente [...] tolos não são, [...] do contrário não seriam financeiramente fortes” - e até mesmo a uma certa jocosidade – “poderá um desses fortes consultar A ou B ou Mindlin”. E insiste na obtenção do cadastro de clientes da

⁷¹ GIORDANO, Cláudio. [Carta]. [São Paulo], 28 set. 1992.

⁷² Editora fundada em 1979 em Belém do Pará, com vistas a editar livros na área do direito, mas que expandiu seu leque de atuação e passou a publicar livros técnicos, literários, paradidáticos e principalmente obras sobre a Amazônia.

⁷³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 31 set. 1992.

Livraria Corrêa do Lago, pois entre os industriais paulistas – “essa gente da FIESP” – talvez houvesse algum Mecenaz, “pelaz deduzções fízcaiz, naturalmente”.

Os “mais fortes financeiramente” a que você alude, como “candidatos possíveis”, tolos não são, e nem preciso dizer-lhe: do contrário não seriam financeiramente fortes. E ninguém resiste pelo menos a folhear um catálogo bem feito conquanto deliberadamente singelo, em cuja capa se chame a atenção: OBRAS RARAS. E então (quem sabe?) poderá um desses fortes consultar A ou B ou Mindlin. Depois, imagino que entre essa gente da FIESP, onde se aninham os pesos-pesados, e em entidades congêneres, tenha alguém com inclinação a Mecenaz, pelas deduzções fízcaiz, naturalmente, que se anime a doações magnânimas, quando placas de bronze sempre sucedem. Banco Safra. Chase. Shell. Esso. IBM. Quantos mais? Li que um banco franco-brasileiro patrocinou recentemente em S. Paulo uma retrospectiva de Chagall! Preciso descobrir *como* chegar a esses homens com poder de decisão. O cadastro Corrêa do Lago ou do vizinho de cima, se possível obter, seria, a meu ver, bastante útil.⁷⁴

Haroldo Maranhão, como se observa, não desiste de encontrar um comprador aquinhoado, disposto a pagar soma considerável por sua biblioteca, que poderia interessar, a seu ver, aos congêneres que teriam financiado a exposição do consagrado pintor russo. Sem dúvida, tinha em excelente conta o acervo que adquirira ao longo da vida.

E conforme havia anunciado a Giordano, na mesma data envia carta a Gengiz Freire de Souza, diretor-presidente e fundador da Editora CEJUP, de Belém do Pará, na qual remete reproduções de folhas de rosto de obras raras, a fim de complementar o conteúdo do disquete e a reprodução do *ex-libris* de Cecília Meireles, que sugere para ilustrar a quarta capa, expedidos no dia anterior:

Caro Gengiz,
Despachei-lhe um sedex, ontem, e agora mando-lhe material adicional, para exame de seu departamento técnico. É certo que as emendas que agora são feitas, no jogo de provas a laser, já tenham sido corrigidas no disquete provavelmente já em seu poder. Seria o caso de aproveitar-se, presumo, a tipologia das provas, se constar do catálogo da CEJUP. Pareceu-me leve e claro o resultado, legível, e tanto mais confortável para o leitor se a margem da costura permitir abrir-se o volume folgadoamente. As reproduções de algumas folhas de rosto, que ora seguem, ficariam muito bem, entremeadas no texto do Catálogo. Na quarta capa, opino por ser reproduzido o *ex-libris* de Cecília Meireles, que ontem seguiu

⁷⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 31 set. 1992.

juntamente com o disquete. Enfim, preciso do orçamento cejupeano para 2.000 exemplares.⁷⁵

Em 1993, já de posse do catálogo, editado um ano antes, pela Editora CEJUP, com as reproduções das folhas de rosto entremeadas entre as páginas e o ex-libris de Cecília Meireles na quarta capa, como ele queria, Haroldo Maranhão tentaria uma nova estratégia para chamar a atenção para os seus livros: a edição do dia 24 de janeiro, domingo, da *Folha de São Paulo* publicava na página 8 do caderno *Mais!* uma pequena nota de dez linhas, intitulada “Raros”, com o seguinte teor:

Um acervo de mais de 700 obras raras de literatura brasileira, avaliado em US\$ 300 mil, é listado no “catálogo de Obras Raras”, livro de 160 páginas, recém-publicado. Os interessados devem escrever para A.P.Noronha – caixa postal 4.151, Rio. CEP 20001-970.⁷⁶

Com o estratagema, já que recorrentemente afirmava não pretender esfacelar a coleção, talvez pretendesse atrair o interesse de pessoas com cacife suficiente – como “aquela gente da FIESP”, por exemplo – para propor a compra da totalidade do acervo, que ele anuncia pelo preço de US\$ 300 mil. Desta vez, abatido pela doença do irmão mais novo, Ivan Maranhão, que dois meses mais tarde se revelaria fatal, e também já cansado das longas, sucessivas e infrutíferas negociações, Haroldo Maranhão cria para si o pseudônimo de A.P.Noronha, com o qual anuncia o catálogo, provavelmente uma forma de resguardar seu nome e sua privacidade, não se expondo em vão numa negociação que não tinha nenhuma garantia de sucesso. Não informa seu endereço ou telefone, apenas o número de sua caixa postal, 4.151, para onde deveriam ser enviadas as correspondências de eventuais interessados, garantindo assim a sua privacidade.

⁷⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 31 set. 1992.

⁷⁶ *Folha de São Paulo*, 24 jan. 1993, p. 8, Caderno *Mais!*

como adquiri-lo, preço e forma de pagamento. Oito delas foram escritas no dia seguinte à publicação do anúncio; duas no próprio dia; as demais nos dias subsequentes, e apenas uma no mês de julho, seis meses depois da publicação do anúncio, partindo de um destinatário que teve notícia do fato através de um amigo; uma das cartas não menciona a data em que foi escrita. Das vinte e sete cartas, 12 foram enviadas de São Paulo (sete da capital e as demais de Campinas, Cravinhos, São Caetano do Sul, Barretos e Rubião Junior); três do Rio Grande do Sul (duas de Porto Alegre, de um único remetente, e uma de Pelotas); três do Estado do Rio de Janeiro (uma da cidade do Rio, uma de Macaé e uma de Niterói); três de Minas Gerais (uma de Belo Horizonte, uma de Ouro Preto e uma de Varginha); duas de Salvador (BA); uma de Curitiba (PR); uma de Recife (PE); uma de Fortaleza (CE); e uma de São José do Calçado (ES). Pode-se identificar pelo timbre do papel em que foram escritas ou mesmo pelo envelope que quatro das manifestações de interesse no catálogo partiram de escritórios de advocacia; duas de livrarias (Alfarrábio e Germinal); uma de locadora de livros (D. Quixote); uma de biblioteca (O Curumim sem nome); uma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP; uma de um profissional da área de Psiquiatria; uma de uma operadora de turismo; as outras quinze não permitiam identificar a atividade profissional do remetente.

Impossível saber-se a quantas e a quais cartas Haroldo Maranhão respondeu, enviando o catálogo solicitado, ou se chegou a vender algum exemplar avulso do seu acervo. Porém, alguns indícios permitem fazer algumas suposições sobre o encaminhamento que deu a pelo menos algumas delas. O advogado Eneidy Till, de Porto Alegre, por exemplo, escreveu em 12 de fevereiro de 1993 ao “Prezado Sr. Noronha”, mencionando o recebimento de carta do escritor e desculpando-se por ter confundido A.P.Noronha com uma livraria⁷⁸. Essa carta está assinalada em vermelho, no alto, com um “OK”, aposto por Haroldo Maranhão:

Acuso com satisfação o recebimento de sua carta de 1º do corrente e agradeço a gentileza das informações. Peço escusas, por ter pensado, na correspondência anterior, que se tratava de livraria, em função do que sugeriu a nota do jornal. Desejo reiterar, porém, o meu interesse em obter um exemplar do Catálogo do seu acervo, pois possuo outros do mesmo gênero. Caso o senhor tenha algum exemplar disponível, gostaria de

⁷⁸ Também o missivista de Salvador, J.L. de Carvalho Filho, interpretou equivocadamente o texto do anúncio: “Solicito [...] um exemplar do catálogo de Obras Raras [...] recentemente publicado pela empresa especializada que o senhor dirige.”

examinar a possibilidade de adquiri-lo. Fazendo votos pelo seu sucesso na venda pretendida, fico aguardando possível resposta ao reiterado pedido, ou seja, a aquisição de exemplar de seu Catálogo. Atenciosas saudações.⁷⁹

A correspondência anterior na qual o advogado Etedy Till teria confundido a origem do anúncio como sendo de uma livraria é datada de 26 de janeiro de 1993, e nela manifesta seu especial interesse em “obras de e sobre Dante, Camões, Castro Alves, Cruz e Souza, Augusto dos Anjos, autores gaúchos em geral (edições antigas) e publicações referentes ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em qualquer idioma.” Nesta carta, Haroldo Maranhão anotou, em vermelho, ao pé da página: “Rimas Várias – US\$ 4.000.000,00”, um evidente equívoco na menção da moeda, cuja venda talvez tenha proposto ao advogado, embora este nada aborde sobre o assunto na carta seguinte. Outras cinco cartas estão assinaladas com “OK”, provavelmente aquelas nas quais Haroldo Maranhão vislumbrou possibilidades de contatos produtivos e para as quais presume-se que tenha enviado os exemplares solicitados do catálogo. São elas as cartas de Eulália Oliveira Silva de Godoy, de São Paulo: “Favor informar procedimentos necessários para que possamos obter o Catálogo de Obras Raras.”; Tibério de Souza Filardi, de Varginha: “Solicito o obséquio de enviar-me exemplar de seu Catálogo de Obras Raras.”; o psiquiatra e psicoterapeuta Luiz Carlos Albuquerque, de Recife: “Peço enviar-me o Catálogo de Obras Raras, cuja publicação é anunciada na Folha de S. Paulo de ontem.”; Márcio Rodrigues, de Cravinhos: “Gostaria de receber informações de como proceder para adquirir tal catálogo.” E finalmente Aníbal Bragança, de Niterói, que pede informações sobre a venda do acervo e propõe a agilidade do contato telefônico:

Prezado Sr. Noronha
Tenho interesse em ter o “Catálogo de obras raras” noticiado na Folha de São Paulo, de ontem. Gostaria também de conhecer o acervo listado. Ele está à venda? Se possível, entre em contato comigo pelo telefone [...]. É mais rápido. Ou escreva para [...].
Grato pela atenção.
Saudações.
Aníbal Bragança⁸⁰

A carta de Virgílio Maia, de Fortaleza, escrita em papel com timbre da Biblioteca “O Curumim sem nome”, está assinalada com um “N”, provavelmente porque o anunciante

⁷⁹ TILL, Etedy. [Carta]. Porto Alegre, 12 fev. 1993.

⁸⁰ BRAGANÇA, Aníbal. [Carta]. Niterói, 25 jan. 1993.

não viu nenhuma utilidade em enviar um catálogo de obras raras para uma biblioteca evidentemente dedicada ao público infantil.

Concomitantemente ao anúncio na Folha de São Paulo, que não resultou em sucesso efetivo de venda, ainda que houvesse muitos interessados, Haroldo Maranhão, identificando-se ainda como A. P. Noronha, endereçou exemplares do catálogo para prováveis pretendentes, alguns dos quais escreveram acusando o recebimento e agradecendo a gentileza, caso, por exemplo, de Dom Pedro de Orleans e Bragança.

Petrópolis, 03 de fevereiro de 1993

Prezado

A.P.Noronha

Venho penhorado agradecer a gentileza que teve em me fazer chegar às mãos o interessante “Catálogo de Obras Raras”. Lerei-o com o maior interesse, para aquisição de novas obras de artes para minha biblioteca.

Com o meu sincero saudar.

Dom Pedro de Orleans e Bragança⁸¹

O telegrama da parte da Presidência da República⁸², datado de 24 de março de 1993, também enviado para a caixa postal 4151, Rio de Janeiro, vem assinado pelo então Ministro-Chefe da Secretaria Geral, Mauro Motta Durante, que sugere que irá destinar o catálogo ao acervo governamental:

Por recomendação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acuso recebimento e agradeço gentileza do envio do exemplar do livro “Catálogo de Obras Raras”, que muito enriquecerá seu acervo bibliográfico. Cordialmente, Mauro Motta Durante, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.⁸³

A Universidade Federal de Juiz de Fora agradece a A.P. Noronha o envio de dois exemplares do catálogo em formulário previamente impresso assinado pelo Assistente em Administração Ney Areas de Mattos, postado na agência dos Correios de Juiz de Fora em 23 de março de 1993. Aparentemente os catálogos remetidos ao membro da Família Real, à Presidência da República e à Universidade Federal de Juiz de Fora foram enviados pelo

⁸¹ ORLEANS E BRAGANÇA, Pedro de, Dom. [Carta]. Petrópolis, 3 fev. 1993.

⁸² O Presidente da República à época era o mineiro Itamar Franco.

⁸³ DURANTE, Mauro Motta. [Telegrama]. Brasília, 24 mar. 1993 [para] Haroldo Maranhão, Rio de Janeiro. 1 p. Agradecimento de publicação enviada.

próprio Haroldo Maranhão, utilizando o nome que inventou para o anúncio da *Folha de São Paulo*, A.P. Noronha, já que os agradecimentos são endereçados diretamente a ele.

Os demais contatos realizados posteriormente entre “Noronha” e outros possíveis compradores foram intermediados por Rogério de Campos Teixeira e Cláudio Luiz da Silva, livreiros proprietários da Quarup Livraria Antiquária, de Juiz de Fora, cidade na qual o escritor viveria por três anos, de 1993 a 1996.

A contratação de profissionais livreiros para intermediar a venda da biblioteca provavelmente resultou do fracasso das tentativas anteriores e produziu também farta correspondência trocada nessa época entre o escritor, os intermediários e os potenciais compradores. Em telegrama endereçado a A.P.Noronha, cuja data não foi possível identificar, os livreiros, também à época desconhecedores da verdadeira identidade do escritor, solicitam catálogos a serem enviados a eventuais interessados:

Urgente A.P.Noronha
 CP 4151
 Rio de Janeiro/RJ (20001-970)
 Já enviamos releases eletrônicos muitos potenciais clientes no exterior se interessarem vamos ter que enviar o catalago (sic). Quantos poderá nos enviar.
 Rogerio de Campos Teixeira
 Caixa Postal 1100 Agencia Central 36001-970
 Remetente
 Claudio Luiz da Silva
 Galeria Constança Valadares Loja 209
 Juiz de Fora/MG (36010-30)⁸⁴

A escolha dessa livraria como intermediária por certo não fora arbitrária, uma vez que, na época, a Quarup já trabalhava em rede e mantinha atendimento via internet, abrangendo uma ampla clientela, inclusive internacional, em meio à qual fez circular em 18 de março de 1993, a mensagem abaixo, pondo à venda por US\$ 300.000,00, os 755 itens raros de literatura brasileira constantes do catálogo editado pela CEJUP:

To whom it may concern
 Quarup Antiquarium Bookstore – Brazil’s first bookshop to be connected to Internet - is putting up for sale a collection of rare books on Brazilian literature. These books are owned by a private collector, and it took him almost 50 years to collect them. It is a valuable collection because of its rare bibliographical quality. In this collection, encompassing representative periods of the Brazilian literature, one will find first

⁸⁴ TEIXEIRA, Rogério de Campos, SILVA, Cláudio Luiz de. [Telegrama]. Juiz de Fora, 199-?]

editions, out-of-print editions, special limited editions, copies inscribed by the authors, and the unique copy of a book whose edition was discontinued.

Interested parties will receive a catalogue (in Portuguese), with all the information on the 755 items of the collection. Proposals to divide the collection are not acceptable. The price of the collection is US\$ 300.000,00 (three hundred thousand dollars).

Contacts:

Mr. Rogerio de Campos Teixeira
General Manager⁸⁵

A mensagem eletrônica de 18 de março que a Livraria Quarup fez circular anunciava apenas as obras de literatura brasileira constantes do catálogo impresso pela CEJUP. No entanto, havia tempos, a pedido do Professor Rodolfo Franconi, Haroldo Maranhão elaborara uma listagem com as obras de literatura portuguesa, cuja cópia envia, em maio de 1993, aos livreiros de Juiz de Fora, com o propósito de acrescer o catálogo sem acrescer o preço.

Rio, 4. V. 93

Caro Rogério,

Já não sei mais quantos outonos ou primaveras atrás, Rodolfo A. Franconi, interessadíssimo, então, no acervo que lhe mandara em listagem de computador, pediu-me (se possível) a inclusão de itens de Literatura Portuguesa, já que o seu Departamento abrange as duas literaturas. Mande-lhe listagem suplementar, que integraria o acervo, sem acréscimo no preço que era e é US\$ 300.000,00.

Acabei de achar, nesse caos em que habito, uma cópia dos livros portugueses, que ora lhe mando com igual propósito, i. é., acrescer o catálogo sem acrescer o preço.⁸⁶

Assim, em 9 de maio do mesmo ano, outra mensagem circularia pelo meio eletrônico, desta vez anunciando a coleção com os 45 itens de literatura portuguesa, incluindo Camões, o Cancioneiro da Vaticana e primeiras edições de Eça, Camillo e outros, pelo valor de US\$ 20.000,00. A segunda mensagem eletrônica, que se refere à coleção de livros raros da literatura portuguesa pertencentes à biblioteca de Haroldo Maranhão, faz

⁸⁵ A quem interessar. Quarup Livraria Antiquária – primeira livraria brasileira conectada à internet – está pondo à venda uma coleção de livros raros de literatura brasileira. Esses livros pertencem a um colecionador que levou quase 50 anos para reuni-los. Trata-se de uma coleção valiosa pela sua rara qualidade bibliográfica. Esta coleção, abrangendo períodos representativos da literatura brasileira, contém primeiras edições, edições esgotadas, tiragens limitadas, exemplares autografados pelos autores e exemplares únicos de edições descontinuadas. Os interessados receberão um catálogo em português com todas as informações sobre os 755 itens da coleção. Propostas para dividir a coleção não serão aceitas. O preço da coleção é de 300 mil dólares. Contatos: Sr. Rogério de Campos Teixeira, Diretor Geral. Cf. TEIXEIRA, Rogério de Campos. Anúncio eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <Medina_juliana@yahoo.com.br> em 12 fev. 2010.

⁸⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 4 mai. 1993.

crer que ele teria encetado com a livraria acordo de venda de parcela do acervo, desmembrando-o, ainda que a contragosto.

To whom it may concern

Quarup Antiquarium Bookstore – Brazil’s first bookshop to be connected to Internet - is putting up for sale a collection of rare books on Portuguese literature, including *Camões (Rimas Várias - 1685)*, *Cancioneiro Portuguez da Vaticana (1878)*, several first editions (*Eça de Queiroz*, *Camillo Castelo Branco*), etc. Interested parties will receive a catalogue (in Portuguese) with all the information on the 45 items of the collection. The price of the collection is US\$ 20.000,00 (twenty thousand dollars).

Cordially,

Rogério de Campos Teixeira
Managing Director⁸⁷

No dia 18 de maio de 1993, Rogério de Campos Teixeira, Diretor da Quarup Livraria Antiquária, encaminhava por fax a seguinte mensagem à Assessoria de Comunicação da Bosch do Brasil S.A., em Campinas:

Prezados Senhores:

Fomos informados que a matriz da Bosch, na Alemanha, tem interesse de adquirir coleções de livros raros sobre o Brasil e por isto estamos solicitando a V.Sas. a gentileza de confirmarem esta notícia para nós. Somos livreiros antiquários e temos uma importante coleção de obras raras e esgotadas sobre literatura brasileira. Gostaríamos de enviar um catálogo, caso seja verdadeiro o informe, para a Alemanha, ou para algum encarregado deste assunto no Brasil.⁸⁸

Em 31 de maio de 1993, uma nova carta é enviada ao assessor de imprensa da Bosch, Gustavo Osmar Mazzolla, em Campinas, constando, no alto da folha, o nome da Quarup Livraria Antiquária, Caixa Postal 1100, Juiz de Fora, MG, e os números de telefone. A cópia existente na Coleção Haroldo Maranhão é de apenas uma página, e não é possível saber quem a assinou, nem se teria havido uma segunda página. Nesta carta, o remetente já faz anexar, além do Catálogo de Obras Raras – Literatura Brasileira, a listagem com as

⁸⁷ A quem interessar. Quarup Livraria Antiquária – primeira livraria brasileira conectada à internet – está pondo à venda uma coleção de livros raros de literatura portuguesa, incluindo *Camões (Rimas Várias – 1685)*, *Cancioneiro Portuguez da Vaticana (1878)* várias primeiras edições (*Eça de Queiroz*, *Camillo Castelo Branco*), etc. Os interessados receberão um catálogo em português com todas as informações sobre os 45 itens da coleção. O preço da coleção é de 20 mil dólares. Cordialmente, Rogério de Campos Teixeira. Diretor Geral. TEIXEIRA, Rogério de Campos. Anúncio eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <Medina_juliana@yahoo.com.br> em 12 fev. 2010.

⁸⁸ TEIXEIRA, Rogério de Campos. [Carta transmitida via fax]. Juiz de Fora, 18 de maio de 1993.

obras de literatura portuguesa que Haroldo Maranhão enviara poucos dias antes, por meio da carta do dia 4 de maio de 1993.

Prezado Senhor,

Pela presente estamos encaminhando a V.Sa. o nosso **Catálogo de Obras Raras – Literatura Brasileira**, bem como uma lista de **Obras Raras sobre Literatura Portuguesa**, a fim de que sejam apreciados pela Diretoria desta Empresa. As duas coleções pertencem a um bibliófilo que levou cerca de 50 anos para formar este acervo. A de Literatura Brasileira inclui um grande número de primeiras edições, edições fora do comércio, tiragens especiais limitadas, exemplares autografados pelos autores, bem como um exemplar único de uma edição que não chegou a se completar. A de Literatura Portuguesa, possui obras de grande valor, como o Cancioneiro Portuguez da Vaticana e diversas primeiras edições de Camillo Castelo Branco e Eça de Queiroz.⁸⁹

A Bosch respondeu à Quarup em 31 de maio de 1993, e limitou-se a acusar o recebimento do fax, a agradecer o recebimento do catálogo e a afirmar que o material seria apreciado pela Diretoria. A Cargill Agrícola S/A provavelmente recebeu o catálogo diretamente de Haroldo Maranhão, pois é ao Sr. Noronha que o representante da Presidência agradece, em 22 de janeiro de 1993, o envio do Catálogo de Obras Raras. De ambas as multinacionais, nem a Bosch nem a Cargill, embora sem tradição no mundo dos livros, teriam qualquer dificuldade em desembolsar o valor pedido pelo acervo, no entanto não houve manifestação de interesse no negócio. O Getty Center, em carta de 12 de abril de 1993, dirige-se, através de seu bibliotecário sênior, J.M.Edelstein, ao “Dear Mr. Teixeira”, agradecendo o envio do Catálogo, informando que a instituição já possui grande parte das obras do acervo em uma ou outra edição, e adiantando ser impossível considerar a aquisição em bloco:

Dear Mr. Teixeira:

Tank you for sending me a copy of your “Catálogo de Obras Raras”.

As you may know, the Getty Center⁹⁰ collects Brasiliana in close collaboration with the library of the University of California at Los Angeles. We have checked your catalog carefully and we find that

⁸⁹ LIVRARIA Quarup. [Carta]. Juiz de Fora, 31 mai. 1993.

⁹⁰ O Getty Center é um complexo cultural localizado em Los Angeles, nos Estados Unidos, que engloba o empreendimento cultural *J. Paul Getty Trusts*, o museu *J. Paul Getty Museum* e outras instituições associadas, como o instituto de pesquisas *Getty Research Institute*, o instituto de conservação *Getty Conservation Institute* e o instituto de lideranças *Getty Leadership Institute*, voltado para a educação de museólogos principiantes e para o aperfeiçoamento de profissionais experientes. É mantido pela Fundação Getty, fundada pelo magnata do petróleo John Paul Getty, morto em 1976.

between our own holdings and those of the University, we have almost everything in the catalog in one or another edition. It is, therefore, impossible for us to consider the catalog as an en bloc acquisition.

I hope you will continue to keep me on your mailing list.

With kind regards

Sincerely,

J.M.Edelstein

Senior Bibliographer

And Resource Coordinator⁹¹

Ao descartar a possibilidade da compra em bloco, a instituição americana eximia-se da compra de obras que não interessariam a ela ou de obras que já possuía em seu próprio acervo. A se considerar verdadeiro o que afirma J.M. Edlestein, que o Getty Center já possuía boa parte das obras constantes do catálogo, é quase impossível não se perguntar se, ao contrário do que afirmou Haroldo Maranhão ao amigo Rodolfo Franconi, as brasileiras Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura não teriam, elas também, um bom número de itens em comum com a biblioteca do escritor.

Na distante Hanover, Rodolfo Franconi, cujo nome seguramente fazia parte do cadastro de clientes da Quarup, também recebeu notícias dos livreiros de Juiz de Fora, anunciando a venda da coleção de obras raras, que acertadamente presumiu tratar-se do acervo de Haroldo Maranhão, que, àquela altura, parecia já considerar a possibilidade de fragmentar do conjunto, conforme se pode constatar do e-mail enviado por ele no dia 27 de abril de 1993 a Rogério de Campos Teixeira, no qual o professor lamenta o fato e sugere alguns arranjos possíveis para minimizar os prejuízos, tanto para as finanças do proprietário, como para o conjunto da coleção.

Rogério,

Somente agora (20h e 33 m) abri meu e-mail! Fico muito feliz de saber que o Haroldo está ai com vocês. Ele é o meu grande ídolo e meu autor favorito, além de considerar-se meu amigo também. Quando me mandaram o e-mail da Quarup sobre a coleção a venda, imaginei que fosse a do Haroldo: como batalhei por três meses para convencer a universidade a comprá-la e a resposta foi “não temos esse dinheiro”, não respondi por já ter esclarecida a questão com o Haroldo. Desmembrar a coleção é uma pena e temo que o Haroldo perca com isso. Sinceramente

⁹¹ Estimado Sr. Teixeira. Obrigado por nos enviar uma cópia do seu “Catálogo de Obras Raras”. Como o senhor sabe, o Getty Center reúne uma Brasileira em estreita colaboração com a biblioteca da Universidade da Califórnia em Los Angeles. Verificamos o seu catálogo cuidadosamente e verificamos que nós temos em nosso próprio acervo e no da Universidade quase todos os itens do catálogo em uma ou outra edição. É, por isso, impossível para nós considerar a aquisição em bloco de todo o conjunto do catálogo. Espero que continue mantendo-me em sua lista de e-mails. Sinceramente, J. M. Edelstein. Bibliotecário Sênior e Coordenador de Recursos. EDELSTEIN, J.M. [Carta]. [S.l], 12 abr. 1993.

espero que você encontre uma forma de fazê-lo de modo que ele não perca dinheiro. Tentarei propor novamente a universidade a aquisição de parte da coleção, mas, desde já, adianto que so estão interessados no mais recente, naquilo que não tem e que lhes custaria mais comprá-lo avulsamente. Sei que \$ 300.000,00 não é pedir demasiado, porém as universidades americanas estão em recesso e investir em livros é o último item nas prioridades infelizmente. [...]⁹²

Como se pode observar pela mensagem de Franconi, nessa época Haroldo Maranhão já estava morando em Juiz de Fora – “[...] o Haroldo está aí com vocês”. Percebe-se também que a universidade não estava interessada na aquisição das obras raras, mas apenas em obras mais recentes que ainda não possuía e que teria dificuldade para reunir uma a uma. Na opinião de Franconi, que já intermediara negociação anterior, e que portanto conhecia o conteúdo do acervo, para o sucesso da empreitada impunha-se o desmembramento da coleção: para isso, sugeria que o anúncio deveria priorizar a coleção de Machado de Assis ou a dos Modernistas da primeira fase, que por seu valor teriam maior possibilidade de atrair o interesse de colecionadores. E que algumas outras preciosidades, que não enumera, deveriam ser oferecidas a preço de ouro.

Sugiro que vocês anunciem, por exemplo, a coleção do Machado, ou a dos Modernistas da primeira fase, que o Haroldo tem com autógrafos e em primeiras edições. Por outro lado, penso que algumas preciosidades da coleção devam ser oferecidas como tal: raridades a preço de ouro. [...] Abrace o Haroldo por mim e diga-lhe que se ele estiver no Rio em agosto, irei visitá-lo. Receba o abraço deste brasileiro quase no pólo. Rodolfo.⁹³

Não havia muitos dias, Haroldo Maranhão havia escrito outra carta aos livreiros Rogério e Cláudio Luiz, datada de 30 de abril de 1993, na qual fazia uma espécie de balanço dos últimos eventos em relação às tentativas de venda do acervo. Começava por relatar que o então Presidente da Biblioteca Nacional, Affonso Romano de Sant’Anna, foi das primeiras pessoas a receber em sua casa um exemplar do seu Catálogo de Obras Raras, mas que nada respondeu, quer em caráter pessoal, quer em nome da instituição que presidia. O silêncio de Affonso Romano de Santana pode significar que pessoalmente ele não se interessava pela coleção, e institucionalmente que talvez as obras ali arroladas já deveriam constar do catálogo da Biblioteca Nacional, que dificilmente não as teria em seu acervo,

⁹² FRANCONI, Rodolfo. [e-mail]. Hanover, 27 abr. 1993.

⁹³ Id. Uma cópia desse e-mail, com o abraço de Franconi, foi enviada por Rogério de Campos Teixeira a Haroldo Maranhão, que a conservou em seu arquivo.

contrariando o que Haroldo Maranhão afirmou, “sem receio de erro”, na carta escrita em 1992 a Rodolfo Franconi, que nem a Biblioteca Nacional, nem o Real Gabinete Português de Leitura, e nem ainda as bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro, da UNICAMP, da UFRJ e UERJ possuíam duplicata de sua biblioteca .

Rio, 30.IV.93

Caros amigos Rogério e Luiz Cláudio,

1. Affonso Romano de Sant’Anna. Foi dos primeiros a receber o catálogo, em sua residência de Ipanema. Nada respondeu a A.P.Noronha, o qual deduziu não haver interesse, nem pessoal, nem da parte da Biblioteca Nacional. Aliás, a venda, no Brasil, parece-me agora absolutamente inviável, pela tendência tupiniquim de converter US\$ em Cr\$, o que é no mínimo tolo. Xuxa cobra US\$ 300.000,00 por um *show* (no Brasil) e é isso e está acabado.⁹⁴

Prosseguindo, Haroldo Maranhão brinca fazendo trocadilho com o nome do professor Rodolfo A. Franconi, e resume todos os passos até então percorridos na tentativa de venda da biblioteca, com exceção das primeiras investidas, através de Sultana Rosenblatt e Regina Igel, finalizando por dizer que a Quarup se revelava como o nome capaz de dar o desfecho pretendido ao longo périplo que já se arrastava havia alguns anos, pelo menos desde 1986. Ao mencionar que já havia diligenciado junto aos consulados do Rio de Janeiro para obter o endereço de universidades mundo afora, que já estavam em seu poder, provavelmente sugeria estratégias para os próximos contatos da Quarup.

2. Franconi/Rogério. Rogério teve razão, no nosso encontro da tarde do dia 27 passado, na Livraria, em sustentar que 300 mil dólares é pouco mais que nada, no exterior, onde não se raciocina em termos de cruzeiros. Para ser franco(ni), *depois* da primeira gestão com o Rodolfo A., me desiludi quanto à eventualidade de venda para os EUA. Eles passam sabidamente por crise financeira, com a diferença, em relação ao Brasil, de que lá é crise de Primeiro mundo e aqui a crise é de Quarto. Pensei no mercado europeu, também pensei no Canadá e sobretudo me fixei no Japão, como possibilidades de venda em *bloco*. Cheguei a pedir aos consulados no Rio endereços das universidades, que tenho em meu poder. Foi quando um poder mais alto se levantou – a Quarup.⁹⁵

O trecho final da carta revela um Haroldo Maranhão cansado e decepcionado com as sucessivas frustrações que vinha sofrendo ao longo do tempo, pois invariavelmente o

⁹⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 abr. 1993.

⁹⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 abr. 1993.

negócio esbarrava no preço estipulado por ele ou na falta de disposição dos interessados em adquirir o acervo na totalidade. O que parecia incomodar Haroldo Maranhão era qual o critério a ser adotado para chegar ao preço pretendido, US\$ 300 mil, fragmentando o acervo, “retalhando-o”. Dividir, simplesmente, o valor pelo número de obras não se afigurava o melhor caminho porque significaria nivelar num mesmo patamar itens de importâncias diferentes, como a *Revista Brasileira*, por exemplo, que reputa “raríssima”, e o item 727 do catálogo, que julga “desimportante”.

J.M.Edelstein (Califórnia) e R. A. Franconi (Darmouth) orientaram-se pelo comum caminho de fragmentar o acervo, o primeiro mais sutil, e o segundo, sabendo que perderei, retalhando-o. Como chegar-se ao valor das fatias mais deleitosas do bolo? Dividir-se 300 mil por setecentos e tantos? Não me parece o melhor critério, até porque, nesse caso, justo o último item do Catálogo compreende 2 fases importantes e raríssimas da *Revista Brasileira*. A última vez que vi essa revista (apenas a Segunda Fase) foi em S. Paulo e incompleta. O item 727 é desimportante, não valeria -- é claro -- o produto da hipotética divisão de trezentos mil por setecentos que jamais acudira o dono do acervo, até porque invariavelmente pensou em termos de atacado e não de varejo.

Lamento opor-me a Edelstein e a Franconi, que no fundo desejam alapardar o fino do fino, desprezando o menos fino e possivelmente o mais grosso. Quando me imaginaria citar Dona Xuxa? “É isso aí.” Afinal, o ovo da idéia de dispor de meus livros foi e continua sendo hospitalização minha na Inglaterra para salvar minha vida, talvez, se antes não me desabar na cabeça um dos sete pilares da sabedoria.⁹⁶

No entanto, na iminência de voltar a morar no Rio de Janeiro, e novamente às voltas com os problemas de acondicionamento e transporte da biblioteca, a idéia da venda de exemplares avulsos já não lhe parecia mais tão acintosa. Em carta à amiga Maria Elisa Guimarães, em 28 de outubro de 1996, Haroldo Maranhão agradece a intermediação para a venda de volumes de sua biblioteca para os livreiros Ana e Daniel, da Dantes Livraria, do Rio de Janeiro, que negociava livros raros e usados. Hiperbólico, ele agradece: “Obrigado, obrigado, muito obrigado”.

Telefonei para Ana, que não estava. Falei ao seu sócio Daniel, que me informou que o fax da DANTES é via computador, que daqui não sei operar. Para não me alongar: no segundo telefonema sugeri que seria mais fácil para eles e para mim virem aqui, AMANHÃ se possível, já que poderiam ver tudo e levar o possível. [...] Decidi fazer pequena amostra-grátis de portugueses, tendo lamentavelmente esquecido o Bluteau e a

⁹⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 abr. 1993.

primeira edição do VITERBO, que tb. possuo. Enfim, poderão vocês duas ver tudo amanhã. TENHO PRESSA, MUITA PRESSA, minha amiga.⁹⁷

A despeito dos esforços dos amigos, dos livreiros da Quarup na intermediação dos contatos e do próprio Haroldo Maranhão, nenhum deles resultou satisfatório. Finalmente, quinze anos depois daquelas primeiras cartas trocadas com Sultana Rosenblatt, o acervo de Haroldo Maranhão foi adquirido através de um convênio de cooperação firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - e a Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – FCPTN -, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, por R\$ 150.000,00, valor bem abaixo daquele fixado pelo escritor, e acabou ficando mesmo na sua terra natal.

A documentação do arquivo da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Viana – GBPAV – mostra que a então Diretora de Bibliotecas Públicas da Fundação Tancredo Neves, Maria Regina Maneschy, incumbida de examinar a proposta, considerava que a aquisição do acervo, constituído não só de livros, mas também de cartas, manuscritos, documentos e quadros alçaria a instituição à condição de centro de referência bibliográfica mais importante do norte do Brasil.⁹⁸ Para implementar o projeto, propunha parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, que se mostrara interessada em doar o valor necessário de R\$ 150.000,00 para a efetivação da compra. Obtida a autorização solicitada ao então Secretário de Estado Adjunto, Jaime Bibas, a minuta do convênio foi encaminhada ao gerente de Relações Institucionais da Vale do Rio Doce, David Leal, para apreciação. No documento, uma série de considerandos antecede as cláusulas propriamente ditas:

Considerando a importância do Estado do Pará na trajetória da Companhia Vale do Rio Doce;

Considerando os 130 anos da fundação da Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV), a mais antiga biblioteca pública no Pará e na Amazônia;

Considerando a importância do livro para a constituição da cultura nacional e local;

Considerando a importância cultural do acervo do escritor paraense Haroldo Maranhão, acervo bibliográfico composto por primeiras edições das obras dos mais importantes escritores brasileiros e alguns portugueses, livros e dicionários raros, coleções de quadros, conjunto de cartas trocadas com os mais importantes nomes da literatura brasileira;

Considerando o interesse comum da CVRD e da FCPTN de contribuir para o processo cultural do Estado do Pará e a importância para esse

⁹⁷ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 28 out. 1996.

⁹⁸ MANESCHI, Maria Regina. [Memorando 070/00 – DBP-GB], Belém, 28 mar. 2001. Documento pertencente aos arquivos da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Viana – GBPAV.

processo da permanência neste Estado do acervo de livros, quadros e cartas do escritor paraense Haroldo Maranhão.⁹⁹

Definido o objeto do convênio - a aquisição e incorporação ao patrimônio da Biblioteca Pública Arthur Viana do acervo composto de livros, quadros e cartas e outros documentos referentes à história literária do Brasil e de Portugal -, estabeleciam-se as obrigações de cada uma das partes convenientes, de um lado a sociedade de economia mista Vale do Rio Doce e de outro a Fundação Cultural do Pará, órgão da administração indireta do Governo do Estado do Pará, representada por seu Superintendente Paulo Roberto Chaves Fernandes. Constituíam-se obrigações da Fundação Tancredo Neves:

Acondicionamento dentro dos requisitos técnicos e transporte do acervo do Rio de Janeiro para Belém;
 Higienização, preservação e conservação do acervo, restauração das obras que, porventura, estiverem danificadas;
 Identificação, classificação e catalogação do acervo dentro das Normas Técnicas;
 Criação da coleção Haroldo Maranhão dentro da Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana;
 Divulgar a participação da CVRD na aquisição e constituição da coleção Haroldo Maranhão, assinalando esta participação no ato inaugural da constituição da coleção na Seção de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana (BPAV), assim como em todos os documentos, como catálogos, referentes à coleção que vierem a ser produzidos pela FCPTN;
 Divulgar a participação da CVRD na aquisição e constituição da coleção Haroldo Maranhão, na Biblioteca Arthur Viana, em todas as publicações próprias ou por qualquer outro meio de comunicação sempre que a FCPTN se referir à coleção Haroldo Maranhão;
 Organizar evento solene de inauguração da Coleção Haroldo Maranhão durante a V Feira Pan-Amazônica do Livro.¹⁰⁰

À Companhia Vale do Rio Doce competia:

Contribuir, sob a forma de doação, a favor da FCPTN, com a importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinada à aquisição e incorporação ao patrimônio da Biblioteca Pública Arthur Viana do acervo pertencente ao escritor paraense Haroldo Maranhão.¹⁰¹

⁹⁹ Minuta do convênio encaminhada através do ofício nº 016/01, de 2 de abril de 2002, de emissão de Maria Regina Maneschi, pertencente aos arquivos da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Viana – GBPAV.

¹⁰⁰ Id.

¹⁰¹ Id.

A minuta estabelece ainda cláusulas para a prestação de contas dos recursos, prazo de vigência do convênio de seis meses, rescisão em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas, faculdade de fiscalização da execução do projeto pela Companhia Vale do Rio Doce e eleição do foro do Rio de Janeiro, sede da empresa, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios.

Em documento firmado em Petrópolis, no dia 6 de abril de 2001, Haroldo Maranhão arrolava e declarava ser o legítimo proprietário de vários bens pertencentes ao acervo:

Para todos os fins de direito, Haroldo Maranhão, brasileiro, divorciado, escritor, [...], no momento residente e domiciliado na cidade de Petrópolis – RJ, declara ser legítimo proprietário de um acervo de livros raros, de quadros a óleo e papel, assim:

A. Catálogo de Obras Raras da Literatura Brasileira, editado em 1992, pela Cejup, cujo graficentro tem sede na Travessa Rui Barbosa, 726, em Belém/PA.

B. Listagem de livros, raros também, de escritores portugueses.

C. Dicionários (Bluteau, Fr. Domingos Vieira, Viterbo, etc) além de obras outras igualmente difíceis de achar.

D. Estojo contendo processo manuscrito do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de um inventor autorizado a explorar comercialmente um curioso **Cognac Crystalizado**. Apensado aos autos há uma carta de Chicago com despacho do Ministro Serzedelo Corrêa, autorizando a remessa de 22.500 libras.

E. Álbum de poesias autografadas (1894-1926), de desenhos a **crayon** e a óleo, quatro compassos da ópera Fosca, de Carlos Gomes, junho de 1895.

F. Dois arquivos de aço, contendo correspondência de escritores brasileiros, cartas, cartões e telegramas; fotos de Gilberto Amado, Cyro dos Anjos, Lêdo Ivo, Benedito Nunes, Cecília Meireles, em sua biblioteca e folheando a edição brasileira de **Orlando**, de Virgínia Wolff, num sofá com HM que a entrevistou; de Manuel Bandeira: em seu apartamento da Avenida Beira Mar, 406 de pé com HM, em sua biblioteca; fumando, com livros, lendo um jornal, preparando um café em sua cozinha, enchendo a caneta-tinteiro, sentado à escrivaninha, tocando violão, embaixo de um óleo de Portinari, reclinado na cama fazendo que datilografava em sua portátil, num suporte especial sobre a cama, pondo um disco de 78 rpm na eletrola, de perfil e na janela dos fundos do apartamento, sobre o Beco; de Carlos Drummond de Andrade discursando no Segundo Congresso de Escritores da ABDE, em Belo Horizonte (1947); Ascenso Ferreira e, no verso da foto, manuscrito de seu poema famoso “Filosofia”; duas fotos de Murilo Mendes e de sua mulher Maria da Saudade Cortesão, numa das quais, no verso, com a letra do poeta: M.M. e Maria da Saudade. Petrópolis 1940. Foto de Sílvio da Cunha.

– Entrevista inédita e datilografada com correções à mão, de Murilo Mendes. – Partitura musical – H. Villa-Lobos (música) Manuel Bandeira (poesia) – Canto de Natal.

- Dedicatórias em livros de Lima Barreto – Monteiro Lobato – Gilberto Amado – Graciliano Ramos – Ferreira Goullar (sic) – Raul Bopp – José Lins do Rego – Murilo Rubião – Rubem Braga – Oswald de Andrade – Manuel Bandeira – Ascenso Ferreira – Murilo Mendes – Jorge de Lima – Cecília Meireles – Marques Rebelo – Cornélio Penna – Ribeiro Couto – Dinah Silveira de Queiroz – Jorge Amado – Octávio de Faria – Carlos Drummond de Andrade – João Cabral de Melo Neto – Dalton Trevisan – Clarice Lispector – Augusto Frederico Schmidt, etc.

G. Acervo de quadros emoldurados a óleo (sic); desenhos e gravuras, de Mônica Barki, Isabel Pons, Grassman, Ivan Serpa, Elza O. S., Nássara, Roberto Magalhães, Augusto Rodrigues, Newton Cavalcanti, Santa Rosa, Marta Pires Ferreira, Óscar Ramos, Segall.¹⁰²

Os quadros, desenhos e gravuras mencionados no item “G” da Declaração assinada por Haroldo Maranhão, além de outros, foram desmembrados do acervo e destinados ao Museu do Estado do Pará¹⁰³. Trata-se de 66 peças, entre as quais 17 pinturas em técnicas diversas – óleo sobre tela, guache/papel, óleo/eucatex e óleo/compensado; 33 gravuras, onde se encontram arroladas litogravuras, gravuras em metal, serigrafias, xilogravuras, impressões, calcogravuras, grafites; 14 desenhos, em técnicas mistas sobre papel, aquarelas sobre papel, nanquim, grafites, pastéis, calcogravuras, guache sobre papel; uma escultura entalhada; uma colagem; um oratório, classificado como construção artística.

Depois do extenso acompanhamento das tratativas para a venda e das inúmeras frustrações delas decorrentes, observa-se um longo silêncio de meados dos anos 1990 até 2001, data da efetivação da compra, donde se presume que Haroldo Maranhão, amargurado, decidira não mais vender a biblioteca. O surgimento da possibilidade de venda para o Estado do Pará trazia embutida a idéia de inclusão, na transação, não apenas do acervo bibliográfico, mas também das obras de arte e do arquivo pessoal do escritor. Quando finalmente a operação foi consumada, verifica-se que Haroldo Maranhão capitulou justamente em relação aos três pontos que considerava inegociáveis: seu acervo foi adquirido pelo Estado do Pará, destino que muitas vezes abominara, por um preço muito abaixo do que aquele que estipulara anos antes apenas para o acervo bibliográfico e com recursos oriundos da Companhia Vale do Rio Doce, a despeito do bloco de gelo que anos antes interusera entre si e a empresa. Um balanço de todas as negociações anteriores

¹⁰² Declaração de 6 de abril de 2001, assinada por Haroldo Maranhão pertencente aos arquivos da Gerência da Biblioteca Pública Arthur Viana - GBPAV.

¹⁰³ Conforme peças arroladas em anexo ao Termo de Entrega de 3 de agosto de 2001: “Na presente data, 03/08/2001, foram entregues à Senhora Cláudia Guerra, conforme solicitação da Senhora Rosângela Brito, Diretora do Sistema Integrado de Museus, através do ofício nº 034/01-MEP, 66 peças pertencentes ao acervo Haroldo Maranhão [...]. Cláudia Helena Amazonas Guerra-MEP.”

permite supor que, embora indiscutivelmente valiosa, a biblioteca não o era tanto quanto seu proprietário alardeara, bastando para isso lembrar a carta de 22 de junho de 1988, de Regina Igel, que afirma que pela quantia pedida pela coleção, cada livro sairia pelo preço de 270 dólares, e ainda as cartas de Haroldo Maranhão, de 22 de dezembro de 1989, ao Professor Lorscheiter, na qual oferece os livros constantes do catálogo por 150 mil dólares, e de 30 de abril de 1993, na qual afirma aos livreiros de Juiz de Fora que “300 mil dólares é pouco mais que nada no exterior”. Por fim, no anúncio que publicou na Folha de São Paulo, em 24 de janeiro de 1993, atribuiu o valor de 300 mil dólares às 700 obras raras de literatura brasileira constantes do catálogo de A. P. Noronha.

Por outro lado, independente do seu valor venal, a biblioteca de Haroldo Maranhão, juntamente com todos os demais itens do acervo, tem especialmente para o Pará um valor que não se mede por cifras. Nas palavras de Lúcio Flávio Pinto,

As possibilidades de utilização de todo o material são enormes. Provavelmente, nenhuma outra pessoa viva tem tantas histórias para contar sobre a cultura brasileira quanto Haroldo. E sobre as coisas da Amazônia.¹⁰⁴

Com efeito, as possibilidades de utilização do material são enormes, e agora, silenciada a voz de seu dono, resta a voz dos documentos, capaz de contar tantas histórias, como veremos no capítulo a seguir, no qual se procura reconstituir a trajetória de Haroldo Maranhão inserido no interior de um clã ao mesmo tempo testemunha e protagonista de um tempo e de um lugar. Deixemos, pois, falar os documentos.

¹⁰⁴ PINTO, Lúcio Flávio. A nossa Itabira. *Jornal Pessoal*, n 260, 1 quinzena, maio 2001.

2 A FOLHA DO NORTE E O CLÃ MARANHÃO

Compreender as dificuldades envolvendo a compra e venda dessa biblioteca privada, bem como a relutância de seu proprietário em ver os livros que reuniu ao longo da vida virem parar em sua terra natal só faz sentido se formos capazes de compreender não somente a trajetória individual de Haroldo Maranhão, mas também sua inserção no interior de um clã, cuja atividade jornalística marcou a história da imprensa no Pará. Traçar a trajetória de Haroldo Maranhão implica, portanto, falar antes da *Folha do Norte*, jornal que pertenceu à sua família, no qual se iniciou nas letras ainda criança, e no qual, entre os anos de 1946 e 1951, na juventude, editou um suplemento literário que saía encartado nas páginas dominicais do periódico, contando com uma extensa lista de colaboradores, intelectuais, poetas e escritores do Pará e de várias partes do Brasil. Implica também falar do avô, o jornalista e professor Paulo Maranhão, nome indissociável do diário paraense.

Haroldo Maranhão nasceu em Belém do Pará no dia 7 de agosto de 1927, filho de João Maranhão, homem de confiança de Paulo Maranhão na administração do jornal *Folha do Norte*, e de Carmem Lima Maranhão. Como a família habitasse o prédio sede do jornal, na Rua Gaspar Viana, a *Folha do Norte* foi o seu primeiro contato com o mundo além das fronteiras exclusivamente domésticas do terceiro andar, que era também a residência de João Maranhão, da mulher e dos filhos. Desde muito cedo, “antes que os pés pudessem roçar o chão sob a cadeira”¹⁰⁵, já revisava, junto com o irmão Ivan, as provas tipográficas das edições diárias do jornal, e aos 13 anos já se aventurava como repórter policial, chegando, mais tarde, a redator-chefe, uma trajetória ascendente que lembra a do avô nos primeiros anos de jornalismo. Nas cartas ao irmão Ivan, Haroldo Maranhão escreveu:

Sempre pensamos em jornal e em jornalismo, profissão que elegemos – seria natural -, até porque habitávamos os altos de uma redação e de um parque gráfico. Começamos do be-a-bá, lendo ou cotejando as provas de paquê que subiam da oficina.¹⁰⁶

¹⁰⁵ PINTO, Lúcio Flávio. Prefácio. In: MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 11.

¹⁰⁶ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 25.

Durante a infância, Haroldo e seu irmão Ivan, dois anos mais novo¹⁰⁷, viveram praticamente reclusos no prédio do jornal. Só iam à escola no carro do jornal e as brincadeiras de rua não lhes eram permitidas, tudo por causa das duras críticas desferidas pelo avô e estampadas nas páginas da *Folha do Norte* contra Magalhães Barata, que, tendo ocupado por três vezes a administração do Estado, primeiro como interventor, de 1930 a 1935 e de 1943 a 1945, e depois como governador eleito, de 1956 a 1959, moveu perseguição intensa e sistemática ao jornalista e por extensão a toda sua família.

Não empinamos papagaio nem curica. Não jogamos bola [...], não tínhamos a liberdade dos nossos colegas e amigos, porque íamos para o colégio no 22-P e nele voltávamos, depois, na Rural Wyllis e finalmente no jipe. Creio que jamais viajamos de ônibus [...]. Raras vezes descemos ao Boulevard.¹⁰⁸

Isolados em casa, a salvo do fogo cruzado, os dois meninos contavam com a cumplicidade de Dona Carmem, que com imaginação ajudava a preencher o dia-a-dia das crianças, inventando brincadeiras novas, às quais ia agregando as filhas, à medida que lhes iam nascendo. Nas suas memórias, Haroldo Maranhão projeta em Carmem Maranhão a imagem de mãe diligente, preocupada em minimizar nos filhos os efeitos causados pela reclusão involuntária. Em uma das cartas a Ivan, a figura materna é lembrada por Haroldo com admiração:

Nesse ponto, nossa mãe deixava-nos a distância em questão de inventar modas. Não tenho dúvida: foi uma antecipadora, adiantada em relação a seu tempo. Investia nos filhos em criatividade. Hoje, com o transcurso de mais de meio século, redobra minha admiração pela mulher forte, que preenchia espaços, não parava um minuto. Lembrará o jardim e a horta que construiu no pátio de cimento armado que ficava sobre “a casa ao lado”, que era “O Imparcial”. Criou uma garça, entre flores e legumes! E naquele ano em que não passamos no Pinheiro as festas de junho e o aniversário do Seu João? Ela fez construir um balão de talas e papel de seda, que, afinal, não sei se chegou a subir ou se se queimou ao elevar-se sobre o Guajará, perdendo-se para os lados do Guamá. Num carnaval saíram, sem graça e sem pique, “Os Malandrinhos Lá de Casa”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Ivan foi o único irmão do sexo masculino. Os filhos de João e Carmem Maranhão, quase todos com um ano de idade de diferença, eram, por ordem de nascimento, Yolanda, Haroldo, Ivan, Yvone, Ivete, Iollta e Niilza. Raquel e Regina, as duas últimas filhas de João Maranhão, eram fruto de seu segundo casamento, com Zípora, que aparece em *Querido Ivan* com o apelido de Zizi.

¹⁰⁸ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 40.

¹⁰⁹ Id., *Ibid.* p. 92.

As intermináveis escaramuças de uma guerra sem tréguas que opunha, de um lado da trincheira Paulo Maranhão e a sua *Folha do Norte*, e de outro os baratistas, produziram farta crônica política e policial, cuja matéria mais tarde iria alimentar as narrativas de Haroldo Maranhão, sobretudo no romance *Rio de raivas*. A esse respeito, Marcelo Vieira afirma:

O livro do romancista paraense conta a história do embate entre os figadais inimigos Cagarraios Palácios, governador do Estado, e Palma Cavalão, dono e editor do jornal “O Folharal”. Há consenso de que as duas figuras correspondem claramente ao ex-governador paraense Magalhães Barata, que por duas vezes comandou o Estado, como interventor e como governador, morrendo no cargo, e a Paulo Maranhão, avô do romancista e dono dos jornais “Folha do Norte” e “Folha Vespertina”, órgãos encarniçadamente opositores a Barata.¹¹⁰

Com efeito, a cizânia política e as cisões no seio da própria família, como a tentativa de interdição judicial de Paulo Maranhão, movida pelo filho Clóvis, foram exploradas literariamente em *Rio de Raivas*, assim como o inacreditável, mas verdadeiro banho de fezes sofrido pelo avô em 11 de abril de 1950, dia em que completava anos, ao chegar em casa depois de um dia de trabalho. A autoria intelectual do agravo sofrido pelo velho jornalista foi atribuída ao caudilho Magalhães Barata, e a execução a um de seus aliados. No romance, Haroldo Maranhão descreve os efeitos da agressão sobre o ânimo de Palma Cavalão:

Naqueles tempos, merda não era insulto abstrato, mas artefacto ofensivo, feito o que lançaram na cara de Palma Cavalão, que aceitou a merda de ânimo inteiro, como de pé teria ficado se em vez de bosta lhe tivessem vazado à faca o baixo ventre ou lhe espatifado a cara a balas de aço.¹¹¹

A integridade da personagem, cujo ânimo permanece a despeito da grave ofensa sofrida, é enfatizada pela comparação com um possível ataque mortal, a ser enfrentado com idêntica dignidade. Em outro trecho do livro, o narrador volta a se referir ao ocorrido, enfatizando novamente a resistência moral da personagem, que em lugar de sair diminuída do episódio mantém sua firmeza:

¹¹⁰ VIEIRA, Marcelo. *Cagarraios e Cavalões: jornalismo, poder e metaficção historiográfica em Rio de raivas*, de Haroldo Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, set. 2009. p. 3.

¹¹¹ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 153.

Poucos resistem a um banho de merda. Emerdados entristecem pelo resto da vida, a alma esvazia-se como bola que perde o gás. [...] Morrem antes do tempo. Nunca se soube de quem sobrevivesse a uma bofetada de merda. Isto é, Palma Cavalão sobreviveu.¹¹²

Sem dúvida alguma, no terreno da ficção, Haroldo Maranhão procurava enaltecer a figura do avô, Paulo Maranhão, que nascera na Belém imperial em 11 de abril de 1872, e morrera em 17 de abril de 1966, aos 94 anos. O percurso de vida do avô tornado personagem do romance se inicia com sua infância de menino pobre criado pela avó, retirante cearense, órfão de pai no primeiro ano de vida e de mãe aos oito, até a condição de proprietário e comandante supremo de um dos mais importantes jornais do Norte e Nordeste dos últimos anos do século XIX até parte da segunda do século XX e à posterior decadência do homem e do diário.

Fundada nos estertores do século XIX por Enéas Martins e Cipriano Santos para defender as idéias do Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré, então em seu primeiro mandato como governador do Estado (1891 a 1897)¹¹³, a *Folha do Norte* influenciou fortemente os destinos da política paraense. À época da fundação do diário, Paulo Maranhão era professor primário na localidade de Marapanim, interior do Estado, e foi chamado pelo amigo Enéas Martins para ocupar a função de revisor. Foi galgando posições até tornar-se o principal editorialista e mais tarde o senhor absoluto do diário. Em *História do Pará*, Benedicto Monteiro dá a chave para a compreensão do papel da imprensa no jogo de forças políticas que dominava o Pará na então jovem República:

Como a proclamação da república foi um golpe de militares, para efetuar apenas uma mudança de regime, as elites dirigentes permaneceram as mesmas, divididas apenas entre liberais e conservadores. A única mudança importante foi a transformação da monarquia num estado de direito com regime federativo. [...] Nessas lutas políticas provincianas, avultaram dois jornais de circulação diária, *A Província do Pará* e a *Folha do Norte*, nos quais escreveram nomes notáveis, como os próprios Antônio Lemos e Lauro Sodré. E, entre muitos outros, Paulo Maranhão, que tornou-se no período seguinte o maior adversário de Magalhães Barata.¹¹⁴

¹¹² MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 50.

¹¹³ Lauro Sodré voltaria do governo do Estado vinte anos depois, para um segundo mandato, de 1917 a 1921.

¹¹⁴ MONTEIRO, Benedicto. *História do Pará*. Belém: Editora Amazônia, 2006, p. 172.

A vocação oposicionista e o prestígio do diário são atestados por Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil*: “De oposição eram, em Belém, a *Folha do Norte*, de Paulo Maranhão, que guardava o prestígio muito antes desfrutado pela *Província*¹¹⁵, incendiada quando da queda de Antônio Lemos.”¹¹⁶ O historiador Carlos Rocque, em *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*, esmiúça o papel de Paulo Maranhão e da *Folha do Norte*:

Nos fins do século passado [Paulo Maranhão] entrou na redação do recém-criado “*Folha do Norte*”, levado pelas mãos de Enéas Martins. Estreou como editorialista contra o governador Paes de Carvalho. Combateu duramente a oligarquia de Antônio Lemos e foi impiedoso com o governador Augusto Montenegro. [...] Em 1915 lançou-se contra o seu antigo protetor, Enéas Martins, já governando o Pará, quando houve o rompimento deste com Cipriano Santos, que naquela altura era o dono da “*Folha*”. E contra Enéas fez a mais violenta campanha jornalística levada a efeito no Pará, ao lado das desenvolvidas contra Lemos e Montenegro e, a partir de 34, contra Barata. Enéas acabou sendo deposto e Lauro Sodré passou, realmente, a dominar a política do Pará até a revolução de 30. [...] Ao longo de sua extensa existência, poupou apenas Sodré e Eurico Vale – este o governador deposto pela revolução de 30.¹¹⁷

Nos anos seguintes à primeira administração de Lauro Sodré, o governo do Estado do Pará seria ocupado sucessivamente por José Paes de Carvalho (1897-1901) e por Augusto Montenegro (1901-1909) enquanto no governo municipal reinava absoluto o intendente Antônio Lemos (1897-1912), que permaneceu 14 anos ininterruptos no poder. A riqueza produzida pelo comércio do látex mantinha os cofres públicos abarrotados e Belém conheceu a sua fase áurea: calçamento, luz elétrica, rede de esgotos, bondes elétricos, abertura de ruas, melhorias urbanísticas que, aliadas a obras de arquitetura monumental dos prédios públicos ou dos luxuosos palacetes dos barões da borracha, operavam mudanças profundas na fisionomia da cidade, modernizando-a segundo padrões europeus. A esse respeito, Marcello Gabbay afirma:

Na passagem do século XIX para o XX, Belém passou por um impulso urbanístico pautado na tradição neoclássica europeia por conta da economia extrativista e exportadora da borracha, que trouxe à cidade um tráfego intenso da cultura do Velho Continente, seja através dos filhos das classes abastadas que iam estudar na Europa, ou através dos próprios

¹¹⁵ *A Província do Pará*.

¹¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 368.

¹¹⁷ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: *Secult*, 1999, p. 251.

senhores do látex e governantes que traziam óperas, artistas e urbanistas europeus para a construção de uma “Paris n’América” em plena bacia amazônica¹¹⁸. (SALLES, 1994 apud GABBAY, 2008)

A *Folha do Norte* alinhava-se politicamente com o ex-governador Lauro Sodré e opunha-se a todos os demais governantes então no poder, quer no âmbito municipal, quer no âmbito do Estado, e não poupava críticas a eles, a despeito da euforia administrativa favorecida por orçamentos confortáveis, que alçava Belém à condição de “Paris na América”, porque “mais próxima” da capital francesa do que do restante do País. Na edição de 4 de agosto de 1915, dia posterior à morte de Augusto Montenegro em Paris, seis anos depois de ter deixado o governo do Estado, a *Folha do Norte* publicaria um editorial em que numa única tacada desancava dois de seus antigos desafetos, o ex-governador e o ex-intendente Antônio Lemos. Ressalvadas poucas exceções, os editoriais de Paulo Maranhão na *Folha do Norte* eram de hábito assinados com pseudônimos, mas o estilo ao mesmo tempo ferino e erudito era imediatamente reconhecido por todos. O editorial em questão foi republicado em 1997 pelo jornal *A Província do Pará* na seção Páginas do Passado do caderno de Cultura, sob o título “Nossos Grandes Cronistas – Paulo Maranhão”, atribuindo-lhe a autoria.

Os jornais noticiaram ontem o óbito do sr. Augusto Montenegro. Já está também diante do incorruptível tribunal da justiça divina o sr. Antônio Lemos. A morte não nos deve impedir de dizer que são dois nomes de triste memória vinculados nos anais do Estado, e, na partilha das responsabilidades, maior soma cabe ao que acaba agora de falecer, após uma vida em que os remorsos foram sem dúvida, os únicos amigos que o procuraram e seguiram até a morte, depois que cessou a autoridade de seu despotismo e vasquejou a chama de gambiarra de seu governo.¹¹⁹

Como se vê do trecho acima, tampouco a morte dos adversários abrandava o tom de Paulo Maranhão, e o editorial prosseguia, disparando farpas também em outras direções.

O sr. Antônio Lemos foi obra, quase exclusiva, de sua maldade. Antes que o líder do governo Campos Sales chegasse a governador do Estado, pela

¹¹⁸ GABBAY, Marcello Monteiro. Paraenses em diáspora: um ensaio etnográfico sobre a migração de artistas paraenses para o Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA - Encult, 4., *Anais...* Salvador, 2008.

¹¹⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 23 nov. 1997. Caderno Cultura, Seção Páginas do Passado, p. 11, que reeditou o editorial publicado na *Folha do Norte* 4 ago 1915, sob o título “Nossos Grandes Cronistas – Paulo Maranhão”.

escada de caracol da perfídia política traíndo o dr. Justo Chermont, graças à fraqueza do hoje arquimilionário Paes de Carvalho, enriquecido com a carne, o sangue, o soro e os ossos do Pará, o sr. Antônio Lemos era apenas um bobo alegre, como lhe chamava, por esse mesmo jornal, o sr. Enéas Martins, proibindo que se lhe desse tratamento de excelência.¹²⁰

A harmonia da santíssima trindade da *Folha* – Enéas, Cipriano e Paulo Maranhão - esfacelou-se quando o primeiro, já há mais de uma década distante de Belém, exercendo mandato legislativo no Amazonas, foi o escolhido pelo Presidente Hermes da Fonseca como candidato de conciliação ao governo do Pará¹²¹, mandato que exerceria de 1913 a 1917. Nos dois primeiros anos, embora com as finanças públicas comprometidas pela queda no preço da borracha, o governo foi de relativa calma política, até que uma crítica, levantada por um aliado de Enéas Martins, contra Lauro Sodré, “a menina de todos os olhos”¹²², segundo Paulo Maranhão, precipitou a crise. A reação dos lauristas se materializaria nas páginas do jornal do qual Enéas Martins havia sido um dos fundadores e do qual se afastara definitivamente ao assumir o governo. A campanha sem tréguas movida pela *Folha do Norte* - “Nem Montenegro nem Lemos, nem Paes de Carvalho, anteriormente, nem Magalhães Barata, posteriormente, foram tão vilipendiados quanto Enéas Martins”¹²³ – culminou com a queda do governante, que morreria dois anos mais tarde no Rio de Janeiro, aos 47 anos.

Jornalista de poucas posses na mocidade, a ascensão de Paulo Maranhão de modesto revisor de provas a legítimo proprietário, dono e senhor de um dos mais influentes jornais de Belém na primeira metade do século XX, talvez tenha outra explicação além do poder que capitalizava dia após dia com o domínio da palavra escrita nas páginas do diário. O historiador Carlos Rocque, sem indicar a época do fato, faz uma rápida menção¹²⁴, que não foi possível comprovar com documentos, de que a *Folha do Norte* teria sido adquirida por Paulo Maranhão dos herdeiros de Cipriano Santos com recursos emprestados pelo fazendeiro José Júlio Andrade, homem forte da política paraense da República Velha, um dos maiores proprietários de terras do Pará e dono de enormes castanhais e seringais em Almeirim, onde no fim da década de 1960 o multimilionário norte-americano Daniel Keith

¹²⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ, Belém, 23 nov. 1997. Caderno Cultura, Seção Páginas do Passado, p. 11.

¹²¹ ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001, p. 122-126.

¹²² MARANHÃO, Paulo. A minha adolescência: páginas de há seis anos. In: FRANCO, Georgenor. *Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre de estilo*. Belém: IOE-PA, 1956. p. 54.

¹²³ *Ibid.*, p. 126-127.

¹²⁴ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: *Secult*, 1999. p. 189.

Ludwig implantaria o Projeto Jari¹²⁵, episódio da recente história do país. Esse fato também foi abordado por Haroldo Maranhão em *Rio de raivas*. No discurso ficcional, o narrador põe a dúvida na boca do jornalista Elder Carvaló, alter-ego do autor, que aventa duas hipóteses para a origem dos recursos que permitiram que Palma Cavalão comprasse o Folharal: um empréstimo, em condições muito favoráveis, de João José, uma clara alusão a José Júlio, a Palma Cavalão ou um empréstimo da colônia portuguesa, “nunca se soube ao certo”. O certo é que João José era sempre poupado de qualquer comentário desabonador nas páginas do Folharal.

O João José é o não-me-toques do Cavalão. Dizem que lhe emprestou dinheiro para comprar o Folharal, a juros de 1% ao século. Dizem outros que foi a colônia portuguesa através do Banco Borges ou do Moreira Gomes, nunca se soube ao certo.¹²⁶

Foi à época das administrações de Magalhães Barata, no entanto, que se deram os lances mais espetaculares da biografia de Paulo Maranhão. Ambos, Maranhão e Barata, vinham das hostes lauristas, mas as divergências entre eles eram notórias e acabaram por explodir quando Paulo Maranhão, sob o pseudônimo de Justino de Souza Montalvão, disparou críticas na *Folha do Norte* acusando Barata de ter coagido funcionários públicos a votarem na eleição para a Constituinte de 1933¹²⁷, pretexto que faltava para o rompimento definitivo. A partir daí, qualquer tentativa de contemporização jamais prosperou.

Foi nesse clima de instabilidade política, em grande parte gerado pela *Folha do Norte*, que Paulo Maranhão, casado desde 1896 com d. Antônia Oeiras Maranhão, a quem conheceu quando professor em Marapanim, constituiu e viu crescer sua prole: Paulo, Sulamita, João, Sílvia, Clóvis, Olga, Helga e Hilda, que por sua vez constituíam suas respectivas famílias, aumentando o clã dos Maranhão. João Maranhão, casado com Carmem, era o braço direito de Paulo Maranhão na administração da *Folha do Norte*, onde os filhos varões Haroldo e Ivan já davam os primeiros passos.

As tensões políticas se sucediam dia após dia, e se os Maranhão, temerosos de represálias pelas posições assumidas pelo jornal, não podiam ir à rua, os amigos iam aos Maranhão, no terceiro andar do prédio da *Folha do Norte*, onde João e Carmem moravam

¹²⁵ O Projeto Jari seria o mote *Os Anões*, publicado em 1982, romance que para alguns é o mais ácido do escritor paraense. Na ficção, Haroldo Maranhão chamou-o Janarí, uma variação quase imperceptível no nome.

¹²⁶ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 114.

¹²⁷ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: SECULT, 1999. p. 252.

com os filhos. Em *Querido Ivan*, Haroldo Maranhão menciona um sem número de amigos, habituais ou eventuais, ou simplesmente gente do mundo das artes e dos espetáculos, dos esportes e das comunicações em trânsito por Belém, que passava para alguns dedos de prosa, para o almoço ou para o jantar: o antropólogo Nunes Pereira, o dono de circo Paulo Lenert, o improvisador de trovas humorísticas Corrêa Pinto, o médico Dr. França, que fez despertar em Haroldo o gosto pela música erudita¹²⁸, o professor de piano Theophilo Magalhães, autor da melodia da “Canção do Soldado”, o jornalista da Rádio Nacional Herrera Filho, Benedito Nunes, Max Martins, Ruy Barata, Raimundo Melo, Jurandyr Bezerra, o alfaiate João Quebra Pinheiro, o barbeiro Manoel Souza, entre outros.

Alguns desses freqüentadores estariam reunidos também em torno de uma idéia comum: a poesia. Em 1942, os poetas paraenses Alonso Rocha, Max Martins, Jurandyr Bezerra e Antônio Comaru Leal fundaram em Belém a Academia dos Novos, movimento literário de inspiração parnasiana, ao qual iriam juntar-se pouco mais tarde outros jovens poetas e intelectuais, como Haroldo Maranhão, Benedito Nunes, Leonan Cruz, Raimundo Melo, Fernando Tasso de Campos Ribeiro, Arnaldo Duarte Cavalcante, Gelmirez Melo, Edmar Souza, Benedito Pádua, Otávio Blatter Pinho, Antero Soeiro, Eduálvaro Hass Gonçalves, Alberto Bordalo e Lúcia Clairefort Seguin Dias, que aos domingos encontravam-se na casa de Benedito Nunes.

Como se vê, a despeito da animosidade recíproca e declarada entre Magalhães Barata e Paulo Maranhão, nem tudo na cidade transpirava a ódio e a política. Alguma normalidade era possível e graças a ela Haroldo Maranhão cumpriu a contento seus estudos regulares: cursou o primário no Colégio Ipiranga, o ginásial no Colégio Moderno, o clássico no Colégio Estadual Paes de Carvalho e o superior na Faculdade de Direito do Estado do Pará. Durante o curso ginásial, aos 16 anos, conheceu Benedito Nunes, então com 13, que se tornaria o amigo de toda a vida. Em depoimento, quinze dias após a morte do amigo e compadre¹²⁹, Benedito Nunes escreveu:

Conhecemo-nos em 1943, eu com 13 e Haroldo com 16 anos, já ele então diretor de O Colegial, um jornalzinho impresso que circulava nos ginásios

¹²⁸ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 21: “Nosso querido amigo e médico dava belas cacetadas no piano desafinado, estropiando Chopin e Beethoven, por cuja porta, no entanto, entrei no mundo mágico da música. Devo-lhe a adesão à música: a que nunca passa de moda. Das *Nove Sinfonias* ele preferia as ímpares, achando menores as pares. Terei concordado e até repetido como dogma, porém depois estabeleceria minhas próprias opções.”

¹²⁹ Benedito e Maria Sylvania Nunes são os padrinhos de Haroldo Paulo, filho de Haroldo Maranhão.

de Belém, publicando fotos e notícias de interesse estudantil. Haroldo foi o primeiro presidente do Grêmio Cívico e literário do Colégio Moderno, no tempo de seus fundadores [...]; eu, o segundo, nossas gestões sucessivas em regime de benevolente despotismo esclarecido. Politicamente estávamos na fase final da ditadura getulista, o Estado Novo, e da Segunda Guerra Mundial. Iniciava-se entre nós uma longa amizade, regada por mútuas afinidades eletivas em torno de literatura e música.¹³⁰

Nessa época, nas outras partes do Brasil o Modernismo vivia já a sua segunda fase, mas as inquietações estéticas da Academia dos Novos tinham ainda um pé no passado, ancoradas na rigidez do soneto parnasiano. É o filósofo Benedito Nunes quem, passados os anos, explica o anacronismo estético:

Embora lêssemos muito, àquela época ainda éramos passadistas, literariamente atrasados, combatendo o movimento modernista de 22 sem conhecê-lo. Por isso decidimos ambos fundar, unindo-nos a outros incipientes literatos de nossa idade, como, principalmente Jurandir Bezerra, Alonso Rocha, Max Martins e Antônio Comaru, que se tornara voluntário da FEB, um círculo de culto e defesa do clássico Parnaso, a Academia dos Novos, organizada nos moldes da Academia Brasileira de Letras.¹³¹ (NUNES, 2004, p.5)

Com efeito, na edição de 1º de janeiro de 1944, da *Folha do Norte*, um sábado, passados 22 anos da Semana de Arte Moderna, Haroldo Maranhão, então com 17 anos incompletos, mas já exercitando o jornalismo, publicaria uma coluna crítica intitulada *A poesia Moderna – Uma Pilheria de Carnaval*¹³², na qual exaltava as virtudes da poesia parnasiana e desancava, sem meias palavras, os modernistas. O estilo rebuscado, formal, empolado e farto de adjetivos é o veículo para as idéias de conteúdo conservador, transcritas a seguir:

A poesia brasileira, através do processo evolutivo da língua portuguesa no Brasil, tem vivido épocas de grande magnificência, incedida pelo fulgôr do estro nacional, assim como, contrariamente, tem atravessado períodos de marasmo espiritual notável, ocasionados ou pelo declínio da sensibilidade dos nossos homens de letras, ou pela inexata e defeituosa

¹³⁰ NUNES, Benedito. A morte do escritor Haroldo Maranhão: depoimento. *O Liberal*, Belém, 30 jul 2004. Caderno Cartaz, p. 5.

¹³¹ Id.

¹³² MARANHÃO, Haroldo. A poesia moderna: uma pilhéria de carnaval. *Folha do Norte*, 1 jan. 1944. O recorte com a íntegra do artigo foi localizado no interior do volume *A vida de Gonçalves Dias*, de Lúcia Miguel Pereira, exemplar sem capa e cujas primeiras páginas inexistem, pertencente à Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Pública Arthur Viana.

interpretação dos motivos emocionais da vida, o que, de qualquer modo, revêla uma profunda decadência no seio de nossa literatura.

Não é, porém, sómente com a poesia que tal sucede. Nota-se o mesmo fenômeno em relação aos outros gêneros literários – o conto, a crônica, o ensaio, a crítica – o que, todavia, é muito natural, de vez que nada é estável no palco tumultuoso dos acontecimentos artísticos, vindo tudo a sofrer, fatalmente, a influência do progresso ou da regressão das faculdades criadoras.

Não é aí, entretanto, onde desejamos chegar, mas sim a um estado de crise alarmante, nos domínios da moderna concepção literária, e que nos parece ruinoso e funesto à inteligência brasileira. Vejamos. O mundo, num crescendo vertiginoso, tem evoluído muito. Tudo recebeu um impulso apreciável, tudo se viu projetado para um futuro melhor – a Ciência, a Arte, a Música, a própria mentalidade dos homens – graças aos influxos do saber e da capacidade humana.

E a Poesia brasileira, provindo de origem humilde, ou seja, da poesia lusitana, para aqui transplantada pelos primeiros agentes da civilização ibérica, também se viu alçada, após lenta trajetória ascensorial, aos esplêndidos pináculos da sua Glória!¹³³

Para Haroldo Maranhão, dos primeiros laivos da civilização ibérica, representada pela herança lusitana, àquele que para alguns é o primeiro poema brasileiro, *Prosopopéia*, o épico de Bento Teixeira publicado em Lisboa em 1601, o senso poético foi-se apurando dia após dia até chegar ao “vulto culminante do último período áureo da história da nossa poesia”, Olavo Bilac, para ele o parnasiano por excelência, o verdadeiro cultor da “divina música da alma”, numa citação do poeta espanhol Ramón de Campoamor¹³⁴. Fora dessa tradição, Haroldo Maranhão não via senão “o ocaso agoirento, prenunciador de uma noite de trevas densas”.

Antes, porém, como é lógico, se processou sensível trabalho de plasmação, em que se ia apurando, dia a dia, o nosso senso poético, através de três séculos de estratificação – de Bento Teixeira a Olavo Bilac – aquele o iniciador da arte rimada em nosso país, ainda em estado embrionário, e este o derradeiro vulto culminante do último período áureo da história da nossa poesia. Depois dessa fase, em que pontificou, como dissemos, o espírito criador de Bilac, o derradeiro e real cultor da “divina música da alma”, no conceito feliz de Campoamor a poesia nacional entra em decadência, como um sol magnífico que descambasse, depois de aurifulgente trajetória, em brusco declínio crepuscular, embebendo-se nas

¹³³ MARANHÃO, Haroldo. Uma pilhéria de carnaval. *Folha do Norte*, 1 jan. 1944.

¹³⁴ O poeta espanhol D. Ramon de Campoamor y Campoosorio (1817-1901), ao que parece também figurava entre as preferências poéticas do grupo, tendo sido citado por Sultana Rosenblatt em carta escrita a Haroldo Maranhão em 9 de junho de 1986.

sombras de um ocaso agoirento, prenunciador de uma noite de trevas densas, e com improváveis probabilidades de ressurgir na alvorada de um novo dia [...].

E o mundo literário contemporâneo, de cujas lucubrações se devia esperar maior renome para o nosso Parnaso, dado o progresso sempre crescente das nossas letras, outra coisa não fez senão degenerá-lo mais e mais, numa depreciação nefanda das reais possibilidades da inteligência brasileira.¹³⁵

Embora conhecedor dos movimentos literários que iam pelo país, – “cujo advento é notório” – o texto do articulista prefere ignorá-los, mantendo uma posição conservadora, recusando-se a comentar a produção mais radical do movimento, mas revelando alguma condescendência com aqueles que, embora sem métrica nem rima, “glorificam Camões”.

Queremos aqui acentuar que não é nossa intenção fazer a crítica da nova escola literária cujo advento é notório em todo o país, pois a tal não chega a nossa pretensão, e mesmo porque – faça-se justiça – dentre os adeptos do modernismo, há os que fazem da poesia, embora sem a métrica nem a rima, um objetivo nobre e consciencioso, sem os intuitos anárquicos de seus correligionários, verdadeiros iconoclastas da língua e da arte que glorificaram Camões! A Poesia moderna é uma charlatanice, é uma pilhéria carnavalesca, é um autêntico pagode! – porque só é poesia o que nos impressiona a fundo, só é poesia o que faz vibrar a nossa sensibilidade, só é poesia o que é belo! E os futuristas (ou presentistas, como quer Andrade Muricy) ignoram o senso da beleza, o segredo do colorido e da imagem e o realce da forma escoreta e do vigor de concepção, atributos que, reunidos, constituem a verdadeira poesia.¹³⁶

Para ele, àquela época, a Poesia, com P maiúsculo, ainda se afigurava “um vestido bonito envolvendo uma mulher bonita”. A metáfora serviria também para os modernos, cuja poesia, com p minúsculo, cobria de andrajos uma mulher mutilada:

A Poesia, pode-se dizer, é um vestido bonito envolvendo u’a mulher bonita – o vestido é a fôrma, a personalidade concreta; a mulher é a idéia, a substância, a personalidade abstrata. E a poesia reformadora mutilou e deformou essa mulher, emprestou-lhe atitudes de louco ou de histrião e vestiu-a de andrajos[...]¹³⁷.

Para caracterizar o embate modernismo x parnasianismo, com larga vantagem para este último, na sua concepção, Haroldo Maranhão transcreve alguns poemas, que não comenta. Prefere apresentá-los, em paralelo, primeiro “algumas poesias da plêiade

¹³⁵ MARANHÃO, Haroldo. Uma pilhéria de carnaval. Belém, *Folha do Norte*, 1 jan. 1944.

¹³⁶ Id.

¹³⁷ Ibid.

presentista”, com trechos de poemas de Carlos Drummond de Andrade - *No meio do caminho*, *Cidadezinha qualquer* e *Baía*, e de Manuel Bandeira – *Irene no céu* e *Pneumotórax*, e em seguida os sonetos parnasianos, de Hermeto Lima – *Soneto* e *Olhos*, Luís da França Ferreira – *O Cego*, e Raimundo Corrêa – *Na Tasca*, para que o seu próprio leitor percebesse o “contraste berrante” e tirasse suas próprias conclusões. Depois de ter citado os exemplos, “gritantes e expressivos”, que “falarão por si só”, afirma ter preferido apresentar autores parnasianos do Norte, “não por espírito regionalista, mas pelo desejo de assinalar [...] o papel relevante que o nortista desempenhou no cenário parnasiano da literatura brasileira”. Porém, à exceção do maranhense Raimundo Corrêa (1860-1911), que transitou pelas escolas romântica, parnasiana e simbolista e deixou uma produção poética marcada pelo pessimismo que ainda hoje tem seu lugar entre os autores canônicos, os outros dois poetas citados por Haroldo Maranhão, o paraense Hermeto Lima (1875-1947) e Luís da França Ferreira não deixaram ou deixaram poucas marcas no panorama literário brasileiro. Concluindo, ele afirma:

E agora, para finalizar, queremos erguer a nossa palavra, embora sem repercussão, num brado de protesto contra esses estróinas da literatura, a esses delirantes deturpadores da Poesia, que querem fazer da divina arte um motivo de fantochada, de sarcasmo e de ridículo, num estado lamentável de degenerescência estética e de eclipse mental! Disso tudo, o nosso único consolo é que, no meio desse caos, ou desse sossobro (sic) ainda existem espíritos infensos ao dissolvente e irrisório sensacionalismo dos poetas de hoje, e que energicamente haverão de arremeter contra esses vândalos da língua e da tradição, cultuando e rehabilitando o passado da poesia brasileira, que deve ser por nós enaltecida e reverenciada, porque representou o esforço construtivo de várias gerações, - e porque, acima de tudo, foi a espiritualização da beleza, reflexo do mais alto alcandoramento moral, e a consubstanciação de um decidido anseio de exalçar a Poesia, em busca daquilo que hoje se menospreza e rebaixa como obsoleto e inútil – o sentimento da Perfeição e do Belo!¹³⁸

A defesa apaixonada do parnasianismo professada por Haroldo Maranhão era compartilhada por toda uma geração de jovens poetas e intelectuais em Belém do Pará, e explica-se em parte, segundo Benedito Nunes, pelo isolamento geográfico ao qual Belém estava submetida então.

¹³⁸ Ibid.

Nada sabíamos da passagem de Mário de Andrade por Belém em 1927 e muito menos da existência de seus correspondentes paraenses, mais interessados nos estudos de folclore do viajante paulista do que na poesia “futurista” de *Paulicéia Desvairada*. Embora já tivesse dezoito anos de idade, o modernismo ainda não ingressara em nossas antologias escolares. Vivíamos, durante a Segunda Guerra Mundial, uma época de isolamento provinciano; sendo o transporte aéreo precário e raro. Belém ligava-se às Metrópoles do Sul quase que só pela navegação costeira do Ita.¹³⁹

O primeiro parágrafo de *Rio de raivas* ilustra bem a observação de Benedito Nunes a propósito do isolamento geográfico de Belém, onde só era possível chegar-se por água, atracando-se, conforme o meio escolhido, no porto ou no cais da Panair¹⁴⁰.

A Santa Maria de Belém chegava-se pelo rio. De onde quer que se viesse, chegava-se pelo rio. Mesmo quando a invenção de voar chegou por lá, no rio ainda é que as águias e os condores pousavam, no rio. O rio era um rio sem convulsões, dava baques fracos na amurada do cais, na Escadinha, no Galpão Mosqueiro-e-Soure, no Porto do Sal, na Estação Hidroviária da Panair. Os “bacuraus”¹⁴¹ da Panair deslizavam na pele do rio. E quando de noite se ouvia o distante ronquinho, falavam: “É o ‘bacurau’ que vem chegando.” Se havia luar, os de sono escasso seguiam o risco de luz sobre a Cidade Velha, sobre a Caixa d’Água, sobre a Port of Pará, antes de inclinar-se para descer. Ninguém se espantava imaginando que fosse cometa ou assombração. “É a Pana-ir!” De começo era Pana-ir, poucos diziam Panair.¹⁴²

A distância da capital paraense dos demais centros, no entanto, não foi entendida como uma desvantagem. Se por um lado impunha limitações no trânsito entre as outras regiões do país, por outro preservava-a da influência dos modismos metropolitanos, nas palavras de Benedito Nunes:

De nosso antigo isolamento, restaria a vantagem da distância geográfica, convertida num senso de cauteloso distanciamento aos modismos metropolitanos na década de 40, quando, vinte anos após a revolução estética iniciada com a Semana de Arte Moderna, a poética modernista, já

¹³⁹ NUNES, Benedito. *Max Martins: mestre-aprendiz*, 1991. Disponível em: <<http://www.culturapara.art.br/maxmartins/opinião.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009.

¹⁴⁰ Desde 1931 a Panair do Brasil operava vôos de passageiros entre Belém e o Rio de Janeiro, rota só interrompida em 1965, com a decretação da falência da Panair pelo regime militar. Hoje, o cais da Panair é local turístico, parte do chamado Complexo Ver-o-Rio. Só na década de 60 do século XX Belém viria a ser ligada por terra com o restante do país, com a abertura da rodovia federal 010, a Belém-Brasília.

¹⁴¹ Apelido dado aos hidroaviões da Panair pela população local. Tipo de ave.

¹⁴² MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 7.

uma herança jacente dos poetas revolucionários de 22, começou a ser aberta pela geração ascendente à qual nos vinculávamos.¹⁴³

A posição radicalmente conservadora que Haroldo Maranhão havia manifestado em relação aos modernistas não sobreviveria por muito tempo mais, pois, como se sabe, muitos deles seriam convidados e tornar-se-iam assíduos colaboradores do suplemento literário da *Folha do Norte* que o escritor poria nas ruas, semanalmente, a partir de 1946. Assim, mais de vinte anos depois que o restante do Brasil já havia rompido com o Parnasianismo, a nova geração de intelectuais paraenses descobriria a liberdade preconizada pelo modernismo. Ainda segundo Benedito Nunes,

[...] em 46, se não me falha a memória, descobríamos o modernismo. E o sinal dessa descoberta [...] foi a publicação, a partir daquela data, sob a direção de Haroldo, do Suplemento Literário da Folha do Norte, semanalmente, aos domingos, encartado nesse jornal, e que teve como colaboradores, ao lado de Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Murilo Mendes e de tantos outros modernistas históricos ou neo-modernos de 45, fossem poetas, críticos e ensaístas, alguns dos antigos membros da Academia dos Novos, como nós dois, tardiamente convertidos à estética do modernismo.¹⁴⁴

Sob a iniciativa do suplemento literário da *Folha do Norte*, modernistas de primeira e de segunda geração, intelectuais e críticos de várias partes do Brasil, juntavam-se à produção de poetas e intelectuais locais e traziam à luz novos autores, saindo, assim, definitivamente de cena Olavo Bilac e Raimundo Correia, e conferindo uma feição até hoje surpreendentemente moderna às páginas do tablóide, capaz de impressionar o leitor desavisado que eventualmente se deparasse com suas páginas nos dias de hoje, “não fora o amarelecido do papel”: “Não, não se trata do Folhetim de sábado passado da Folha de São Paulo. É o suplemento Arte e Literatura de 1946 da *Folha do Norte* de Belém”¹⁴⁵, que continua “desafiando o tempo”¹⁴⁶.

Um dos responsáveis por essa revolução entre os autores paraenses foi o professor Francisco Paulo Mendes, misto de crítico literário, advogado, poeta, ensaísta e polemista. O ofício de professor por décadas seguidas na Escola Normal, no Ginásio Paes de Carvalho,

¹⁴³ NUNES, Benedito. *Max Martins: mestre-aprendiz*, 1991 Disponível em <<http://www.culturapara.art.br/maxmartins/opinião.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009

¹⁴⁴ NUNES, Benedito. A morte do escritor Haroldo Maranhão. *O Liberal*, 30 jul 2004, Caderno Cartaz, p.5.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, Maria Elisa. Trilha sem fronteiras. *O Liberal*, 28 ago. 1988. 2 Caderno, p.1.

¹⁴⁶ MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária no Estado do Pará: os suplementos literários da Folha do Norte*. Belém: Unama, 2002. p. 109.

no Colégio Nazaré, no Colégio Moderno, na Escola de Teatro e Dança e no curso de Letras da Universidade Federal do Pará, onde lecionava Literatura Portuguesa e Brasileira, História da Arte e História do Teatro, fez dele uma forte influência para várias gerações que freqüentaram suas aulas. Francisco Paulo Mendes, ou simplesmente Chico Mendes, como o tratavam seus contemporâneos, teve apenas um único trabalho publicado em livro: a tese *Raízes do Romantismo*: ensaio sobre as origens espirituais e intelectuais do movimento romântico¹⁴⁷, com a qual foi admitido como professor de Literatura da então Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Pará, na vaga aberta, coincidentemente, pela aposentadoria do professor e jornalista Paulo Maranhão¹⁴⁸, avô de Haroldo. Embora preferisse a palavra falada à escrita, colaborou do primeiro ao último número do suplemento literário da *Folha do Norte*. Segundo Benedito Nunes¹⁴⁹, foi Chico Mendes a chamar a atenção para outro universo de autores, principalmente os europeus, além daquele no qual se limitavam então os jovens belenenses. Foi assim que os outrora cultuados parnasianos cederam lugar a Rilke, Valéry, Sartre. Kierkegaard, Mauriac, Kafka, Heidegger, Baudelaire, Mallarmé, Pessoa, Quental..., que passaram a fazer parte das leituras e das rodas de discussão que se formavam no Café Central, local de encontro costumeiro.

Por outro lado, os modernos autores de língua inglesa, ainda segundo Benedito Nunes¹⁵⁰, foram descobertos no início da década de 1950, quando Mário Faustino, recém-chegado dos Estados Unidos, pôs-se a traduzir os poemas que o também poeta norte-americano Robert Stock trouxera na bagagem quando mudou-se para Belém, onde morou por menos de três anos. Assim, entre muitos outros, entram em cena Hopkins, Eliot, Pound, Richard Eberhardt, Marianne Moore, Auden, Dylan Thomas, Elisabeth Bishop, Cummings, Wallace Stevens, Coleridge, Keats, Blake e Emily Dickson, sepultando de vez os arroubos

¹⁴⁷ A tese foi republicada em 1999 sob o número 2 da série intitulada *Memórias*, uma iniciativa dos Departamentos de Física e Matemática da Universidade Federal do Pará, como parte do projeto de publicação das Teses dos Concursos Públicos para provimento das Cadeiras do Colégio Estadual Paes de Carvalho e Escola Normal do Pará.

¹⁴⁸ Segundo REGO, Clóvis Moraes. *Subsídios para a história do Colégio Estadual "Paes de Carvalho"*. Belém: EDUFPA/L&A Editora, 2002, p. 49, os professores João Paulo de Albuquerque Maranhão, Elias Augusto Tavares Viana e Naíde Alby de Vasconcelos foram atingidos pela aposentadoria mesmo antes de terem atingido a idade compulsória porque "sabidamente não rezavam pela cartilha" do Interventor Magalhães Barata.

¹⁴⁹ NUNES, Benedito. *Francisco Paulo Mendes, para além da crítica literária*. In: NUNES, Benedito (Org.). *O amigo Chico, fazedor de poetas*. Belém, SECULT, 2001.

¹⁵⁰ NUNES, Benedito. *Max Martins, mestre-aprendiz*, 1991. Disponível em: <<http://www.culturapara.art.br/maxmartins>>. Acesso em: 17 out. 2009.

parnasianos da Academia dos Novos que Haroldo Maranhão tão visceralmente defendeu em *Uma pilhéria de carnaval*.

As novas descobertas produziram frutos. No teatro, o grupo autodenominado Norte-Teatro Escola, no qual pontificavam Maria Sylvia e Benedito Nunes, casados desde 1948, Paraguassú Éleres, Aita Altmann, Lóris Pereira, Carlos Miranda e Fernando Penna e Angelita Silva, levava para o centro das discussões textos de Fernando Arrabal¹⁵¹, Ionesco¹⁵², Max Frisch¹⁵³. O grupo foi o primeiro a exhibir uma montagem de *Morte e Vida Severina*, do pernambucano João Cabral de Melo Neto, com a qual participou em 1958 do 1º Festival de Teatro Amador do Recife. A montagem recebeu o prêmio de melhor adaptação para Benedito Nunes e melhor direção para Maria Sylvia.

Nas letras, embora não desfrutasse de grande prestígio na hierarquia do jornal do avô¹⁵⁴, Haroldo Maranhão começaria a editar em 1945 o Suplemento Arte e Literatura. O tablóide, que contou exatas 165 edições até o seu fim, em 14 de janeiro de 1951, saía às ruas encartado nas edições dominicais da *Folha do Norte*, robustecido por uma extensa lista de colaboradores, intelectuais, poetas e escritores do Pará e de várias partes do Brasil, e que, ao lado do suplemento literário de *A Província do Pará*, do qual Mário Faustino era colaborador, tornou-se importante veículo para a disseminação das idéias e da produção artístico-literária de poetas e críticos de Belém e de outras capitais do País.

De Belém, menos ou mais convertidos à estética modernista, colaboravam Alonso Rocha, Benedito Nunes, Bruno de Menezes, Cauby Cruz, Cécil Meira, Cleo Bernardo, Daniel Coelho de Souza, Francisco Paulo Mendes, Garibaldi Brasil, o próprio Haroldo Maranhão, Levi Hall de Moura, Mário Couto, Mário Faustino, Max Martins, Natalício Norberto, Nunes Pereira, Orlando Bittar, Otávio Mendonça, Paulo Plínio Abreu, R. de Sousa Moura, Ribamar de Moura, Rui Guilherme Barata, Rui Coutinho e Sultana Levy

¹⁵¹ Fernando Arrabal (1932-), escritor, dramaturgo e cineasta nascido no Marrocos espanhol. Com Jodorowsky e Topor fundou, em Paris, o chamado Teatro Pânico, que se caracteriza pela total abertura a qualquer possibilidade de criação artística.

¹⁵² Eugène Ionesco (1912-1994), dramaturgo francês de origem romena, criador do Teatro do Absurdo.

¹⁵³ Max Frisch (1911-1991), arquiteto, escritor e dramaturgo suíço. Influenciado pelo Existencialismo e por Brecht, abordou os efeitos da sociedade moderna sobre o indivíduo e a crise intelectual, moral e social da contemporaneidade.

¹⁵⁴ “Dentro da hierarquia do jornal, [Haroldo Maranhão] não desfrutava de um posto de grande prestígio, mas não se sentia atraído pelo poder e sim pelo desafio que a tarefa impunha: quebrar os muros de uma cidade que o desafiava [...] por seu atraso político e educacional que ainda ensinava literatura em antigos manuais escolares, cujo conteúdo derramava parnasianismo e excluía a produção local [...] ALVES, Sérgio Afonso Gonçalves. *Fios da Memória, jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão*. 233 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 11.

Roseblatt. Haroldo Maranhão, o editor, escrevia principalmente na coluna “Apontamentos Literários”, “embrião que deu origem ao tablóide”¹⁵⁵.

Do Rio de Janeiro, as colaborações chegavam da parte de Álvaro Lins, Frederico Augusto Schmidt, Aurélio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Ricardo, Cecília Meireles, Cyro dos Anjos, Fernando Sabino, Fernando Ferreira de Loanda, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Jorge de Lima, Lêdo Ivo, Lúcia Miguel Pereira, Maria da Saudade Cortesão, Marques Rebelo, Manuel Bandeira, Maria Julieta Drummond, Murilo Mendes, Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai e Rachel de Queirós. De São Paulo, colaboravam Domingos Carvalho da Silva, Edgar Cavalheiro, Roger Bastide, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet. De Belo Horizonte, Alphonsus Guimaraens Filho e Bueno de Rivera. De Curitiba, Dalton Trevisan e Wilson Martins. De Porto Alegre, Wilson Chagas. De Fortaleza, Antônio Girão Barroso, Aluisio Medeiros, Braga Montenegro, João Climaco Beserra e José Stenio Lopes¹⁵⁶.

A experiência do *Suplemento Arte e Literatura* teve o condão de reunir em uma única publicação os nomes mais respeitados da intelectualidade brasileira e deu ao público a possibilidade de entrar em contato, por cinco anos seguidos, com tudo o que se produzia no país de mais instigante e vanguardista em termos de arte e pensamento, mediando, segundo Júlia Maués, o trabalho de “elevação do nível intelectual do leitor, atualizando-o e sintonizando-o com o que havia de novo na época”¹⁵⁷. A respeito do suplemento literário, Benedito Nunes afirma:

Mais moderno do que modernista, esse antiprovinciano tablóide dominical instrumentou, difundindo tudo o que de melhor e mais novo se fazia na literatura e na arte do país e do estrangeiro, o esforço de atualização que cada qual começara a empreender por conta própria. E golpeou o isolamento que ilhava a produção local. [...] ¹⁵⁸

¹⁵⁵ MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária no Estado do Pará: os suplementos literários da Folha do Norte*. Belém: Unama, 2002, p. 33.

¹⁵⁶ Relação de colaboradores transcrita conforme expediente publicado no Suplemento Literário, n.125 da *Folha do Norte*, Belém, 5 jun. 1949.

¹⁵⁷ MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária no Estado do Pará: os suplementos literários da Folha do Norte*. Belém: Unama, 2002. p. 109.

¹⁵⁸ NUNES, Benedito, In: *Max Martins, mestre-aprendiz*. 1991. Disponível em: <<http://www.culturapara.art.br/maxmartins>>. Acesso em: 17 out. 2009.

Na entrevista que concedeu em setembro de 1990 ao jornalista Elias Ribeiro Pinto, para o jornal *A Província do Pará* intitulada *O Pará não morreu. Viva o Acará!*,¹⁵⁹ Haroldo Maranhão recorda seus companheiros de geração:

Abriam-se espaços para a literatura e não para a subliteratura, para o sério e permanente, e não para o frívolo. Murilo Mendes escreveu no suplemento que dirigi uma série de mais de cinquenta artigos: “Como Formar Uma Discoteca”. Também publiquei uma *História da Evolução da Sociedade Paraense*, de Levy Hall de Moura. Líamos no Pará, em cima da hora, quase simultaneamente, o que se lia no Rio e em São Paulo, os últimos poemas de Bandeira, de Drummond, de Cecília, textos críticos de Roger Bastide, de Otto Maria Carpeaux, de Sérgio Buarque de Holanda, de Paulo Rónai, de Álvaro Lins. Editamos os que começavam e começavam com o pé direito, Mário Faustino, Lêdo Ivo, José Paulo Paes, Dalton Trevisan, Ruy Guilherme Barata, Max Martins, Alphonsus de Guimarães Filho, Cyro dos Anjos, Murilo Rubião, Jurandyr Bezerra, Ruy Coutinho, (não consigo esquecer o seu conto “História do Navio Que o Dragão Come Sempre”), Paulo Plínio Abreu, por último mas não o último.¹⁶⁰

Independente do maior ou menor grau de amizade que ligava Haroldo aos colaboradores do *Suplemento Arte e Literatura*, todos eram remunerados pelo trabalho, segundo Naná Garcez. Em entrevista, Haroldo Maranhão declarou: “Era uma inovação. Me batia muito pela profissionalização. Sou contra o amadorismo. Eu mesmo só publico quando sou pago.”¹⁶¹ O respeito ao profissional das letras foi, de fato, uma preocupação constante de Haroldo Maranhão, que travou longas e acaloradas polêmicas em defesa da justiça do pagamento de seus direitos autorais com alguns de seus editores, como se verá em capítulo próprio.

A crítica e a poesia foram intensamente exercitadas nas páginas do suplemento literário, mas os jovens intelectuais tinham fôlego para muito mais. Mesmo absorvidos com a edição do suplemento literário, Haroldo Maranhão, Mário Faustino e Benedito Nunes dirigiram a revista *Encontro*¹⁶², cujo primeiro e único número foi publicado no segundo trimestre de 1948. Além dos três diretores, escreveram naquela edição alguns dos companheiros da geração da Academia dos Novos: Alonso Rocha, Benedito Vilfredo, Cauby Cruz, Cecil Meira, Cleo Bernardo, Daniel Coelho de Souza, Francisco Paulo

¹⁵⁹ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará!. *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto.

¹⁶⁰ Id.

¹⁶¹ GARCEZ, Naná. Resenha sobre Os Anões. *Asas da Palavra*, Belém: Unama, v. 6, n. 13, 2002, p. 99.

¹⁶² Há dois exemplares da revista na coleção Haroldo Maranhão.

Mendes, João Mendes, Jurandir Bezerra, Mário Couto, Max Martins, Paulo Plínio Abreu, Ruy Coutinho e Ruy Guilherme Barata¹⁶³.

O conteúdo da revista, de 60 páginas, vinha expresso no índice, na página 2: “Encontro”; “O comedor de fogo”, poema de Paulo Plínio Abreu; “Notas sobre poesia contemporânea”, de F. Paulo Mendes, um artigo que ia da página 6 à 15; “Poemas”, de Rui Guilherme Barata; “Nigel”, conto de Mário Faustino; “Poemas”, de Benedito Nunes; “Mabel”, capítulo da novela de Sultana Levy; “Poemas”, de Cauby Cruz; “A poesia em pânico”, de Haroldo Maranhão; “O sonho”, poema de Jurandir Bezerra; “Auto-retrato”, poema de Max Martins; “Poema”, de Alonso Rocha”; “Elegia”, poema de Mário Faustino. Sob a rubrica “Divulgação” vinham, em seguida, “Antologia de poemas de Fernando Pessoa” e “Salmo VIII, de Patrice de la Tour du Pin”. Sob a rubrica “Música”, “Breve notícia sobre música russa”, “Notícia” e “Noticiário”¹⁶⁴.

Em não mais que quatro parágrafos, o texto de apresentação, laudatório, elogiava a publicação, que reunia “os intelectuais paraenses de maior significação do momento”, e enfatizava o seu caráter moderno, que não pretendia ser uma antologia, mas antes se pautava pela convergência dos interesses comuns de uma “geração de espírito”:

ENCONTRO, como exprime o próprio nome, é a reunião dos intelectuais paraenses de maior significação do momento. Esta revista não pretende ser uma antologia. É porisso mesmo que não apresentamos colaborações isoladas, representando apenas valores individuais, reunidos como que por acaso, sem ligações recíprocas. Pelo contrário, ENCONTRO fará sentir, através delas, um esforço comum, que caracteriza a existência de uma geração de espírito. Falando de um esforço comum não queremos significar que a criação individual deva ser submetida a fins previamente traçados; a nossa liberdade está em admitir o desenvolvimento das tendências de cada um, dentro, é claro, das conquistas do pensamento moderno. [...]¹⁶⁵

Embora contando com uma vasta relação de anunciantes dos mais variados ramos de atividades¹⁶⁶ que garantiam o suporte publicitário necessário, a aventura da revista não

¹⁶³ O nome de Sultana Levy não figurava no rol dos colaboradores, provavelmente um lapso, já que ela participou da edição com um capítulo da novela Mabel, conforme se vê no índice da revista.

¹⁶⁴ NUNES, Benedito, FAUSTINO, Mário e MARANHÃO, Haroldo (diretores). [Apresentação]. *Revista Encontro*. Belém, n. 1, 1 trim. 1948. Exemplar pertencente à Coleção Haroldo Maranhão.

¹⁶⁵ Id. Ibid.p. 3.

¹⁶⁶ Anunciaram na revista *Encontro*: Victor C. Portela, Caixa Econômica Federal do Pará, Livraria Vitória, Importadora de Ferragens S/A, Papelaria Loyola, Livraria Maranhense de A. Faciola, Fábrica de Móveis de J. Kislánov e Irmão, Agência Martins – Livraria e Papelaria, Albano H. Martins e Cia., Edições Atlas Pará, além dos advogados Daniel Coelho de Souza; Otávio Mendonça, Orlando Bitar; Stelio Maroja; José Tomaz Maroja; Cecil Meira; Cleo Bernardo e Gabriel Hermes, alguns dos quais colaboradores da revista.

durou mais que um número. O Suplemento Literário da *Folha do Norte*, por outro lado, manteve-se nas ruas por cinco anos ininterruptos, só deixando de circular em 1951.

Anos mais tarde, em 1960, Haroldo Maranhão, um pródigo cliente de sebos e livrarias, decidiu “passar para o lado de dentro do balcão”¹⁶⁷, fundando a Livraria Dom Quixote, na loja 18 da galeria do edifício Palácio do Rádio, experiência de curta duração, mas que introduziu novidades no comércio livreiro da capital paraense. A livraria - “a primeira de Belém com ar condicionado e horário noturno. Funcionava até 22 horas”¹⁶⁸ -, mais que o conforto inovador tão vital na “terra dos suores grandes”¹⁶⁹, oferecia ainda um diferencial. Em nenhuma outra livraria de Belém o leitor podia encontrar o título desejado quase simultaneamente ao momento do seu lançamento. Só na Dom Quixote, de onde os exemplares saíam com o inconfundível selo de fundo vermelho vivo, sobre o qual se desenhava a silhueta do cavaleiro da triste figura, porque seu proprietário, ao contrário dos demais livreiros, fazia chegar seus estoques não por via marítima, como era usual na época, mas por via aérea, o que resultava em quase nenhum lucro. Teria sido assim com *Furacão sobre Cuba*, uma série de artigos que Jean-Paul Sartre publicou em jornais e revistas na França, reunidos em livro no Brasil pela Editora do Autor, que chegou a Belém num lote de 500 exemplares, esgotados em dois dias. Se a venda era imediata, e não havia mercadoria empatada, por outro lado, o custo do transporte aéreo era algo proibitivo. À professora Rosa Assis, que o entrevistou para um documentário, Haroldo Maranhão definiu a experiência da livraria: “Uma quixotada”¹⁷⁰, resumiu. Mas a despeito de não ter gerado lucros a seu proprietário, a Dom Quixote tornar-se-ia ponto de encontro importante da intelectualidade de Belém. Clóvis Moraes Rego relembra as tardes e noites de autógrafos que lhe permanecem na memória:

¹⁶⁷ HAROLDO Maranhão. Roteiro e direção Rosa Assis. Produção Laboratório de Comunicação Social da Unama. Belém: UNAMA, 2001. (Série Memória ; v.5). 1 DVD (40 min), son., color.

¹⁶⁸ PINTO, Lúcio Flávio. Quixote. *Jornal Pessoal*. Memória do Cotidiano. Abr. 1 quinzena 2008. <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=216>> Acesso em: 3 abr. 2009.

¹⁶⁹ Representação que os forasteiros faziam de Belém do Pará e que o narrador de *Rio de raivas* utilizou para descrever o episódio da personagem Pluma, presenteada, na escola, com um pacote de fezes: “Pluma do alto via as mulheres da tribo, entanguidinhas. Encardidas eram as acadêmicas de medicina, futuras médicas entanguidinhas, entanguidinhos médicos, entanguidas, encardidas pessoas. Pluma viera do Sul, o sorriso, uma festa, limpa de coração. Desejava integrar-se aos do lugar. O pai, não se sabia o que fora fazer na terra dos suores grandes. A mãe seria inglesa, esguias são as inglesas e Pluma era assim, sem pressa fluindo entre os demais.” P. 52.

¹⁷⁰ Depoimento para o Documentário: HAROLDO Maranhão. Roteiro e direção Rosa Assis. Produção Laboratório de Comunicação Social da Unama. Belém: UNAMA, 2001. (Série Memória ; v.5). 1 DVD (40 min), son., color.

[...] o lançamento, em 1960, de “O Anti-Retrato”, do Max Martins, bem como de outro, ainda nesse ano, [...] o de Jean-Paul Sartre, [...] que de passagem nos visitava [...]. Este foi – talvez a maior conquista do quixotesco livreiro paraense – o lançamento de “Furacão sobre Cuba”.¹⁷¹

Ali, também Dalila Ohana – a Ebréia de *Rio de raivas* -, companheira de Magalhães Barata, o eterno desafeto do avô Paulo Maranhão, faria o lançamento do seu livro *Eu e as últimas 72 horas de Magalhães Barata*¹⁷², em que narra a humilhação pública que sofreu por ocasião da morte do governador, em 1959, expulsa de casa, sem o apoio de nenhum dos correligionários de Barata, quando a viúva de direito, de quem ele vivia separado há anos, esteve em Belém para o velório e o enterro. No exemplar dedicado a Haroldo Maranhão, que integra a coleção da Biblioteca Arthur Viana do Centur, ela escreveu: “Ao prezado amigo dr. Haroldo Maranhão, comovida e agradecida pelas palavras a mim dirigidas em ‘Carta a uma Senhora’¹⁷³. Cordialmente, Dalila Ohana.”

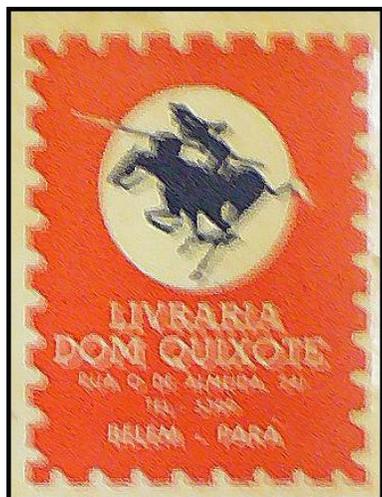


Figura 3- Selo da Livraria D. Quixote

Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

¹⁷¹ REGO, Clóvis Moraes. *Subsídios para a história do Paes de Carvalho*. Belém: EDUFPA/L&A Editora, 2002. p. 41.

¹⁷² Editado em 1960 pela Livraria Freitas Bastos S/A.

¹⁷³ MARANHÃO, Haroldo. A cidade (re) visitada pelo seu maior intérprete. *Diário do Pará*, Belém, 3 jun. 2001. p.4-5. Na entrevista, concedida ao jornalista Elias Ribeiro Pinto, Haroldo Maranhão conta que quando escreveu *Carta a uma senhora*, assinou simplesmente com a inicial M., fazendo com que Dalila Ohana, a quem a carta era dirigida, atribuísse sua autoria a Paulo Maranhão, que muitas vezes assinava apenas com iniciais. O equívoco foi desfeito na dedicatória do exemplar que ela ofereceu a Haroldo Maranhão no lançamento de seu livro na Livraria Dom Quixote: “[...] ela sabia que o verdadeiro autor tinha sido eu, mas [...] para ela, politicamente, era mais importante que a carta tivesse sido escrita pelo meu avô, e não pelo neto. E assinou o meu exemplar”, afirmou.

A respeito da diversidade de títulos postos à disposição dos clientes da Livraria, o jornalista Lúcio Flávio Pinto comentava, em seu *Jornal Pessoal*:

[...] Em anúncio de 1961, ela comunicava aos seus clientes que já dispunha nova remessa dos livros *Jesus*, de Jean Guitton; *Cartas escolhidas*, em dois volumes, de Monteiro Lobato; *Teoria e prática do serviço social de casos*, de Gordon Hamilton, e *Laços de família*, contos de Clarice Lispector. Eram as obras que mais saíam. Mas o dono da livraria, o jornalista e escritor Haroldo Maranhão, também oferecia biscoitos finos do seu gosto, como o *Diário*, de Lúcio Cardoso, *Poesias escolhidas*, de Ribeiro Couto, ou *Os últimos dias do fascismo português*, de Maria Archer. Este último, certamente para contrariedade do seu pai, João Maranhão, e do avô, Paulo Maranhão, salazaristas convictos e propagandistas.¹⁷⁴

Depois de cinco anos à frente do Suplemento *Arte e Literatura* e da curta experiência “do lado de dentro do balcão”, na Livraria Dom Quixote, e não tendo nunca merecido do avô um voto de confiança irrestrita na atividade jornalística, fruto, provavelmente, de incompatibilidade político-ideológica, já que Haroldo Maranhão, embora jamais tendo pertencido a partidos políticos, alinhava-se bem mais à esquerda do que seria desejável ao salazarista convicto Paulo Maranhão, decide mudar-se para o Rio de Janeiro. O motivo? “Se houve uma razão já esqueci”¹⁷⁵, disse ele ao entrevistador Elias Ribeiro Pinto, procurando não demonstrar mágoa, mas o fato é que houve uma razão, e essa foi a falta de perspectiva dentro da *Folha do Norte*, onde já havia experimentado todas as funções possíveis. Sabendo que, assim como não fora dado a seu pai ascender ao posto máximo, a ele também não o seria, nada mais havia a fazer em Belém. A mágoa explode nas cartas a Ivan:

Também os donos do jornal acabaram por ser nossos patrões. Ou não? Tínhamos carteira assinada, recebíamos um salário e descontávamos o IAPC. (Tentaste ser patrão de ti mesmo e conseguiste, sim, até o esmagamento a que te submeteu Clóvis Maranhão, que expulsou o “Flash”¹⁷⁶ das oficinas da “Folha”.) Não estou reclamando nada, jamais reclamei o que quer que fosse, registro fatos acontecidos.¹⁷⁷

¹⁷⁴ PINTO, Lúcio Flávio. Quixote. Memórias do Cotidiano. *Jornal Pessoal*. 1 quinzena abr. 2008. Disponível em < <http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=216> > Acesso em: 3 abr. 2009.

¹⁷⁵ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará! *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida ao jornalista Elias Ribeiro Pinto.

¹⁷⁶ O primeiro número do *Flash* foi publicado em 9 de outubro de 1952. Era editado por Ivan Maranhão em parceria com o jornalista e coronel da Aeronáutica Jocelyn Brasil, militar liberal e de idéias avançadas,

Assim, em 1961, aos 34 anos, parte com a mulher Maria da Glória de Souza para o Rio de Janeiro, onde teria o primeiro de seus inúmeros endereços, no número 54 da rua Paula Freitas, um “apartamento financiado em 20 anos pela Caixa sem correção monetária”¹⁷⁸, vivendo do ordenado de advogado da Caixa Econômica Federal, reforçado com a renda dos trabalhos de revisão para a Editora Civilização Brasileira. Nas cartas ao irmão, Haroldo Maranhão fala dos primeiros tempos difíceis:

Com o nosso pai aprendi a ser um homem simples também. Nos meus primeiros tempos de Rio de Janeiro almoçava um copo de café com leite e duas canoas na chapa. (Canoas: pão francês sem miolo e muita manteiga rançosa.) A minha Glorinha morreu sem saber desses almoços de quem precisava economizar para espichar o mês. Ela ajudava-me na revisão de provas tipográficas e de originais para a Civilização Brasileira, trabalhos que entravam pela madrugada e nos assavam os olhos. Assim, engrossávamos o ordenado da Caixa Econômica, que dava para o caldo negro dos espartanos [...]. Há dias, reencontrei vários cadernos nos quais ela anotava as despesas domésticas, dia a dia. Custamos a mobiliar o apartamento. Tivemos mesa de fórmica na cozinha e a sala vazia, por muito tempo.¹⁷⁹

Em Belém, Paulo Maranhão e o filho João enfrentavam a oposição da parte do clã que já vivia há tempos na capital fluminense com a mãe, Antônia Oeiras Maranhão, pelo controle da *Folha do Norte*, Clóvis Maranhão à frente. A morte de Paulo Maranhão, em 1966, esfacelou de vez a precária unidade da família, precipitando o drama. É notório o episódio em que Clóvis Maranhão¹⁸⁰, em 1967, com o apoio das irmãs, ocupou a direção

comunista convicto. Começou como quinzenário, passando depois a semanal, segundo o *Jornal Pessoal* de 15.07.09. Além do *Flash*, Ivan Maranhão editaria ainda o jornal *Flan*.

¹⁷⁷ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 41.

¹⁷⁸ Id., p. 24.

¹⁷⁹ Id., p. 23-24.

¹⁸⁰ Em verbete na obra *Quem é quem no Pará*, lê-se: “CLÓVIS MARANHÃO, bacharel em Direito; Diretor do jornal “Folha do Norte”, de Belém do Pará, ex-Procurador Geral da Justiça do Trabalho. Nasceu em Belém do Pará, filho de Paulo Maranhão, [...] e de Dona Antônia Maranhão. [...] Feitos seus estudos fundamentais, [...] em 1924, foi para o Rio de Janeiro. [...] a conselho do seu pai, matriculou-se na Faculdade de Direito do Pará, transferindo-se, depois, novamente para o Rio de Janeiro, onde se formou pela Faculdade Nacional de Direito. É membro do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho. É também, no Rio, professor da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e como Diretor do jornal “Folha do Norte”, está diariamente nos escritórios de sua sucursal na Guanabara, vindo periodicamente a Belém.. [...] É casado com Dona Otilia Souza e tem duas filhas [...] ALENCAR, Gualter Loiola (Org.). *Quem é quem no Pará*. Belém: Editora Persona, 1970, p. 167. O autor da obra, conforme informa Georgenor Franco no Prefácio, é jornalista, tendo trabalhado na *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *Folha de São Paulo*, *Diário da Noite*, e nas revistas *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*. Chegou em Belém em junho de 1968 para secretariar a *Folha do Norte* e a *Folha Vespertina*, ambas do grupo dos Maranhão.

geral do jornal, impedindo a desejada ascensão do irmão João Maranhão¹⁸¹, pai de Haroldo, que sempre esteve ao lado do patriarca na condição de gerente da empresa jornalística. Para Haroldo Maranhão, se sob a batuta de Paulo Maranhão as incompatibilidades eram muitas, mais tarde, com o jornal da família já sob a orientação da linha editorial imposta por seu tio Clóvis, tornar-se-iam insuperáveis. Mas então ele já estava no Rio de Janeiro e acompanhava de lá a guerra perdida que o pai, solitário, travava com os demais herdeiros do velho jornalista. No Prefácio a *Querido Ivan*, Lúcio Flávio Pinto traduz, em poucas palavras, o *imbroglio*, que culminaria com o fim do jornal:

A história ciclópica da família Maranhão no comando de um jornal efervescente ao longo de seis décadas teria um desfecho melancólico, a farsa culminando – e negando – o drama até então desenvolvido, exatamente porque os dois varões, preparados para a sucessão do grande panfletário dentro de suas próprias entranhas, foram desviados do seu destino histórico. Um tio levantino, que se estabelecera no Rio de Janeiro, reuniu forças para tomar o comando da empresa das mãos daquele personagem a quem o bastão sucessório naturalmente deveria passar, o velho João Maranhão, pai de Haroldo e Ivan. A partir daí, o fim da *Folha do Norte* seria apenas uma questão de data. Já estava decidido.¹⁸²

A documentação consultada não permitiu precisar quando e qual o motivo que determinou a eclosão da disputa pelo controle do jornal. O mais provável é que tenha havido uma série de razões. O certo é que com a partida anos antes da mulher e dos filhos

¹⁸¹ “JOÃO MARANHÃO é diretor-gerente da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda. Nasceu em Belém do Pará, a 23 de junho de 1905, filho do falecido jornalista João Paulo de Albuquerque Maranhão e da sra. Antônia Oeiras Maranhão, também falecida. Estudou no Colégio Nacional; no Colégio da professora Clotilde Pereira; no Colégio dos Irmãos Maristas; no Colégio Moderno. Frequentou o Tiro de Guerra nº 14, transferindo-se em seguida para o Rio de Janeiro a fim de ingressar na Escola Militar do Realengo, quando foi atacado pela febre paratífica, ficando paralítico durante três meses e retido ao leito por um ano, do que resultou seu desligamento da Escola, em face de ter mais de 30 faltas consecutivas. Regressando ao Pará, para prestar exames vestibulares à Faculdade de Direito do Pará, quando foi convocado por seu pai para assumir função de confiança na “Folha do Norte”, no ano de 1925. Abandonou definitivamente os estudos e assumiu o cargo de chefe do departamento de circulação, passando depois a gerente. Quando o Brasil e o Pará eram governados por Getúlio Vargas e Magalhães Barata, respectivamente, sofreu perseguição e foi preso várias vezes, inclusive uma vez foi recolhido ao “cofre” da Polícia Civil e em outras ao Presídio São José. Acusado de comunista, foi preso e deportado pelo vapor “Pará”, até o Rio de Janeiro. No antigo Distrito Federal, foi entregue ao chefe da Polícia, coronel Felinto Müller, atual Senador da República, que, reconhecendo sua inocência, mandou soltá-lo. Em Belém, juntamente com seu pai, quando viajava em veículo da “Folha do Norte”, foi alvo de tiroteio, sendo salvos (sic) porque o Tiro de Guerra veio em seu socorro. Casou-se a primeira vez com a senhora Carmem Lima Maranhão, união da qual nasceram Haroldo, Ivan, Ivone, Yvete, Yolanda, Iolita e Nilza Maranhão e em segundas núpcias com a sra. Zípora Menezes Maranhão, de cujo matrimônio possui duas filhas, Raquel e Regina. Reside em Belém, no último pavimento da “Folha do Norte [...]” Op. Cit., p. 291.

¹⁸² PINTO, Lúcio Flávio. [Prefácio]. In: MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998, p. 11-12.

para o Rio de Janeiro, com exceção de João, Paulo Maranhão passou a viver com D. Waldomira, gerando o descontentamento de parte da prole, solidária à mãe. Certo também é que Paulo Maranhão, reconhecendo que o filho João sempre esteve ao seu lado, sacrificando sua própria formação profissional para dedicar-se exclusivamente à gerência da *Folha do Norte*, ajudando, com seu trabalho, a garantir o sustento e o bem-estar dos demais filhos, beneficiou-o no seu testamento, aquinhoando-o com a maior parte de seus bens.

Mesmo precariamente organizadas as fontes até a data em que se fez a coleta dos dados desta pesquisa, percebe-se que Haroldo Maranhão documentou muito bem as disputas travadas no seio da família. No entanto, embora guardasse tudo que lhe caísse às mãos em matéria de documentos, e aqueles que não possuía tratava de providenciar, o testamento de Paulo Maranhão não foi localizado. Há, contudo, menção à sua existência no testamento de Antônia Maranhão¹⁸³ que, perto de sua morte, excluiu o filho João Maranhão do legado de seus bens disponíveis, “a fim de restabelecer a igualdade entre todos os filhos” e corrigir o que julgava ter sido um ato injusto de seu marido defunto.

Na certidão que transcreve o testamento, lê-se, após o preâmbulo de praxe, que Antônia Oeiras Maranhão, embora acamada e sob cuidados médicos, mas no “seu perfeito juízo e entendimento, senhora de sua vontade e no seu perfeito discernimento”, ditou, na presença de cinco testemunhas especialmente convocadas para o ato, a manifestação de sua vontade, nomeando seu inventariante e testamenteiro o filho Clóvis, atribuindo-lhe a administração da herança, “de modo a exercer ele a inventariança na sua plenitude”:

[...] que [...] livremente podendo dispor da metade dos bens, direitos ou haveres que possui ou vier a possuir, eis que a outra metade deles caberá aos seus filhos e herdeiros necessários, [...] por força deste testamento institui [...] legatários dessa parte disponível, os seus filhos e herdeiros seguintes: - Sulamita Maranhão [...], Helga Maranhão Miranda [...], Sílvia Maranhão Cruickshank [...], Olga Maranhão [...], professor Dr. Clóvis Maranhão [...] e Dr. Paulo Maranhão Filho [...]; que desta maneira, toda a sua parte disponível, isto é, a metade de sua herança, deverá ser igualmente dividida e partilhada entre os seus filhos acima nomeados; que assim procede não porque tenha menor amizade a seu filho João

¹⁸³ Trata-se da Certidão, lavrada em 23 de agosto de 1968 a pedido verbal da parte interessada pelo Escrivão Silvino Cavalcanti de Albuquerque, do Cartório do 3º Ofício da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões da cidade do Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara. O documento transcreve o teor das peças constantes dos autos de testamento abertos pelo falecimento de Antônia Maranhão em 28 de fevereiro de 1967. O testamento, firmado em 1º de fevereiro de 1967, poucos dias antes da morte de Antônia Oeiras Maranhão junto ao tabelião Edgard Magalhães, do 24º Ofício de Notas, foi lavrado sob nº 2.836 e registrado às folhas 65 verso do Livro 1.154.

Maranhão, que exclui deste testamento, mas simplesmente porque, no testamento do defunto marido da testadora, foi ele, João Maranhão, mais beneficiado do que os seus outros filhos, pretendendo a testadora, com a presente disposição, restabelecer a igualdade entre todos os filhos, no que tange à herança comum, eis que lhe são todos igualmente caros.¹⁸⁴

A guerra de testamentos, as cartas ferinas e as demandas judiciais em torno do patrimônio da família, sobretudo do controle da *Folha do Norte*¹⁸⁵, estão quase todas documentadas no arquivo de Haroldo Maranhão, em versão original, transcrição ou cópia. A guarda e a posse desses documentos por décadas a fio certamente contribuíram para que o escritor construísse e mantivesse viva a representação negativa que forjou acerca de sua terra e de sua gente e que um dia transbordou, canalizada para as páginas do romance cujo título é o emblema desse sentimento.

Com efeito, em *Rio de Raivas*, tomando os termos da carta escrita por Paulo Maranhão em 1963 a Clóvis Maranhão, na qual o velho jornalista manifesta sua inconformidade com a ambição do filho, o escritor apropria-se da linguagem do documento autêntico e atribui a ele o estatuto de ficção, travestindo-o de testamento. Provavelmente por não possuir cópia do testamento de Paulo Maranhão e também por tratar-se a carta de um documento contundente, que expõe as mazelas da família sem meias palavras, ficcionaliza-a, transformando-a no testamento de Palma Cânciao Pedro Cavalão, que dispõe de um legado especial em favor de seu filho Urano Lavor Papagaio¹⁸⁶ por tê-lo acompanhado, “dia após dia e noite após noite, na luta diária pelo trabalho, em que domingos e repouso não houve”. A fim de que possam ser comparados, transcreve-se aqui, embora longos os textos, a carta de Paulo Maranhão e parte do testamento de Palma Cavalão:

¹⁸⁴ Conforme a já mencionada Certidão de 23 de agosto de 1968, lavrada pelo Escrivão Silvino Cavalcanti de Albuquerque.

¹⁸⁵ O patrimônio da família Maranhão era constituído de inúmeros bens imóveis localizados principalmente em Belém e no Rio de Janeiro. Quanto à *Folha do Norte*, a intenção era transformá-la num império das comunicações, projeto que começou a ser implementado em meados da década de 1960, como se pode notar do relatório elaborado por João Maranhão em agosto de 1969. O relatório, pertencente à Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna, dá conta do andamento dos pleitos formulados junto ao Governo Federal para a expansão da empresa, que previam a implantação da Televisão Folha do Norte Ltda. e da Rádio Folha do Norte Ltda. Sobre o projeto de implantação da televisão, informa: em 1965, foi protocolada no Contel a petição solicitando a concessão do canal, indeferida, conforme comunicação do Dentel. Quanto à petição para concessão da rádio, aprovada pelo Contel, em maio de 1967, foi extraviada ao ser encaminhada à Presidência da República, para lavratura do Decreto de Concessão. O processo, restaurado pelo Contel em maio de 1969, a pedido da Casa Militar, foi encaminhado à Presidência onde recebeu o seguinte despacho em junho de 1969: “Aguarde oportunidade”.

¹⁸⁶ O correspondente, na ficção, a João Maranhão, pai de Haroldo.

Belém, 15/1/63.

Clovis:

É a minha consciência que me dita estas linhas. Estou no fim da vida e, infelizmente, os meus dias têm sido inundados de lágrimas e tú és, meu Filho, o grande responsável por isso.

Nunca julguei que procedesses do modo por que procedeste, praticando atos de desonestidade de que nunca julguei capaz nenhum de meus Filhos.

Nunca prestaste contas da construção do apartamento grande, sem embargo de mil vezes o Miranda, eu e o João te pedirmos os apontamentos para a devida escrituração. Vendeste este edifício de apartamentos, a pretexto de ser necessário reformas de base; no entanto ficaste com um deles para a Otilia¹⁸⁷.

Não prestaste contas, que eu saiba, dessa venda prejudicial às tuas irmãs, cujo dinheiro malbarataste. Seguindo essa rota de improbidade, lança-te mão de 3.700.000,00 de nossa Empresa de Publicidade, importância que deveras (sic) recolher ao Banco Borges, como era o teu dever. Para constatar isso, porque não nos mandava os balanços da P.I.I., tivemos aí a nossa guarda-livros, srta. Adelina Cruz, que verificou aquela apropriação. Em seguida, hipotecaste, abusivamente, sem o meu conhecimento, o prédio n. 6 da Domingos Ferreira, por vários milhões de cruzeiros, e para meter o dinheiro nos teus negócios particulares. Alegaste que os gastaste nos reparos do prédio menor e quando te pedi os comprovantes dessas despesas, não os tinha para me mostrar. A renda do prédio que eu destinara á tua Mãe, tu és quem a recebia e gastava. Talvez lhe desses algumas migalhas. Mas obra pior que tudo isso, é que ha mais de vinte anos me quizeste interditar, conforme o testemunho do Miranda, já falecido, e do teu irmão João. Pretendeste, também, vender as Folhas, e nesse sentido andaste te articulando com várias pessoas de responsabilidade. Tive conhecimento do fato por algumas dessas pessoas. Quizeste, também, alijar das Folhas os dois gêmeos, filhos de tua falecida irmã, e o não fizeste porque não concordei. A tua preocupação constante tem sido retirar das Folhas o João, que desde os 16 anos de idade trabalha comigo, ajudando a educação de vocês, interrompendo os seus estudos na Faculdade de Direito para possibilitar os estudos de vocês e o conforto da Família. Outra preocupação, também constante do teu espírito, é indispor todas as tuas irmãs contra o João, mas ai de vocês se o João deixar as Folhas, onde trabalha ha 37 anos, porque o jornal tem problemas que tú desconheces inteiramente e que se não atendidos, o jornal não poderá subsistir. Teu tio estranha que quando o visitas ultimamente só lhe fales em vir tomar conta das Folhas, quando eu morrer, a pretexto de pôr ordem no que tú chamas a desordem que vai por aqui. No andar em que vais, deitarás as Folhas abaixo, cumprindo-se a profecia do Miranda que me dizia ser o mundo pequeno para conter as tuas ambições. Teu irmão Maninho mandou o Serra e o Sylvio Braga conseguir de ti o pagamento do crédito que tem em tuas mãos, proveniente da venda dos apartamentos do edifício grande e até hoje, tantos anos decorridos, não ultimaste o pagamento final.

¹⁸⁷ Mulher de Clóvis Maranhão.

Quero fazer-te, meu Filho, um apêlo. Desiste dos teus propósitos malevolentes, que podem acarretar a fome, a penúria de nossa família. Não te esqueças que para edificar esse patrimonio puz a minha vida em risco, apanhei pancada na rua, fiquei interdito em casa anos, varios anos, porque os capangas oficiais montavam guarda na esquina da Folha, onde eu morava e, por ultimo, fui banhado de fézes, quando abria, ás 9 ½ da noite, fatigado de um dia de trabalho, a porta da casa em que moro, á praça Justo Chermont.

Poupa á tua pobre Mãi, já alquebrada pela doença, os tremendos desgostos que de tudo o quê estás fazendo resultar, se não a queres matar.

Graças a Deus, aos 91 anos de idade, trabalho o dia inteiro nas Folhas, escrevendo diariamente, e indo ao jornal, muitas vezes, doente. Sou inimigo da ociosidade. Esta é a enxada com que o homem velho cava a propria sepultura. Se a outra vida não é uma idealidade, de lá amaldiçoarei o Filho que tentar tirar o pão á boca da Familia, dilapidando o patrimonio da Familia.

Outras coisas teria a dizer-te, para chamar-te ainda ao bom caminho, mas prefiro ficar por aqui.

Com todas estas angustias que me tens dado, levanto ainda a mão para abençoar-te.

Que Deus tenha piedade de ti.

Teu Pai – PAULO MARANHÃO¹⁸⁸

Diz o testamento da ficção:

ESTE É O MEU TESTAMENTO. Eu, Palma Cânciao Pedro Cavalão, brasileiro, casado, jornalista, domiciliado nesta cidade de Santa Maria de Belém do Pará, residente na Estrada de São Braz nº 555, pelo presente faço este meu testamento e disposição de última vontade, pela maneira seguinte: nasci na cidade de Vigia no dia 29 de outubro de 1836. Pouco ou nada conheço de minha origem. Pai, não recordo de bênção lhe tomei. Na minha certidão de nascimento consta a identidade da mulher que me pariu, Severa Izaura Cavalão. Com ela me eduquei e instruí e conservo a lembrança de um lar modesto onde homens não transitavam. Provável que eu tenha sido resultado de momentâneo desatino dela. Isso não sei e nesta altura da vida só posso lastimar o desconhecimento de onde procedo. Não teria meios onde buscar a verdade.

No estado de solteiro contrai matrimônio com Dona Elvira Cardoza Vizeu, no regime da comunhão de bens, de cujo conúbio houve os filhos a seguir nomeados: Esther Elvira, casada com Antônio Pedr'Álvares de Gouvea; Élder Carvaló, jornalista, estróina e amancebado; Mimi Cavalão, casado com Energúmena Flor-do-Campo Cavalão; Vulva Lycia, solteira, farmacêutica que jamais exerceu a profissão; Urano Lavor Papagaio, brasileiro, casado, jornalista, meu braço direito na Empresa de Publicidade Folharal Limitada; Léria Ignacia Selva, casada com Lindanor Selva Junior, comerciante que se afunda num mar de dívidas. Declaro que meu genro Antônio Pedr'Álvares de Gouvea me é devedor da quantia de oitenta e oito contos de réis (88:000\$000) provenientes de um empréstimo em dinheiro que lhe fiz, nos termos do contrato particular entre nós

¹⁸⁸ MARANHÃO, Paulo. [Carta]. Belém, 15 jan. 1963.

celebrado em 17 de setembro de 1924, registrado no Registro Especial de Títulos e Documentos desta cidade. Declaro que meu genro Lindanor Selva Júnior me é atualmente devedor da quantia de duzentos e nove contos quinhentos e cinquenta mil e trezentos réis (209:550\$300) proveniente do saldo do preço da venda que lhe fiz da Pharmacia Vizeu, situada na rua dos Andradas 67, na cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, constante do contrato particular entre nós firmado, em 19 de fevereiro de 1928, arquivado no Registro de Títulos e Documentos daquela cidade, sob o número de ordem 85.509.

Tendo descendentes sucessivos, que são os meus filhos antes relacionados, prescrevo para as legítimas de todos eles a incomunicabilidade, atribuída às mulheres a livre administração e estabelecimento para as mesmas legítimas a cláusula da inalienabilidade vitalícia. Podendo dispor da metade da meação do casal, de acordo com os dispositivos do Código Civil, é desejo meu fazer um legado especial ao meu filho Urano Lavor Papagaio, por ter-me acompanhado, dia após dia, noite após noite, na luta diária pelo trabalho, em que domingos e repousos não houve, despertando antes de o sol se levantar e morando no local em que se produz o meu jornal, o que lhe ocasionou ser molestado vezes sem conta no meio da madrugada. Assim, lego-lhe a minha designada disponível, muito pouco para o muito que fez em benefício do jornal, que é a fonte perene de onde advêm água e alimento e roupa e folgança aos meus demais filhos e seus irmãos, inclusive ao que, por dever indeclinável de justiça, a seguir me reporto e me reporto visando a que venha a reconquistar a integridade do juízo na cabeça desasistida, ele, sim, incapaz de reger sua pessoa e bens, embora tenha a justiça de olhos velados por venda de filó o considerado apto a reger minha pessoa e meu patrimônio.

Estou no fim da vida e infelizmente os meus dias têm sido inundados de lágrimas e é o antes apontado filho, Mimi Cavalão, por isso o grande responsável. Nunca julguei que procedesse pelo modo por que procedeu, praticando atos de desonestidade de que jamais foi capaz filho meu. Administrou a construção de dois edifícios de apartamentos no Rio de Janeiro e não me prestou contas, sem embargo de mil vezes meu genro Pedr'Álvares de Gouvea e eu próprio e meu outro filho Urano Lavor Papagaio lhe pedirmos os apontamentos para a devida escrituração. Malbaratou o dinheiro resultante da venda de vinte e quatro apartamentos e de duas coberturas, lesando os irmãos e os pais. Seguindo essa rota de improbidade, lançou mão de 3:700\$000 de nossa Empresa de Publicidade Folharal Limitada, importância que devera (sic) recolher ao Banco Borges, como seria de seu dever. Em seguida, hipotecou abusivamente, sem o meu conhecimento e valendo-se de procuração que outorguei à minha mulher Elvira Cardoza Vizeu e sua mãe, por oito mil contos (8.000\$000), para meter o dinheiro nunca se soube onde. Alegou-me que os gastou em reparos no outro prédio cuja venda interditei, pois do contrário já o teria alienado. E quando lhe pedi os comprovantes dessas despesas, não os tinha para me exhibir porque nunca existiram. A renda do prédio que eu destinara à sua mãe e irmãs, ele é que a recebia e gastava, dando-lhes migalhas. Mas obra pior que tudo isso é que há mais de trinta anos tentou esse filho interditar-me judicialmente, o que por fim veio a lograrem data recente, mediante expedientes que são de notório conhecimento. No andar em que vai, a pretexto de pôr ordem no que chama a desordem que lavraria por aqui, deitará abaixo o Folharal, cumprindo-se a profecia do finado general Raimundo Silva Lopes Pimentel, meu irmão, que me dizia

ser o mundo pequeno para conter as ambições desse filho. Ainda assim, desejo fazer-lhe apelo no sentido de desistir de seus propósitos malevolentes, que poderão acarretar a fome e a penúria de nossa família. Que não se esqueça de que para edificar esse patrimônio pus minha vida em risco, apanhei pancada na rua, fiquei interdito em casa vários anos. Porque os capangas oficiais montavam guarda no canto do Folharal, onde eu morava. Por último, fui banhado de fezes quando abria às 9 horas da noite, fatigado de um dia de trabalhos, a porta da casa em que moro. Que poupe a pobre mãe, já alquebrada pela doença, dos desgostos de tudo o que anda a fazer, se não a desejar matar. Sempre trabalhei o dia inteiro no Folharal, comparecendo ao jornal doente muitas vezes. Sou inimigo da ociosidade. Esta é a enxada com que o homem velho cava a própria sepultura. Se a outra vida não é uma idealidade, de lá amaldiçoarei o filho que tentar tirar o pão à boca da família, dilapidando-lhe o patrimônio. Rogo aos meus filhos que não perturbem em discordâncias a harmonia que entre todos deve reinar. É a união que faz a força. Qualquer pessoa quebra uma vara, mas ninguém quebrará um feixe de varas. A fábula condensa em meia dúzia de palavras uma eterna verdade. Com todas as angústias que me tem dado esse filho, em cuja veia não parece correr o sangue dos demais, levanto ainda assim a mão para abençoá-lo. Que Deus tenha piedade dele.¹⁸⁹

Como se vê, trechos inteiros da carta vão parar, quase na íntegra, com as acomodações necessárias ao propósito ficcional, nas páginas de *Rio de Raivas*, como se fôra o testamento assinado pelo diretor do Folharal em 15 de novembro de 1945.

Se nunca se imiscuiu nas questões editoriais, João Maranhão, que recebera tratamento diferenciado no testamento do pai, era, em contrapartida, a alma do setor administrativo e financeiro do jornal, sobre o qual sempre teve domínio absoluto enquanto o pai viveu. No entanto, com a morte dele, a partida do filho Haroldo, já vivendo no Rio de Janeiro, e a ascensão do irmão Clóvis ao comando da empresa, João Maranhão viu-se cada vez mais isolado dentro da nova ordem instaurada.

Sob a direção de Clóvis Maranhão, as diretrizes que passaram a nortear os rumos do diário podem ser notadas, por exemplo, nas instruções que “ocorreram” a ele, de partida para o Rio de Janeiro, deixar datilografadas e assinadas em papel com timbre da empresa, para serem cumpridas pelo funcionário de nome Aylton Quintiliano¹⁹⁰, e são reveladoras do novo estilo de administrar. Em tudo diferente do estilo polêmico de Paulo Maranhão, Clóvis, numa inequívoca ruptura com a filosofia do pai, pregava a conformidade com o

¹⁸⁹ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de Raivas*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1987. p. 199-202.

¹⁹⁰ Romancista, jornalista e poeta nordestino (1924-1968), autor de *A grande muralha*, *A guerra dos tamoios*, *Caminhos da esperança*, *Estrada do sol*, *Grão Pará*, *Renegados* e *Versos*. Militante comunista, no livro *A grande muralha* renegou o ideário do partido. Trabalhou na *Folha do Norte* ainda sob o comando de Paulo Maranhão, afinando-se, depois, com a administração de Clóvis Maranhão.

regime instituído em 1964. À época sob o governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, um dos mais fechados do regime militar, Clóvis Maranhão estabelecia as regras internas que deveriam conduzir a *Folha do Norte*: entre outras, a obediência irrestrita às leis de imprensa e de segurança nacional, que, podendo ser criticadas “em termos”, não poderiam ser jamais desrespeitadas. Por outro lado, a linha editorial do jornal, de acordo com as determinações, deveria se pautar pela sobriedade, “sem laivos de subserviência ou de agressividade”. Definido o caráter ideológico do jornal, devendo ser tomadas todas as cautelas para que nenhuma matéria fosse veiculada sem que tivesse sido escrita pessoalmente ou devidamente chancelada por Quintiliano, restavam as questões administrativas, e para a resolução de eventuais dificuldades nesse âmbito, ou em caso de dúvidas, haveria que se recorrer a João Maranhão, levando-se o fato ao conhecimento do signatário do documento, conforme indicado nos itens 6 e 9:

- 1) Dar às “Fôlhas” uma linha de independência e de austeridade, sem quaisquer laivos de subserviência ou de agressividade ao Poder Público ou às instituições particulares.
- 2) Atentar para as Leis de Segurança e de Imprensa. Poderão ser criticadas, em termos, porém não deverão jamais ser desrespeitadas, para que não nos tornemos vulneráveis aos seus dispositivos.
- 3) Como decorrência da recomendação anterior, cumpre zelar, permanentemente, para que a “Fôlha do Norte” e a “Fôlha Vespertina” não se tornem instrumentos de vinganças pessoais, calúnias, intrigas, tentativas de desmoralização de pessoas físicas ou jurídicas, autoridades ou instituições.
- 4) Os editoriais e matérias opinativas de responsabilidade das “Fôlhas” devem ser escritos pessoalmente por V.S.
- 5) As matérias só deverão descer às oficinas com o seu visto ou, em caso de impedimento, com o visto de substituto designado por V.S., implicando isto, conseqüentemente, em sua responsabilidade pessoal.
- 6) Deve V.S. entender-se com o gerente da Empresa toda vez que surgirem dificuldades de ordem material, requisitando, os instrumentos necessários aos serviços atinentes à redação, reportagem, revisão e às oficinas.
- 7) Estou pessoalmente convencido de que V.S. saberá utilizar seus conhecimentos profissionais e sua energia para o maior engrandecimento das “Fôlhas”.
- 8) V.S. deve verificar, por si ou por todos os meios idôneos as informações que se lhe depararem menos exatas ou inversossimeais (sic), a fim de prevenir distorções que tornem de nenhum efeito prático as presentes normas.
- 9) Em caso de dúvida, envolvendo problema não previsto nos incisos supramencionados V.S. ouvirá o Sr. João Maranhão, levando-se, em seguida, tudo ao meu conhecimento.

As presentes instruções deverão ser obedecidas com o rigor e a ponderação necessários ao seu melhor cumprimento e vigorarão até ulterior ato que as modifique ou revogue.¹⁹¹

As determinações que Clóvis Maranhão deixou por escrito para serem cumpridas em sua ausência de Belém transformam-se, em *Rio de raivas*, no delírio de grandeza de Mimi Cavalão, que pensava consigo mesmo enquanto esperava, na estação hidroviária da Panair, a chegada do “bacurau”, atrasado, que traria do Rio de Janeiro o Marechal Gorila Majestic para assumir a direção do Folharal, jogando uma pá de terra sobre as rixas políticas do recém encerrado período de Palma Cavalão, e inaugurando tempos de “concordia” e “respeitabilidade”. A ironia do narrador põe a nu as intenções nada éticas que presidiam as mudanças no jornal. O preço da concordia seria pago pelas burras do tesouro:

[...] novos serão os tempos. Inaugurarei outros costumes, porei um ponto final às rixas políticas. Haverá concordia. O coronel terá o Folharal para emprestar relevo aos atos do governo. Abrir-lhe-ei as portas. E ele me abrirá a porta da qual detém a chave, a da burra do Tesouro. Meu jornal servirá à população, porque o governador é homem voltado para os interesses da população. Dizem. E se não for direi que é. A presença do Marechal Gorila Majestic imporá respeitabilidade. A colônia portuguesa prestigiará o novo Folharal, remodelado de alto a baixo, com editoriais serenos, colaboradores escolhidos a dedo, os melhores entre os melhores. Darei ênfase especial às relações luso-brasileiras. Varrerei da redação os melancias, verdes por fora e vermelhos por dentro, a serviço da foice e do martelo.¹⁹²

Embora situados em períodos históricos diferentes (e com diferentes intenções), ambos os textos, tanto o documental, produzido sob o regime militar, como o literário, situado à época do governo Barata, revelam a disposição de Clóvis Maranhão/Mimi Cavalão de não se indisporer com a ordem vigente, mantendo-se próximos ao poder, e se possível, no caso de Mimi Cavalão, usufruir dele. Quanto à personagem Gorila Majestic, todos os indícios autorizam a associá-lo ao nome do Marechal reformado Augusto Maggesi¹⁹³, que anos antes, ainda na ativa, havia comandado a 8ª Região Militar da Amazônia e a quem Clóvis Maranhão incumbira da tarefa de modernizar a *Folha do Norte*,

¹⁹¹ MARANHÃO, Clóvis. [Carta]. Belém, 25 mar. 1967. O funcionário Aylton Quintiliano apõe sua assinatura no documento, dando ciência do recebimento das instruções ali contidas.

¹⁹² MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 148.

¹⁹³ VIEIRA, Marcelo. *Cagarraios e Cavalões*: jornalismo, poder e metaficção historiográfica em Rio de raivas, de Haroldo Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, set. 2009. p.5.

junto com um grupo de assessores da empresa Cronin, do Rio de Janeiro – “Crânio”, na ficção. “Na verdade, afirmou Lúcio Flávio Pinto, [Maggesi] acabou sendo o cozeiro do jornal, que administrou como a um quartel”¹⁹⁴.

Com efeito, se forem confrontadas a escritura de constituição da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda, lavrada em 1942, ainda sob iniciativa de Paulo Maranhão, com a sua posterior alteração, em 1971, já depois da sua morte, percebe-se a mudança radical na filosofia empresarial. De empresa de caráter familiar, enxuta na sua estrutura, fundada sobre dois eixos principais, o jornalístico de Paulo Maranhão, sócio majoritário, e o financeiro do filho João, que trabalhavam afinados num propósito comum, transmudou-se, com as alterações, num emaranhado hierárquico complexo e complicado de diretorias, conselhos e colegiados em que parecia haver mais cargos do que funções a serem exercidas, perdendo o foco da atividade fim.

A Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda”, sociedade por quotas de responsabilidade limitada¹⁹⁵, constituída em 1º de outubro de 1942, começou com um capital de mil e quinhentos contos de réis (1:500:000\$000) desdobrado em nove quotas assim distribuídas: uma quota de setecentos contos de réis (700:000\$000) pertencente a Paulo Maranhão e oito quotas iguais de cem contos de réis (100:000\$000) cabíveis a cada um dos filhos. A administração da sociedade seria exercida por um diretor e um gerente, cargos que, por deliberação dos sócios, seriam ocupados respectivamente por Paulo Maranhão e João Maranhão. O cargo de diretor foi considerado efetivo, mas a substituição eventual do gerente dar-se-ia mediante eleição, dispondo o diretor de sete votos e os demais sócios de um voto cada. O documento previa ainda que, no caso de falecimento ou retirada do sócio majoritário Paulo Maranhão, cessaria a desigualdade de votos, cabendo a cada sobrevivente um voto apenas. A título de remuneração pró-labore e para o custeio de despesas, caberia ao diretor a retirada mensal de quinze contos de réis (15:000\$000) e ao gerente cinco contos de réis (5:000\$000). O sócio diretor, o sócio gerente e os demais sócios poderiam fazer uma retirada mensal, por conta de lucros futuros, de quinhentos mil réis (500\$000), debitados da conta particular do sócio que assim procedesse. Havendo lucros, seriam creditados na conta particular de cada sócio, depois de descontados 10% para

¹⁹⁴ PINTO, Lúcio Flávio. O fim do jornal. *Jornal Pessoal*. Fotografia - Memória do Cotidiano. 1 quinzena fev. 2009. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=640>>. Acesso em: 3abr. 2009.

¹⁹⁵ Escritura Pública lavrada em 1º de outubro de 1942 no Cartório Chermont, de Belém, às folhas 62 verso a 65 verso do Livro 292.

a constituição de um Fundo de Reserva, que só seria liquidado e distribuído em caso de dissolução da sociedade. No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, cessaria relativamente ao interdito ou aos herdeiros do falecido, o respectivo vínculo contratual, só podendo ser este mantido com os herdeiros do sócio falecido se assim deliberassem, sem discrepância, os sócios sobreviventes¹⁹⁶.

Em 06 de agosto de 1971, pelo falecimento do sócio quotista Paulo Maranhão cinco anos antes, e pela “necessidade premente de implantar na sociedade [...] nova organização administrativa capaz de corresponder ao seu desenvolvimento e a sua responsabilidade”, conforme termos do próprio documento, o contrato seria alterado pelos sócios remanescentes, estabelecendo-se que a empresa seria administrada pelos seguintes órgãos:

1. Assembléia de Cotistas, poder maior, que se reuniria em caráter ordinário após o término de cada exercício, ou extraordinariamente sempre que houvesse necessidade;
2. Diretoria, constituída de sete membros, a saber: um Diretor Geral autoridade executiva superior, responsável pela administração geral da empresa; um Diretor de Relações Públicas, responsável pela execução do programa destinado a fomentar as boas relações da empresa com as autoridades, com as entidades de caráter privado e com o público em geral; um Diretor de Jornalismo, responsável pelas publicações editadas na empresa; um Diretor Administrativo-Financeiro; um Diretor Comercial; um Diretor Industrial e um Diretor de Redação;
3. Colegiado Diretor, órgão normativo e de assessoria técnica, constituído pelos Diretores de Redação, Administrativo-Financeiro, Comercial e Industrial e
4. Conselho Fiscal, composto de três membros eleitos pela Assembléia entre os sócios, órgão fiscalizador encarregado de emitir pareceres sobre contas e balanços. Estabelecia-se também a rotatividade dos cargos: o Diretor Geral, o Diretor de Relações Públicas e o Diretor de Jornalismo seriam eleitos a cada dois anos, garantida a reeleição. No período de implantação da nova organização administrativa e financeira da empresa, a que alude a alteração contratual, para a primeira investidura no cargo de Diretor Geral, poderia, excepcionalmente, ser escolhida pessoa que não integrasse a comunhão social, escolhido pela Assembléia dos Cotistas. Os demais Diretores seriam nomeados pelo Diretor Geral, que fixaria os respectivos vencimentos mensais. Ao Diretor Geral cabia representar a empresa, podendo inclusive gerenciar. A estrutura organizativa da sociedade passaria a

¹⁹⁶ Cf. cópia autenticada e traslado do original da Escritura Pública de Constituição da Sociedade por Quotas, em certidões datadas de 24 de junho de 1966 e 28 de julho de 1972.

obedecer, em todos os níveis e cargos, ao Manual de Organização, instrumentado por Cronin Consultores Técnicos Ltda., que refletia os princípios gerais da nova versão do contrato social, e poderia ser alterado, se conveniente, desde que aprovado pelo Diretor Geral, ouvido o Conselho Diretor. Assinaram a alteração contratual Clóvis Maranhão, João Maranhão e novamente Clóvis Maranhão na condição de procurador dos sócios ausentes. Paulo Maranhão Filho recusou-se a assinar a escritura, mas os demais sócios aceitaram seus termos e a assinaram, deliberando, assim, pela alteração contratual.¹⁹⁷

As alterações no contrato social nos moldes propostos por Clóvis Maranhão, que persistia no seu projeto de imprimir uma nova feição à empresa, não eram do agrado de João Maranhão, que tentou opor-se a elas, capitalizando algum apoio entre os demais irmãos, porém sem êxito. A única exceção parece ter sido o irmão médico, Paulo Maranhão Filho, que recusou-se a assinar o documento em cartório, mas sua discordância não foi suficiente para impedir que prevalecesse a decisão da maioria dos sócios. Em telegrama que enviou à irmã Sulamita, talvez porque esperasse poder contar com o apoio dela, João Maranhão manifestou sua contrariedade em entregar a terceiros a administração da empresa, que sempre teve caráter familiar, mas foi voto vencido, conforme se depreende da carta de Clóvis Maranhão, na qual fala em nome de todas as irmãs e em seu próprio nome.

João,
Saúde.

A propósito de teu telegrama dirigido à nossa irmã Sulamita, e ao qual ela juntamente com todas as outras irmãs e comigo já respondemos ontem, dia 16 do corrente, reitero os termos desse mesmo telegrama, em nome delas e no meu próprio.

Após o nosso entendimento aí em Belém nos meados do mês de Março próximo passado, a fim de promovermos a estruturação e correlata implantação da nova organização da “Folha”, partindo do marco zero, isto é, como se a nossa empresa jornalística estivesse sendo fundada nesta data, autorizamos, dias após o meu regresso daí, o trabalho da “Cronin” para desempenho dessa tarefa.

Como e por que recuamos agora? Ainda que tu não queiras participar financeiramente dessa tarefa da “Cronin”, nossas irmãs e eu, que representamos a maioria na Empresa, atenderemos ao custeio respectivo pela melhor forma de direito.¹⁹⁸

¹⁹⁷ CF. cópia autenticada da Escritura Pública de Alteração do Contrato Social da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada – Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda., de 6 de agosto de 1971.

¹⁹⁸ MARANHÃO, Clóvis. [Carta]. Rio de Janeiro, 17 abr. 1971.

O argumento para justificar a decisão era o de dotar a empresa das condições necessárias para fazer face aos concorrentes, segundo Clóvis Maranhão empenhados em “esmagar” a *Folha do Norte*. A despeito dos argumentos, João Maranhão jamais se conformou com os propósitos do irmão, mas era voz isolada no grupo, e portanto voto vencido.

Economicamente não vemos inconveniente algum nisto para ti e para nós, para a Empresa enfim, pois estamos, com esta iniciativa, a colocar a “Folha do Norte” em condições de melhor atender às suas finalidades sem receio de se ver esmagada ou prejudicada pelos nossos concorrentes regionais ou de outra parte do país, que notoriamente estão porfiados em esmagar-nos, tudo conforme estudamos, verificamos e concluímos em nossas reuniões efetuadas em meados de Março último na sede do jornal e no escritório do Dr. Pedro Martin, com a presença do diretor da “Cronin” e do Sr. José Maria Ferreira, nosso representante comercial na Guanabara e em São Paulo.¹⁹⁹

Para Clóvis Maranhão, ao contrário do que poderia parecer, a tarefa que seria confiada à Cronin não significava “uma devassa ou inquérito”, na administração do irmão João, mas a possibilidade de sanear as contas da empresa, então às voltas com dívidas acumuladas de mais de cinco meses com os fornecedores de papel.

Moralmente, afinal, a tarefa da “Cronin” não é contra ninguém, nem contra a tua administração; não é, pois, uma devassa ou inquérito ao fito de atentar contra a proibidade de alguém. É apenas uma tomada objetiva de consciência de nossas condições econômico-financeiras reais, sem reboços, em face mesmo do decréscimo de rentabilidade da Empresa e aumento progressivo do custo operacional, segundo as tuas próprias e reiteradas informações às nossas irmãs e a mim, e acréscimo este que culminou com um atraso (sic), maior de 150 dias, no pagamento de débito oriundo de fornecimento de papel, e que atingiu o volume de meio milhão de cruzeiros antigos ou Cr\$ 500.000,00 novos.

Por todas estas razões não vimos e não vemos porque deveríamos retardar mais a realização da tarefa, ora autorizada à “Cronin”, e já de tua ciência e compreensão, no uso normal de pessoa sensata e responsável, em resguardo de nosso patrimônio material e moral.

De teu irmão, Clóvis²⁰⁰

Nessa época, as seguidas alterações no expediente²⁰¹, publicado sempre no pé da página 4 do periódico, refletem a turbulência causada pela disputa pelo poder na *Folha do*

¹⁹⁹ MARANHÃO, Clóvis. [Carta]. Rio de Janeiro, 17 abr. 1971.

²⁰⁰ MARANHÃO, Clóvis. [Carta]. Rio de Janeiro, 17 abr. 1971.

Norte: até o dia 3 de julho de 1971, figuravam os nomes de Clóvis e João Maranhão, o primeiro na condição de diretor geral e diretor das sucursais do Estado da Guanabara e de Brasília, e o segundo como gerente; de 4 de julho a 10 de agosto de 1971, apenas o nome de João Maranhão aparece como gerente. Nas edições desse curto período, não há menção à direção geral nem à direção das sucursais; a partir de 11 de agosto de 1971, o nome de João Maranhão é suprimido, passando a constar os de Augusto Maggessi na direção geral e Paulo Maranhão Filho na direção de jornalismo. Não há, mais uma vez, menção à direção das sucursais, apenas o endereço delas. Em todas as situações, o representante comercial é J.M.Ferreira Serviços de Imprensa Ltda.

Em 9 de agosto de 1971, três dias depois da assinatura da alteração contratual da empresa, uma declaração conjunta firmada em Cartório por Clóvis e João Maranhão garante que o sócio-quotista Paulo Maranhão Filho continuaria no cargo de Diretor Redator-Chefe, que exercia naquela ocasião, até a instalação da nova organização da Empresa de Publicidade Folha do Norte. Após essa organização, continua a declaração, “lhe será atribuído um dos cargos de relevo de Diretor, bem como aos signatários desta, na forma do que dispuser o contrato social”²⁰². Observa-se, pelo documento, e pela alta rotatividade dos cargos, que o que mais importava naquele momento eram as conveniências pessoais. A importância dos cargos a serem ocupados parecia já não ter relação com a atividade jornalística, sendo, antes, uma posição “de relevo” arranjada para saciar e acomodar interesses e vaidades ou para calar ânimos contrariados.

Depois de quarenta anos de serviços prestados à empresa, a saída de João Maranhão da gerência, decidida “na conformidade da cláusula décima primeira do contrato social”²⁰³ é tratada numa “carta de reconhecimento” escrita por Clóvis Maranhão ao irmão em agosto de 1971, em dia e local não mencionados, na qual reitera a intenção da medida – “tão só a serviço da instituição empresarial”.

João,

Ao ensejo em que, na conformidade da cláusula Décima Primeira, do Contrato Social, de comum acordo com os demais sócios e irmãos,

²⁰¹ Todas as edições mencionadas estão disponíveis no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Artur Vianna. Cf. [EXPEDIENTE, a, b e c] [da] Folha do Norte, Belém, jul./ago. 1971.

²⁰² Declaração assinada junto ao Cartório Chermont, do 1º Ofício, em 9 de agosto de 1971, por Clóvis e João Maranhão.

²⁰³ “Cláusula Décima Primeira: Após a assinatura do presente instrumento de alteração contratual, observadas as formalidades legais, serão postas em execução imediata todas as cláusulas e condições desta Escritura.”

transferes a gerência de nossa empresa “Folha do Norte”, ao nosso amigo e parente²⁰⁴, Augusto Maggessi, homem probo e capaz e onde, há mais de quarenta anos até hoje, fizeste guarda a esta parte ponderável do patrimônio de nossa Família, devo escrever-te a presente carta de reconhecimento aos teus serviços e à tua dedicação aos encargos de que fostes incumbido por nós, e inerente às tuas tarefas gerenciais.

Para ti e para nós, teus irmãos, basta que tenhas a certeza de que é válido, e se e enquanto for de tua vontade e teus legítimos interesses, o nosso desejo de que envelheças, juntamente conosco, nesta comunidade de trabalho, que assim é, na prática e concepção vitoriosas de empresa em nossos dias, a nossa “FOLHA DO NORTE”.

Quanto àqueles que, profissionais de má fé, das paixões mesquinhas, das calúnias e infâmias, e não menos inimigos, abertos ou disfarçados de nossa “FOLHA DO NORTE”, e aos que, incapazes de compreender gesto tão só a serviço da instituição empresarial, como é o nosso de agora, a esses, com os quais não temos atilhos nem vincilhos, devemos por de lado, porque de minha boca, por mim e por nossas irmãs e dois sobrinhos, sócios nossos, nunca proferi um conceito desprimoroso contra tua honorabilidade pessoal no exercício da gerência ou fora dela.

[...]

É o que me cabia dizer a ti, a bem da verdade.

Afetuosamente,
o teu irmão e amigo,
Clóvis²⁰⁵

A carta, escrita em tom amistoso, põe termo à participação de João Maranhão na gerência da *Folha do Norte*. Apesar do tom conciliador, o fato é que João Maranhão, a partir daquela data, seria alijado de qualquer instância de decisão, podendo, se quisesse, acomodar-se e adequar-se aos novos tempos, onde poderia envelhecer naquela “comunidade de trabalho”, desde que se submetesse às suas regras. Nos dias 5 e 7 de novembro de 1971 os sócios quotistas da Empresa de Publicidade residentes no Rio de Janeiro, Clóvis Maranhão, Helga Maranhão Miranda, Sulamita Maranhão, Olga Maranhão, Sylvia Maranhão Cruyckshank e Paulo Antônio Maranhão José dos Santos, por si e por Leonardo Raimundo Maranhão dos Santos, com suas firmas devidamente reconhecidas em cartório, faziam publicar a seguinte nota, assinada em 3 de novembro de 1971, na qual declaram ser o Marechal Augusto da Cunha Maggessi Pereira o “único e legítimo representante” da empresa:

²⁰⁴ A despeito dos esforços, não foi possível precisar o grau de parentesco de Augusto Maggessi com a família Maranhão.

²⁰⁵ MARANHÃO, Clóvis. [Carta]. [S. l.], ago. 1971, sobre papel timbrado da *Folha do Norte*, provavelmente em Belém.

Os sócios-quotistas da Empresa de Publicidade Folha do Norte, Limitada, que subscrevem a presente declaração, tendo conhecimento de que pessoas inescrupulosas e de má fé se dizem autorizadas a falar ou agir, em nome de cada um deles isoladamente ou de todos coletivamente, no tocante a assuntos de seus interesses empresariais, vêm declarar às autoridades federais, estaduais e municipais e a público em geral que têm um único e legítimo representante, e este é o Marechal Augusto da Cunha Maggessi Pereira, assessorado por uma equipe de técnicos, altamente qualificados, da Cronin-Consultores Técnicos Ltda., sob a coordenação do engenheiro dr. Francisco de Paula Cidade.
Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1971.
(Seguem as assinaturas acima mencionadas)²⁰⁶

O documento não contém a assinatura de João Maranhão. Dias mais tarde, em 8 de novembro de 1971, João Maranhão assinava, em Belém, também com firma reconhecida pelo Tabelião do Cartório Conduru, um termo “Aditivo à Nota dos Quotistas da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda”, publicado pela *Folha do Norte* do dia 9 de novembro de 1971, no qual ratifica todos os termos da nota anterior. Diz o Aditivo:

Em aditamento à Nota dos Quotistas da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda., firmada em 03.11.71 pelos quotistas Clóvis Maranhão e outros, domiciliados e residentes no Rio-GB, o abaixo-assinado vem, pelo presente, ratificar, como ratificado tem, para os devidos fins, a referida Nota, publicada nos dias 5 e 7 do corrente, em todos os seus termos, posto que reconhece ser a mesma absolutamente necessária, conforme se depreende de seu conteúdo.
Belém, 08 de novembro de 1971.
João Maranhão, residente em Belém-PA, sócio quotista da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda.²⁰⁷

Assentada sobre terreno movediço, logo a empresa começa a dar mostras da gestão equivocada, acumulando dívidas e atrasando inclusive o pagamento mensal dos sócios, fato nunca registrado até agosto de 1971. O fato é mencionado em carta endereçada a Augusto Maggessi por Paulo Maranhão Filho, que responsabiliza os diretores pelo fracasso econômico da empresa e adverte da intenção de recorrer à via judicial caso não lhe sejam pagos os valores devidos.

Na qualidade de sócio quotista da Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda., interpele Vossa Senhoria para saber por que, até esta data, dia 14 de setembro de 1972, não me foram pagos os Cr\$ 1.200,00 (Hum mil e

²⁰⁶ *Folha do Norte*. Belém, 3 nov. 1971.

²⁰⁷ Segunda via original do termo Aditivo pertencente aos arquivos de Haroldo Maranhão.

duzentos cruzeiros), que recebo mensalmente, e que nunca deixaram de ser pagos rigorosamente em dia até agosto de 1971.

Previno a Vossa Senhoria que, a perdurar o atraso, recorrerei à via judicial para compeli-lo a cumprir com seu dever, e a salvaguardar outros interesses meus na empresa, atualmente já com a sua economia seriamente ameaçada por quem a dirige.²⁰⁸

A queda de braço que alijou João Maranhão da gerência da *Folha do Norte* e alçou ao comando um grupo estranho à rotina do jornal desagradou também a parcela de funcionários afinada com a antiga administração. Longe iam os tempos de Paulo Maranhão, que vivia do e para o jornalismo. O estilo de vida nababesco dos novos diretores, regado a champanhe num dos clubes mais caros da cidade, constituía uma afronta aos funcionários, que, descontentes com os salários atrasados e com os rumos dados à empresa, fizeram circular na redação, provavelmente às vésperas do natal de 1972, dois panfletos apócrifos, francamente hostis a Maggessi, ao “caduco” Clóvis Maranhão e a dirigentes de outros escalões. Escritos em caixa alta, incitavam os funcionários a lutar pela garantia dos seus direitos, desencadeando uma reação em cadeia de ofensivas e contra-ofensivas, que começou pela resposta do jornal, no primeiro dia do ano de 1973, e terminou nas barras da justiça. Diz a íntegra dos panfletos:

Colegas,

Enquanto neste natal a mesa do Sr. Magessi vai ter peru à brasileira, castanha de natal, pêssegos, champanhe, etc., a sua terá padecimento vendo seus filhos pedirem um pedaço de pão sem que você possa atendê-los. Enquanto o Sr. Heitor, que se diz diretor financeiro da falida *Folha do Norte*, vai comemorar o natal na boate da Assembléia Paraense, você não terá nenhum tostão para comprar ao menos um guaraná para brindar o nascimento de Nosso Senhor. Enquanto Antônio Soares, chefe dos vales ou o rei dos vales, pede colaboração, enganando que sai hoje, sai amanhã este dinheiro que nunca sai e nem vai sair, porque o pouco que tem é consumido pelo marechal e seus auxiliares diretos, você vai continuar trabalhando para sustentar esta corja de vagabundos que para Belém vieram em tão má lembrança do caduco Clóvis Maranhão. Colegas, não devemos ter medo de lutar por nossos direitos, marechal é um posto no Exército que já foi abolido a (sic) muito tempo, o último foi Duque de Caxias. Toda a vez que alguém vier pedir paciência, colaboração, desconfie desta pessoa, se age assim é porque está com seus vencimentos em dias (sic), come na mesma panela do Sr. Magessi, é um dos poucos que se aproveitam do suor de muitos. Passe em frente, passe ao colega

²⁰⁸ MARANHÃO FILHO, Paulo. [Carta]. Belém, 14 set. 1972.

mais próximo para que ele fique concientizado (sic) dos seus direitos. Voltaremos.²⁰⁹

Outra mensagem satiriza os nomes dos dirigentes, Clovius XI e Magessius IV, comparando-os a personagens do Velho Testamento.

Leia e passe ao colega que como você padece pela má administração desta ex-poderosa empresa. Não deixe esta em mãos de uma minoria de puxa-sacos que com a administração estão comendo dinheiro a rodo, exemplo: o Haroldo secretário, o Antônio Soares, chefe da oficina, o Edgar Pampolha, dono dos vales, e outros ratos que polulam (sic) por esta mal sinada casa de imprensa. Dito isto, vamos ao que interessa: “Quando no ano XXVII, Clóvius XI legou poderes a Magessius IV, filho de Putrius e Shepezim da Macedônia, para dirigir o jornal da cidade de Ur dos caldeus, chamados de folius de Nilo, e este devido a mentalidade curta delapidou (sic) os bens do referido jornal, foi decretado pelo rei ou melhor imperador Clovius a morte do dirigente Magessi era quaricater, posto que hoje em dia corresponde a marechal ou coisa parecida, que comer todos os arquivos de papiro das edições atrasadas (sic), repetindo sempre a seguinte frase: “Nasci para tatu e vou morrer cavando” e de novo “nasci para tatu e vou morrer cavando”, até que depois de um dia de deglutição veio proveoto (sic) militar morrer, empanturrado de papiro até a alma”. Esta pequena história do glorioso Egito serve para ilustrar perfeitamente o quadro da nossa Folha do Norte delapidada (sic), deslustrada, corrompida e enxovalhada pelos dirigentes de uma organização expuria (sic) da Guanabara, apelidada pelo pomposo nome de “Crowning”, composta de peritos contadores, peritos em programas com as funcionárias do jornal, mas nunca em administração de empresa, e que vieram com o propósito de levar todo o dinheiro que em outros tempos servia para pagar religiosamente em dia os funcionários desta casa. Some-se a tudo isso as viagens de fim de semana dos diretores ao sul do país, as recepções fúteis por qualquer despedida ou aniversário, ao pagamento de residências luxuosas para dirigentes que não fazem jus a tal merecimento e aí está o verdadeiro sumidouro do escasso dinheiro arrecadado pela Folha do Norte. Hoje tudo o que acontece é logo culpado a administração anterior, mas nunca faltou ou atrasou (sic) o pagamento, nunca os funcionários deixaram de ter suas receitas aviadas por falta de crédito, nunca houve falta de papel para a impressão do jornal. Colegas, creio que vivemos os últimos e derradeiros minutos da Folha do Norte, e por motivos óbvios não podemos desejar a todos um feliz natal, já que os dirigentes vão viajar para o sul e nós ficaremos a ver navios. Mas nós sempre estaremos ao vosso lado para azucrinar a vida dos que pensam ser os donos do mundo. Voltaremos, até breve.²¹⁰

²⁰⁹ Panfleto apócrifo que circulou entre os funcionários da Folha do Norte, provavelmente às vésperas do Natal de 1972.

²¹⁰ Panfleto apócrifo que circulou entre os funcionários da Folha do Norte, provavelmente às vésperas do Natal de 1972.

Os panfletos, que deveriam circular somente entre os funcionários, acabaram vazando e chegaram ao conhecimento daqueles que eram alvo das críticas. A reação foi o editorial “Verdade!”, publicado na edição de 19 de janeiro de 1973 da *Folha do Norte*. Abusando das maiúsculas e das palavras em caixa alta para realçar valores e princípios, e sob o lema “Ordem, Confiança Mútua, Tranqüilidade e Progresso”, o editorial evoca a inexpugnabilidade da “Fortaleza de Paulo Maranhão”, o “Mestre”, contra a qual se levanta “um mar de lama”. Grandiloqüente e abundante ao exaltar os valores do civismo, da autoridade, da tradição, da moral, das leis divinas, das normas do direito e da civilização, o editorial no entanto é econômico ao tratar dos problemas denunciados pelos panfletos, minimizando-os e relativizando-os: “de somenos importância uns, de certa gravidade outros”. Por outro lado, também com fartura de adjetivos, nesse caso imputando-lhes caráter pejorativo, tenta desqualificar o conteúdo dos panfletos - “papeluchos, folhas sujas”, atribuindo-os à ação do demônio, para em seguida voltar sua artilharia contra aqueles que, com “mãos ineptas e sem o aprumo de chefia”, conduziram a empresa “até agosto de 1971”, como “uma espécie de herdade, pessimamente dirigida e administrada”.

VERDADE!

De uns tempos a esta parte, um mar de lama encapela-se, engrossa e vem rebentar os vagalhões de encontro à Fortaleza de Paulo Maranhão. Entanto, nenhum dano se registra porque a reação, a resistência de uma inexpugnabilidade, própria da fortificação permanente de caráter, de saber e de coragem que o Mestre construiu, como desprezam tais ondulações infectas, repelindo-as mesmo de volta às paragens donde vieram, às áreas infernais das maquinações de renegados, daqueles para os quais o arcabouço moral da vida nada vale, pois que no lamaçal vivem e se alimentam.

Estamos cada vez mais convencidos daquele velho princípio de LAVATER²¹¹: “O que é invisível nos homens, mostra-se, denuncia-se no que é visível neles”. No caso vertente, basta contactá-los, observar-lhes as fisionomias, analisar-lhes as ações nefastas, para ficar inteirados da exatidão desse pensamento.

Em torno desta Casa tradicional de cultura e de combate, de civismo e de trabalho rondam e, às vezes tentam invadi-la os agentes da destruição e da miséria comprovada.

São os indivíduos que, por arte do demônio, vieram ao mundo para desempenhar funções passivas e insidiosas, agravando os grandes males sociais, para arquitetar ações negativas, perniciosas e indignas, cometendo o roubo e a calúnia, denegrindo reputações, atacando pelas costas, aqueles

²¹¹ Johann Kaspar Lavater (1741-1901), filósofo, poeta e teólogo suíço, considerado fundador da fisiognomonia, que pretendia determinar cientificamente o caráter humano a partir das características físicas exteriores.

que se lhes opõem e que pautam comportamento segundo as leis divinas e as normas do Direito.

Ainda mais, estribados em ficções ditadas pela inveja e o despeito, forjam idéias fabulosas, emitem PAPELUCHOS, FOLHAS SUJAS, de arbitrária inventiva e, acobertados pelo anonimato, acusam sem provas e sem argumentação, procurando assim transferir ao próximo os ENORMES PREJUÍZOS que eles causaram à FOLHA DO NORTE.

Por mera intenção de ferir, escondidos atrás das portas ou nos meandros dos botequins da beberroia, tentam por todos os meios escusos criar ambiente que lhes dê AZO DE RETORNAR a fim de MATAR SAUDADES e continuar a DILAPIDAÇÃO da pobre empresa, outrora por ele (sic) menosprezada e profundamente abalada em suas finanças, porque dela faziam sua FAZENDA de desmandos, de irresponsabilidades e – o que é mais lamentável – de abrigo para a prática de atos ofensivos à moral pública.

Em vez de provar a verdade com a verdade, a realidade histórica com a realidade dos fatos, pretendem provar a verdade com a falsidade e a perfídia, com a difamação infundada, a fábula com a fábula, a mentira com a mentira!

Ninguém ignora ou nega a existência de problemas, de somenos importância uns, de certa gravidade outros, mas seu relato deve ser justo e fiel de vez que toda coisa tem seu nome e lugar de procedência, sua origem e sua razão de ser. Se fôssemos revelar aqui – CIENTES E A CAVALEIRO DE TUDO, - alguma informação acerca da aludida origem ou causa criadora da existência da problemática atribuída ao jornal, se descêssemos aos pormenores, então reduziríamos à expressão mais simples as emanações pútridas dos ignóbeis delatores.

Denunciá-los-íamos pelas infrações cometidas sob os pontos de vista moral, financeiro e assistencial, numa instituição respeitabilíssima que infelizmente ostentava apenas o título de empresa, mas não vivia, não funcionava como tal. Era mais uma espécie de herdade, pessimamente dirigida e administrada, desgraçadamente entregue a mãos ineptas e sem o aprumo de chefia.

Preferimos, com sentimento humano e compromisso intransferível, manter-nos (sic) em constante esgrimadura na defesa intemorata de tão belo patrimônio que, afinal, nem é nosso!

Não! Não tinham direito, os atuantes desse monumento eterno, como o faziam até agosto de 1971, de usar de liberdade absoluta, fora da lei, e ainda com o desplante, a ousadia, - como ocorre agora – de pretender ILAQUEAR A CREDULIDADE POPULAR inventando fatos só pelo intuito de deslustrar os nomes daqueles que desinteressadamente, pelo menos têm sustentado a FOLHA DO NORTE há um ano e meio, limpando-a interna e externamente, moralizando-a, expulsando dela os ladrões, livrando-a dos maus elementos e, em respeito e homenagem à sociedade belemense, reativando-lhe a nobre missão de informar, de manter atualizados os atributos da civilização escrita: enfim – e esta é a verdade – restituindo-lhe os necessários quesitos de ORDEM, CONFIANÇA MÚTUA, TRANQUILIDADE E PROGRESSO.²¹²

²¹² VERDADE. *Folha do Norte*, Belém, Caderno 1, 19 jan. 1973.

A referência à administração de João Maranhão - “até agosto de 1971” - é evidente, assim como a intenção explícita de convencer os leitores do jornal de que o novo “estilo de administração” teria, na verdade, saneado os desatinos da gestão familiar já encerrada. O editorial sugere, inclusive, que os ataques panfletários à atual gestão teriam sua origem em João Maranhão, muito embora seu nome não seja citado. Utilizando o argumento segundo o qual a empresa seria administrada por gente “desinteressada”, o editorial critica veladamente aqueles que, usando de uma suposta liberdade fora da lei, típica do período anterior, vinham no momento presente inventar fatos de modo a pôr sob suspeita a credibilidade dos novos administradores. Por meio desse estratagema dava a entender que as denúncias não passavam de mentiras resultantes de mágoas causadas pelas mudanças ocorridas. Atingido pelo conteúdo ofensivo do editorial, João Maranhão interpelou judicialmente a empresa em 29 de janeiro de 1973²¹³. Na petição ajuizada, afirma que, embora sem indicar nomes, o editorial da *Folha do Norte* o autorizava a tomar contra si as “calúnias, difamações ou injúrias” ali publicadas, em razão da menção ao período em que esteve à frente da administração da empresa:

No dia 19 do corrente o peticionário tomou conhecimento de uma publicação [...] em que se fazem referências altamente ofensivas a pessoa ou pessoas que a publicação não identifica, referindo, entretanto, ao período de “até agosto de 1971”, o que induz tratar-se de alusões dirigidas ao ora suplicante, a quem coube a tarefa de, por mais de 40 anos e até agosto de 1971, juntamente com seu pai, Paulo Maranhão, administrar o jornal agora entregue a novos dirigentes.

Claro está que o ora suplicante pode atribuir a si o alvo das calúnias, difamações ou injúrias que a publicação venha a contar, desde que se faz omissão do nome ou dos nomes da pessoa ou das pessoas envolvida ou envolvidas no editorial em apreço.²¹⁴

Diante do que expunha, João Maranhão requeria que o diretor geral do jornal, Augusto Maggessi, fosse notificado a comparecer em Juízo no prazo de 48 horas, a fim de esclarecer se as referências eram dirigidas a ele, e em caso positivo, que as explicasse, sob pena de responder pela ofensa. Passados quatro meses, Augusto Maggessi ainda não havia sido citado judicialmente. Em 16 de maio de 1973, Haroldo Maranhão, representando o pai na condição de seu advogado, peticionou ao Juízo processante requerendo a citação de

²¹³ Além de ingressar em Juízo, João Maranhão fez publicar notas nos jornais *O Liberal e Província do Pará* a propósito do editorial da *Folha do Norte*, conforme se verifica da contestação de Augusto Maggessi, que as menciona.

²¹⁴ MARANHÃO, João. [Petição]. Belém, 29 jan. 1973.

Maggesi por Carta Precatória em seu endereço no Rio de Janeiro, na rua Leopoldo Miguez, 150, apartamento 902, onde se encontrava então. Instada a responder a citação judicial, a Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda., através de petição encaminhada à Juíza de Direito da 2ª Vara Penal e assinada por Augusto Maggesi, “atendendo respeitosamente ao chamamento judicial determinado por V. Excia.”, manifestou-se no sentido de generalizar as acusações contidas no editorial, fazendo-as recair sobre aquele ou aqueles que se acobertavam no anonimato:

Sangra-se em saúde o notificante JOÃO MARANHÃO, nome constante do mandado expedido por Vossa Excelência, datado de 6 de fevereiro de 1973. Em realidade, Excelência, [...] digo que o Editorial intitulado “VERDADE”, publicado à página 3 da Folha do Norte, de 19 de janeiro passado, se refere à pessoa ou às pessoas que, sem classificação no dicionário de caracteres, a coberto com o anonimato, redigiu ou redigiram e fizeram espalhar em nossa redação e na via pública, certo número de papeluchos, contendo expressões injuriosas.

Acontece, porém, que o notificante, antes de formular a interpelação, fizera publicações nos jornais O LIBERAL e PROVÍNCIA DO PARÁ, já atribuindo à sua gestão na Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda. os termos contidos no Editorial VERDADE da edição da Folha do Norte, de 19 de janeiro do corrente ano, como faz certo o documento anexo.

Evidencia-se, assim, que fora o próprio notificante quem proclamara haver sido visado pelo Editorial em questão, desejando definir a autoria dos papeluchos distribuídos na referida Empresa, como está a demonstrar o seguinte trecho daquela publicação “o leitor mais distraído perceberá que lá se poderão conter grosseiras e infamantes referências à gestão que exerci na Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda.”

Desse modo, a Empresa de Publicidade Folha do Norte Ltda. não possui nenhum interesse moral no sentido de demover o notificante, pois este já exteriorizara, de público, sua convicção, apesar de seu nome não figurar no Editorial.

Augusto Magessi
Diretor Geral²¹⁵

A *Folha do Norte* não resistiria a tantas intrigas internas. Em rápido declínio, em 1974, foi comprada pelo grupo *O Liberal*, de propriedade de Rômulo Maiorana, deixando de circular pouco mais de um ano depois, encerrando um capítulo importante na história da imprensa paraense. Em entrevista que concedeu ao jornalista Elias Ribeiro Pinto, Haroldo Maranhão oferece o seguinte diagnóstico para a derrocada do periódico:

²¹⁵ Cf. cópia da petição, sem data.

As decisões de poder, em qualquer que seja o nível, estão em mãos erradas. Ministros ineptos, porteiros de hotel e de motel ineptos, jornalistas ineptos, prefeitos ineptos, editores ineptos, faxineiros ineptos, professores ineptos, cozinheiras ineptas, livreiros ineptos, militares ineptos: está aí uma delícia de país de terceiro mundo. Bem, o funeral da *Folha do Norte* foi um funeral de 3ª classe. O jornal já descia um plano inclinado, mesmo com Paulo Maranhão acreditando que o dirigia, quase cego e próximo dos 100 anos de idade, que é uma idade não para ser diretor de nada, mas para ter sido. Morreu ignorando que o seu jornal entrava em descompasso com a modernidade, vivendo como Portugal: das glórias do passado. Surgiu em cena como um tufão o empresário Romulo Maiorana, que havia modernizado o comércio de roupas da cidade e que se propunha a fazer o mesmo com a imprensa. O seu êxito resultou menos da sua competência do que da incompetência do maior concorrente. Em dado momento, a *Folha do Norte* era uma porcaria mal impressa. E *O Liberal* uma porcaria bem impressa. A tecnologia desservindo um e servindo o outro. [...] Quem acabou com a *Folha* foi a incompetência no seu estado de pureza absoluta. Um jornal perde o respeito de seus leitores quando falsifica a verdade e não opina com coragem.²¹⁶

Muito embora atribuísse a derrocada do jornal à incompetência administrativa, Haroldo Maranhão via nela, também, o fim de uma certa forma de fazer jornalismo, atrelada ao período em que o avô se encontrava à frente da empresa, travando, em suas páginas, batalhas políticas contra aqueles que estavam no poder. Daí afirmar que o periódico havia perdido o respeito do leitor ao falsear a verdade, o que se coaduna com as orientações editoriais assinadas por Clóvis Maranhão.

Pelo volume de documentos, certidões, cópias, cartas, recortes que colecionou, percebe-se que Haroldo Maranhão acompanhou passo a passo todo o *imbroglio* em torno da sucessão de Paulo Maranhão, inteirando-se de tudo, e tentando, mesmo à distância, ajudar o pai, algumas vezes intervindo como seu advogado. No entanto, ele próprio se debatia com seus problemas pessoais. A morte de Maria da Glória, a companheira de vários anos, em 1967, um ano depois da morte do avô, deixando-lhe o filho Haroldo Paulo com apenas um ano e meio, abateu-lhe profundamente o ânimo. Por muito tempo, ele viveria apenas com o filho, teria alguns relacionamentos ocasionais, como narra em *Querido Ivan*, mas só se casaria em 1981,²¹⁷ com Grauben da Costa Pfaltzgraff, ele então com 54 e ela com 50 anos de idade, união que durou cerca de três anos, parte dos quais passados em Brasília.

²¹⁶ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará! *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto.

²¹⁷ O casamento foi realizado no Rio de Janeiro, no dia 3 de fevereiro de 1981, perante o tabelião e oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da 10ª Circunscrição, Freguesia do Engenho Novo, e a Certidão, lavrada sob n. 19.177 e registrada às folhas 139 verso do livro BR-134, foi emitida em 16 de fevereiro de 1981.

Depois da aposentadoria como advogado da Caixa Econômica Federal, dedicou-se exclusivamente a escrever e a revisar textos alheios. Diariamente, “compulsivamente”, diria ele, como num exercício físico. Contribuía regularmente para o Suplemento Literário do *Diário de Notícias*, dirigido por Álvaro Lins, escrevia seus contos, romances, novelas, prefácios e orelhas de livros, cartas e diários. Além disso, continuava e continuaria ainda por muito tempo a escrever e a polemizar pelas páginas da grande imprensa.

Mesmo distante do Pará, opinava sobre os assuntos locais. Em 16 de junho 1991, por exemplo, publicou um artigo no jornal *A Província do Pará*, intitulado *Um monstro bibliográfico*²¹⁸, no qual criticava duramente e ironizava a iniciativa de seus conterrâneos Acyr Castro, Clóvis Meira e José Ildone de escrever a seis mãos e em quatro volumes, uma *Introdução à Literatura do Pará* – “uma bizarra bobajada [...] em face de uma literatura que jamais existiu que é a literatura paraense de semelhante introdução”. Evidentemente o tom provocativo de Haroldo Maranhão não poderia ensejar uma defesa sóbria. A reação veio a galope em 23 e 24 de junho de 1991, pelas páginas da mesma *A Província do Pará*. No artigo intitulado *Haroldo Maranhão: insanidade às claras*²¹⁹, um dos autores da *Introdução*, José Ildone Favacho Soeiro, devolve as críticas, acusando de mal-cheiroso o romance *Rio de raivas*, “fruto natural do desequilíbrio que corrói o cérebro do autor, que desvenda seus traumas e desnuda um Haroldo recalçado e desabusado em plena velhice”.

O jornalista Elias Ribeiro Pinto, em sua coluna *Elias*, no jornal *A Província do Pará*, sai em defesa de Haroldo Maranhão no artigo *E agora, José Ildone?*, no qual rebate as críticas, classificando-as de “prova da moral enviesada do inidôneo Ildone”. O articulista questiona o destempero da reação de Ildone, que, não tendo suportado o peso da crítica que Haroldo Maranhão fizera em *Um monstro bibliográfico*, reagiu “com sua moralidade de caserna”, renegando o mesmo autor que já fizera figurar como representativo da literatura paraense na *Introdução à literatura do Pará*.

Quando Ildone escreveu seu texto para a **Introdução**, Haroldo já havia publicado **Rio de raivas**. Por que só agora Ildone vê “subliteratura” no romance? Espaço não lhe faltava, ainda mais que foi o organizador da “biografia” e antologia de Haroldo Maranhão, no terceiro volume da **Introdução**.²²⁰

²¹⁸ MARANHÃO, Haroldo. Um monstro bibliográfico. *A Província do Pará*. Belém, 16 jun. 1991, p. 9, caderno 2.

²¹⁹ SOEIRO, José Ildone Favacho. Haroldo Maranhão: insanidade às claras. *A Província do Pará*. Belém, 23-24 jun. 1991, Caderno Magazine.

²²⁰ PINTO, Elias Ribeiro. E agora, José Ildone? *A província do Pará*. Belém, 30 jun. 1991. Caderno 2. p. 9.

Quando dias depois da morte do escritor o jornal *O Liberal* colheu depoimentos de intelectuais e poetas de Belém, foram entrevistados Benedito Nunes, Vicente Cecim, Clóvis Moraes Rego e Acyr Castro, o único entre os três autores da *Introdução*, percebe-se, nas afirmações deste último, resquícios do desconforto causado pela polêmica em torno da *Introdução*: “Era um homem muito personalista, individualista, preso a suas sensações, de difícil trato, mas quando se aproximava, sabia ser cordial. Era uma pessoa contraditória, anjo e demônio, um homem.”²²¹

Em outro artigo, este voltado para a política nacional e publicado pela *Folha de São Paulo* em 8 de junho de 1992, Haroldo Maranhão aconselha mais do que a renúncia ao então Presidente da República Fernando Collor: “Suma, presidente Collor. Embarque num dos jatos de seu amigo PC Farias e instale-se no Caribe”²²². Inspirado no conto de Andersen *A roupa nova do rei*, o artigo intitulado *O Rei está nu*, termina, irônico, com uma das marcas registradas do ex-presidente: o vocativo “minha gente”, com o qual, como o menino do conto, Haroldo Maranhão chama a atenção dos súditos para a nudez do rei.

Minha gente: o rei está nu. Em plena Praça dos Três Poderes ele está nu. O neto do dr. Lindolfo vai fazer um favor-mãe ao povo brasileiro: vai sumir, vai embora, para muito além de Canapi. E de onde estiver, Canapi lhe parecerá o que sempre foi e é, salvo nesta hora brasileira muito errada, ou seja, nada mais do que um cocô de mosca no mapa do Brasil.²²³

Mas a par, ainda, do exercício diário da escrita, fosse literária ou jornalística, Haroldo Maranhão preocupava-se em difundir sua obra já editada mundo afora. Em 24 de setembro de 1992 escreveu e endereçou correspondência ao serviço diplomático de vários países, cujas instituições de ensino estivessem voltadas ao estudo das letras em língua portuguesa ou hispano-americanas: Os Consulados de Israel, Países Nórdicos, Canadá, Suécia, Países Baixos, França, Dinamarca, Suíça, ao The British Council, Embaixada do México e aos Setores Culturais dos Consulados da Itália, Japão, Alemanha, Espanha e Bélgica receberam a correspondência, de idêntico teor.

²²¹ MONTEIRO, Aline. A Belém transfigurada de Haroldo. *O Liberal*, 18 jul. 2004, Caderno Cartaz, p. 3. O trecho citado foi retirado do depoimento de Acyr Castro constante dessa reportagem.

²²² MARANHÃO, Haroldo. O rei está nu. *Folha de São Paulo*, 8 jun. 1992, Caderno 1, Opinião, p. 3.

²²³ Id.

Senhores,

Muito agradecido ficaria se me puderem fornecer uma listagem das principais bibliotecas públicas e Universidades [...] que mantêm Departamento de Letras na área de língua portuguesa ou de letras hispano-americanas.

Na qualidade de escritor, desejaria supri-las de exemplares de livros de minha autoria²²⁴.

De 1993 a 1996, Haroldo Maranhão auto-exilou-se em Juiz de Fora, destino que poucos conheciam. Abatido pela recente morte de Ivan e pelos próprios problemas de saúde que exigiam um desfecho para a pretendida venda da biblioteca, preferiu manter-se distante de quantos o procurassem, para que pudesse trabalhar com tranqüilidade. O filho Haroldo Paulo, já adulto, continuou no Rio de Janeiro, de onde remetia a correspondência a ele dirigida, visitando-o ocasionalmente. A cada uma das pessoas a quem era obrigado a confiar seu paradeiro, Haroldo Maranhão assegurava que só ela e o seu filho Haroldo Paulo e absolutamente mais ninguém tinha conhecimento dele. Cada um supondo ser o único detentor do “segredo”, ficava excluída a possibilidade de troca de informações entre “Fulano”, “Sicrano” e “Beltrano”, garantindo assim o alheamento que buscava. Uma das pessoas a quem Haroldo Maranhão confiou seu destino foi o livreiro Alberto de Abreu Mathias, proprietário da Livraria Padrão Editora, antiga Acadêmica, do Rio de Janeiro, para quem viu-se forçado a revelar a identidade do “pintor português Júlio Rezende”, quando quis solicitar a remessa de livros. Em carta ao livreiro, ele recomenda sigilo, inclusive com os sócios Alberto Lopes Vieira e Carlos Griesbach Jr, que inadvertidamente poderiam incorrer em inconfidências indesejadas.

Caro Alberto,

Júlio Rezende nem é pintor nem português: é o velho amigo Haroldo Maranhão. Explico-me: auto-exilei-me nesta calmosa cidade, onde espero poder trabalhar em quase absoluto sossego. Aí, estava eu muito alcançado no meu tempo e na minha paciência, invadido por telefone e pessoalmente pela colônia paraense, que não respeita privacidade, além dos chatos, que são multidão.

Tenho despistado: conservei minha caixa postal (4151, CEP 20001-970, RJ) e deixo pistas falsas e a última delas é Alfenas, nas cercanias de Caxambu. Então compreenderá você que é para valer a minha disposição de sumir do mapa da vida literária, que, você sabe, abomino.

Saiba que é a segunda pessoa a conhecer meu paradeiro; meu filho – que me redespacha a correspondência da C.P. para esta cidade – e você. Ninguém mais. Você indagará: e o Benedito Nunes, amigo de 50 anos?

²²⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Cartas] para vários destinatários, diversas datas.

Não sabe. E as suas irmãs? Não sabem. E a professora Elisa? Deus me livre! E aquele Giordano, de S. Paulo? Não sabe. Sabem duas pessoas, e só. Portanto, compreenderá que lhe rogue manter em ABSOLUTO SIGILO o endereço da casa onde ronco e invento minhas mentiras. Se não se ofende e se me permite avançar um pouco mais, pediria que omitisse meu paradeiro até mesmo de seus dois sócios, que, por mera distração e sem malícia, poderiam fornecer o esconderijo a Fulano, que passaria em segredo a Beltrano, e logo Sicrano saberia, acabando por tornar-se tão ao (sic) mais notório que o telefone daquele Aurélio, o outro, não o dicionarista.

Enfim, querido amigo, retomo contato com a também querida *Padrão*, a *minha* livraria. Nunca pensei que ela me fizesse tanta falta!²²⁵

Depois de listar dez itens que desejaria receber em seu endereço, em Juiz de Fora – “todos os exemplares virgens, castos, puros, jamais bolinados”, Haroldo Maranhão sugere também o envio de catálogos, brincando com a sua identidade secreta: “Catálogos seriam bem-vindos. Marcados os títulos de seu interesse, Júlio Rezende os devolveria” e solicitando informações para a melhor forma de pagamento – “Veja-me agora a melhor forma de pagamento, sempre à vista (e nos dias 20!). Sugiro evitar-se cheque e preferir-se depósito na C/C do banco que você me indicar”.

Um mês depois, “aquele Giordano de São Paulo”, o editor Cláudio Giordano, seria outro a partilhar do segredo. Durante os anos de 1991 e 1992, principalmente, Haroldo Maranhão e Cláudio Giordano trocaram volumosa correspondência, ensejada pela publicação, em um único volume, da *Dissertação sobre o direito de caçar* e *Carta a Salvador Rodrigues do Couto*, do paraense Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, o Filipe Patroni²²⁶, uma co-edição, das Edições Loyola e da Editora Giordano Ltda., volume 11 da Coleção Memória, cuja introdução, bibliografia e cronologia da vida de Patroni foram escritas por Haroldo Maranhão. Para escrever o seu *Cabelos no Coração*, publicado em 1990 pela Editora Rio Fundo²²⁷, Haroldo Maranhão pesquisara exaustivamente a vida do conterrâneo nascido no município do Acará²²⁸, fato que o credenciava a apresentar a edição dos textos de Patroni²²⁹. Além do interesse comum pela

²²⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 1 fev. 1994.

²²⁶ Precursor da imprensa no Pará, lançou, em 1822, o jornal *O Paraense*.

²²⁷ Editora com a qual Haroldo Maranhão teve sérias divergências.

²²⁸ Município do Pará.

²²⁹ Sobre Patroni, Haroldo Maranhão declarou ao jornalista Elias Ribeiro Pinto, na entrevista *O Pará não morreu. Viva o Acará!*: “A historiografia oficial do país não sabe quem foi Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, ou Filipe Patroni, ou Doutor Patroni. Simplificam pela via da comodidade: foi um maluco. E pronto. Não sou um historiador, não pretendo ser, não pretendo sobretudo dar lições a ninguém. Mas posso afirmar que na verdade ele rompeu as nossas fronteiras para ser o que foi, um herói brasileiro, das mais

obra de Patroni, Haroldo Maranhão e Cláudio Giordano trocaram várias cartas com vistas à edição do catálogo da biblioteca do escritor, cuja publicação só foi possível pela editora CEJUP, de Belém, em razão dos custos. As cartas de Haroldo Maranhão seguiam sempre digitadas, conforme as cópias existentes no acervo, maneira que ele preferia para poupar o “dedo estropiado”, como confessou a vários de seus interlocutores. As de Giordano, por sua vez, eram quase uma “edição”, revelando apuro e zelo do missivista-editor: salvo pouquíssimas exceções, eram quase sempre manuscritas em cartões coloridos, nos quais ele dava um arremate estético, colando ilustrações de objetos artísticos. A Giordano, Haroldo Maranhão também revelaria seu endereço um mês mais tarde:

Meu bom Cláudio,
 recebi neste minuto seus dois magníficos títulos. Parabéns! [...] Uma iniciativa editorial marcante. Sinto ganas de mais uma vez renovar meus parabéns.
 Esquecia-me de recomendar-lhe – com redobrado empenho – que silencie quanto ao meu endereço e telefone. Para tudo lhe dizer: no Pará todos ignoram onde paro e porque vim parar aqui. Não houve exceções. Auto-exilei-me nesta terra juizforana, com suas grandes virtudes e grandes defeitos, as virtudes maiores que os defeitos. Portanto, saiba que está entre os raríssimos que têm conhecimento de onde me acoito. E saiba, sobretudo, que permanentemente estarei a seu dispor.²³⁰

singulares personalidades do Império, que teve atuação como jornalista, advogado, juiz, pensador, autor de livros. Sobretudo foi um iluminado, que teve uma visão *nacional* e não mais *regional* dos nossos problemas. Um intelectual que contrariou o estabelecido, por isso se tornando um maldito. Um subversivo *avant la lettre*. Um puro nacionalista. Cansado de falar a surdos, retirou-se para Lisboa, onde morreu ignorado. [...] E esta semana pretendo ir ao Acará, cidade mágica. Afinal, lá nasceram também Batista Campos e Júlio Cezar Ribeiro de Souza: muita cabeça para pouco município.”

²³⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 2 mar. 1994.

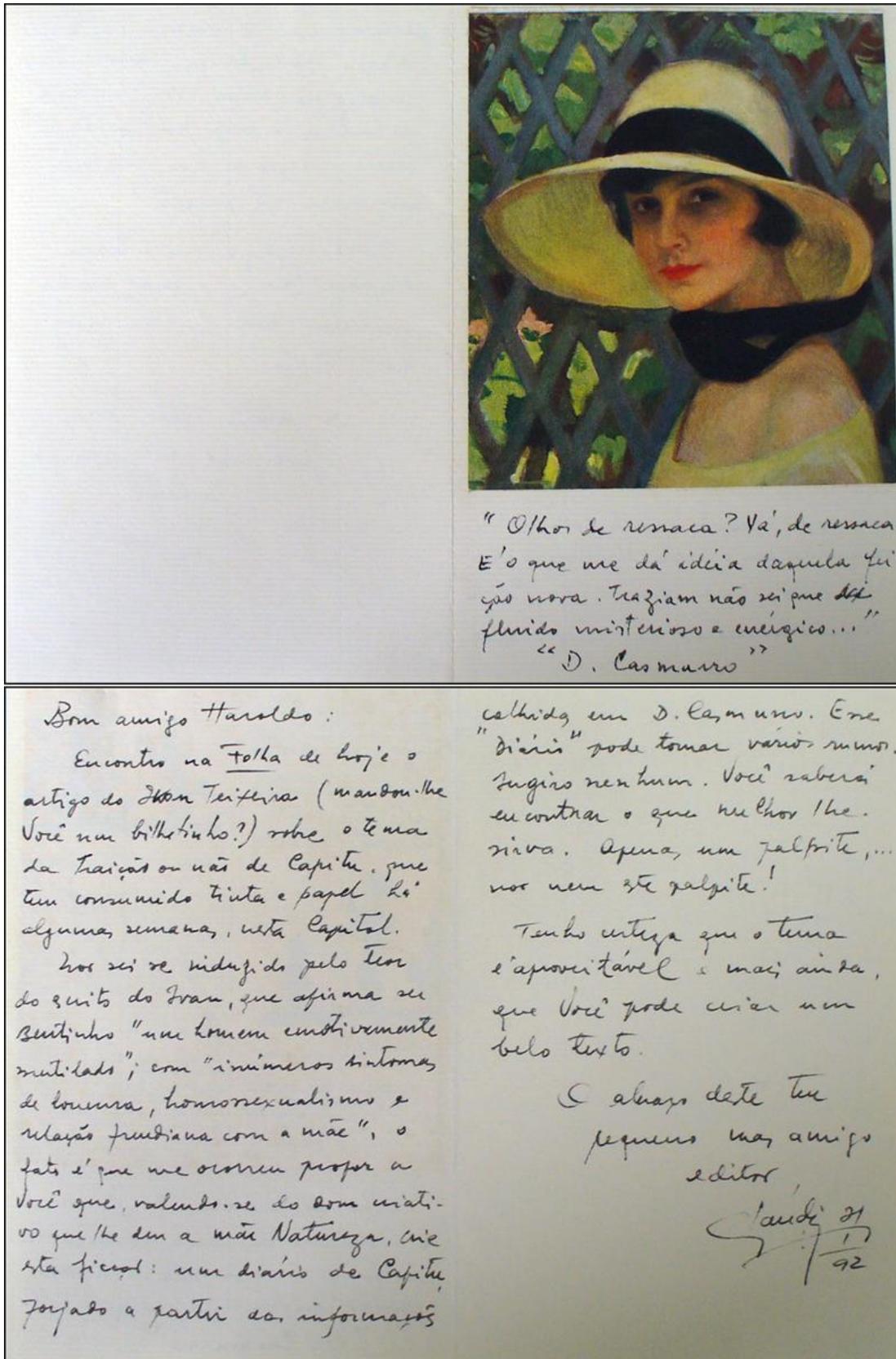


Figura 4 – Correspondência de Cláudio Giordano
 Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

A julgar ainda pela “Nota do ano 2000”, à antologia *Pará, Capital: Belém - memória & pessoas & coisas & loisas da cidade*²³¹, é muito pouco provável que Haroldo Maranhão tivesse omitido seu endereço da “professora Elisa”, conforme afirmou na carta ao livreiro Alberto Abreu Mathias. Nas duas linhas finais da Nota, ele escreve: “*Pará, Capital: Belém* é dedicado à pessoa, querida, que sabe tudo de mim: a MEG, Maria Elisa Guimarães.”²³². Além da grande amizade que a unia a Haroldo Maranhão, facilmente verificável pela correspondência volumosa trocada entre ambos, Maria Elisa Guimarães foi a autora da Exposição de Motivos, datada de 24 de outubro de 1988,²³³ recomendando a edição da antologia, através da Lei Sarney, quando Haroldo Maranhão tentou publicá-la pela primeira vez, pela Fundação Cultural Rômulo Maiorana. A antologia, afinal, só seria publicada mais de uma década depois, em 2000²³⁴, pela Fumbel – Fundação Cultural do Município de Belém, mas o sentimento permaneceria intacto, como se vê também da carta escrita em 28 de outubro de 1996, na qual Haroldo Maranhão não apenas agradece a intermediação para a venda de volumes de sua biblioteca para os livreiros Ana e Daniel, da Dantes Livraria, como sugere que a amiga vá vê-lo, no dia seguinte, em Juiz de Fora. No fim do texto, propõe: “2/2 h e meia de automóvel, via Petrópolis. Nesse caso, por que você não aproveita a carona?”²³⁵.

²³¹ NUNES, Benedito, no prefácio a *Pará, capital: Belém: – memória e pessoas e coisas e loisas da cidade*: “Haroldo Maranhão procede como um historiador à busca de testemunhos ao recorrer a diferentes fontes escritas – geográficas, antropológicas, etnográficas, e históricas propriamente ditas -, que nos prestam informações sobre os vários aspectos da vida da cidade: sua fundação e desenvolvimento, suas diversas atividades, recreativas, clubísticas, gastronômicas, dramáticas, romanescas, literárias, jornalísticas e artísticas, em que costumes casam-se com os mores, os hábitos com a moral, a religião com a política, a política com a linguagem. Haroldo redistribui os diferentes textos por ele escolhidos no papel de historiador, segundo uma ordem de novos títulos, que ora contrastam com a matéria versada, produzindo o abalo do humor, ora a valorizam, realçando-lhes os efeitos memorialísticos.” No texto de apresentação, *Belém revisitada*, escrito em junho de 1984, ao justificar o critério de seleção de textos e autores que integram a antologia, Haroldo Maranhão afirmou: “Um reparo não me poderão fazer: o antologista a si mesmo não se antologizou!”

²³² MARANHÃO, Haroldo (Org.). *Pará, Capital: Belém: memórias e pessoas e coisas e loisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p. 15.

²³³ Exposição de Motivos de 24 de outubro de 1988 para Projeto de co-edição, através da Lei Sarney (Lei nº 7505/86) endereçada a Rosângela Maiorana Kzan.

²³⁴ Haroldo Maranhão não conservou os originais, e a antologia organizada por ele só pôde ser publicada graças à ação de um “anjo anônimo”, como o chamou a Comissão Editorial, que entregou os textos para edição, com a condição de que fosse preservada a sua identidade. Na “Nota do ano 2000”, Haroldo Maranhão afirma: “Nos dezesseis anos de ineditismo desta antologia [...] ignoro se o original que magicamente apareceu é a **última** versão.”

²³⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 28 out. 1996.

Aos poucos, à medida que o tempo passava, mais e mais pessoas iam partilhando o segredo, como se constata da carta que Haroldo Maranhão escreveu em 6 de junho de 1994 ao jornalista Elias Ribeiro Pinto:

Anota meu endereço abaixo, para teu conhecimento PESSOAL. Desejei – vãmente – me esconder uns tempos do mundo. (Há dias me telefonou - ! - uma repórter do Estadão. Pronto. Acabou.) Minha intuição avisa porém que estarei por estes lugares não por muito tempo. Talvez este ano ainda vá para... Luxemburgo, onde a inflação, anual, alcança a marca de 3,5%. Maravilha. Confesso-te que não me senti bem omitindo-te meu real paradeiro e insistindo na tal caixa postal 4151, no Rio, que abro de dois em dois anos. Nem é por sermos amigos. Tenho outros amigos que nem suspeitam onde me oculto. Se alguém indagar, informa que estou em Alfenas (belo nome, não achas?), em casa sem eletricidade, de água de poço, cujo acesso, em terra de chão esburacado, só é possível em carro de boi. Ficarás em paz e eu também. [...] HM: Rua Delfim Moreira 33, ap. 801, Centro. J. Fora – MG²³⁶

Quanto a Benedito Nunes, não há dúvidas de que o amigo e compadre sempre soube do seu paradeiro. Antes mesmo que sua opção recaísse sobre Juiz de Fora, Haroldo Maranhão cogitava mudar-se para Sergipe, tudo dependendo de “confirmar-se a possibilidade [...] de obter um lugar na engrenagem cultural sergipana”, alternativa que discutiu com Benedito Nunes na carta de 9 de abril de 1992:

Tenho a impressão de que as incertezas ou certezas do provento empobrecido me levarão ao extremo de até antecipar a mudança para Sergipe, que contava se desse em janeiro ou fevereiro de 1993, ao fim do prazo de desocupação do apartamento. [...] Que Santa Clara clareie o caminho do velho elefante que errou de caminho na jornada para quietar e esperar, perto do umbigo, o reencontro com os seus maiores, isto é, com os mamutes. É claro que falo do dente de marfim para fora, porque depois de Aracaju outras mudanças virão, após novos períodos de trinta anos. De trinta em trinta anos mudo-me de cidade. Tenho enganado de sedentário quando não passo de um cigano sem ouros e sem violino. O abraço do velho Calvero²³⁷ paralisado diante do espelho, removendo com um pano a maquilagem que esconde as rugas.²³⁸

De volta ao Rio de Janeiro em 1996, sem ter conseguido vencer os problemas de saúde, Haroldo Maranhão morre oito anos mais tarde, em 2004, às vésperas de completar 77 anos.

²³⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Juiz de Fora, 6 jun. 1994.

²³⁷ O palhaço de *Luzes da Ribalta*, clássico de Charles Chaplin.

²³⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 9 abr. 1992.

Grande parte dessa biografia incomum está diluída principalmente no livro epistolar *Querido Ivan* e no romance *Rio de raivas*, ambos escritos fora da capital do Pará, assim como todos os demais da sua produção literária. *Querido Ivan*, de caráter mais confessional, recupera as lembranças ora delicadas, ora amargas da infância singular dos jovens maranhotos, como ele chamou a prole de João e Carmem. O livro reúne a série de cartas que Haroldo Maranhão escreveu do Rio de Janeiro durante os 21 últimos dias de vida do irmão, também jornalista, que em Belém agonizava vitimado por um câncer, e que morreu em 16 de abril de 1993, aos 64 anos. Tendo sabido da existência das cartas pelo próprio Haroldo Maranhão, o jornalista Lúcio Flávio Pinto resolveu editá-las em livro através do seu *Jornal Pessoal*²³⁹, em 1998, com uma tiragem de mil exemplares, o que o torna quase uma raridade nas mãos de poucos. “*Querido Ivan* é um livro não intencional”²⁴⁰, afirmou o jornalista e editor do volume Lúcio Flávio Pinto em depoimento. Intencional ou não, o fato é que Haroldo Maranhão tomou alguns cuidados nas cartas ao irmão, para que não viesse a se arrepender mais tarde, omitindo, por exemplo, o nome do “Dr. Fulano”, que o teria sondado para uma entrevista²⁴¹. Porém a intenção primeira, esclarecida por Haroldo Maranhão ao leitor do pequeno volume no texto introdutório às cartas propriamente ditas, era a de “desviá-lo [a Ivan] da visão unifocal da doença [...] e conseguir uns poucos sorrisos, todos os dias um ao menos, este mínimo que faria morrer na calma possível um homem já sem defesas, que se entregava”²⁴².

Ao escrever a cada dia uma carta ao irmão moribundo, Haroldo Maranhão remexe o “baú de flandres” – a um só tempo representação de seus guardados e metáfora da memória²⁴³ – e dali extrai o motor da lembrança: uma fotografia, uma carta, um detalhe qualquer ao acaso. É assim que, provocadas e despertadas, Haroldo Maranhão “puxa de

²³⁹ O *Jornal Pessoal* existe desde 1987, é uma publicação quinzenal em tudo e por tudo destoante dos padrões da grande imprensa: tem 12 páginas em formato A-4, é escrito exclusivamente por Lúcio Flávio Pinto, que conta apenas com a ajuda do irmão Luiz Pinto nas ilustrações e edição, recusa publicidade e sobrevive da venda de exemplares avulsos nas bancas de jornais e revistas de Belém.

²⁴⁰ Depoimento do jornalista Lúcio Flávio Pinto prestado em 2001 para o documentário roteirizado e dirigido pela Professora Rosa Assis para a Universidade da Amazônia, como parte do Projeto Memória. HAROLDO MARANHÃO. Roteiro e direção Rosa Assis. Produção Laboratório de Comunicação Social da Unama. Belém: UNAMA, 2001. (Série Memória ; v.5). 1 DVD (40 min), son., color.

²⁴¹ “Omito nomes, porque talvez viesse a me arrepender de enunciar-los.” MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 27.

²⁴² Id., p. 14.

²⁴³ CUNHA, Maria Tereza Santos. Do Baú ao Arquivo: escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007, p. 66. A autora também utiliza a palavra baú como sinônimo de lugar para se guardar coisas da vida: “Um baú é sempre um objeto interativo: se fechado, conserva, guarda, preserva; se aberto, anuncia, mostra, dá a ver.”

novo para perto” as lembranças, recriadas, agora, “sob a ótica do ponto da trajetória da vida em que se encontram ancoradas”²⁴⁴ ou como “uma fotografia instantânea, que documenta um momento”²⁴⁵. Associando uma idéia a outra, assomam à memória fatos, pessoas, lugares, objetos, que remetem a outros fatos, pessoas, lugares, objetos: um livro, um relógio, o pai, a mãe, os avós, as irmãs, o jornal, a biblioteca do avô jornalista, os comensais dos Maranhão, os amigos e conhecidos, afetos e desafetos, num círculo que se alimenta de si mesmo.

Recordar não faz mal ao pâncreas. Há quem censure os saudosistas, que se perdem ou se ganham nas lembranças. Quanto a mim, não tenho nenhum constrangimento em mexer nos baús de flandres do sótão da “Folha”, catar fotografias de antigamente, tentando capturar momentos que escapam, e que a gente puxa de novo para perto de nós.²⁴⁶

Mesmo sabendo de antemão que não obteria resposta²⁴⁷, Haroldo Maranhão lança-se à tarefa, fazendo das cartas ao irmão um discurso solitário, de mão única. O silêncio em uma das pontas, no entanto, não impede a comunicação.²⁴⁸

A dimensão biográfica também esteve muito presente na produção de *Rio de Raivas*, romance editado pela Francisco Alves em 1987. Nele, Haroldo Maranhão dá estatuto ficcional à história da cidade, da família e do jornal, inscrevendo-a no ambiente político da época em que Magalhães Barata, um dos grandes desafetos do avô, governou o Estado do Pará primeiro como interventor e depois como governador eleito.

No romance, a crônica da cidade ganha movimento através das indefectíveis reuniões de pauta travadas entre o redator-chefe Élder Carvaló, alter-ego de Haroldo Maranhão, que na ficção é filho e não neto do todo-poderoso Palma Cavalão, diretor do *Folharal*²⁴⁹, e os repórteres e redatores Sandro Fiock e Anaxágoras. Através das discussões

²⁴⁴ MORAES, Marco Antônio de. Epistolografia e crítica genética. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 59, n. 1, jan./mar. 2007, p.30-32.

²⁴⁵ TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das cartas”*: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários. 548 f. Tese (doutorado) - Programa de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2007. p. 7

²⁴⁶ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 105.

²⁴⁷ Em *Fios da memória, jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão*, Sérgio Afonso Gonçalves Alves aponta para uma peculiaridade que caracteriza as cartas a Ivan: o gênero epistolar pressupõe um interlocutor e ele está presente, sim, mas impossibilitado de reagir: “Haroldo assumiu sozinho o compromisso de recontar o passado vivido com o irmão”, afirma, inscrevendo *Querido Ivan* no domínio da memória.

²⁴⁸ Segundo Peter Gay, “[...] uma carta – mesmo uma carta não respondida – é um diálogo, real ou imaginado”. GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 358.

²⁴⁹ Coincidência ou não, “Bicho Folharal” era o apelido dado a Paulo Maranhão por seus alunos da Escola Normal, na época em que foi professor de Literatura naquele estabelecimento, conforme REGO, Clóvis

dos jornalistas sobre as notícias que ganhariam – ou não - as ruas no dia seguinte, recurso que o narrador utiliza em vários capítulos para pôr em cena o cotidiano da cidade – impugnação de urnas em Bujaru; fechamento do randevu da boliviana Izabel Tejada; porrada no Cassino Marajó; mais um suicídio de normalista; incêndio na cantina do padre Lavareda (cujo nome denuncia a índole incendiária da personagem, contumaz no pleito aos prêmios do seguro) - o leitor tem a impressão de estar lendo o jornal do dia – com a vantagem de saber também o que a imprensa não iria publicar.

Na escrita das cartas a Ivan e de *Rio de raivas* Haroldo Maranhão lançou mão das memórias que colecionou e documentou ao longo da vida. As lacunas que encontrava na história da sua família, buscou obsessivamente preencher, garimpando detalhes aqui e ali, num trabalho de reconstrução que parece ter sido um esforço permanente e para o qual buscou e encontrou ajuda entre amigos e conhecidos²⁵⁰. Nessa tarefa ajudaram-no, entre outros, a escritora Sultana Rosenblatt e o antropólogo e cartorário Napoleão Figueiredo. Alguns anos antes das cartas a Ivan, a amiga e colaboradora do extinto Suplemento Literário da *Folha do Norte* comentava sobre o ramo materno da família de Haroldo Maranhão, principalmente sobre a avó, a professora Bibi.

Haroldo, gostaria de fazer como o “fantasma do amor materno”: caminhar com você passo a passo e ir descortinando o passado até pelo menos onde conheci a família da sua avó materna. Já contei para você há anos como ela me intimidou, na minha primeira aula em um grupo escolar em Icoaraci²⁵¹, então Pinheiro. Só assisti três aulas, essa, a outra em que ela me deu papel e caneta para escrever, como toda a classe, qualquer história, e a terceira, quando me reteve à hora da saída, e pousando a mão no meu ombro, falou: “Diga à sua mãe que cuide de você, porque você vai ser uma escritora.” Nem dei o recado nem voltei às aulas. Adoeci e isso foi pretexto para ir ficar com meus avós em Belém e não voltar ao Pinheiro.

Moraes. *Subsídios para a História do Colégio Estadual “Paes de Carvalho”*. Belém: EDUFPA;L&A Editora, 2002. p. 136.

²⁵⁰ Razões mais prosaicas também mobilizavam o interesse do escritor. Em busca da hora exata do seu nascimento e ansioso por saber o que os astros lhe reservavam para o futuro, é um “aflito compadre” que pede ajuda ao amigo Benedito Nunes para ajudá-lo apurar no Cartório do antropólogo Napoleão Figueiredo o detalhe do qual dependia o trabalho da astróloga que lhe faria o horóscopo, conforme bilhete manuscrito, datado de 5 de julho de 1976, sem indicar o local de onde foi expedido: “Bené, tenho escrito, mandado coisas e nada de resposta. Que é que há? Não sei se te chegou pedido meu de investigar no cartório do antropólogo Figueiredo a hora exata do nascimento deste teu aflito compadre, ansioso por saber dos astros o que o futuro lhe destina. A astróloga foi há muito recomendada pelos [ilegível], deve ser gente fina. O horóscopo é verbal e pode ser gravado. Como ela tem gravador, levarei fita virgem casta e pura para documentar as previsões. Prometo-te mandar-te o tape. Tudo está dependendo do diabo da hora. Escreva-me!!! O teu Haroldo”

²⁵¹ Distrito do Município de Belém, à época denominado Pinheiro.

Contudo, eu sabia que a professora Bibi morava numa linda casa²⁵², uma das mais bonitas do Pinheiro, com duas escadarias à frente.²⁵³

“O que mais poderia lembrar que te interessasse?”, pergunta a missivista, depois de narrar essas recordações e de mencionar outros fatos e outras pessoas da família de D. Bibi, denunciando que as lembranças não eram gratuitas, simples digressões saudosistas, mas que foram provocadas pelo próprio interlocutor, acossado pelo “fantasma do amor materno” a exigir o esforço de memória que levasse até o ramo da família com o qual o contato fôra mais episódico, talvez pela morte relativamente precoce de Carmem Maranhão, aos 43 anos, em 25 de janeiro de 1949²⁵⁴, talvez porque a personalidade polêmica do avô paterno Paulo Maranhão monopolizasse todas as atenções, eclipsando, ofuscando e sufocando todos os que lhe estivessem nas proximidades. Quanto ao avô materno, da leitura de *Querido Ivan* fica-se sabendo que tratava-se do barbeiro Augusto da Silva Lima, português que migrara da Ilha da Madeira, inventor do tônico capilar Quina Lydia, fórmula inócua de aroma forte que a viúva continuou a produzir mesmo depois da morte do marido, em 1927, ano em que Haroldo Maranhão nasceu. Sultana Rosenblatt, embora 17 anos mais velha que o escritor, não chegou a conhecer pessoalmente o barbeiro Augusto da Silva Lima, mas conta sobre ele a partir do que ouviu falar e do que imaginava, fantasiando um pouco, para aplacar a curiosidade do seu interlocutor.

Sei que se falava do seu avô com muito respeito e sua avó era uma dessas pessoas que nascem com a superioridade dos mestres. Nunca vi seu avô²⁵⁵, mas nas minhas “adivinhações” eu o imaginava alto, magro, um pouco vergado, parecido com a Lydia. É bem provável que a figura fosse exatamente ao contrário. Se você fosse ao Pinheiro (Icoaraci), visitasse a casa, o grupo escolar, talvez o “fantasma do amor materno” fosse mais pródigo em lembranças. Eu era abelhuda, mas só tinha 9 anos de idade, e só sabia pelo que ouvia ou inventava.²⁵⁶

²⁵² Em *Querido Ivan*, p. 59, Haroldo Maranhão afirma que “Vovó Bibi [...] morava na Benjamin Constant, no Reduto, em casa de porta-e-janela de três peças acanhadas”. À época era comum as pessoas terem uma casa na cidade e outra num dos distritos, fosse Icoaraci ou Mosqueiro.

²⁵³ ROSENBLAT, Sultana. [Carta]. McLean, Estado da Virgínia, 1 jul. 1986..

²⁵⁴ Conforme data de óbito constante do Formal de Partilha extraído dos autos de Inventário dos bens deixados pelo falecimento de Carmem Lima Maranhão. O original deste documento encontra-se depositado na Sala Haroldo Maranhão da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna.

²⁵⁵ O avô, o português Augusto da Silva Lima, morreu em 1927, ano de nascimento de Haroldo, conforme ele relata em *Querido Ivan*, p. 59.

²⁵⁶ ROSENBLAT, Sultana. [Carta]. McLean, Estado da Virgínia, 1 jul. 1986.

O antropólogo, pesquisador e cartorário paraense Napoleão Figueiredo, já falecido, também procurou contribuir coletando e documentando informações sobre as origens da família da mãe de Haroldo Maranhão, encaminhando o resultado de suas buscas por carta, na qual afirma ter ele próprio encontrado dificuldades semelhantes quando tentou fazer o “levantamento dos avoengos”. “Foi a mesma coisa”, constatou.

Estimado amigo Haroldo

Recebi sua carta de 8 e botei minha cachorrada na mata em busca dos dados que você pediu. No Cartório encontrei o registro de óbito de seu avô Augusto da Silva Lima, cuja certidão vai em anexo, e por ela você poderá ver que à época de seu falecimento somente deixava quatro filhos: Lydia, Carmem, Augusto e João, os outros que você refere em sua carta, certamente já eram falecidos.

Estive igualmente no Consulado Português, e falei pessoalmente com o Cônsul de Portugal - Snr. Adriano, velho conhecido meu ao tempo em que era gerente do Banco Moreira Gomes. Mostrei a carta que me enviou e ele disse-me que os arquivos estavam totalmente desorganizados devido às constantes mudanças do Consulado. Muitos livros de registro desapareceram ou estão inutilizados [...].

Estive igualmente na Polícia Civil, no Departamento de Estrangeiros, que me disseram mais ou menos a mesma coisa que me foi dito no Consulado: arquivos perdidos, desorganizados.

[...]

Aí está meu velho, o que consegui para você. Sei que é muito pouco, entretanto foi o que consegui.

Um abraço e creia-me o mesmo admirador e amigo que o abraça cordialmente.

Napoleão Figueiredo²⁵⁷

As lembranças que dizem respeito ao avô paterno Paulo Maranhão, com efeito, permaneciam bem mais nítidas. Figura pública, o diretor da *Folha do Norte* era notório pelos editoriais virulentos que publicava, sob pseudônimo, nas páginas do jornal, o que lhe valeu muitos desafetos acumulados ao longo dos anos, numa guerra que acabou por envolver toda a família, como já se viu, principalmente durante os governos de Magalhães Barata. Assim, tendo sido compartilhadas no calor da hora, as experiências vividas ao lado do avô jornalista seguramente acudiam com mais facilidade à lembrança. A respeito dele, Haroldo Maranhão escreveria em *Querido Ivan*: “[...] muito receado e também muito enfrentado, mais odiado que amado. Amado? [...] Ele foi isto: um homem terrivelmente solitário, incensado pelos incensadores. Amado, sim, pela Dona Waldomira²⁵⁸”. Por quem

²⁵⁷ FIGUEIREDO, Napoleão. [Carta]. Belém, 14 mai. 1986.

²⁵⁸ D. Waldomira foi a segunda mulher de Paulo Maranhão. A primeira, Antônia Oeiras Maranhão, que Paulo Maranhão conheceu em Marapanim, quando foi professor naquela localidade paraense, e com quem se casou,

mais?”²⁵⁹ Quanto à avó paterna, Antônia Oeiras Maranhão, a convivência foi escassa, e a história dela, observa o escritor numa das cartas a Ivan, lhe foi “contada por quem sabe de ouvir falar de quem viu”²⁶⁰, isto é, pela irmã Ivonne, que ouviu o relato de uma parenta que vivia no Rio de Janeiro: “Gostaria de investigar a fundo, extrair o tutano mais secreto, recuperar a história inteira”²⁶¹, afirma ele para depois reconstituir à sua maneira a história do avô, Paulo Maranhão, da avó, Antônia Oeiras, e da irmã dela, cujo nome não declina, com a ajuda da narrativa bíblica que inspirou Camões, que a cantou em verso no soneto “Jacó”, e conta a história das filhas de Labão, Lia e Raquel, a mais bela. Diz a primeira estrofe:

Sete anos de pastor Jacó servia
Labão, pai de Raquel serrana bela:
mas não servia ao pai, servia a ela,
e a ela só por prêmio pretendia.²⁶²

É assim, transpondo as páginas do Velho Testamento e os versos do soneto camoniano para o interior do Pará, que Haroldo Maranhão revela como se deu o início do clã: quando professor primário na localidade de Cafezal, interior de Marapanim, Paulo Maranhão “noivou com uma certa Oeiras e a emprenhou”²⁶³, manifestando a intenção de casar-se com ela. Ocorre, porém, que “ofegantemente respirava sob as mesmas telhas, fresca e mimosa, os esponsais entravando, uma Raquel serrana e bela, que a ela só por prêmio pretendia”. Ou seja, a “Lia” prometida de Paulo Maranhão acabou sendo preterida em favor de “Raquel”, a irmã Antônia Oeiras, com quem o jornalista fugiu e casou-se, façanha que Haroldo Maranhão chamou “o rapto da última sabina”.

Decidiu-se o que? O professor deixaria onde nascera Lia²⁶⁴ e quem dela nasceria, aventurando-se a não esperar por mais sete anos, e logo sair mundo paraense afora, não podendo, não agüentando mais a privação da Raquel porejando tucupi, a contentar-se com vê-la, como se a não tivera merecida.²⁶⁵

foi viver com os filhos no Rio de Janeiro, com exceção de João Maranhão, que permaneceu ao lado do pai na administração da *Folha*.

²⁵⁹ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*, p. 101.

²⁶⁰ Id., p. 53.

²⁶¹ Id., p. 53.

²⁶² CAMÕES, Luís de. Sonetos. Disponível em: <<http://fredb.sites.uol.com.br/lusdecam.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

²⁶³ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*, p. 54.

²⁶⁴ Ou seja, uma “certa Oeiras”, de cujo ventre nasceria uma “certa Julieta”.

²⁶⁵ _____. *Querido Ivan*, p. 54-55.

Mas tempos depois a história teria reviravoltas, e uma nova personagem entraria em cena. Trata-se de “fresca viuvinha que acudia por Waldomira”²⁶⁶. A “Sabina de Cafezal”, Antônia Oeiras Maranhão, “vendo-se abandonada [...] mandou-se com as filhas e um filho safardana desde os cueiros”²⁶⁷, o que teria valido o comentário do filho João Maranhão, pai de Haroldo e Ivan, certamente motivado não só por esse episódio, mas também pelas desavenças ocorridas em família em torno do controle da *Folha do Norte*: “O que aqui se faz aqui se paga”. “Ela, que ludibriara a própria irmã já de barriga, foi punida pela viúva de grandes sabedorias”²⁶⁸, resume o missivista em *Querido Ivan*. Depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, a avó paterna, “pequichita e friorenta”²⁶⁹, nunca mais voltou a Belém do Pará.

Em *Rio de raivas*, a mulher de direito de Palma Cavalão, que no mundo da realidade factual corresponde a Antônia Oeiras Maranhão, recebeu o nome de Elvira Cardoza Vizeu, mas não ganha relevância na trama. É escassamente mencionada, e seu mérito maior é ser a mãe de Mimi Cavalão²⁷⁰ e primeira mulher de Palma Cavalão. Quem ocupa de fato o lugar por direito pertencente à Sabina de Cafezal ao lado do velho patriarca e o acompanha até o fim da vida é Pompéia, ou a “fresca viuvinha que acudia por Waldomira”.

A narrativa, contudo, não se limita a expor as mazelas da família Maranhão/Cavalão. Ao contrário, o romance dirige seu foco para outras direções, iluminando, com ironia, o mais recôndito da “hipocrisia e da indigência intelectual da então elite paraense”²⁷¹. *Rio de raivas* parece canalizar num único duto todas as raivas que o avô, Paulo Maranhão, destilava em doses diárias nas páginas da *Folha Norte*. É um romance impiedoso – raivoso, no qual Haroldo Maranhão põe a nu “os inúmeros personagens e situações devidamente cifrados” por meio dos quais o autor “acerta contas com o passado, com a cidade”²⁷².

²⁶⁶ Ibid. p. 55.

²⁶⁷ Ibid., p. 56. O filho “safardana desde os cueiros” a quem o autor se refere é seu tio Clóvis Maranhão, que anos mais tarde alijaria o próprio irmão João, pai de Haroldo e braço direito de Paulo Maranhão da administração do jornal.

²⁶⁸ Ibid. p. 56.

²⁶⁹ Ibid. p. 56.

²⁷⁰ O filho “safardana desde os cueiros” de *Querido Ivan*.

²⁷¹ VIERA, Marcelo. *Cagarraios e Cavalões: jornalismo, poder e metaficção historiográfica em “Rio de raivas”*, de Haroldo Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, set. 2009. p. 6.

²⁷² Id. p. 6

“Bispos. Ladrões. Putos e putas. Gerais e rufiões.”²⁷³ É amplo o leque de personagens de *Rio de raivas*, às quais o escritor, com a liberdade que a escrita ficcional favorece, atribuiu maior ou menor carga de semelhança com a realidade, misturando-lhes traços e dando-lhes nomes que parecem resumir a essência de cada uma. Francamente decalcadas da realidade, algumas dessas personagens são facilmente reconhecíveis. Outras, só os consegue identificar aqueles que conhecem ou conheceram a fundo os meandros da vida da capital do Pará naquele período e são capazes de separar traços que se misturam, aproximando as personagens a figuras de carne e osso.

Circulam, assim, na “terra dos suores grandes”²⁷⁴, o presidente do Banco de Crédito da Castanha, Salim Habib Filho, “que depois da assinatura grafava riscos fortes com a Parker 51 folheada a ouro para que ninguém acrescentasse: da puta”²⁷⁵; a vedete Nádia Pérola, ex-Edileusa Mangueira Caridade, viúva do deputado Comphormado Caridade; a poetisa Gigi Afagoza; Felizardo Pardiniho, “o corno que ri”²⁷⁶; Erasto Brillantina, Esmeraldo Mendanha, Lívio Lambaz, o vaselina, o advogado Gesteira Genu, o “Rei das Xoxotas”, o médico Flauberto Gallo Papa Hóstia, o Disco Voador, “porque é chato, ninguém acredita nele e aparece quando menos se espera”²⁷⁷; o deputado Prólogo Portugal, Dom Galúcio Mamana, Mêmolo Bocanera, Pardo Náusea, Ortálio Minete, a cardiologista Lindaflor Acéfala Venérea, “ruminante que andava de dois pés e usava sutiã” e ostentava em torno do pescoço o estetoscópio, “ultimo modelo chegado do Rio [...] para abrilhantar-lhe a peca medicina”²⁷⁸, entre muitos outros. Uma extensa galeria gravita em torno de dois pólos, representados por Palma Cavalão, entrincheirado na fortaleza do “Folharal”, e Cagarraios Palácio, o poder instituído, e muitas são as personagens que transitam sem constrangimento entre um e outro extremo.

Numa cidade que se vê tão impiedosamente posta a nu, é natural que à época o lançamento o romance tenha causado as mais variadas reações e a inevitável e compreensível curiosidade em decifrar “quem é quem”²⁷⁹. Em entrevista ao jornalista Elias

²⁷³ MARANHÃO, Haroldo. *Rio de raivas*, p. 8.

²⁷⁴ Ibid. p. 52.

²⁷⁵ Ibid. p. 8.

²⁷⁶ Ibid. p. 10.

²⁷⁷ Ibid. p. 46.

²⁷⁸ Ibid. p. 241.

²⁷⁹ GUIMARÃES, Maria Elisa. *Trilha sem fronteiras*. *O Liberal*, 28.08.88, p. 1, 2º caderno: “Pode-se compreender que *Rio de raivas* – que tem sido muito lido na cidade – desperte uma avidez pela identificação dos personagens. Claro que é compreensível: deve ter sido sempre assim com qualquer presumido *roman à*

Ribeiro Pinto, Haroldo Maranhão manifestou seu incômodo pelas inevitáveis especulações. Declarava-se um ficcionista, um inventador, e não um escritor de romances históricos. A chave para a decifração, segundo ele, não deveria ser buscada na estrita correspondência com o real, já que criou pessoas-matrizes, tipos encontráveis em qualquer parte do mundo – a forma que molda o filho da puta daqui é a mesma que molda o filho da puta de qualquer outro lugar. No entanto, ironicamente, como num jogo de esconde-esconde, admite que o *seu* (dele) “Fulano” pode muito bem ser “Beltrano”. “E não é que é?”, finaliza ambíguo e provocativo.

[...] Sou um ficcionista. Um inventor ou inventador. Não escrevo romances *históricos*, nunca pretendi isso. O que se pode alegar é que não *inventei* mas *reinventei*. Não *criei* porém *recriei*. [...] Sim, claro, pode haver uma suposta e esgarçada realidade, vagamente ou não vagamente acontecida. A partir dela posso construir uma ficção, que jamais assumirá compromisso com a História, porém com *uma* história, a *minha* história [...]. Tudo bem, lembrei-me da minha cidade. Não podia me lembrar de Helsinque, que não conheço. Na minha cidade viveram ou vivem ainda pessoas-matrizes, que eu fiz circular pelas travessas e ruas e praças que conheço. Se são pessoas-matrizes, não é privilégio do “imprivilégio” nosso, porque roncam noutras cidades também. O filho da puta é filho da puta em Belém, no Líbano, no Mississippi e em Sacavém. O *meu* Fulano é Beltrano? É, hem? E não é que é?²⁸⁰

Porém, ainda que “Fulano” seja “Beltrano”, e embora dialogue fortemente com a realidade factual, aproximando a mão que escreve da voz que narra²⁸¹, eventualmente fazendo com que se toquem, *Rio de raivas* é um romance, segundo expresso na própria capa do livro, e assegura essa condição seja narrando os fatos deliberadamente deslocados no tempo, seja apropriando-se da linguagem de um documento autêntico²⁸² e atribuindo a

clef, e não penso que seja mais uma atitude mesquinha e primária buscar quem é quem (o que de resto é tarefa quase impossível, pois este romance está mais para a pintura do que para a fotografia).”

²⁸⁰ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará!. *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida ao jornalista Elias Ribeiro Pinto.

²⁸¹ TEZZA, Cristóvão. *Literatura e biografia*. Conferência apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo, USP, 16 de julho de 2008, P7: “[...] a voz que fala no texto tem um grau razoável de autonomia com relação à mão que escreve [...]. Em algum ponto do mundo do autor-biográfico, a mão que escreve, está a âncora estável de valores com relação à qual a visão de mundo da voz que fala – o narrador – se situa. Podem se aproximar, eventualmente se tocar, mas o que dá perfil ao texto, o que o define como gênero, será sempre a marca da distância.”

²⁸² TEZZA, Cristóvão. *Literatura e biografia*. Conferência apresentada no XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo, USP, 16 de julho de 2008, p. 10: “A literatura sobrevoa todos os gêneros da palavra, todos os seus usos, da oralidade mais espontânea à mais rigorosa das escritas públicas de cartório; onde quer que a linguagem circule, a literatura observa, à espreita, para lhe dar o bote e transformá-la em outra substância, pronta para ser lida mais uma vez com um sentido que em todos os

ele uma intenção diferente daquela que motivou a sua produção, como a carta de Paulo Maranhão ao filho Clóvis Maranhão, travestida de testamento na ficção.

Ficção ou confissão, ou ambas, a escrita, para Haroldo Maranhão, era um processo doloroso, cujos resultados, ao contrário do que poderia supor o senso comum, não são “passeios calmos em jardim inglês”. Ao contrário, afirma o autor:

Escrever dói, deixa a alma batida como um bife, deixa o corpo ofendido, rasga o peito e rasga o coração, e arrasta o operário desse ofício aos mais perigosos e últimos limites, além dos quais, um passo ou dois, já é a loucura: o fim do gato já é princípio do tigre, escrevi já não me lembro onde. Valerá a pena?²⁸³

Lembrar puxa de novo para perto as emoções, reavivando-as, escreveu Haroldo Maranhão ao irmão Ivan.²⁸⁴ Por isso, levando-se em conta o percurso acidentado da trajetória do escritor, não surpreende que escrever, para ele, não sejam passeios calmos em jardim inglês. São, muitas vezes, rios de raivas por muito tempo represadas que ao ganhar escoadouro nas páginas dos livros revelam – ficção ou confissão - o que lhe vai no íntimo.

É assim, focalizando sua condição de escritor que vamos discutir no próximo capítulo os aspectos relativos à vida editorial de Haroldo Maranhão, procurando compreender sua concepção profissional e sua posição como autor de mais de duas dezenas de livros publicados, frente às injunções do mercado editorial.

casos estará ausente de seu uso original. Enfim, vista da perspectiva técnica, a literatura é o exercício de um plágio formal de gêneros já solidamente constituídos na vida real da linguagem.”

²⁸³ MARANHÃO, Haroldo. A leitores e possíveis leitores. *Asas da Palavra*, Belém, v. 6, n. 13, p. 7, jun. 2002.

²⁸⁴ MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 105.

3 O ESCRITOR E SUAS RELAÇÕES COM AS EDITORAS

Se Haroldo Maranhão começou muito cedo no jornalismo, seguindo os passos do avô, sua estréia em livro só se deu em 1968, aos 41 anos e já vivendo no Rio de Janeiro. A carreira de escritor se iniciou com *A estranha xícara*, livro publicado pela Editora Saga (Rio de Janeiro), e dedicado “à memória de duas mulheres admiráveis – Carmem e Glorinha”²⁸⁵, a mãe e a mulher, falecidas a primeira em 1949, aos 43 anos, e a segunda em 1967. O volume reúne crônicas e histórias curtas tornadas públicas entre os anos de 1959 e 1964 em jornais e revistas do país, a maioria delas no Suplemento Literário do *Diário de Notícias*²⁸⁶ do Rio de Janeiro, dirigido então por Álvaro Lins, seu amigo e antigo colaborador do suplemento literário da *Folha do Norte*. Em entrevista que concedeu ao jornalista Elias Ribeiro Pinto para o jornal *A Província do Pará*, de Belém, Haroldo Maranhão manifestava dúvidas acerca da tempestividade da publicação:

Lutei sozinho contra a vaidade literária, que é muito maior que a vaidade feminina. Mesmo assim, mesmo depois dos 40, *A Estranha Xícara* foi uma ejaculação precoce. Melhor que estrear moço é estrear maduro, e melhor que estrear maduro é não estrear. Faltou quem me advertisse: oooooolha!²⁸⁷

O segundo título, *Chapéu de três bicos* (contos), só viria a lume sete anos depois, em 1975, pela Editora Estrela (Rio de Janeiro) em uma reduzidíssima edição de 200 exemplares “destinados aos amigos do autor e a artistas e escritores de sua estima”²⁸⁸, conforme se lê no colofão. À guisa de dedicatória, escreveu:

Este livro é dedicado a Haroldo Paulo, meu amigo, em quem sobretudo aprecio esta virtude rara e cada vez mais rara: é um homem de caráter. Não me considero suspeito para escrever isso, embora seja ele meu filho. Como não importa que tenha ainda nove anos.²⁸⁹

²⁸⁵ MARANHÃO, Haroldo. *A estranha xícara*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

²⁸⁶ O *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas.

²⁸⁷ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará! *A Província do Pará*, Belém, 23 e 24 set.1990, p. 8-9, 2º Caderno. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto.

²⁸⁸ MARANHÃO, Haroldo. *Chapéu de três bicos*. Rio de Janeiro: Estrela, 1975.

²⁸⁹ Id.

A partir de *Vôo de galinha* (contos), seu terceiro título, de 1978, pela Editora Grafisa (Belém), Haroldo Maranhão passou a publicar mais amiúde e então seguiram-se *A morte de Haroldo Maranhão* (novela), de 1981, pela GMP-SEMEC (São Paulo); *Flauta de bambu* (crônicas e histórias curtas), de 1982, pela Editora Mobraal (Rio de Janeiro); *O tetraneto del-rei* (romance), de 1982, pela Francisco Alves (Rio de Janeiro); *As peles frias* (contos), de 1983, pela Francisco Alves (Rio de Janeiro) – INL (Brasília); *Os anões* (romance), de 1983, pela Marco Zero (Rio de Janeiro); *Dicionarinho maluco* (infantil), de 1984, pela Rocco (Rio de Janeiro); *O começo da Cuca* (novela juvenil), de 1985, pela Companhia Editora Nacional (São Paulo); *A árvore é uma vaca* (infantil), de 1986, pela Mercado Aberto (Porto Alegre); *Jogos Infantis*, de 1986, pela Francisco Alves (Rio de Janeiro); *Quem roubou o bisão?* (infantil), de 1986, pela Quinteto Editorial (São Paulo); *Rio de raivas* (romance), de 1987, pela Francisco Alves (Rio de Janeiro); *A porta mágica* (romance), de 1987, pela Scipione (São Paulo); *Senhoras e senhores* (páginas de um diário), de 1989, pela Francisco Alves (Rio de Janeiro); *Cabelos no coração* (romance), de 1990, pela Rio Fundo (Rio de Janeiro); *Memorial do fim – A morte de Machado de Assis* (romance), de 1991, pela Marco Zero (São Paulo) e em 2004, em segunda edição, pela Planeta do Brasil (São Paulo); *Miguel Miguel* (novela), de 1993 e 1997 (2ª edição), pela CEJUP (Belém); *Querido Ivan* (cartas), de 1998, pelo Jornal Pessoal (Belém); *Dicionário de futebol*, de 1998, pela Record (Rio de Janeiro); *Pará, capital: Belém – memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade* (antologia), de 2000, pela FUMBEL-Supercoros (Belém), e finalmente *O nariz curvo* (contos), de 2001, pela Secult-Imprensa Oficial do Estado (Belém). *Feias, quase cabeludas*, livro de contos selecionados pelo compadre e amigo de toda a vida, o filósofo e crítico literário paraense Benedito Nunes, foi publicado postumamente em 2005, pela Editora Planeta do Brasil (São Paulo). Em Portugal, Haroldo Maranhão publicou dois títulos: *A porta mágica*, em 1983, pela Editora Vértice (Coimbra), anterior à edição brasileira, e *O tetraneto del-rei: o Torto, suas idas e venidas*, em 1988, pela Livros do Brasil (Lisboa). Deixou vários títulos inéditos: *Suíte policial* (romance), *Guerrilheiros do vento* (romance juvenil), *A respiração das palavras* (contos), *O sol é azul* (contos), *O menino que comia letras* (infantil), *O que eu contei a Theodoro* (infantil).

Haroldo Maranhão recebeu também vários prêmios literários: prêmio “Jornal de Letras”, Rio de Janeiro, em 1977, pelo conto *O senhor, a senhora Eleutério*; prêmio de contos “Mário de Andrade”, São Paulo, 1978, pelo conto *Quase todas azuis*; “Prêmio

Nacional Mobral de Crônicas e Contos do Rio de Janeiro”, 1979, por *Flauta de bambu* (contos); “Prêmio Guimarães Rosa”, Belo Horizonte, 1980, e *hors-concours* do “Prêmio Fernando Chinaglia”, Rio de Janeiro, 1981, pelo romance *O tetraneto del-rei*; “Prêmio União Brasileira de Escritores – UBE, São Paulo, 1981, por *A morte de Haroldo Maranhão* (contos); “Prêmio Nacional de Literatura do Instituto Nacional do Livro”, Brasília, 1981, por *As peles frias* (contos); “Prêmio de Ficção José Lins do Rego, Rio de Janeiro, 1982, por *Os anões* (romance); prêmio literário da revista “Vértice”, Coimbra, 1983, por *A porta mágica* (infanto-juvenil); indicação ao “Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro”, São Paulo, 1988, por *Rio de raivas* (romance); Prêmio Nelson Rodrigues, XV Concurso Nacional de Dramaturgia do INACEN, Rio de Janeiro, 1986, por *As carnes quebradas* (peça teatral inédita); e indicação ao “Prêmio Osvaldo Orico da Academia Brasileira de Letras”, Rio de Janeiro, 1991, por *Cabelos no coração* (romance).

Dos títulos que publicou em vida, seis foram por editoras de sua terra natal, o Pará: *Vôo de galinha* (Grafisa), *A morte de Haroldo Maranhão* (GMP-SEMEC), *Querido Ivan* (Jornal Pessoal), *Miguel Miguel* (CEJUP), *Pará, capital: Belém – memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade* (FUMBEL-Supercoros) e *O nariz curvo* (Secult-Imprensa Oficial do Estado). Cinco títulos foram publicados pela Francisco Alves – *As peles frias*, *O tetraneto del-rei*, *Jogos infantis*, *Rio de raivas* e *Senhoras e senhores*, e dois pela Marco Zero – *Os anões* e *Memorial do fim – a morte de Machado de Assis*. Os demais foram publicados cada um por uma editora diferente – Saga, Estrela, Mobral, Rocco, Nacional, Mercado Aberto, Quinteto Editorial, Scipione, Record, Planeta e Rio Fundo, além das edições portuguesas de *A porta mágica*, pela Vértice, e de *O tetraneto del-rei* pela Livros do Brasil.

Como se vê, com exceção das editoras Francisco Alves e Marco Zero, nenhuma outra publicou mais de um título do autor. Tal constatação motivou o desejo de investigar as relações de Haroldo Maranhão com seus editores, nem sempre muito cordiais, como afirmou em entrevista ao jornalista Elias Ribeiro Pinto.

Recentemente fui forçado a meter advogado contra uma editora paulista. Como suspeitasse que me roubavam escandalosamente, credenciei um auditor para promover um exame na papelada contábil, faculdade que tenho por força de contrato. É uma cláusula da qual não abro mão.²⁹⁰

²⁹⁰ MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará! *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto.

Com efeito, pode-se afirmar com segurança que pelo menos a partir da publicação de *O tetraneto del-rei*, pela editora Francisco Alves, em todos os contratos de edição consultados Haroldo Maranhão fez incluir uma cláusula que facultava a ele ou a seu representante o acesso aos livros contábeis da editora, prerrogativa da qual não abria mão²⁹¹.

Os batedores de carteira nunca imaginaram que um editado ousasse tanto. Porque no geral o autor brasileiro se sente muito “honrado” e aceita uma relação paternalista. Penso diferente embora sem nenhuma arrogância em relação aos que pensam em contrário. Não acho que as editoras que publicam meus livros me façam nenhum tipo de *favor*. Favor por quê? Eles lucram. Claro. Por isso persistem em me editar. Ou por que outra razão fariam isso?²⁹²

Entre os documentos, encontram-se cópias de contratos de edição, prestações de contas das respectivas editoras, recibos, comprovantes de depósitos bancários, cartas trocadas entre o autor, sua agente literária e seus editores e até, quando era o caso, registros da atuação de advogados e mesmo de perito contábil nas vezes em que as divergências, que não foram poucas, levaram à interpelação judicial. Surpreendentemente, há poucos recortes de jornais e revistas com o que a imprensa publicava a respeito de seus livros, e não se pode dizer que Haroldo Maranhão tenha feito uma guarda sistemática desse gênero de material. Dos livros *Chapéu de três bicos*, *Flauta de bambu*, *A morte de Haroldo Maranhão*, *Dicionário de futebol*, *Memorial do fim*, *Querido Ivan*, *Miguel, Miguel*, *Pará, capital: Belém*, *Nariz curvo*, da edição portuguesa de *A porta mágica*, e evidentemente da obra póstuma *Feias, quase cabeludas*, não foi encontrado no arquivo qualquer registro ou documento a respeito das vendas ou contratos de edição. De todos os livros editados sobre os quais há documentação, foram estipulados 10% sobre o valor do preço de capa a título de direitos autorais, percentual mais corrente no mundo editorial, com exceção de *A estranha xícara*, fixado em 30%, e de *A porta mágica*, cujo contrato com a editora Scipione previa o pagamento de 7% sobre o preço de capa para os primeiros 10.000 exemplares vendidos, de 8% para as vendas entre 10.001 e 20.000 exemplares, 9% de 20.001 até 30.000, e 10% de 30.001 em diante.

²⁹¹ A única exceção foi o contrato de edição do título infantil *A árvore é uma vaca*, publicado pela editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, em 1986.

²⁹² MARANHÃO, Haroldo. O Pará não morreu. Viva o Acará! *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto. Segundo Haroldo Maranhão, a auditoria realizada nos livros da editora constatou que 27.844 exemplares passaram ao largo da prestação de contas.

Sobre *A estranha xícara*, seu livro de estréia, há apenas um ofício do diretor da Editora Saga, que registra a venda de 490 exemplares, no espaço de cinco meses, de janeiro a maio de 1969, com o seguinte desempenho: “Janeiro – 398; Fevereiro – 48; Março – 35; Abril - 5; Maio – 4; Total: 490 exemplares.²⁹³ Segundo o documento, foram creditados ao autor NCr\$ 1.470,00, ou seja, 30% do valor total dos 490 exemplares vendidos, cujo preço de capa era de NCr\$ 10,00. O contrato de edição não foi localizado, nem foi possível estabelecer a tiragem do livro.

De *Vôo de galinha*, de 1978, foram encontradas apenas duas páginas datilografadas com o título do livro no alto, nas quais estão arrolados nomes de 167 pessoas e instituições para quem certamente seriam fornecidos exemplares gratuitamente. Encabeçando a lista, o filho Haroldo Paulo, seguido dos amigos e compadres Ma. Sylvia/Benedito. Muitos nomes do mundo editorial, das letras, da academia e do jornalismo estão ali: Carlos Drummond, Luiza Lobo, Affonso Romano de Sant’Anna, Alfredo Bosi, Antônio Houaiss, Dirce Cortes Riedel, Eliane Zagury, Ferreira Gullar, Fernando Py, Fausto Cunha, Luiz Costa Lima, Maria Julieta Drummond, Zuenir Ventura, Celso Pedro Luft, Jean-Michel Massa, Joel Silveira, Max Martins, Plínio Doyle, Aurélio Buarque de Hollanda, Walter Benevides, Augusto de Campos, Boris Schnaiderman, Décio Pignatari, Enio Silveira, Haroldo de Campos, José Guilherme Merquior, Tite de Lemos, Humberto Werneck, Antonio Candido, Cora Ronai Vieira, Hélio Pólvora, Leo Gilson Ribeiro, Olga Savary, Lia Luft, Rubem Braga, Telmo Martins, Jaguar, Heloneida Studart, Domingos Azulgaray, Sérgio Augusto, Nelly Novaes Coelho, Oto Lara Rezende, Cláudio Abramo, Caio Graco Prado, Heloísa Buarque de Hollanda, Ivan Angelo, Mário Chamie, Nélide Piñon, Silviano Santiago, José Mindlin, Domicio Proença Filho, Miriam Persia, além de vários conterrâneos do autor, entre outros. Três instituições constam daquela listagem: Université de Haute Bretagne, Biblioteca Mário de Andrade e Biblioteca Central UNESP-Marília, além do jornal Correio Brasiliense.

Percebe-se, assim, que muito embora o autor tenha considerado precoce a publicação do primeiro livro, no caso do segundo não parece titubear no que diz respeito à sua divulgação junto a nomes consagrados da literatura e crítica nacionais. Há que se supor que, por meio desse expediente, pretendia dar visibilidade à sua obra, de modo a garantir, talvez, possível notoriedade no meio letrado.

²⁹³ Ofício GB 163/69, de 23 de junho de 1969, do Diretor da Editora Saga, Flávio Pinto Vieira.

O contrato de edição em língua portuguesa para o Brasil de *O tetraneto del-rei*: o Torto, suas idas e venidas, primeiro romance de Haroldo Maranhão, foi firmado entre a Livraria Francisco Alves Editora, do Rio de Janeiro, e o autor, representado pela agência literária Carmem Balcells²⁹⁴, em 24 de julho de 1981, com duração de cinco anos e só entraria em vigor após o pagamento de 50.000,00 cruzeiros a título de adiantamento de direitos autorais²⁹⁵, com a previsão de que o pagamento de eventuais valores excedentes ao montante adiantado gerado pelas vendas futuras, seria ajustado nas prestações de contas subseqüentes, em datas previstas sempre para os dias 30 de junho e 31 de dezembro. O prazo para publicação era de seis meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

Por previsão contratual ficava assegurado ao autor o prazo de quinze dias para o exame das provas que deveriam ser-lhe obrigatoriamente submetidas para aprovação, antes da impressão. Além dessas disposições, o autor fez incluir a cláusula cujo teor repetir-se-ia nos demais contratos, na qual a editora se obrigava a fornecer a ele ou ao seu representante todos os comprovantes e documentos necessários ao acompanhamento da movimentação financeira, inclusive franqueando “o exame de seus livros [da editora], para verificação do cumprimento das obrigações e direitos [...] estipulados”²⁹⁶.

Quase um ano após a assinatura do contrato, as provas de *O tetraneto del-rei* foram enviadas ao autor para revisão por Rosemary Alves²⁹⁷. A pronta resposta de Haroldo Maranhão manifestava preocupação quanto à “microscopia dos tipos” e ao espaço entre capítulos, sugerindo alterações que considerava indispensáveis. No dia 8 de julho, antes mesmo de desincumbir-se da revisão das provas, ele escrevia em carta de duas páginas datilografadas e enviada de Brasília, onde residia então:

Prezados Senhores:

²⁹⁴ A agente literária catalã, Carmem Balcells Segalà, sediada em Barcelona, tinha entre os seus autores, Pablo Neruda, Camilo José Cela, Gabriel García Marquez, Mário Vargas Llosa, Isabel Allende, Carlos Fuentes, Julio Cortázar, Antônio Callado, Clarice Lispector, Jorge Amado, Autran Dourado, entre outros. Até junho de 1989, a agência de Carmem Balcells intermediou vários contratos de edição das obras de Haroldo Maranhão. Ao longo do percurso editorial de Haroldo Maranhão, a relação agente-autor seria rompida e restabelecida várias vezes,

²⁹⁵ A obrigação foi cumprida em 11 de novembro de 1981, de acordo com o recibo enviado pela agência literária para a SQS 13, Bloco J, apartamento 306 em Brasília, onde residia o autor, ao qual foi anexado cheque nominal do banco Boavista S/A, no valor líquido de 41.900,00 cruzeiros relativos ao montante acordado a título de adiantamento, já deduzidos os honorários da agente, de 5.000,00 cruzeiros, equivalentes a 10% do valor do pagamento, e 3.100,00 cruzeiros de imposto de renda.

²⁹⁶ Cláusula sexta do contrato de edição firmado no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1981, assinado pelo autor e por Sid Pinto de Carvalho, pela editora.

²⁹⁷ ALVES, Rosemary. [Carta]. Rio de Janeiro, 6 de jul. 1982.

Antes mesmo de rever as provas tipográficas que me mandam, sinto-me obrigado a manifestar-lhes a minha apreensão no que respeita ao livro, quando pronto, diante do comprador em potencial.

Compreendendo embora a preocupação da Editora na compressão dos custos, entendo que, no meu caso, a microscopia dos tipos indisporá o leitor nesse amor à primeira vista que deve explodir quando entra numa livraria, diante do objeto que ali o levou. O visual é uma determinante na decisão do consumidor: Comprar? Não comprar? E não nos esqueçamos da larga faixa de leitores idosos, com problemas óbvios na redução da acuidade visual.²⁹⁸

É certo que numa empresa editorial autor e editor, embora movidos por objetivos e interesses diferentes, precisam remar no mesmo sentido, com vistas à boa aceitação e comercialização eficiente da obra. Tal constatação levou Haroldo Maranhão a colocá-los ambos, metaforicamente, numa mesma canoa, onde o papel de cada um é claro: o autor quer ser lido – e vendido –, o que a seu ver pode se dar no longo prazo, e o editor quer o retorno imediato do capital investido na produção da obra. A missiva de Haroldo Maranhão revela, pois, um autor consciente da relação estreita do leitor com a materialidade da obra. Discorrendo sobre aspectos relativos ao tamanho da fonte, elabora evidente representação acerca dos leitores, pressupondo que estes não adquirem uma obra apenas em virtude de seu conteúdo, mas também por seus aspectos visuais.

Estamos ambos, Autor e Editor, numa mesma canoa, interessado eu em ser lido e interessada a Editora em ter a curto prazo o retorno do seu investimento. De minha parte, se o meu romance tiver que ser lido, um dia será, daqui a dez, cinquenta ou duzentos anos. Não gostaria de transferir esse gosto para os meus bisnetos. Se o texto é bom, será isso inevitável, absolutamente. Já em relação à Editora, há custos agora, nesse momento, desembolsados, dispêndios na produção que precisam ser, no mínimo, cobertos.

Atenho-me à escolha, infeliz, da tipologia, à microscopia, conforme disse. Estava eu justamente com três pessoas amigas quando me chegaram as provas, ontem, no final da tarde. Atordoado pelo desfavorável impacto, nem por isso passei a má impressão aos meus amigos, habituais freqüentadores de livraria, leitores acostumados, impenitentes [...]. Unânime foi a impressão, no sentido de que o tipo, espremido, compacto, dificultaria a comercialização da mercadoria.²⁹⁹

²⁹⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Brasília, 8 jul. 1982.

²⁹⁹ Id.

Haroldo Maranhão separa bem aquilo que respeita à qualidade do texto literário, que se for bom será lido por netos e bisnetos, da mercadoria livro, que, conquanto abrigando bom texto, não pode descuidar da qualidade do suporte, que precisa ser suficientemente atraente para seduzir o leitor potencial na primeira mirada. A seu ver, um projeto gráfico modesto, desejável pelo baixo custo de produção, que pode parecer vantajoso à primeira vista, corre o risco de traduzir-se num produto sem apelo de consumo, com o conseqüente enalhe da obra. Em suma, um gol contra: “E ambos estamos interessados em fazer gol, mas a favor”, argumenta.

Entendo, compreendo: os tempos estão bicudos, condições não havendo para exageros tipográficos. Certo, certíssimo. Mas o oposto é também indesejável, a compressão das despesas levada ao paroxismo, acabando por conspirar em desfavor justo da comercialização. Os custos industriais muito baixos poderão resultar num produto feio ou desgracioso, e sem força ou apelo de consumo. Isto é: num gol contra. E ambos estamos interessados em fazer gol, mas a favor. Então precisará ser avaliado e repensado qual das alternativas é a mais interessante: lançar um produto a custo baixo, que enalhe ou que venha a ser consumido laboriosamente, ou bancar um acréscimo de custo na produção ou reprogramação do livro, tornando-o atraente na floresta de títulos na qual entra para competir, e competir arduamente.

Vejam bem: a preocupação em achatar o meu texto foi tão perseguida, e conseguida, que 328 páginas do original (30 linhas, 66 batidas) foram reduzidas a 205 tipográficas! Ora, eu já me preocupara em reduzir os custos industriais do romance, tanto que a ordenação capitular não foi feita como é de costume, começando cada capítulo em página ímpar e desprezando-se os claros da página precedente. Procedi assim: entre um capítulo e outro interpus cinco linhas em branco. Pois a marcação, que vi no original, e observada na Gráfica, determinou uma linha apenas para separar os capítulos! Ora, essa compactação milita em desfavor do meu romance, praticamente geminando um capítulo ao outro, e transformando-o num texto-rio, que não é o que pretendi, porque se impõe um claro e inequívoco espaçamento entre os capítulos, o mínimo que o meu original estabeleceu.

Tenho notícia da existência de uma máquina (área de fotomecânica) que, aqui, o Correio Brasiliense possui, e que amplia um texto composto em tipo reduzido. Não sei se poderia ou poderá ser empregado, se for, é claro, da conveniência da ALVES, na clarificação e legibilidade mais instantânea do texto do romance, e na conseqüente predisposição maior para a leitura.

Escrevo às rápidas estas linhas, pedindo-lhes que sobre elas se detenham. Enquanto isso, ocupo-me em ler nas terceiras provas, que devolverei 2^a feira próxima.³⁰⁰

³⁰⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Brasília, 8 jul. 1982.

É inegável que Haroldo Maranhão possuía uma visão clara das relações complexas envolvendo o mercado editorial, resultado provável de seu contato estreito com a imprensa desde os tempos de garoto. A despeito de argumentar que lhe era indiferente ter o livro vendido no curto ou no longo prazo, é certo que seu interesse maior é vê-lo amplamente comercializado no tempo presente. De seu ponto de vista, o sucesso de seu escoamento depende, em larga medida, da beleza material da obra, capaz de garantir-lhe um diferencial em um mercado competitivo, marcado por uma “floresta de títulos”. Por fim, a carta revela também, em meio ao tom de crítica velada à editora, a noção de que a diminuição no espaço de separação dos capítulos modificaria sua legibilidade e compreensão, transformando o livro em um texto-rio. Assim sendo, atento ao seu possível público leitor, procura, de forma ativa – recorrendo a informações sobre novidades tecnológicas – interferir naquele que seria o produto final.

Bastaram poucos dias para que Haroldo Maranhão terminasse a revisão das provas, que devolveu a Rosemary Alves por meio de correspondência datada de 13 de julho de 1982, na qual reitera os termos da carta anterior, acrescentando outras sugestões e pedindo especial atenção aos pontos elencados. Quanto a esses, novamente se percebe a cuidadosa atenção que dispensa aos aspectos materiais da obra, calculando o acréscimo de páginas em virtude do espaçamento pretendido, de modo a convencer o editor sobre sua pertinência e pouco custo. Sua argumentação se dá, portanto, no terreno da lógica editorial de mercado. Certo de que perderia no que tange à negociação sobre o tamanho dos tipos, tenta garantir, ao menos, papel de excelente qualidade que compense a perda. Além disso, Haroldo Maranhão se mostra atento às estratégias necessárias para garantir-lhe respeitabilidade junto ao leitor. Daí requerer a inclusão de referência ao prêmio recebido por *Os anões*. Possuía, portanto, clareza quanto ao papel das premiações no processo de consagração de autores e obras pelo meio literário.

Cara Rosemary,

devolvo-lhe as provas com a rapidez que me foi possível, encarecendo-lhe sua atenção para os seguintes pontos:

1 – ESPACEJAMENTO – Absolutamente necessário para separar os capítulos, conforme já por telefone conversamos. Haverá um acréscimo de apenas cinco páginas.

2 – A NOTA DO AUTOR eu prefiro que saia na última página, após o FIM, e não conforme vi anotado num papel verde grudado à p. 7/8. Assim constava do meu original, aliás.

3 – O romance é dividido em DUAS PARTES. A primeira – O LITORAL – e a segunda - OS MATOS. Suponho que deverão esses títulos merecerem maior destaque, e não consoante vejo às pags. 9/10 e 109.

4 – O romance meu a publicar, “Os Anões”, recebeu o Prêmio José Lins do Rego 1982. Peço acrescentar no lugar dedicado às Obras do Autor. Precisaréi dizer-lhe que escrevi às carreiras?

Cordial abraço do
Haroldo Maranhão

P.S. – Suplica o aflito Autor à Diretora Editorial: por grã mercê, faça por que se empregue na impressão, espesso e confortoso papel, com que remir o apoucado dos tipos!

E mais este rogo, repassado de vera angústia: impetre, Senhora, a um dos três Revisores, o que mais amigo for do perfeccionismo, que vele pelas correções que ora seguem e pela rearrumação escorreita das páginas, face ao aumento dos claros que apartarão os capítulos!!!³⁰¹

Com exceção do “apoucado dos tipos”, todas as demais sugestões apontadas pelo autor foram acatadas pela Editora e o livro foi publicado com 210 páginas, cinco a mais que as 205 a que a editora havia reduzido o original de 328 páginas. O espcejamento pleiteado foi atendido, com a inserção dos sinais gráficos, garantindo assim a inequívoca separação visual dos capítulos. Os títulos *O Litoral* e *Os Matos* foram publicados com o destaque desejado, e foi incluída referência ao título do romance *Os Anões* como obra a publicar.

Vencedor da VI edição do Prêmio Guimarães Rosa/1980, o lançamento de *O tetraneto del-rei*, em 1982, ecoou longe. Em 8 de março de 1983, Yannick Guillou, então editor da francesa Gallimard, escrevia a Rose-Marie Alves, na verdade Rosemary Alves, solicitando o envio de um exemplar, cuja leitura havia sido recomendada por Clélia Piza³⁰².

Paris, le 8 Mars 1983

Madame,

Sur la recommandation de Madame Clélia Piza, nous souhaitons prendre connaissance de l'ouvrage de Haroldo MARANHÃO, intitulé “O TETRANETO DEL-REI” que vous avez publié. Nous vous serions très obligés de bien vouloir nous en faire parvenir un exemplaire [...]. Vous remerciant par avance, nous vous prions de croire, Madame, à l'assurance de nos sentiments les meilleurs. Yannick Guillou³⁰³

³⁰¹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Brasília, 13 jul. 1982.

³⁰² Consultora literária, membro da Comissão Julgadora do Concurso Guimarães Rosa.

³⁰³ GUILLOU, Yannick. [Carta escrita em papel timbrado da Éditions Gallimard]. Paris, 8 mar. 1983. Senhora Rose-Marie Alves. Livraria Francisco Alves Editora. Senhora, Por recomendação da Sra. Célia Piza, desejaríamos conhecer a obra de Haroldo Maranhão intitulada “O tetraneto del-rei”, publicada pelos senhores. Nós seríamos muito gratos se nos enviassem um exemplar [...]. Agradecendo desde já, queira receber, Senhora, nossos melhores sentimentos. Yannick Guillou.

O pedido foi atendido, conforme anotação rubricada no fim da correspondência, onde se lê: “Fá: enviar 1 exemplar. 14/03/83” e a carta de Guillou com a autorização de envio do exemplar encaminhada a Haroldo Maranhão, certamente para constar de seus arquivos. Não foi localizada cópia de correspondência da Francisco Alves encaminhando o exemplar solicitado, nem há notícias de que a editora francesa tenha entabulado contatos com vistas à publicação da obra.

As prestações de contas de *O tetraneto del-rei* foram realizadas semestralmente, conforme o estabelecido no contrato, por meio de fichas numeradas de 1 a 19. Com exceção da ficha de nº 15, não localizada, as prestações de contas informam dados produzidos entre 27 de agosto de 1982 e 28 de fevereiro de 1982 em termos de vendas, doações, estoque e direitos autorais. Embora o texto do contrato não determine a tiragem, as prestações de contas informam que foram impressos 3.056 exemplares. Segundo se pode ver do quadro abaixo, em quase dez anos o preço de capa oscilou ao sabor dos índices inflacionários e da unidade monetária em vigor em cada período.

Documento	Período	Doações	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
							Início do Período	Fim do Período
PC nº 1	27.08.82 a 28.02.83	148	Cr\$	1.483	1.500,00; 1.740,00	224.418,00	3.056	1.425
PC nº 2	01.03. a 30.08.83	08	Cr\$	125	1.740,00	21.750,00	1.425	1.292
PC nº 3	01.09.83 a 29.02.84	13	Cr\$	90	2.400,00; 3.840,00	21.888,00	1.292	1.189
PC nº 4	01.03 a 30.08.84	0	Cr\$	27	3.840,00; 5.380,00	12.678,00	1.189	1.162
PC nº 5	01.09.84 a 28.02.85	0	Cr\$	22	5.380,00; 8.000,00; 12.000,00	16.566,00	1.162	1.140
PC nº 6	01.03 a 30.08.85	03	Cr\$	06	12.000,00; 17.000,00 27.000,00	10.700,00	1.140	1.131
PC nº 7	01.09.85 a 28.02.86	03	Cz\$	17	27.000,00; 42.000,00; 60.000,00	73.200,00	1.131	1.111
PC nº 8	01.03 a 30.08.86	01	Cz\$	12	60,00	72,00	1.111	1.098
PC nº 9	01.09.86 a 28.02.87	02	Cz\$	28	60,00	168,00	1.098	1.068
PC nº 10	01.03 a 30.08.87	10	Cz\$	24	102,00; 130,00; 190,00	432,40	1.068	1.034
PC nº 11	01.09.87 a 28.02.88	02	Cz\$	01	190,00	19,00	1.034	1.031
PC nº 12	01.03 a 30.08.88	01	Cz\$	27	780,00; 1.500,00; 1.800,00	3.936,00	1.031	1.003
PC nº 13	01.09.88 a 28.02.89	31	Cz\$	06	4.310,00; 5.380,00	3.014,00	1.003	966
PC nº 14	01.03 a 30.08.89	05	NCz\$	23	5,38; 8,10;	18,09	966	938

					19,00			
PC nº 16	01.03 a 30.08.90	01	Cr\$	15	406,00; 490,00	726,60	938 (*)	922
PC nº 17	01.09.90 a 28.02.91	-	Cr\$	-	0,00	0,00	922	922
PC nº 18	01.03 a 30.08.91	-	Cr\$	44	1.100,00; 1.820,00; 2.300,00	9.250,00	922	878
PC nº 19	01.09.91 a 22.02.92	-	Cr\$	08	2.830,00; 4.780,00; 8.080,00	3.179,00	878	870
Total		228		1.958	-	-		

Quadro 1- O Tetraneto del - Rei

Francisco Alves Editora

Ano de Edição: 1982

Tiragem: 3.056

(*) A prestação de contas do semestre compreendido entre 1º de setembro de 1990 e 28 de fevereiro de 1991, à qual seria atribuído o número 15, não foi localizada, mas verificando-se o estoque restante do período anterior e o estoque inicial do período posterior, constata-se que no período lacunar não houve vendas ou doações.

O quadro revela que entre 1983 e 1992 foram doados 228 exemplares e vendidos 1.958, o que significa escoamento médio de 217 exemplares por ano. Assim, a tiragem significativa de 3.056 exemplares parece não ter encontrado a quantidade de leitores esperada. Tal estado de coisas resultou na correspondência de 26 de janeiro de 1987, assinada por Sid Pinto de Carvalho, que, em nome da editora, formaliza entendimento verbal anterior e comunica ao autor a decisão de não reeditar a obra, dando por rescindido o contrato, restituindo os direitos ao autor e liberando-o para negociar com outros editores,³⁰⁴ embora o estoque então existente fosse ainda de cerca de 1.068 exemplares, conforme o quadro acima.

No entanto, verificando-se nova correspondência da editora, de 17 de setembro de 1992³⁰⁵, a rescisão contratual parece ter ocorrido de fato cerca de cinco anos mais tarde, ainda assim antes mesmo de ter atingido o mínimo de 250 exemplares em estoque, número convencionado para que a obra fosse considerada esgotada³⁰⁶. O motivo alegado para a

³⁰⁴ CARVALHO, Sid Pinto de. [Carta]. Rio de Janeiro, 26 jan. 1987.

³⁰⁵ LEAL, Louise. [Documento n. 240/92]. Rio de Janeiro, 17 set. 1992.

³⁰⁶ A cláusula nona do contrato, de 24 de julho de 1981, estabelece: “Se a OBRA objeto do presente contrato permanece esgotada durante o período de 6 (seis) meses sem que o EDITOR dê conta ao AUTOR de sua intenção de reeditá-la no prazo máximo de 1 (um) mês a partir da data da notificação, o AUTOR recuperará automaticamente os direitos cedidos ao EDITOR através do presente contrato. Considerar-se-á esgotada a OBRA quando existirem em estoque, em condições de venda ao público, menos de 250 (duzentos e cinquenta) exemplares.”

rescisão foi de que nos dois últimos anos haviam sido vendidos apenas 68 exemplares. O estoque restante, verificado em fevereiro de 1992, era de 870 exemplares. Assim, a fim de evitar os custos de manutenção, a editora propunha a venda ao autor de 820 exemplares, com desconto de 80%, mantendo apenas uma reserva de 50 exemplares. A documentação existente não permite concluir se Haroldo Maranhão optou pela compra do estoque, no todo ou em parte, ou se deixou à editora a decisão de doar ou destruir os exemplares restantes. Registros anteriores a 1987 dão conta de que Haroldo Maranhão havia comprado 35 exemplares de *O tetraneto del-rei*³⁰⁷, com descontos nem sempre no percentual de 50% estipulado em contrato, às vezes superior, às vezes inferior.

As peles frias, livro que reúne nove contos fantásticos, ganhador do prêmio INL de 1981, foi editado no ano seguinte, em 1983, também pela Francisco Alves, em co-edição com o INL, com uma tiragem de 3.030 exemplares, muito próxima à de *O tetraneto del-rei* que foi de 3.056. Entre a documentação referente ao livro foram encontradas cinco notas fiscais e 14 prestações de contas de direitos autorais numeradas de 1 a 17, com exceção das de número 2, 11, 13 e 14, cobrindo o período de 10 de março de 1983 a 28 de fevereiro de 1992. Além das lacunas, há a sobreposição de dois documentos, de nº 15, referentes a períodos diferentes e subsequentes, um de 1º de março a 30 de agosto de 1990, e o outro de 1º de setembro de 1990 a 28 de fevereiro de 1991. Todas as prestações de contas mencionam a data de lançamento do livro, 10 de março de 1983, e o número de exemplares, 3.030, existentes no início da série dos documentos. As contas eram ajustadas semestralmente e da análise dessa documentação é possível acompanhar, conforme quadro a seguir, a evolução das vendas, assim como as bruscas variações dos preços de capa, fruto da turbulência monetária da época. Verificando-se a prestação de contas nº 1, de 10 de março a 30 de agosto de 1983, vê-se que 1.500 exemplares foram destinados ao Instituto Nacional do Livro por força do contrato 041/82³⁰⁸. A venda é mencionada em rubrica à

³⁰⁷ As notas fiscais compartilham vendas de *O tetraneto del-rei* e de *As peles frias*, ambos editados pela Francisco Alves. Foram localizadas as seguintes notas fiscais emitidas em nome de Haroldo Maranhão: Nota Fiscal B1 16530, de 7 de novembro de 1983, 10 exemplares de *As peles frias* e 10 de *O tetraneto del-rei*, com desconto de 80%; Nota Fiscal B1 28815, de 7 de abril de 1987, com 10 exemplares de cada um dos livros e desconto de 80%; Nota Fiscal B1 29181, de 26 de março de 1987, com 15 exemplares de *As peles frias* e 10 de *O tetraneto del-rei* e desconto de 40%; por fim, Nota Fiscal B1 34182, de 1º de março de 1989, com 5 exemplares de *O tetraneto del-rei* e desconto de 50%.

³⁰⁸ O contrato com o INL não foi localizado, mas certamente decorreu da premiação obtida no concurso INL/1981. Sua existência, contudo, é mencionada em recibo sem data, através do qual foi pago ao autor, a título de direitos autorais, o valor líquido de Cr\$ 37.450,00, correspondente a 10% sobre o valor de 1.500 exemplares, já descontados Cr\$ 50,00 de imposto de renda retido.

parte na Prestação de Contas nº 1, lançada no campo “Total vendido no passado”. Da tiragem de 3.030 exemplares, foram subtraídos os 1.500 objeto do mencionado contrato com o INL, restando 1.530 exemplares para serem comercializados pela editora Francisco Alves.

Documento	Período	Doações	Moeda	Vendas no período	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque	
							Início do Período	Fim do Período
PC nº 1	10.03. a 30.08.1983	204	Cr\$	561	1.640,00; 2.260,00	92.624,00	1.530 (*)	765
PC nº 3	01.03. a 30.08.1984	7	Cr\$	7	3.620,00; 5.070,00	3.259,00	604 (**)	590
PC nº 4	01.09.1984 a 28.02.1985	-	Cr\$	9	5.070,00; 7.000,00; 10.000,00	6.514,00	590	581
PC nº 5	01.03 a 30.08.1985	5	Cr\$	9	10.000,00; 14.000,00; 22.000,00	12.600,00	581	567
PC nº 6	01.09.1985 a 28.02.1986	3	Cz\$	4	22.000,00; 36.000,00; 50.000,00	14.400,00	567	560
PC nº 7	01.03 a 30.08.1986	0	Cz\$	29	50,00	145,00	560	531
PC nº 8	01.09.1986 a 28.02.1987	0	Cz\$	6	50,00	30,00	531	525
PC nº 9	01.03. a 10.08.1987	10	Cz\$	23	50,00; 85,00; 160,00	331,00	525	492
PC nº 10	01.09.1987 a 28.02.1988	1	Cz\$	4	160,00; 530,00	175,00	492	487
PC nº 12	01.09.1988 a 28.02.1989	299	Cz\$	0	0,00	0,00	472 (***)	173
PC nº 15	01.03 a 30.08.1990	1	Cr\$	7	315,00; 380,00	246,50	165 (****)	157
PC nº 15	01.09.1990 a 28.02.1991	-	Cr\$	-	0,00	0,00	157	157
PC nº 16	01.03. a 30.08.1991	0	Cr\$	17	910,00; 1.620,00; 2.400,00	3.165,00	157	140
PC nº 17	01.09.1991 a 28.02.1992	0	Cr\$	2	2.520,00	504,00	140	138
Total		330		678	-	-		

Quadro 2 - As peles frias

Francisco Alves Editora

Ano de edição: março de 1983

Total impresso: 3.030 exemplares

(*) O número de 1.530 exemplares apresentado como estoque inicial é o resultado da diferença entre os 3.030 exemplares impressos e os 1.500 exemplares cabíveis ao INL.

(**) Embora inexistindo a prestação de contas nº 2, deixando a descoberto o período de 30 de agosto de 1983 a 1º de março de 1984, da comparação entre a movimentação havida entre as prestações de contas nº 1 e nº 3, pode-se presumir os números desse período: 166 exemplares vendidos e dois doados. O número de doações foi possível estabelecer pela comparação dos valores acumulados informados nas prestações de contas imediatamente anterior e posterior.

(***) Considerados os estoques final da prestação de contas nº 10 e inicial da prestação de contas nº 12, verifica-se que de 1º de março a 30 de agosto de 1988, saíram 15 exemplares, dos quais 2 foram doações, segundo se vê da comparação entre os números acumulados de doações.

(****) As prestações de contas nº 13 e 14, cobrindo os dois semestres compreendidos entre 1º de março de 1989 e fins de fevereiro de 1990 também não foram localizadas, mas comparando-se os números, a despeito da existência de dois documentos de nº 15, vê-se que houve uma saída de 9 exemplares, não sendo possível identificar se venda ou doação.

Considerando-se apenas os números apresentados pela Francisco Alves, sobre 1.530 exemplares, de março de 1983 a fevereiro de 1992 foram doados cerca de 330 exemplares e vendidos 678. Porém, a se considerar também os cerca de 190 exemplares das planilhas faltantes, chega-se 868 exemplares vendidos, uma média de 96 exemplares ao ano. Se se considerar ainda os 1.500 exemplares do Instituto Nacional do Livro, a média de venda anual sobe para 263 exemplares, superior ao de *O tetraneto del-rei*. O estoque final registrado na última planilha era de 138 exemplares, considerado, portanto, tecnicamente esgotado.

Segundo as cinco notas fiscais localizadas, algumas já mencionadas por conterem informações sobre a compra de exemplares dos dois livros até então editados pela Francisco Alves, no período transcorrido entre 1983 e 1989, Haroldo Maranhão adquiriu 48 exemplares de *As peles frias* e 35 exemplares de *O tetraneto del-rei*³⁰⁹, provavelmente com a intenção de doá-los.

Até junho de 1989, os direitos autorais foram todos pagos à agência literária Carmen Balcells, representada no Brasil por Ana Maria Santeiro, com endereço no Rio de Janeiro, na rua João Lira, 97, Leblon, que depois de abater os 10% que lhe cabiam pelo agenciamento, fazia os pagamentos ao autor. A partir dessa data, os direitos autorais passaram a ser pagos diretamente ao autor, mediante depósito bancário, já que o contrato com a agência literária havia sido rescindido, segundo os termos da carta escrita por Haroldo Maranhão no dia 14 de junho de 1989, no Rio de Janeiro.³¹⁰

³⁰⁹ NF 16530, de 7 de novembro de 1983, com 10 exemplares de *As peles frias* e 10 exemplares de *O tetraneto del-rei*, com 80% de desconto; NF 21235 de 22.03.85, referente a três exemplares de *As peles frias*, com 80% de desconto; NF 25201, de 12 de março de 1986 referente a 10 volumes de *As peles frias*, com 40% de desconto; NF 28815, de 7 de abril de 1987, referente a 10 volumes de *O tetraneto del-rei* e 10 volumes de *As peles frias*, com 80% de desconto; e NF 29181, de 26 de maio de 1987, com 15 volumes de *As peles frias* e 10 de *O tetraneto del-rei*, com 40% de desconto.

³¹⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 14 jun. 1989.

O livro seguinte de Haroldo Maranhão, o romance satírico *Os anões*, retrata a atuação da multinacional Janari, proprietária de cerca de dois milhões de hectares de terras no Pará. Ganhador da edição de 1982 do Prêmio José Lins do Rêgo, foi publicado em 1983 pela editora Marco Zero, com orelha escrita pelo filósofo Leandro Konder. O contrato de edição assinado com a intermediação da agente literária Carmem Balcells em agosto daquele ano, no dia 11 ou 12, impossível precisar, já que a data foi rasurada, foi firmado em bases semelhantes ao da Francisco Alves, com vigência de cinco anos e adiantamento equivalente ao preço de 500 exemplares na publicação do livro. A tiragem foi de 3.093 exemplares.

Doc.	Período	Cortesias	Moeda	Quantidade Vendida	Livros Entregues em Consignação	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque	
								Estoque Anterior	Estoque Atual
PC n° 1	12.83 a 31.06.84	130	Cr\$	511	66	4.600,00	5.060,00 (*)	3.093	2.346
PC s/n°	01.07 a 31.12.84	34	Cr\$	105	-	4.600,00; 5.600,00; 7.400,00; 9.950,00	61.940,00	2.412 (Estoque + Consignações + Faturados)	2.273 (Estoque + Consignações)
PC s/n°	01.01 a 31.07.85	14	Cr\$	40	-	9.950,00; 13.600,00; 21.200,00	51.265,00	2.273	2.209
PC s/n°	01.08 a 31.12.85	18	Cr\$	20	-	29.700,00; 38.080,00	65.266,00	2.209	2.171
PC s/n°	01.01 a 30.06.86	17	Cr\$	111	-	38,08; 47,00	489,30	2.171	2.043
PC s/n°	Jul-Dez/86	0	Cr\$	0	-	0,00	0,00	2.043	2.043
Total		213		787		-	-		

Quadro 3 - Os Anões
 Editora Marco Zero Ltda
 Ano de Edição: 1983
 Tiragem: 3.093

(*) O valor refere-se ao pagamento de direitos autorais de 11 exemplares apenas, já que por previsão contratual havia sido adiantado em 28 de fevereiro de 1984 o valor equivalente à venda de 500 exemplares.

O relatório referente ao período de julho a dezembro de 1986 é o último existente nos arquivos de Haroldo Maranhão. Não é possível, assim, saber-se o ritmo das vendas dos 2.043 exemplares restantes no estoque. A documentação existente sobre as vendas de *Os anões*, transcrita no quadro acima permite considerar que no período compreendido entre

1983 e 1986, foram doados 213 exemplares e vendidos 787, o que significa uma média de 262 livros por ano, cerca de 50 exemplares a mais que a média anual de *O tetraneto del-rei*.

Além dos 30 exemplares recebidos gratuitamente por disposição contratual, Haroldo Maranhão adquiriu pelo menos outros 40, com desconto de 50% segundo as notas fiscais de venda ao consumidor localizadas.³¹¹

Dicionarinho maluco foi o primeiro título infantil de Haroldo Maranhão publicado no Brasil.³¹² Ilustrado por Flávia Savary, o dicionarinho usa sempre a última palavra de um verbete como entrada para o verbete seguinte. O contrato para a edição do livro, assinado entre a editora Rocco, do Rio de Janeiro, e o autor, com a intermediação da Agência Literária Carmen Balcells em 28 de fevereiro de 1984, varia em relação aos anteriores no que diz respeito ao período de vigência, de três anos, no valor do adiantamento, de 200.000,00 cruzeiros³¹³, no número de exemplares, 50, a ser enviado por ocasião da publicação, permanecendo a garantia usual de desconto de 50% na compra de qualquer quantidade de exemplares.

No dia 30 de janeiro de 1986, Paulo Roberto Rocco, diretor da editora, encaminhava a Haroldo Maranhão, aos cuidados da Agência Literária Carmen Balcells, a prestação de contas do *Dicionarinho maluco* referente ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1985. Depois de breve preâmbulo, os números são assim apresentados:

Título: Dicionarinho Maluco
 Edição: 1ª
 Tiragem: 3.000 exs.
 Postos à venda: 2.650 exs.³¹⁴
 Prestação de contas anterior: 603 exs.
 Prestação de contas nesta data: 753 exs.
 Livros para posterior prestação de contas: 1.249 exs.
 Preço de capa: Cr\$ 14.900
 Percentagem de direito autoral sobre o preço de capa: 10%
 10% sobre 753 exs.vendidos a 14.900.....Cr\$ 1.121.970
 Imposto sobre a renda retido na fonte.....Cr\$ isento

³¹¹ Nota Fiscal 141, de 7 de janeiro de 1984, 20 exemplares; Nota Fiscal 144, de 10 de fevereiro de 1984, 10 exemplares; e Nota Fiscal 351, de 19 de março de 1985, 10 exemplares.

³¹² Antes dele, o infanto-juvenil *A porta mágica* já havia sido publicado em Portugal em 1983 pela editora Vértice.

³¹³ O recibo de Cz\$ 170.000,00, referente ao adiantamento de direitos autorais, já descontados 10% de honorários da agência literária, no valor de Cz\$ 20.000,00, e Cz\$ 10.000,00 de imposto de renda, é do dia 8 de maio de 1984.

³¹⁴ A diferença entre o número de exemplares impressos e o número de exemplares postos à venda explica-se por dois dispositivos contratuais: 10% dos exemplares de cada edição seriam reservados à distribuição à imprensa, crítica literária, bibliotecas e escolas e 50 exemplares ao autor, a título gratuito.

Líquido a receber.....Cr\$ 1.121.970
 A importância acima estará à sua disposição nesta Editora a partir do dia
 31.01.86³¹⁵

Após repetir as informações permanentes, a prestação de contas de 1º de janeiro a
 30 de junho de 1986, encaminhada em 25 de julho de 1986, apresenta os seguintes dados:

Prestações de contas anteriores: 1.356 exs.
 Prestação de contas nesta data: 135 exs.
 Livros para posterior prestação de contas: 1.159 exs.
 Preço de capa: Cz\$ 28,50
 Percentagem de direito autoral sobre o preço de capa: 10%
 10% sobre 135 exs. Vendidos a Cz\$ 28,50.....384,75
 A importância acima está à sua disposição nesta Editora.³¹⁶

O relatório 1º de julho a 31 de dezembro de 1986 informa:

Prestações de contas anteriores: 1.491 exs.
 Prestação de contas nesta data: 520 exs.
 Livros para posterior prestação de contas: 639 exs.
 Preço de capa: Cz\$ 28,50
 [...]

 10% sobre 520 exs. Vendidos a Cz\$ 28,50.....Cz\$ 1.482,00³¹⁷

Esta modalidade de prestação de contas deixou de ser utilizada em fins de dezembro de 1986, e a partir do ano seguinte os números referentes aos 639 exemplares restantes em estoque passaram a ser demonstrados em planilhas cujos valores são reproduzidos no quadro abaixo, dele verificando-se o esgotamento da 1ª edição, ocorrido no primeiro semestre de 1987, quando o estoque baixou para 143 exemplares, número menor do que os 250 previstos para que fosse considerada esgotada. Publicado em 1984, com tiragem semelhante aos anteriores, o primeiro livro infantil de Haroldo Maranhão lançado no Brasil conseguiu, pois, atingir as expectativas de vendas, esgotando os exemplares no prazo de pouco menos de três anos. Isso significa a venda de cerca de 1.000 exemplares por ano. Assim, entusiasmada com o sucesso das vendas, a editora, antes mesmo de ver o já reduzido estoque residual baixar ainda mais, imprimiu em dezembro de 1987 a 2ª edição do livro, com uma tiragem de 4.000 exemplares, dos quais 3.550 foram postos à venda³¹⁸,

³¹⁵ Prestação de contas datada de 30 de janeiro de 1986, referente ao período julho-dezembro de 1985.

³¹⁶ Prestação de contas datada de 25 de julho de 1986, referente ao período janeiro-junho e 1986.

³¹⁷ Prestação de contas datada de 28 de fevereiro de 1987, referente ao período julho-dezembro de 1986.

³¹⁸ Por disposição contratual, 400 exemplares foram destinados à divulgação e 50 ao autor.

informação que vem inserida na prestação de contas do período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1987. Dessa 2ª edição, tirada sem o conhecimento do autor, ainda não havia sido registrada nenhuma venda até aquela data.

Documento	Período	Doações	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
							Início do Período	Fim do Período
PC s/nº	01.01 a 31.06.87	0	Cz\$	496	28,50; 60,00; 90,00; 108,00	1.988,25	639	143
PC s/nº	01.07 a 31.12.87	0	Cz\$	143	108,00; 140,00; 150,00	1.686,40	143	0 + 4.000 exemplares da 2ª edição (*)
Total				639				

Quadro 4 - Dicionarinho maluco
 Editora Rocco Limitada
 Ano da 1ª edição: 1984
 Ano da 2ª Edição: 1987

(*) A prestação de contas de 1 de julho a 31 de dezembro de 1987 demonstra o esgotamento da 1ª edição, ao mesmo tempo em que informa o evento da 2ª edição do *Dicionarinho maluco*, com tiragem de 4.000 exemplares, dos quais 3.550 postos à venda.

Meses antes, em 18 de março de 1987, Ana Maria Santeiro, o braço brasileiro da agência literária Carmen Balcells, já havia lembrado ao autor que o prazo de vigência do contrato havia expirado em 28 de fevereiro e recomendava que não fosse renovado, sugerindo estratégias para uma melhor exploração comercial do livro, cujas vendas, na opinião dela, vinham acontecendo muito lentamente, fato que atribuía ao projeto editorial da Rocco, que não priorizava o público infantil, alvo do *Dicionarinho Maluco*.

O contrato com a Rocco terminou agora em 28.02.87. O estoque em junho 86 era de 1.159 exs. A venda é bastante lenta, pois o livro foi publicado em dezembro 84 e em dois anos não se esgotou a 1ª edição, de 3.000 exemplares. Como já sabemos que o projeto editorial da ROCCO não priorizou a coleção para crianças e jovens, não me parece razoável manter o livro ali. Creio que o livro tem potencial de venda e que re-ilustrado e trabalhado devidamente pode ter um excelente resultado comercial. Digame o que você acha e conversaremos a respeito.³¹⁹

³¹⁹ SANTEIRO, Ana Maria. [Carta]. Rio de Janeiro, 18 mar. 1987.

A se pautar pelas experiências editoriais anteriores de Haroldo Maranhão, o argumento da agente literária se mostra falacioso, já que a tiragem se esgota em menos de três anos. Além disso, o fato de a Rocco reeditar o livro com tiragem de 4.000 exemplares revela que ele vinha vendendo muito bem, o que possivelmente motivara o interesse em tirá-lo das mãos da Rocco e conduzi-lo a novo editor em condições mais vantajosas. Não foi encontrada nenhuma manifestação de Haroldo Maranhão a respeito da carta, mas vendo-se a correspondência de 12 de fevereiro de 1988, que Ana Maria Santeiro endereçou a Paulo Roberto Rocco, sabe-se que o autor declarou expressamente a intenção de não reeditar o *Dicionarinho maluco*. Mesmo contra a sua vontade e sem o seu conhecimento, portanto, como já foi dito, a 2ª edição, com 4.000 exemplares, foi ao prelo, o que motivou a seguinte missiva:

Prezado Paulo Roberto Rocco,
 Acusamos o recebimento dos relatórios de vendas do título em referência [*Dicionarinho maluco*] para os 1º e 2º semestres de 1987 e nos surpreendemos que a Editora tenha feito uma nova edição do livro no 2º semestre de 1987, quando o contrato estava vencido desde 28.02.87 e o Autor escrito a Editora em março de 1987 confirmando a sua intenção em não renová-lo, conforme cópia de carta que nos enviou. Como este título está sendo contratado por outro Editor, a Editora só poderá continuar a vender seu estoque em livrarias até junho próximo. A partir daquela data havendo ainda estoque, a Editora só poderá vendê-lo com o consentimento prévio e por escrito do Autor.³²⁰

Acompanhando-se ainda a documentação referente ao *Dicionarinho maluco*, pode-se observar que a despeito da advertência de Ana Maria Santeiro de que a editora só poderia comercializar o livro até o mês de junho de 1988, as vendas seguiram até pelo menos 29 de outubro de 1999, data da última prestação de contas localizada. Conclui-se, assim, sem que tenha sido encontrado qualquer documento que confirme a hipótese, que Haroldo Maranhão preferiu não levar às últimas conseqüências os dispositivos contratuais nem acatar as sugestões de Ana Maria Santeiro de re-ilustrar o livro para lançá-lo por outra editora. É legítimo, assim, presumir que Haroldo Maranhão estava satisfeito com o desempenho do livro e acreditava em vendas ainda maiores.

A movimentação das vendas da 2ª edição do *Dicionarinho maluco* está demonstrada numa série de prestações de contas numeradas, de início semestralmente e depois por

³²⁰ SANTEIRO, Ana Maria Santeiro. [Carta]. Rio de Janeiro, 12 fev. 1988.

períodos menores e irregulares, chegando mesmo a haver prestações de contas quinzenais. A seqüência de documentos tem várias e longas discontinuidades, conforme o quadro abaixo:

Documento	Período	Doações	Moeda	Quantidade Vendida	Devolução	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
								Início do Período	Fim do Período
PC nº 1	01.01 a 30.06.88	06	Cz\$	192		195,00; 250,00; 350,00; 420,00	5.243,00	3.550	3.352
PC nº 12	01.07 a 30.07.93	02	Cr\$	11		242,20; 508,00	532,22	1.273	1.260
PC nº 14	01.01 a 15.03.94	0	Cr\$	03		1.960,00; 2.350,00	666,00	1.248	1.245
PC nº 15	16.03 a 31.03.94	0	Cr\$	0		0,00	0,00	1.245	1.245
PC nº 30	01.10 a 31.12.97	3	R\$	03		6,00	1,80	1.020	1.014
PC nº 37	01.07 a 30.09.99	3	R\$	59	01	8,00	47,20	960	899
Total		14		268	01	-	-		

Quadro 5 - Dicionarinho maluco 2ª edição
Tiragem 4.000 exemplares

As planilhas de nº 2 a 11 não foram encontradas, não sendo possível precisar, portanto, a movimentação havida entre junho de 1988 a julho de 1993. No entanto, a correspondência enviada pela Rocco³²¹, em 14 de maio de 1991, informava, por solicitação do autor, a existência de 2.641 exemplares em estoque, portanto uma venda, até aquela data, de cerca de 900 dos 3.550 exemplares postos à venda.

Considerando-se essa informação e a existência de 1.273 exemplares em estoque, conforme a prestação de contas nº 12, sabe-se que as vendas nesse intervalo chegaram a atingir 1.368 exemplares. Embora não havendo também a prestação de contas nº 13, sabe-se que a saída, no período, foi de 12 exemplares, número a que se chega comparando-se os estoques anterior e posterior.

Há outro grande hiato, de três anos, no qual, também pela comparação do estoque existente em março de 1994 com o estoque informado no início do período seguinte, pode-se calcular a saída de 225 livros. Não há registros do período de 31 de dezembro de 1997 a 1ª de julho de 1999, mas pode-se presumir a saída, durante esse ano e meio, de 54 exemplares. A última prestação de contas do *Dicionarinho maluco* encontrada, de nº 37, de

³²¹ FRANÇA, Beatriz. [Carta]. Rio de Janeiro, 14 maio 1991.

1º de julho a 30 de setembro de 1999, informa o estoque residual de 899 exemplares, não informando o destino dado a ele.

A despeito das lacunas mostradas acima, que deixam de demonstrar o ritmo das vendas de aproximadamente 2.559 exemplares, pode-se concluir, considerando-se ambas as edições, totalizando 7.000 exemplares, que a editora conseguiu comercializar no prazo de 14 anos, 5.301 exemplares, descontados os 800 exemplares promocionais e a cota destinada ao autor³²², o que significa venda anual de cerca de 378 exemplares, ou um exemplar a cada dia. Era essa, pois, a primeira vez que Haroldo Maranhão estreava um sucesso editorial, se compararmos às vendas dos livros anteriores.

Há ainda vários recibos e comprovantes de depósitos bancários, todos referentes ao pagamento de direitos autorais, alguns encaminhados ao autor pela agência literária, outros diretamente pelo editor, e duas páginas manuscritas com cálculos divididos em dois períodos, o primeiro de 1º de janeiro a 30 de junho de 1987 e o segundo de 1º de julho a 31 de dezembro de 1987. Cálculos intrincados levaram o autor a concluir que vinha sofrendo perdas monetárias pelo atraso no repasse de seus direitos autorais pela agência literária. Em dois itens lê-se: “Valores que o autor tem direito pela retenção indevida feita pelo agente (mais de 15 dias após ter recebido do editor)” e “Perda monetária do autor pelo atraso de pagamento do agente”. As perdas questionadas pelo autor foram reconhecidas pela agência, conforme se observa da nota datada de 17 de março de 1988, no qual constam os seguintes valores:

Direitos autorais do período de janeiro a dezembro de 1987.....	Cz\$ 3.674,65
Correção monetária de janeiro a junho de 1987	Cz\$ 1.253,14
Comissão Agência (10%).....	Cz\$ 492,77
Total a seu favor.....	Cz\$ 4.435,02 ³²³

Não foi localizado o documento com a correção monetária do 2º semestre de 1987, mas é possível supor que a partir de então, e até o mês de junho de 1989, quando Haroldo Maranhão deixou de ser representado pela agência Carmen Balcells, os valores passaram a ser regularmente corrigidos, conforme se constata da nota sem data, na qual se lê:

Direitos autorais do período de 1º sem 88.....Cz\$ 5.243,00

³²² 350 exemplares da 1ª edição e 450 da 2ª edição.

³²³ Nota de emissão da agência literária, de 17 de março de 1988.

Correção monetária.....	Cz\$ 2.602,96
Comissão Agência (10%).....	Cz\$ 784,59
Total a seu favor.....	Cz\$ 7.061,36 ³²⁴

Minucioso, intransigente e atento a tudo quanto respeitava aos números, Haroldo Maranhão, provavelmente em razão das perdas ocasionadas pelo atraso no repasse de seus direitos autorais, decide dispensar a intermediação de sua agente literária e cuidar ele mesmo de seus negócios editoriais. Atento aos ganhos pecuniários, com o sucesso de vendas alcançado pelo *Dicionarinho maluco*, Haroldo Maranhão pôde vislumbrar a possibilidade de ganhos bem mais significativos.

Do *Dicionarinho maluco* foram localizadas também uma nota fiscal, de nº 12785, datada de 13 de maio de 1991, emitida em nome de Haroldo Maranhão, com dez exemplares discriminados, uma listagem com duas páginas datilografadas com nomes e endereços, todos do Rio de Janeiro, e uma lista manuscrita em um pequeno cartão, com 14 nomes, encabeçados por HP (o filho, Haroldo Paulo) e Bené/Ma. Sylvia, a quem deveriam ser enviados exemplares do livro.

³²⁴ Nota de emissão da agência literária, sem data.

Ao Tio Haroldo Maranhão. 5/10/88

Tio Haroldo, gostei muito de Dicionarinho Moluês pois é divertido, alegre e moluês. Na dedicatória o senhor me pergunta se este é o meu primeiro dicionário, por bem a resposta é a seguinte, tio Haroldo este é o meu 3º dicionário mas também na classe dos doidos é o primeiro. Também na dedicatória está escrito "O abraço do Rurúlio de mentiras" mas pra mim o dicionário não tem mentiras, apenas um outro tipo de verdade.

Um beijo

Abs. Fernando de Jesus Gurjão Sampaio Neto

Figura 5 – Carta do leitor Fernando de Jesus Gurjão Sampaio Neto
 Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

Animado com o desempenho do *Dicionário maluco*, e encorajado pelo amigo Lêdo Ivo, Haroldo Maranhão, submete à Companhia Editora Nacional o original de *O começo da Cuca*, novela juvenil que aborda o sexo e o amor entre os adolescentes. Provavelmente interessado em obter sucesso e ganhos pecuniários semelhantes aos da obra anterior, Haroldo Maranhão investe novamente no público infanto-juvenil. Valendo-se da amizade com Lêdo Ivo, forjada muitos anos, nos tempos em que o poeta alagoano foi assíduo colaborador do suplemento literário da *Folha do Norte*, procura publicar *O começo da Cuca* pela editora fundada por Monteiro Lobato na década de 1930, que havia se notabilizado por práticas editoriais inovadoras e pela edição de obras pedagógicas. Em carta datilografada de 19 de março de 1985, Haroldo Maranhão encaminha os originais ao Professor Izaías Branco da Silva, da editora paulista, deixando endereço e número de telefone para contato caso a editora viesse a interessar-se pela publicação da obra, eventualidade em que o missivista “examinaria as condições e o contrato”.

Caro Professor Izaías:

Por sugestão de meu velho amigo Lêdo Ivo, estou encaminhando à Cia. Editora Nacional, com vistas à Coleção Passe Livre, que dirige, o meu original O começo da Cuca, novela para jovens, que há anos escrevi e que decidi agora submeter a uma editora do porte da velha Editora Nacional. Na eventualidade de vir a interessar-lhe a novela, examinaria as condições e o contrato, já que no momento cuido eu mesmo de meus negócios editoriais, desvinculado que me acho de uma agência literária que atua no Rio. Se por qualquer razão não for do interesse editá-la, agradeceria a especial gentileza de restituir-me a cópia que ora segue.³²⁵

A resposta de Izaías Branco da Silva tardou dois meses, datada de 22 de maio de 1985, mas anunciava a disposição de publicar a obra na Coleção Passelivre, a mesma que havia publicado *O menino da noite* de Lêdo Ivo, e já solicitava providências com vistas à assinatura do contrato e ao envio do cheque referente ao adiantamento de direitos autorais – dados pessoais, uma foto e duas ou três laudas com os dados bibliográficos, “em forma de ‘recado’ à meninada que vai ler sua obra”:

Só agora posso responder a sua carta de dezenove de março [...]. Peço-lhe mil desculpas. O livro já foi lido, apreciado e aprovado. Poderemos publicá-lo na coleção PASSELIVRE, onde será companheiro do excelente “O MENINO DA NOITE”, de Lêdo Ivo.³²⁶

³²⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 19 mar. 1985.

³²⁶ SILVA, Izaías Branco da. [Carta]. São Paulo, 22 mai. 1985.

A solicitação foi prontamente atendida. No dia 28 de maio de 1985, Haroldo Maranhão encaminhava seus dados pessoais, junto com o “recado à meninada”, que escreveu em duas laudas ao fim das quais acrescenta os títulos de suas obras já publicadas.

Respondo à carta de 22 do corrente, com a boa notícia que me trouxe, de que a Companhia Editora Nacional editará minha novela na coleção Passelivre, que dirige. Junto o recado que me pede e não sei se terei acertado no ponto. Por favor, diga-me se é assim que deseja. [...] Juntamente com o original, havia seguido listagem com meus livros publicados, que não sei se aproveitará, pois desconhecendo a Coleção, ignoro o padrão editorial que adota. Seria um favor grande que me prestaria se me mandasse O menino da Noite, do nosso Lêdo Ivo.³²⁷

Muito embora desconheça o padrão da editora, e talvez justamente por essa razão, solicita ao editor um exemplar do livro de Lêdo Ivo, provavelmente com vistas a ter uma idéia das características da coleção na qual seria editado o seu livro.

Na carta do dia 28 de junho de 1985, Izaías Branco da Silva encaminha contrato-padrão para os autores da coleção, e informa que Lêdo Ivo havia proposto outro modelo, aceito pela editora, deixando o destinatário à vontade para conversar a respeito com o amigo. Qualquer que fosse a decisão, Izaías Branco da Silva ficava aguardando a assinatura do contrato para providenciar o envio da antecipação de direitos e iniciar a produção gráfica do livro, que pretendia lançar no início de agosto: “Tão logo receba o contrato assinado por você, colho a assinatura do nosso diretor, Dr. Jorge Antônio Miguel Yunes, mando-lhe uma via e encaminhando-lhe, também, um chequinho de antecipação de direitos.”³²⁸

À medida que os contatos entre Haroldo Maranhão e a editora iam se estreitando, as correspondências iam se tornando mais breves de parte a parte, dispensando o excesso de formalidades. Foi com poucas linhas escritas no dia 4 de julho de 1985 – “trabalho demais, meu caro Haroldo” -, que Izaías Branco da Silva encaminhou uma cópia com as alterações sugeridas por Lêdo Ivo à editora.³²⁹

Não foi localizada nos arquivos a cópia do contrato de edição de *O começo da Cuca*, firmado entre a Companhia Editora Nacional e Haroldo Maranhão. No entanto, há uma minuta assinada por Lêdo Ivo, com as alterações sugeridas por ele, assim como uma cópia

³²⁷ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 28 mai. 1985.

³²⁸ SILVA, Izaías Branco da. [Carta]. São Paulo, 28 jun. 1985.

³²⁹ Id. [Carta]. São Paulo, 4 jul. 1985.

do Contrato Particular de Direitos de Edição de *O menino da noite*, assinado pelo autor e pelo editor, ambas sem data.

As cartas se sucediam umas às outras rapidamente, mas ambos se desculpavam por “só agora” estar escrevendo. Embora às voltas com a enfermidade de uma irmã, que o levou ao interior do Estado, Haroldo Maranhão devolveu o contrato com as alterações poucos dias depois, em 10 de julho de 1985:

Agora somente posso devolver-lhe o incluso Contrato de edição de O COMEÇO DA CUCA, com as alterações que aliás já haviam sido introduzidas em contratos de livros meus já editados. É que fui forçado a uma viagem de emergência ao interior do Estado, para acudir a uma irmã necessitada de internamento.³³⁰

Como não há cópia do contrato em seu arquivo pessoal, não é possível afirmar com segurança se Haroldo Maranhão optou pelo modelo com as alterações sugeridas por Lêdo Ivo à editora, ou se a partir dos modelos apresentados elaborou um terceiro texto, alternativa mais provável, já que ao encaminhar a sua versão menciona “alterações que [...] já haviam sido introduzidos em contratos de livros [...] já editados”, certamente uma referência à cláusula que garante ao autor ou a seu representante o acesso aos livros contábeis da editora. Tendo recebido o contrato, o editor acatou as alterações propostas – “tudo em ordem” -, remetendo, no dia 17 de julho de 1985³³¹, o “chequinho” e o recibo com o valor correspondente ao adiantamento de direitos autorais.

Antes mesmo da primeira prestação de contas, o autor adquiriu 80 exemplares do livro, ao preço unitário de capa de Cr\$ 12.000,00³³². As prestações de contas de *O começo da Cuca* existentes no arquivo de Haroldo Maranhão são 12, não numeradas, e dão conta do período de pouco mais de seis anos, com duas lacunas verificadas, a primeira, de dezembro de 1988 a maio de 1989 e a segunda, maior, de maio de 1991 a dezembro de 1992. Embora inexistindo a prestação de contas, sabe-se que houve vendas, já que o recibo de direitos autorais, sem data, mas mencionando expressamente o período, foi emitido com o valor de Cr\$ 553,60. Outro recibo localizado, no valor de Cr\$ 4.900,00 refere-se a direitos autorais do período de 1º de junho a 30 de novembro de 1991, nada havendo sobre o ano de 1992. Além das duas lacunas, há um caso de prestações de contas sobrepostas, uma de 1º de

³³⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 10 jul. 1985.

³³¹ SILVA, Izaías Branco da. [Carta]. São Paulo, 17 jul. 1985.

³³² Cf. Nota Fiscal n. 7068, de 28 de novembro de 1985, emitida pelo Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas – IBEP em nome de Haroldo Maranhão.

junho a 31 de outubro de 1990, e outra de 1º de junho de 1990 a 31 de maio de 1991. Diferentemente das prestações de contas das demais editoras, as da Companhia Editora Nacional não tinham peridiocidade regular, nem traziam dados acumulados, informações sobre doações, estoque residual ou a tiragem da edição, limitando-se a informar o número de exemplares vendidos no período, o preço de capa e o valor dos direitos autorais. Apesar das lacunas e sobreposições apontadas, é possível verificar-se, na documentação existente, a venda de 1.171 exemplares, com o seguinte desempenho:

Documento	Período	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais
PC nº 1	01.01 a 28.02.86	Cr\$/ Cz\$ (*)	51	12.000,00	61.200,00 (**)
PC nº 2	01.03 a 31.05.86	Cr\$	36	12.000,00	43,20
PC s/nº	01.06 a ----	Cr\$	432	12.000,00	518,40
PC s/nº	01.01 a 31.05.87	Cr\$	258	12,00; 17,00; 30,00; 39,00	728,20
PC s/nº	Junho a Dezembro/87	Cz\$	98	58,00	568,40
PC s/nº	01.01 a 31.05.88	Cz\$	32	130,00	416,00
PC s/nº	01.06 a 30.11.88	Cz\$	56	190,00	1.064,00
PC s/nº	Junho a Outubro/89	NCz\$	75	3,50	26,25
PC s/nº	Novembro/89 a Maio/90	Cr\$	32	173,00	553,60
PC s/nº	01.06 a 31.10.90	Cr\$	6	173,00; 225,00; 281,00	130,20
PC s/nº	01.06.90 a 31.05.91	Cr\$	24	281,00; 490,00	1.092,40
PC s/nº	Dezembro/92 a Maio/93	Cr\$	71	19.000,00; 80.000,00	403.300,00
Total			1.171		

**Quadro 6: O começo da Cuca
Companhia Editora Nacional
Ano de edição: 1985
Tiragem: não informada**

(*) Conversão de Cruzeiro para Cruzado.

(**) Em obediência à conversão monetária, realizada no dia 15 de julho de 1986, os Cr\$ 61.200,00 de direitos autorais transformaram-se em Cz\$ 33,53.

Assim, considerando-se apenas os números dos documentos disponíveis, que por suas características não dão margem a outras inferências, pode-se estimar uma média anual

de 180 exemplares vendidos no período de seis anos e meio, que vai de janeiro de 1986 a maio de 1993.

No entanto, embora não apresentasse números minuciosamente descritos, percebe-se que a editora era ciosa da sua tradição, pautando-se pela exatidão no cumprimento de suas obrigações. Assim, vê-se que no dia 26 de agosto de 1986, o Presidente Jorge Antônio Miguel Yunes escreve aos autores da editora, em carta de caráter circular – Prezado (a) Senhor (a) -, manifestando preocupação quanto a eventuais pagamentos a menor que pudessem ter sido efetuados, por força da aplicação do índice de deflação nas vendas de 1º de janeiro a 28 de fevereiro daquele ano, período de transição do cruzeiro para o cruzado, que passou a vigorar em 28 de fevereiro. Para afastar qualquer possibilidade de equívoco, seria consultado o conhecido advogado tributarista Ives Gandra Martins.

Prezado (a) Senhor (a)

V.S^a recebeu a prestação de contas de seus direitos autorais referentes às vendas efetuadas entre 1º de janeiro de 1986 a 31 de maio de 1986. Tais direitos autorais, concernentes às vendas de 1º de janeiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1986, nos termos do Decreto-Lei nº 2284/86, foram deflacionados para o vencimento previsto no Contrato de Edição. Surgem-nos, agora, dúvidas sobre esse nosso procedimento, feito de acordo com interpretação de nossos assessores tributários. Caso não esteja correta a aplicação do deflator, V.S^a estaria recebendo a menos. Isso, por certo, não é de nossa tradição. Nessas circunstâncias, queremos, desde já, ressaltar seus eventuais direitos de recebimento não deflacionado, caso as consultas ao Dr. Ives Gandra da Silva Martins e à SEPLAN sejam favoráveis a V.S^a. Neste caso, pagar-lhe-emos logo em seguida a diferença. Pedimos-lhe, caso possa nos auxiliar com qualquer subsídio legal, que o faça o mais breve possível, para que seja levado à consideração de nossos consultores. Certos de que poderemos contar com a sua compreensão, manifestamos-lhe nosso apreço e saudações. Jorge Antonio Miguel Yunes, Presidente³³³

A resposta da consulta ao tributarista não foi favorável aos autores, e o resultado foi encaminhado no dia 14 de novembro de 1986, novamente através de correspondência circular. Apesar disso, no entanto, dos pareceres contrários, a editora, por mera liberalidade, resolveu não aplicar o índice em questão sobre os direitos de alguns autores, entre eles Haroldo Maranhão, baseada em um limite mínimo de direitos a receber e na área de publicação da obra.

³³³ YUNES, Jorge Antônio Miguel. [Carta Circular]. São Paulo, 26 ago. 1986.

Prezado (a) Senhor (a)

Em aditamento a nossa correspondência de 26 de agosto último, servimo-nos desta para informar-lhe que já recebemos os pareceres de nossos tributaristas sobre o assunto tratado naquela carta. A Editora, diante de tais pareceres – que não foram totalmente favoráveis aos autores –, resolveu, assim mesmo, em seu caso específico e por mera liberalidade, **não aplicar qualquer deflator** sobre seus direitos autorais. Para tal concessão, baseamo-nos em um limite mínimo de direitos a receber e na área de publicação da obra. Assim, estamos enviando seu cheque complementar, acompanhado do respectivo recibo, o qual solicitamos nos seja devolvido, devidamente assinado, o mais breve possível.³³⁴

Levando-se em conta a estimativa média de cerca de 180 exemplares vendidos ao ano, pode-se supor que as vendas, desde que *O começo da Cuca* veio a público, foram consideradas positivas, embora bem mais modestas que as do *Dicionário maluco*, que alcançou a média de 378 exemplares, praticamente o dobro. Essa hipótese é apoiada pelo fato de o autor insistir no gênero infanto-juvenil, publicando nova obra, desta feita pela editora gaúcha Mercado Aberto, um ano após fechar o contrato com a Companhia Editora Nacional.

Para a publicação, em 1986, do título infantil *A Árvore é uma Vaca*, a árvore que fala e sente, e que só as crianças percebem, pela editora gaúcha Mercado Aberto, Haroldo Maranhão contou com o concurso da amiga, professora, tradutora e comadre Cecília Zokner, de Curitiba. Embora não haja, nos arquivos, cópias das cartas que Haroldo Maranhão mandou para ela, sabe-se, pelo teor das cartas de Cecília Zokner, que a correspondência trocada entre ambos foi intensa durante o período de agosto de 1983 a dezembro de 1992, no qual encontram-se cartas por vezes diárias. Reiterados convites para viagens de férias ao sul do Brasil, reforçados pelo poder aliciador do apelo à gula – “Há MONTES de ambrosia no freezer.”³³⁵ –, questões domésticas, a família dela, o marido, o escritor José “Juca” Zokner, e as filhas Valdirene e Miriam, o filho dele, Haroldo Paulo, sempre mencionado nas cartas, as plantas e os bichos de estimação, dúvidas sobre tradução de termos e expressões do espanhol na obra em que ela trabalhava na ocasião, o cotidiano da universidade, onde era professora do Departamento de Literatura Hispano-Americana, todos eram assuntos abordados pela missivista, às vezes em uma única carta, e sugerem uma amizade afetuosa compartilhada por todos os membros da família dela. Numa dessas cartas, que continua a do dia anterior, cuja data não é possível precisar, Cecília Zokner

³³⁴ YUNES, Jorge Antônio Miguel. [Carta Circular]. São Paulo, 14 nov. 1986.

³³⁵ ZOKNER, Cecília. [Carta]. Curitiba, 18 dez. 1984.

informa, presumivelmente em atenção a solicitação feita por Haroldo Maranhão, não ter conseguido o endereço da editora da Universidade do Vale dos Sinos, mas dispõe-se a tentar outros contatos:

Curitiba, dia seguinte. Alô compadre Haroldo. O papel acabou terminando ontem e o meu tempo também e então segue a conversa: o endereço da editora da Unisinos eu pedi para o Lothar Hessel, meu amigo no Rio Grande que é sempre muito rápido nas respostas o que não aconteceu desta vez. Vou, agora, escrever para a Regina do Mercado Fechado. [...] ³³⁶

A “Regina do Mercado Fechado” a quem ela se refere é a Professora Dra. Regina Zilberman, que àquela época era coordenadora de algumas séries de literatura infantil da editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, um lapsos do qual ela provavelmente não se deu conta, mas que se esclarece na carta do dia 16 de abril de 1985. Em poucas linhas, ela conta como conheceu Regina Zilberman, fornece seu endereço e número de telefone e transcreve parte da carta que recebeu dela.

[...] O objetivo deste é te contar que a Regina Zilberman [...] respondeu à pergunta que lhe havia feito sobre literatura infantil na Mercado Aberto. Como a carta dela é manuscrita, transcrevo o parágrafo que pode te interessar: “Gostaria de ver os textos de Haroldo Maranhão. A priori, não posso dizer nada. Porque as coleções da Mercado Aberto tem características um pouco fechadas. Mas quem sabe não são as mesmas das histórias dele? Por isso, vamos tentar e torcer para que dê certo”. Recapitulando: estive com a Regina uns momentos quando de sua vinda a Curitiba para uma tarde de autógrafos na Guignone. Foi muito simpática me ofereceu a revista da Fac. de Letras onde é professora e Redatora da revista e tem o excelente costume de responder as cartas. É isso. [...] ³³⁷

Regina Zilberman, que manifestara a Cecília Zokner o desejo de conhecer os textos de Haroldo Maranhão, no dia 2 de março escreve diretamente a ele. A carta não menciona o ano, e tanto pode ter sido escrita em 1985, mais ou menos na mesma época daquela enviada por ela a Cecília Zokner, como pode ter sido escrita no ano seguinte, já que em 14 de abril de 1986, aparentemente em resposta a um pedido dela, Haroldo Maranhão encaminha dois originais à editora. Na carta de 2 de março, Regina Zilberman, que seguramente conhecia os livros infantis já publicados pelos autor, e declarando-se admiradora também da sua obra para adultos, afirma que gostaria de contar com um ou mais originais dele. A recomendação

³³⁶ ZOKNER, Cecília. [Carta]. Curitiba, [198-?].

³³⁷ Id. [Carta]. Curitiba, 16 abr. 1985.

da amiga Cecília Zokner certamente pesava a favor de Haroldo Maranhão, mas é certo que para que o convidasse a escrever para a coleção que dirigia, a admiração que Regina Zilberman declara pela obra do autor era genuína e não mera troca de amabilidades.

Prezado escritor Haroldo Maranhão:
Sabedora de que uma amiga minha, a Professora Cecília Zokner, da Universidade do Paraná, é também amiga sua, procurei obter com ela seu endereço, para poder estabelecer o contato consigo, o que tento nesta carta. É que, sendo coordenadora de algumas séries de literatura infantil na editora Mercado Aberto e admiradora de sua obra, para crianças e para, é claro, adultos em geral, gostaria muito de saber se poderia contar com um (ou mais) original (originais) seu (seus).³³⁸

Com o fim de orientar a eventual remessa de originais do escritor, Regina Zilberman comenta brevemente as características editoriais de cada uma das três séries que coordenava: “Pé de Moleque”, para leitores com idade a partir de 8 anos, “Cambalhota” para crianças menores, e o “Menino Poeta”, dedicado à poesia infantil e juvenil.

As coleções da Mercado Aberto são três: a primeira, Pé de Moleque, dirige-se a leitores a partir dos 08 anos de idade, isto é, a leitores que já leiam com relativa fluência (é só neste sentido a referência à faixa etária): além disto, procura ter uma certa aproximação temática, na medida em que as histórias em geral ambientam-se em cenários nacionais de algum modo identificáveis (não se trata de “regionalização”, mas de tentativa de salientar o espaço local como elemento da trama, sem qualquer conotação ideológica, educacional, etc.). Por sua vez, a série Cambalhota caracteriza-se por apresentar narrativas mais curtas, com elementos de fantasia e imaginação, para crianças menores. E a série O Menino Poeta (cujo nome homenageia o livro pioneiro de Henriqueta Lisboa, aliás reeditado na série) dedica-se a poesia infantil e juvenil.³³⁹

Reiterando o convite para que Haroldo Maranhão participe de uma ou mais coleções, especialmente a “Pé de Moleque”, que acredita ser a que mais se afina com a produção do autor, ela encerra a carta com um amigável abraço. O escritor responde ao convite em 14 de abril de 1986, submetendo dois títulos à apreciação da editora, sugerindo as coleções das quais poderiam participar: *A Árvore é uma Vaca*, para a coleção “Pé de Moleque, e *A Sala que não era Doida*, para a coleção “Cambalhota”. Embora não remeta a história *O Sol é Azul*, porque julgava que merecia alterações, Haroldo Maranhão a menciona na carta, de

³³⁸ ZILBERMAN, Regina. [Carta]. Porto Alegre, 2 mar. 1985 ou 1986.

³³⁹ Id.

forma que faz saber da existência de outros títulos infantis de sua autoria passíveis de publicação.

Cara Regina:

É esta para submeter à MERCADO ABERTO dois textos meus:

A Árvore é uma Vaca (“Pé de Moleque”)

A Sala que não era Doida (“Cambalhota”)

Contava poder mandar-lhe outra história minha, O Sol é Azul, mas na releitura achei que merece ligeiras alterações. Depois, seria atravancar sua mesa com mais um original!³⁴⁰

Na carta de Regina Zilberman do dia 24 de abril de 1986, ela menciona o recebimento de duas cartas do escritor, uma do dia 7, não localizada no arquivo, e a do dia 14, com os originais, dos quais apenas um, *A Árvore é uma Vaca* foi aproveitado, depois de submetido à apreciação do proprietário da editora, Roque Jacoby.

Agradeço o envio de duas duas (sic) cartas, uma do dia 7 e a outra, do dia 14, anunciando os textos a serem submetidos a Mercado Aberto. Agradeço igualmente a remessa dos dois textos, que li e submeti ao juízo do Roque Jacoby, proprietário da editora. Gostei muito de ambas as histórias, porém, infelizmente, não poderemos aproveitar “A sala que não era doida”, que segue de volta para você. O texto é muito engraçado e saboroso, porém a história é muito curta comparando com as características editoriais da série Cambalhota. Mas editaremos a segunda história, “A árvore é uma vaca”, que se coaduna com as características da série citada, a Cambalhota. Espero, portanto, que concordes com o lançamento do texto na Cambalhota³⁴¹.

Na mesma carta, em que são devolvidos os originais de *A Sala que não era Doida*, por não se adequarem às características editoriais das coleções, Regina Zilberman, acreditando não ter sido suficientemente clara na carta anterior, na qual descreveu as características de cada série, anuncia que providenciará a remessa, ao autor, de exemplares das coleções, a fim de melhor orientar a envio de novos originais. Percebe-se, assim, e a missivista deixa isso bem claro, que a editora tinha interesse em publicar outros trabalhos de Haroldo Maranhão destinados ao público infantil.

Vou pedir ao pessoal da editora para que lhe remeta alguns exemplares desta coleção e outros da Pé de Moleque, porque acredito que ficarão mais

³⁴⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 14 abr. 1986.

³⁴¹ ZILBERMAN, Regina. [Carta]. Porto Alegre, 24 abr. 1986.

claras as características de cada uma delas (acho que a explicação que dei na última carta não foi muito boa, daí a adequação de uma das histórias para a série para a qual não pensavas destiná-la). E porque espero também receber um original para a Pé de Moleque, pois me parece que haveria condições, dada a natureza de sua obra, editar outro texto naquela coleção.³⁴²

Além do original não aproveitado, seguiu ainda, junto com a carta, uma folha de informações da editora, para a elaboração do contrato. Quanto às ilustrações para *A Árvore é uma vaca*, Regina Zilberman, ao mesmo tempo em que comunica, pede a aquiescência do autor: “As ilustrações serão feitas em Porto Alegre, com a equipe da Mercado Aberto. Pode ser?”

Embora datilografada, a resposta à carta de Regina Zilberman, de 28 de abril de 1986, está quase totalmente ilegível, mas dela é possível ler-se perfeitamente o primeiro parágrafo, no qual o escritor manifesta sua concordância com a edição do livro: “Prezada Regina Zilberman, Restituindo-lhe o formulário da Mercado Aberto, estou me pondo de acordo, em princípio, com a edição de A ÁRVORE É UMA VACA. E não posso deixar de manifestar-lhe [ilegível]”³⁴³

Em carta manuscrita, em papel com timbre do São Paulo Hilton, datada de 9 de maio, sem menção ao ano, Regina Zilberman agradece as palavras de Haroldo Maranhão, provavelmente o trecho ilegível daquela que ele escreveu no dia 28 de abril de 1986, e comenta a remessa de exemplares das coleções da editora para o autor. A referência ao título *Quem roubou o bisão?*, que seria publicado também em 1986 pela Quinteto Editorial, faz supor que na mesma carta Haroldo Maranhão tenha sugerido a remessa dos originais, que Regina Zilberman se propôs a receber.

Prezado Haroldo Maranhão.

Queria, antes de tudo, agradecer a confiança que transmitem suas palavras, referindo-se ao trabalho feito na Mercado Aberto e fora dela. Saiba que é por ter por perto escritores como você que a editora pode corresponder à confiança dos leitores e assim afirmar-se cada vez mais. Os outros volumes da Cambalhota e os exemplares da Pé de Moleque já devem ter seguido para o Rio. Espero ainda poder contar com outros títulos seus em ambas as coleções, por isso, minha expectativa é a de que possam atraí-lo ainda mais para a Editora. A Sala que não era Doida é um texto ótimo e eu lamento que não possamos editá-lo por falta de coleção para abrigá-lo. Mas acho que cedo ele será abrigado por outra editora, porque é mesmo

³⁴² Id.

³⁴³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. [S.l.], 28 abr. 1986.

muito bom. É claro que gostaria de receber seu “Quem roubou o bisão?”. Da minha parte, só posso mandar um abraço amigo e, outra vez, o agradecimento pelo texto e pela confiança. Da Regina³⁴⁴

Acertados os detalhes da edição de *A Árvore é uma Vaca*, passou-se a cuidar então das questões legais, e a linguagem das correspondências seguintes já se revestem de tons mais protocolares. Em 4 de agosto de 1986³⁴⁵, é a secretária da editora, Ione de Souza, quem encaminha, para apreciação e assinatura, o contrato para a edição do livro, solicitando que as vias sejam devolvidas já com firma reconhecida em cartório.

Com alguma demora, que atribui, primeiro a uma internação hospitalar, e depois a um período de “desestressamento” no Nordeste, Haroldo Maranhão devolve o contrato dois meses mais tarde, em 30 de setembro de 1986, sem deixar de considerar demasiado, “conquanto não o questione”, o prazo de 18 meses estipulado para a edição da obra, sugerindo outras alterações contratuais, que poderiam, na sua opinião, constar de um termo aditivo.

Caros Amigos,

Agora somente respondo a carta de 4.VIII.86, capeando o Contrato de Edição de meu texto A Árvore É Uma Vaca. Estive hospitalizado e, em seguida, ausentei-me do Rio para um mês no Nordeste, de desestressamento, de onde há dias retornei. Por essa forma, escuso-me da tardança na resposta.

Em face do prazo estipulado de 18 meses para a edição, que considero demasiado, conquanto não o questione, por entender que há injunções de programação editorial, não poderia abrir mão do habitual adiamento de direito autoral, cujo valor deixo em aberto.

Há outros itens, que costumeiramente são objeto de meus contratos de edição, e que ora submeto à Mercado Aberto. Constariam, em caso de concordância, de um Aditivo ao Contrato que me mandam e que restituo assinado e com a firma reconhecida, conforme pedem, acudindo duplamente a duas razões fortes: ao atraso involuntário meu em restituí-lo e ao apreço que me merece a Editora.³⁴⁶

O contrato de edição, que havia sido assinado no dia 31 de julho de 1986, com vigência de cinco anos, prorrogáveis segundo a conveniência do autor e da editora, previa, entre outras cláusulas, o prazo de 18 meses para publicação da obra, pagamentos semestrais e o percentual de 10% dos exemplares destinados à crítica. Os “outros itens” aos quais

³⁴⁴ ZILBERMAN, Regina. [Carta]. Porto Alegre, 9 de maio [198-?]

³⁴⁵ SOUZA, Ione de. [Carta]. Porto Alegre, 4 ago. 1986.

³⁴⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 30 set. 1986.

Haroldo Maranhão se refere e que ensejariam alterações contratuais provavelmente seguiram em documento separado, já que suas especificações não fazem parte do corpo do texto. Como se vê da resposta da gerente Sissa Jacoby, de 22 de outubro de 1986, a objeção quanto ao prazo para publicação revelou-se absolutamente desnecessária, uma vez que a carta já seguiu com um exemplar impresso - “Recebemos sua carta dias antes do “Árvore” sair da Gráfica e aí está ele. Bonito, não?” -, fato que por si só esvaziava o argumento levantado um mês antes por Haroldo Maranhão. Na carta, ela enfatiza o caráter meramente formal do prazo estabelecido: “Prazo para edição – como você vê, 18 meses é apenas um prazo pró-forma para Contrato. Enquanto você se desestressava no Nordeste nós editamos o seu livro.”³⁴⁷

Em seguida, a missivista pontuava um a um os demais questionamentos do autor, acatando alguns, mesmo os que estavam em discordância com as práticas usuais da editora, e considerando que outros já estavam contemplados no texto original do contrato e não passavam de simples variações na forma de estabelecer as obrigações. Mesmo contrariando a política de divulgação junto às escolas, que se traduzia em um bom índice de adoção, com o conseqüente aumento das vendas, a editora mostrava-se disposta a fazer concessões, reduzindo de 10% para 5% o percentual destinado à promoção do livro, se essa fosse a vontade do autor, assim como acatava o aumento da sua cota para 50 exemplares. Por fim, ela reconhece que a editora falhou ao omitir o copyright, uma cláusula presente em todos os contratos anteriores do autor, mas pede a sua compreensão para o lapso, uma vez que o livro já havia sido impresso.

Prezado Haroldo,

[...]

Vamos agora às colocações que você faz em sua correspondência.

[...]

Termo de re-ratificação

a) Cláusula 2 – é a mesma cláusula 2 § 2º do nosso contrato.

b) Cláusula 8 – é válida também para a cláusula 2?

Só efetuamos vendas com preço especial, geralmente, para órgãos do governo (tipo FAE, INL, etc.) quando em grande quantidade que compense um preço especialmente ajustado.

c) Cláusula 5 - A ausência do Copyright nesta edição constitui-se em falha nossa (que procuraremos corrigir na próxima edição) e para a qual solicitamos a sua compreensão, uma vez que o livro já está impresso.

d) Cláusula 7 – Com referência a sua exigência de apenas 5% da edição para publicidade, lembramos que desenvolvemos um trabalho de

³⁴⁷ JACOBY, Sissa. [Carta]. Porto Alegre, 22 out. 1986.

divulgação junto aos professores, o que tem-nos garantido um bom índice de adoção. Esta exigência vem restringir nosso trabalho e conseqüentemente as chances de maiores vendas, mas acataremos sua posição se você confirmá-la.

e) Quanto aos cinquenta exemplares solicitados como cota de autor, embora exceda a cota convencional, estão seguindo via correio.

A edição é de 5.000 exemplares. Estamos enviando um exemplar de publicidade a cada um dos críticos da relação anexa.

Aguardamos sua posição em relação ao exposto para providenciarmos a datilografia do Termo de Re-Ratificação que será anexado ao Contrato.³⁴⁸

Segundo listagem anexa, datilografada em duas páginas, *A Árvore é uma Vaca* foi encaminhado para 46 críticos de literatura infantil de vários lugares do Brasil: Ana Mariza Filipouski, Evelyn Berg, Maria de Lourdes Sá Brito, Maria Dinorah L. Prado, Maria Helena B. C. Rockenbach e Antônio Hohlfeldt, de Porto Alegre; Ana Maria Machado, Edna Savaget, Laura C. A. A. Sandroni, Eliana Antunes, Glória Pondé, Paula Saldanha, Dulce Monteiro, Luiz Carlos Lisboa, Sandra Cavalcanti e *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro; Eglê Malheiros, de Florianópolis; Maria Antonieta Negrão, Guido Heleno e Anita Maria, de Brasília; Elias José, Maria Antonieta Antunes Cunha, Zélia Almeida G. Andrade, Leda Botelho M. Casasanta, Sérgio Braga, Teresinha Alvarenga e Carlos Herculano Lopes, de Belo Horizonte; Edmir Perrotti, Marisa Philbert Lajolo, Tatiana Belinky, Maria Lúcia Fragata Helena, Fanny Abramovich, Fúlvia Rosemberg, Maristela Debenest e Mirna Pinsky, de São Paulo; Alzira Sterque, de Campinas; Newton Alvim, de Valença; José Oldemar Consiglio, de São José dos Campos; Paulo Fernando de Oliveira, de Passo Fundo; Mariza Bianconcini Teixeira Mendes, de Bauru; Amir Aparecido dos Santos Piedade, de Ponta Grossa; Magalhães da Costa, de Teresina; Constância Lima Duarte, de Natal; Sérgio de Castro Pinto, de João Pessoa; Vera Lúcia Reis Maia, de Salvador; e Marta Moraes da Costa, de Curitiba. A lista demonstra a estratégia de atuação da editora, que enviou o livro a escritores e críticos de literatura infanto-juvenil como forma de divulgar os títulos de seu catálogo. O Termo de Re-ratificação do contrato segundo as sugestões apresentadas pelo autor só foram encaminhadas no ano seguinte, em 24 de março de 1987, pela Diretora de Produção Sissa Jacoby.

Prezado Haroldo,

Finalmente aqui vai o Termo de Re-Ratificação do Contrato de Edição de “*A Árvore é uma Vaca*”. As correrias de final de ano, aliadas à nossa

³⁴⁸ JACOBY, Sissa. [Carta]. Porto Alegre, 22 out. 1986.

mudança de endereço, mais a abertura da Editora em São Paulo, tumultuaram um pouco o início deste 87, por isso só agora estamos entrando novamente em contato. Desculpe-nos pela demora. Espero que o Termo esteja de acordo com o combinado em nossas correspondências. Após sua assinatura e reconhecimento de firma, devolva-nos para o registro em Cartório, que lhe mandaremos cópia do Termo e do Contrato já registrados.³⁴⁹

A cópia do Termo de Re-ratificação encaminhada pela editora não foi localizada, mas a minuta, datilografada em papel timbrado da editora, contempla os itens sugeridos por Haroldo Maranhão, e foi seguramente inspirada no modelo proposto por Lêdo Ivo para a edição de *O Menino da noite*. O texto é exatamente igual àquele, apenas com a supressão de três cláusulas que não se aplicavam ao caso, e com a adequação de alguns percentuais: em lugar dos 5% de direitos autorais previstos para o preço de capa dos livros vendidos ou co-editados em parceria com o INL ou similar, a minuta previa 10%. Isso demonstra que a editora estava disposta a abrir mão de alguns de seus procedimentos em favor do autor, prevendo, possivelmente, vendas significativas da obra. Também o autor, por seu turno, parecia estar disposto a abrir mão de algumas de suas condições, já que não está expressa, nem no Contrato nem na minuta do Termo de Re-ratificação, a cláusula costumeira, segundo a qual lhe era facultado o acesso aos livros contábeis da editora. O prazo para edição da obra, objeto da cláusula 6ª do contrato de 31 de julho de 1986, alvo da insatisfação do autor, deixou, evidentemente, de ser mencionado, já que a razão do descontentamento deixara de existir com a publicação da obra.

O bom desempenho das vendas dos títulos infantis já publicados certamente motivou uma aposta mais ambiciosa que as anteriores, e a escalada de *A árvore é uma vaca* iniciou com uma tiragem de 5.000 exemplares. De todos os títulos até então publicados, e sobre os quais se dispõe de informações, aquela era a primeira vez que um livro de Haroldo Maranhão saía com uma tiragem inicial tão alta, confirmando sua boa atuação no mercado da literatura infantil. O livro foi dedicado pelo autor a uma das filhas dos amigos e compadres José e Cecília Zokner: “Para Mirian Zokner, Mirinha”.

Após a publicação, em 1986, há um longo período sem registro de correspondência trocada entre autor e editora, com exceção de correspondência encaminhando cópias de matérias publicadas pela imprensa, enviadas no dia 24 de novembro de 1987 pela secretária da editora, dando conta da recepção da obra do autor. As matérias, contudo, não foram

³⁴⁹ JACOBY, Sissa. [Carta]. Porto Alegre, 24 mar. 1987.

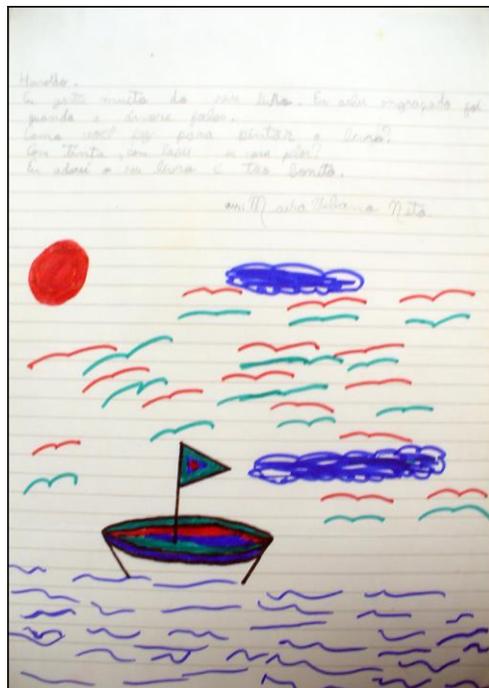
localizadas no arquivo. Também não é possível saber se houve um longo silêncio de parte a parte, considerando-se que o livro já havia sido publicado, eventuais divergências contratuais já haviam sido contornadas, a imprensa já havia comentado o lançamento e mesmo as prestações de contas vinham sendo enviadas com certa regularidade, ou se a lacuna é devida ao extravio de alguns documentos. Qualquer que seja o caso, em 4 março de 1989, pouco mais de um ano depois, Haroldo Maranhão interpela a editora a propósito de atraso verificado nas prestações de contas. Numa época em que a desvalorização da moeda era diária, ele não se furtou à ironia: “Afiml, Cz\$ 445,50 já representaram Cz\$ 445,50, historicamente”.

Devolvendo-lhes as inclusas Prestações de Contas de meu livro **A Árvore é Uma Vaca**, nesta data recebidas, a primeira relativa ao 2º semestre de 1987 (!) e datada de 04/04/88, e a segunda relativa ao 2º semestre de 1988, não posso deixar de sublinhar a sua singularidade e o seu destempo. Afiml, Cz\$ 445,50 já representaram Cz\$ 445,50, historicamente. Enfim, são nonadas que não pagam a pena discutir.³⁵⁰

Embora queira por-se acima de questões comezinhas - “são nonadas que não pagam a pena discutir”, Haroldo Maranhão não deixa de registrar o “destempo” das prestações de contas. De fato, os documentos mencionados na carta confirmam o atraso alegado pelo autor. Não há registro de réplica da editora à carta de Haroldo Maranhão. A correspondência do dia 25 de maio de 1989 limita-se a informar o endereço de suas novas instalações, mas em 16 de junho do mesmo ano o Departamento Editorial, através da secretária Lenir Buscher, informa a reedição do livro e o envio de cinquenta exemplares previstos em contrato.³⁵¹

³⁵⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 4 mar. 1989.

³⁵¹ BUSCHER, Lenir. [Carta]. Porto Alegre, 16 jun. 1989.



Haroldo.

Eu gostei muito do seu livro. Eu achei engraçado foi quando a árvore falou.

Como você fez para pintar o livro?

Com tinta, lápis ou com pilot?

Eu adorei o seu livro é tão bonito.

Ass.: Maíra Urbano Neta. (Transcrição minha)

Figura 6- Carta da leitora Maíra Urbano Neta

Fonte: Arquivo Pessoal da Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

Com a comercialização aquecida, chegando a atingir a casa dos 863 exemplares vendidos apenas no 2º semestre de 1988, resultado da boa divulgação da obra³⁵², e mesmo com a existência em estoque de 2.503 exemplares, ou seja, metade da tiragem inicial, *A árvore é uma vaca* foi objeto de duas impressões especiais, destinadas a venda institucional à Fundação de Amparo ao Estudante - FAE, a preços baixíssimos. A primeira, em junho de 1989, informada ao autor havia poucos dias, com uma tiragem de 10.000 exemplares, comercializada pelo preço de capa especial de NCz\$ 1,25, e a outra, ainda no segundo semestre do mesmo ano, com 8.180 exemplares impressos, comercializada pelo preço de capa especial de NCz\$ 2,12. Os números relativos às vendas da 1ª edição e das reedições destinadas à venda especial estão demonstrados no quadro a seguir:

³⁵² De um total de 789 exemplares destinados à publicidade, 747 foram distribuídos antes do advento da reedição a que se refere Lenir Buscher. V. quadro.

Documento	Período	Publicidade	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
							Início do Período	Fim do Período
PC s/nº	2º semestre de 1986	210	Cz\$	235	18,00	423,00	5.000	4.555
PC s/nº	1º semestre de 1987	70	Cz\$	35	44,00	154,00	4.555	4.450
PC s/nº	2º semestre de 1987	29	Cz\$	71	55,00; 77,00	445,50	4.450	4.350
PC s/nº	1º semestre de 1988	42	Cz\$	368	152,53; 267,67	7.511,15	4.350	3.940
PC s/nº	2º semestre de 1988	32	Cz\$	863	0,46; 0,93	51,82	3.940	3.045
PC s/nº	1º semestre de 1989	364	Cz\$	178	2,50	44,50	3.045	2.503
Venda Especial FAE – Fundação de Amparo ao Estudante	Junho /1989	0	NCz\$	10.000	1,25	1.200,00	2.503 + 10000 (impressão especial FAE) = 12.503	2.503
PC s/nº	2º semestre de 1989	7	NCz\$	8.222(*)	2,12 (edição especial FAE); 5,50; 15,00	1.764,65	2.503 +8.180 (impressão especial FAE) = 10.683	2.454
PC s/nº	1º semestre de 1991	17	Cr\$	22	705,00	1.551,00	2.239	2.200
PC s/nº	2º semestre de 1991	11	Cz\$	09	1.550,00	1.395,00	2.200	2.180
PC s/nº	1º semestre de 1993	7	Cz\$	13	118,00	153,40	2.080	2.060
Total		789		19.153				

Quadro 7: A árvore é uma vaca
 Editora Mercado Aberto
 Ano de Edição: 1986
 Tiragem: 23.180 exemplares

(*) Dos 8.222 exemplares comercializados no período, 8.180 foram vendidos à FAE por preço especial de NCz\$ 2,12.

Não há registros da movimentação de vendas e doações no ano de 1992, mas considerando-se o estoque de 2.080 exemplares existente no início de 1993, verifica-se a saída de 100 exemplares. O último documento existente é o do 1º semestre de 1993, datado de 20 de agosto de 1993, e registra a existência de 2.060 exemplares em estoque, o que significa dizer que em sete anos, descontados os cerca de 789 exemplares destinados à publicidade, o livro vendeu pouco mais de 20.300 exemplares, uma média anual de 2.900, a maior já ocorrida até então. Os exemplares vendidos ao autor foram 20, com desconto de 40%, de acordo com a Nota Fiscal 5919, de 4 de maio de 1989.

Considerando-se a trajetória de Haroldo Maranhão no mercado editorial até o momento, percebe-se que seus maiores sucessos em termos de vendagem se deram com os livros destinados ao público infanto-juvenil. Em termos de tiragem, é visível que a comercialização institucional permitiu alavancar as vendas significativamente. Ainda que se possa imaginar não terem sido grandes os ganhos por volume, dado o baixo preço, é provável que em termos quantitativos o autor provavelmente tenha amealhado valor razoável. Tal hipótese se sustenta à medida que ele insiste nesse nicho de mercado.

De fato, dos três títulos publicados simultaneamente no ano de 1986, dois, *A árvore é uma vaca* (Mercado Aberto) e *Quem roubou o bisão?* (Quinteto Editorial) são destinados ao público infanto-juvenil. *Jogos Infantis* (Francisco Alves), ao contrário do que poderia supor o leitor desavisado, não se destina a crianças. É uma série de contos reunidos sob o tema da sexualidade vista a partir das experiências eróticas de um menino.

Embora precariamente documentada, a movimentação de vendas de *Jogos infantis* é suficiente para demonstrar o desempenho nitidamente mais modesto em relação aos títulos infantis do mesmo ano, seja em termos de tiragem, seja em termos de vendas. A documentação localizada, apenas um demonstrativo de prestação de contas, de número 5, cobrindo o período de 1º de julho a 30 de dezembro de 1988, revela que o livro foi editado com uma tiragem de 2.080 exemplares e registra os números acumulados até então, o que permite saber que até aquela data 539 exemplares haviam sido vendidos e 216 destinados à doação. As vendas do semestre demonstrado pelo documento revelam a venda no período de 25 exemplares, reduzindo o estoque a 2.300 exemplares. Assim, mesmo com a comprovação documental prejudicada, percebe-se que desde que havia sido editado, em 1986, o livro não vendera mais que 564 exemplares no total, cerca de 280 ao ano, desempenho comparável aos de *O tetraneto del-rei*, com média de 217 exemplares, *As peles frias*, com 263, e *Os Anões*, com 262, todos títulos destinados ao público adulto.

Verifica-se assim que as obras infanto-juvenis do autor alcançam sucesso editorial jamais logrado por aquelas destinadas ao mercado adulto, o que pode ser facilmente comprovado pelas tiragens dos títulos.

O contrato de edição de *Quem roubou o bisão?* foi firmado entre o autor, representado pela Agência Literária Copyright Brasileira Ltda., e Quinteto Editorial Ltda., de São Paulo, em 16 de outubro de 1984, com 5 anos de duração, e prazo de 6 meses para a publicação do título, a partir da data de assinatura. A história de mistério, com clima de

romance policial, que leva à descoberta de um culpado na última página, era o 14º título publicado por Haroldo Maranhão, e um bom número de contratos de edição de seus livros estava em plena vigência, daí porque talvez tenha sentido a necessidade de voltar a entregar seus negócios aos cuidados de uma agência literária.

A edição de *Quem roubou o bisão?* ensejou uma intensa troca de correspondências, principalmente com as escritoras Ruth Rocha e Fanny Abramovich, ambas fundadoras da Quinteto Editorial³⁵³. Ao se acompanhar a correspondência do autor com a escritora Ruth Rocha, verifica-se que Haroldo Maranhão, “sensível à editora que então se iniciava”³⁵⁴ abria mão do adiantamento habitual.

Em 30 de abril de 1985, a professora, escritora, jornalista e crítica literária, Fanny Abramovich escreveu para Haroldo Maranhão. Embora não o conhecesse pessoalmente, ambos tinham um amigo comum, o artista plástico paraense Valdir Sarubbi³⁵⁵, que lhe havia emprestado livros de Haroldo Maranhão. Conhecia, portanto, a sua obra, tendo inclusive feito a crítica do *Dicionário maluco* na *Folha de São Paulo*. Apesar de colecionar grande volume de documentos de toda ordem, boa parte do que a imprensa publicou sobre sua obra, principalmente sobre os livros infantis, não está documentado no arquivo de Haroldo Maranhão, caso da crítica à qual Fanny Abramovich se refere.

Haroldo, meu caro

Oi!

A gente não se conhece pessoalmente, mas acho que conheço toda a sua obra, por empréstimo de um grande amigo comum: o Valdir Sarubbi... E o teu “Dicionário Maluco”, fiz a crítica na Folha de S. Paulo, que talvez você tenha lido... Enfim, só pra começar a carta, dizendo que - pelo menos de texto - eu te conheço... Agora, o assunto é o teu texto infantil, o “Quem roubou o bisão?”, que acho delicioso, que a nossa editora começou os trabalhos de produção editorial... Já pedi ao Sarubbi que fizesse a 4ª capa por ser uma pessoa que te conhece bem e conhece o teu trabalho... Ele adorou a idéia, a história e já está começando a rabiscar as primeiras idéias... A Ruth³⁵⁶ e o Ono³⁵⁷ já devem estar entregando o texto pro ilustrador, enfim, já começaram a trabalhar nele... E faz parte das minhas funções também, pedir que você escreva uma pequena biografia sua: coisa curta, dumas 20 linhas (pode ser um pouco mais, um pouco

³⁵³ A Quinteto Editorial foi fundada em meados da década de 1980 pelos amigos e escritores Ruth Rocha, Fanny Abramovich, Walter Ono, João Noro e Adalberto Cornavaca, grupo ao qual, com a saída de Abramovich, Noro e Cornavaca, juntou-se a também escritora Ana Maria Machado. Em 1994, a Quinteto foi adquirida pela FTD.

³⁵⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 out. 1985.

³⁵⁵ Artista plástico e educador paraense (1939-2000).

³⁵⁶ A escritora Ruth Rocha.

³⁵⁷ O arquiteto Walter Ono, ilustrador de histórias infantis.

menos, claro...), dirigida às crianças, prá que te conheçam um pouco, tenham uma idéia do que você faz/pensa/gosta/detesta/etc... E também que mande junto, foto sua, em preto e branco (a que você achar melhor... se quiser mandar mais de uma prá gente escolher, tudo bem...). Precitaria que você me mandasse isso, no máximo até o final de maio... E aqui prá casa: Fanny Abramovich (endereço) São Paulo. Qualquer dúvida, problemas, questão com o tempo, por favor escreva ou telefone (número). Tá? Estou no maior aguardo e mando um abraço.³⁵⁸

O texto da quarta capa de *Quem roubou o bisão?* é, de fato, de autoria do artista plástico paraense Valdir Sarubi, que escreveu:

A relação infância/velhice tem sido um assunto constante na literatura infantil, pela enorme disponibilidade para a fantasia que essas duas idades possuem. Vejo esta possibilidade relacionada com a postura que a maior parte dos adultos tem em relação ao ato de viver, chamando-o de "luta pela vida". As crianças ainda não foram contaminadas por essa idéia, e os velhos já a jogaram no lixo há tempos, porque, em sua sabedoria, perceberam que viver é outra coisa. Viver é também brincar. O livro de Haroldo Maranhão conta uma história envolvendo crianças, velhos e bichos, e mostra como a fantasia pode ser compartilhada. Em Lobato, as crianças entram no jogo de Dona Benta. Aqui, Maranhão coloca os avós participando do jogo dos netos, por meio dessa mágica solidariedade que existe entre criança e velhos. Tudo é perfeito para deixar a imaginação voar alto e criar um momento de grande beleza. A epígrafe de uma das primeiras obras de Haroldo Maranhão é uma frase de Guimarães Rosa: "O mundo é mágico". E quem leu seus livros, como eu, sabe que a magia está presente em todos eles. Nada mais natural que chegasse à literatura e entrasse pela porta da frente - puxando um desajeitado e cabeludo bisão de olhos oblíquos e dissimulados...³⁵⁹

A simpática carta de Fanny Abramovich e a descoberta do amigo comum, do Pará, certamente o animaram a falar sobre sua terra. A cópia da resposta à carta da escritora não foi localizada, mas sabe-se que nela Haroldo Maranhão menciona a "Academia da Estrela", na verdade a casa do seu amigo e compadre, o filósofo Benedito Nunes e sua mulher Maria Sylvia, local de encontro de amigos e intelectuais, que Fanny Abramovich já conhecia de "muito sábado à noite", como se vê de outra carta dela, do dia 30 de maio de 1985. Em geral ornamentadas com cromos de temas infantis, dessa vez a carta segue com um "certo ar paraense" conferido pela etiqueta:

Eu, como você, respondo – em geral – carta no dia que recebo... A tua chegou hoje, mui dignamente dirigida à "escritora" Fanny, com tudo que

³⁵⁸ ABRAMOVICH, Fanny. [Carta]. São Paulo, 30 abr. 1985.

³⁵⁹ SARUBBI, Valdir. In: MARANHÃO. *Quem roubou o bisão?*. São Paulo: Quinteto Editorial, 1986.

eu pedi direitissimamente colocado... A biografia está da maior simpatia, a foto ótima (mostrei pro Sarubbi, que ficou felicíssimo de te ver tão bem...). De modo que tudo ok... Não precisei perguntar pra ele, Sarubbi, sobre a “Estrela”... Ora, pombas, já estive em Belém um montão de vezes (dando cursos, consultorias, essas coisas...), já fui muito sábado à noite na “Academia da Estrela” [...] Já andei muito por essa cidade tão bela e encantada que é Belém... Adoro!!! [...] Tanto que arrumei uma etiqueta de lá, de faz tempo, pra botar no papel, e lhe dar um certo ar paraense... E saiba (não sei se lhe disse na carta anterior) que já li todos os teus livros pelo menos todos os que o Valdir [Sarubbi] tem...) e portanto já te conhecia de texto faz um tempão... E um pouquinho, bem petitinho, de algumas histórias tuas que Sarubbi me contou... De quando tinha uma livraria em Belém...³⁶⁰

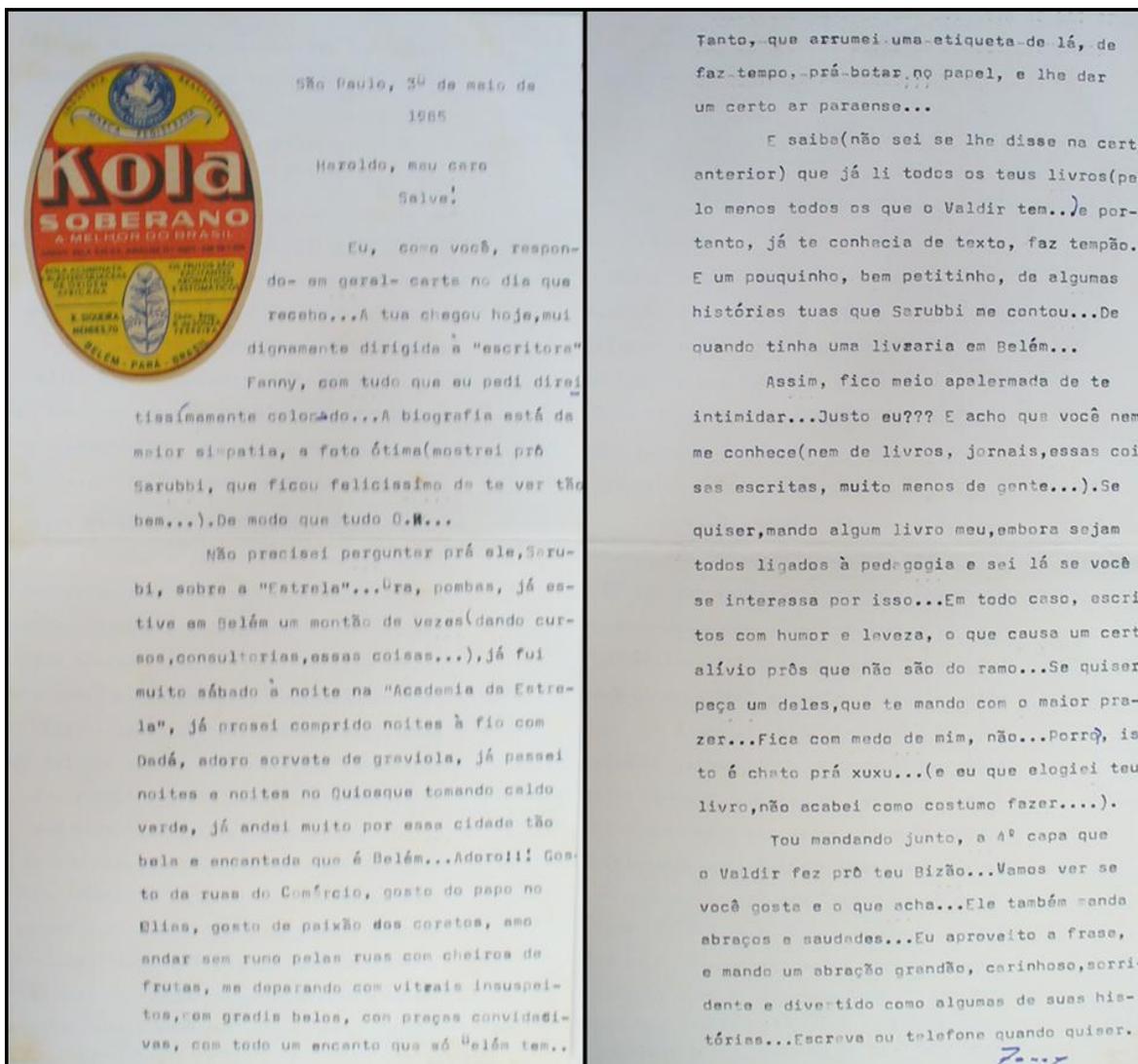


Figura 7 – Carta de Fanny Abramovich

Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

³⁶⁰ ABRAMOVICH, Fanny. [Carta]. São Paulo, 30 mai. 1985.

Precedendo o lançamento do título, várias cartas foram trocadas entre Haroldo Maranhão e os sócios da Quinteto Editorial, principalmente Ruth Rocha. Haroldo Maranhão dava ainda os últimos ajustes no texto, conforme escreve em 17 de maio de 1985, a Ruth Rocha, facultando à editora a supressão do subtítulo, *Uma história de mistééééério*, caso não se adequasse ao propósito editorial, o que de fato ocorreu, embora o autor o supusesse “excitante”.

Ruth Rocha, querida:

Mal cheguei de São Paulo e já estou indo até Belém, amanhã. Pelo dia 25 estarei de volta. Andei dando umas melhoradas no texto. Só estimo que as emendas não tenham piorado o soneto! Quanto ao sugerido subtítulo (Uma História de Mistééééério), você poderá cortá-lo se prejudicar a editoração, interferindo no trabalho do ilustrador. É dispensável, claro, embora, suponha, excitante! No meu regresso vou ler O Reizinho Mandão, devagar, como sempre faço, e o Ah, Mar...³⁶¹

Menos de um mês depois, Ruth Rocha, em bilhete manuscrito³⁶², anuncia uma “nova fornada da Quinteto” e o andamento da ilustração da história, por José Carlos Brito. Era também chegado o momento para decidir qualquer alteração textual, o que faz crer que tudo estava caminhando a contento, com as últimas providências sendo tomadas e o livro prestes a ganhar as ruas, o que não aconteceu. Por exigência de Haroldo Maranhão, na assinatura do contrato o prazo para a edição do livro havia sido reduzido de um ano para seis meses. Tendo sido assinado em 16 de outubro de 1984, o livro deveria ter sido lançado até meados de abril do ano seguinte, prazo que a editora não conseguiu honrar. Em outubro de 1985, com o prazo excedido em seis meses³⁶³, Haroldo Maranhão, que já havia aberto mão do adiantamento de seus direitos autorais, desiste da empresa de publicação, alegando ter perdido a vontade de ver o livro editado, “obra de desgosto, desapontamento e tédio mesmo”. Na carta que escreveu a Ruth Rocha, em 1º de outubro de 1985, na qual reafirma a admiração e a amizade, pede a devolução do original, assim como da foto que enviou e das duas apresentações que escreveu para o livro.

Está completando um ano o contrato entre nós firmado [...]. Semana passada estive por uns dias em São Paulo e, na sua ausência, vim a saber

³⁶¹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 17 mai. 1985.

³⁶² ROCHA, Ruth. [Bilhete] Rocha. São Paulo, 10 jun. 1985.

³⁶³ Atentando-se para as datas das correspondências, percebe-se que mesmo quando Haroldo Maranhão dava “umas melhoradas” no texto, segundo a carta de 1985, o prazo já expirara havia um mês.

pelo Walter Ono, a quem telefonei e de quem colhi ótima impressão, que meu livro estaria por entrar em produção. Face aos tantos adiamentos, devo dizer-lhe que perdi a gana de ver o livrinho editado, ao menos este ano. [...] Realmente, me desinteressei pela edição, agora, obra de desgosto, desapontamento e tédio mesmo. Não suponha (suporia mal) que teria em vista outra editora. Nada disso. Em termos pessoais, tudo na mesma, admiração e amizade iguais. Já em termos editoriais, sou-lhe franco, um componente faltou: o da franqueza, tão fácil e às vezes tão difícil. Compreendo suas razões conjunturais possivelmente. E estou seguro de que uma justiça me fará: de que fui desde o começo sensível à editora que então se iniciava e concordei até em dispensar o adiantamento habitual, embora não aceitasse o prazo que a referida agência me propôs, de um ano, para a edição do livro. Nessa parte o ajuste veio a ser alterado para seis meses, já amplamente excedido, o que obviamente torna o contrato rescindido de pleno direito.³⁶⁴

Na resposta, de 17 de outubro de 1985, Ruth Rocha afirma que compreende os motivos do autor, afinal “direito é direito”, mas lamenta, pois o livro já estava inteiramente ilustrado. E para demonstrar que não houve má fé nem falta de franqueza por parte dos editores, e mesmo sabendo que o livro havia sido inscrito em um concurso, encaminha junto cópias xerox das ilustrações, que, sendo do agrado do autor, poderiam fazê-lo voltar atrás. A missivista, assim, dispõe-se a esperar pelo resultado do certame para novos entendimentos com vistas à publicação de *Quem roubou o bisão?*. “De toda forma, sem arranhão na nossa estima”, finaliza.

Recebi sua carta na qual você rescinde seu contrato que tinha com a Quinteto para a edição de seu livro “Onde está o bisão?” Em primeiro lugar devo lhe dizer que compreendo seus motivos e que direito é direito: o prazo se escoou e você tem o direito de rescindir seu contrato. Por outro lado fico triste por não termos podido editar seu livro em tempo hábil. Mas quero lhe afirmar que não houve em momento algum falta de franqueza de nossa parte. Como o Ono lhe afirmou há um mês, o livro já está inteiramente ilustrado. Estou lhe mandando xerox destas ilustrações por dois motivos: em primeiro lugar para provar nossa boa fé. Em segundo lugar porque se as ilustrações lhe agradarem talvez você queira voltar atrás na sua decisão. Soube pelo Ono que você mandou o livro para um concurso. Podemos esperar pelo resultado do concurso e então, quem sabe poderíamos entrar em novos entendimentos.³⁶⁵

Incomodado com os desdobramentos do projeto de edição do livro, certamente sentindo-se desconfortável pela iniciativa gentil de Ruth Rocha de encaminhar as cópias das ilustrações e desejoso de encontrar uma fórmula que atendesse ao mesmo tempo os

³⁶⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 1 out. 1985.

³⁶⁵ ROCHA, Ruth. [Carta]. São Paulo, 17 out. 1985.

interesses do autor, dos editores e da agente literária, Haroldo Maranhão propõe a Ruth Rocha e a Walter Ono, a quem encaminha a carta de 22 de outubro de 1985, a assinatura de um novo contrato, capaz de conciliar os interesses de todos, condicionando a publicação do livro ao aguardo do resultado do concurso para o qual inscrevera a obra.

Caros amigos Ruth e Walter:

Fui colhido de surpresa com a chegada das provas do meu livrinho! [...] Devo dizer-lhes que passei o fim de semana bastante incomodado com o desdobramento do mal-entendido que gerou a surpreendente e célere produção do livro, desejando encontrar uma fórmula que simultaneamente atendessem à conveniência do autor, da editora e da agência literária que mediu a edição. Creio, quando mais não seja com boa vontade, que será possível tudo conciliarmos, agora com a Quinteto esperando um pouco também. Acredito até que bem antes do prazo posto no contrato poderá o livro chegar às livrarias. Agora, e só agora, me ocuparei da revisão da prova, porque julguei certo pôr no papel disposições contratuais, antes de mais nada.³⁶⁶

Antes de qualquer outra providência, Haroldo Maranhão julgava necessário estabelecer as novas bases que regeriam suas relações com a editora. Percebe-se, assim, um Haroldo Maranhão precavido, que independente do respeito, amizade e admiração mútua com seus editores, preferia acautelar-se com a assinatura de um novo acordo. A fórmula encontrada por ele foi a redação de um novo contrato, datado também de 22 de outubro de 1985, como a carta que o encaminha. Depois de um pequeno histórico no qual relata os fatos que deram causa à rescisão contratual, estabelece, em seis cláusulas breves, as bases do novo acordo, de forma a condicionar e adequar a conveniência de cada um ao anúncio do resultado do concurso literário, ficando “revigoradas todas as Cláusulas do extinto Contrato de 16 de outubro de 1984, no que com o presente não colidirem”.

Haroldo Maranhão e Editora, no ato representada por sua Diretora Ruth Rocha, contratam a edição do livro *Quem roubou o bisão?*, tendo em vista que:

1. Autor e Editora celebraram contrato de edição da obra, em 16 de outubro de 1984, rescindido de pleno direito, em face ao descumprimento da cláusula sétima, isto é, por não haver a Editora publicado a obra no prazo de seis meses a contar da data do contrato.
2. Não obstante, o interesse das partes persistiu e esporádicos entendimentos foram mantidos visando à edição da Obra.
3. No dia 1º de outubro de 1985, entretanto, o Autor, irrisignado pelas sucessivas protelações, solicitou à Editora a devolução do original,

³⁶⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 22 out. 1985.

desinteressando-se por ver a obra editada, ao menos por enquanto. E liberado havia mais de seis meses do vínculo contratual, achou por bem o Autor reunir num volume cinco histórias de sua autoria, inclusive a Obra objeto do presente, e submeter dito livro a dois concursos nacionais de literatura infanto-juvenil, pendentes de julgamento ainda.

4. No dia 18 de outubro de 1985, a Editora encaminhou ao Autor as provas tipográficas da Obra, com o que patenteava o interesse em publicá-la, mesmo a descoberto de contrato.
5. Não sendo propósito do Autor causar prejuízos financeiros à Editora, que, temerariamente embora, enfrentou custos industriais, mas, de outra face, não tendo por que renunciar a dois concursos de cujos resultados poderão lhe advir vantagens financeiras, vêm pelo presente, Autor e Editora, formalizar o presente Contrato de Edição, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O Autor autoriza a edição da Obra após 15 de abril de 1986, salvo a ocorrência de restrição prevista na Cláusula Terceira.

Parágrafo Único – Até aquela data, nenhuma notoriedade poderá ser dada à Obra, através dos veículos de comunicação, mesmo mediante a simples menção do título da Obra e a seu autor, sob pena de tornar o presente rescindido de pleno direito.

SEGUNDA – Na eventualidade de convir aos promotores dos concursos referidos no item 3, ou a um deles, patrocinar a edição do livro eventualmente premiado, dispõe-se o Autor a diligenciar junto a eles no sentido de, formalmente, liberarem a edição da Obra, por isso que se trata, tão-somente, de uma das cinco peças submetido a concurso, ressalvado, na Obra, o crédito da premiação.

TERCEIRA – Na hipótese, improvável mas sempre possível, de não ser autorizada a publicação da Obra, o Autor pagará à Editora 50% dos custos por ela arcados até a presente data, sem que tal pagamento possa ser entendido como cláusula indenizatória ou pena contratual, até por que se acha rescindido de pleno direito o contrato que gerou a manifestação de vontade das partes em relação à Obra.

Parágrafo Único – Cessando as razões impeditivas para a publicação da Obra, e ao ser esta editada, o valor dos 50% previstos no caput será corrigido de conformidade com os índices das ORTNs vigentes, para efeito de reembolso ao Autor.

QUARTA – [...]

QUINTA – Reconhecendo que o contrato anterior, já rescindido, resultou de mediação da Agência Literária Copyright Brasileira Ltda., [...] o Autor admite atribuir-lhe 10% dos ganhos autorais advindos da publicação da Obra nos termos do presente Contrato, embora a aludida agência literária não mais o represente junto à Editora e junto a terceiros.

SEXTA – Ficam revigoradas todas as Cláusulas do extinto Contrato de 16 de outubro de 1984, no que com o presente não colidirem.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1985.³⁶⁷

³⁶⁷ Contrato de 22 de outubro de 1985.

Vê-se que com o atraso na edição de *Quem roubou o bisão?*, Haroldo Maranhão havia decidido reuni-lo a outras histórias de sua autoria, submetendo o volume a dois concursos nacionais, com os quais poderia obter ganhos pecuniários e simbólicos. Observe-se que Haroldo Maranhão não apenas publica, mas também participa com frequência de concursos. Assim, se de um lado cuida dos aspectos financeiros de sua carreira, de outro, ao disputar de concursos, cuida de seu prestígio e reconhecimento como escritor.

Pacificados os interesses, e não tendo obtido o prêmio para o qual foi inscrito, *Quem roubou o bisão?* foi publicado no início do ano seguinte. No dia 17 de abril de 1986, Ruth Rocha encaminhava dez exemplares ao autor, junto com uma listagem datilografada, para que ele dedicasse aos jornalistas e críticos de literatura infantil Laura Sandroni, do Globo, Eliana Yunes, do *Jornal do Brasil*, Tatiana Belinky, do *Jornal da Tarde*, Anna Flora, da *Folha da Tarde*, Edmir Perrotti, de *O Estado de São Paulo*, Marisa Lajolo, do *Jornal da Tarde*, Luiz Fernando Emediato, do Caderno 2 de *O Estado de São Paulo*, Guido Fidelis, do *Shopping News*, Glória Pondé, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, e Bell Kranz, de *A Folhinha*, suplemento infantil da *Folha de São Paulo*. No pé da página, manuscrito: “A Distribuidora Moderna já mandou para vários jornais do interior e para professores de português. Abraço. Ruth Rocha.”³⁶⁸ O recado de pé de página provavelmente motivou uma carta de Haroldo Maranhão sugerindo estratégias de distribuição, que Ruth Rocha comenta em 15 de maio de 1986. A carta de Haroldo Maranhão não foi localizada, mas a resposta dela não deixa dúvidas quanto às preocupações manifestadas em relação à distribuição do livro. “Reconheço, porque também passei e passo por isso, que é de matar chegar nas livrarias e não encontrar nosso livro”, concordou Ruth Rocha, para quem a distribuição era o maior dos problemas enfrentados pela editora. Segundo ela, no meio do ano *Quem roubou o bisão?* entraria para o catálogo da distribuidora Moderna, que era intensamente trabalhado nas bienais: “Até agora nenhum dos nossos livros deixou de ser adotado”, tranquilizou.

Muito preocupado com a distribuição, Haroldo Maranhão sugere estratégias para levá-la a cabo, mesmo quando trabalha com editoras que têm penetração no sistema formal de ensino – caso da Quinteto Editorial e da Mercado Aberto. Ainda que pequenas, essas editoras são capitaneadas por profissionais envolvidos e respeitados nos meios educacionais, o que lhes dá conhecimento significativo sobre como proceder para que a obra ganhe

³⁶⁸ Lista de jornalistas enviada por Ruth Rocha: São Paulo, 17 de abril de 1986.

espaço nas escolas. Assim, é visível o cunho que toma a carreira de Haroldo Maranhão no período de 1983 a 1987, em que investe maciçamente na literatura infanto-juvenil.

O sistema de consignações, certamente sugerido por ele, não era visto como eficiente por Ruth Rocha, que o desaconselhou, garantindo, contudo, que caso a estratégia em curso não desse resultados, ao fim de seis ou oito meses estaria disposta a mudar de distribuidora.

Recebi sua carta que, em primeiro lugar, agradeço. É muito importante para nós, que somos uma empresa muito pequena ter informações de como as coisas estão. O problema de distribuição é o maior problema que temos. Cada distribuidora tem um problema. Há as que trabalham bem com livrarias mas não se preocupam com as escolas. Estas vendem menos ainda. Seu livro vai entrar no catálogo da Moderna no meio do ano. Este catálogo é trabalhado intensamente nas bienais, não só da capital de São Paulo mas do interior. Nesse momento devem ter início as adoções. Até agora nenhum dos nossos livros deixou de ser adotado. Reconheço, porque também passei e passo por isso, que é de matar chegar nas livrarias e não encontrar nosso livro. Foi por isso que eu comecei a espalhar meus livros em tudo que foi editora e conseqüentemente em tudo que foi distribuidora. Nós, na Quinteto estamos muito atentos para estes fatos. Não estamos esquecendo seu livro nem o dos outros autores. Quanto a consignação é um sistema que não dá resultado. Em primeiro lugar porque exige que o funcionário vá à livraria, o que dá o mesmo trabalho que daria vender. Em segundo lugar porque o livro que o livreiro não compra ele não exhibe porque não se interessa especialmente em vender. Vamos resumir: eu não acho bom que a distribuidora não mande vendedores às livrarias. Mas por outro lado fazer um trabalho cuidadoso nas escolas é mais importante no caso do livro infantil. Vamos dar um tempo para que a distribuidora mostre trabalho. Mas se não der resultado dentro de seis ou oito meses nós podemos mesmo mudar de distribuidora. Abraço fraternal. Ruth.³⁶⁹

Verificando-se o quadro a seguir, constata-se que há registro de duas tiragens de 3.000 exemplares, uma em 1986 e outra no primeiro semestre de 1988. A primeira tiragem, quase esgotada no fim de 1987, revela injustificada a ansiedade do autor quanto à estratégia de vendas. Das lacunas documentais que podem ser observadas, é possível chegar-se aos seguintes números, comparando-se os estoques final e inicial dos períodos anterior e posterior: no primeiro semestre de 1989 houve a saída de 174 exemplares, e nos dez primeiros meses de 1992, de 177 exemplares. A lacuna verificada nos primeiros meses de 1990 autoriza supor que tenha havido uma terceira tiragem, já que o estoque final de cada período, que decrescia regular e paulatinamente, é abruptamente aumentado em 824

³⁶⁹ ROCHA, Ruth. [Carta]. São Paulo, 15 mai. 1986.

exemplares. Assim, no período de 13 anos, de 1986 a 1999, de uma tiragem presumida de 6.800 exemplares, e a se considerar corretas as estimativas a respeito das prestações de contas não documentadas, foram vendidos cerca de 4.500 exemplares, uma média de 346 por ano.

Documento	Período	Promoção	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
							Início do Período	Fim do Período
27/86	06.03 a 30.06.86	50	Cr\$	119	17,00	202,30	3.000	2.831
40/86	01.07 a 31.12.86	502	Cr\$	621	17,00	1.055,70	2.831	1.708
57/87	01.01 a 30.06.87	0	Cz\$	1.094	17,00; 32,00; 40,00; 44,00	2.516,10	1.708	614
21/88	01.07 a 31.12.87	0	Cz\$	498	58,00; 84,00; 92,00	3.928,20	614	116
28/88	01.01 a 31.06.88	300	Cz\$	595	175,00; 200,00; 240,00; 270,00	13.009,00	116 + 3.000 (exemplares impressos no período) =3.116	2.221
13/89	01.07 a 31.12.88	30	Cz\$/ NCz\$	284	320,00; 370,00; 440,00; 550,00; 690,00	NCz\$ 11,73	2.221	1.907
05/90	01.07 a 31.12.89	30	Cz\$	199	2,90; 3,70; 4,90; 7,30; 8,40; 11,40	106,61	1.733	1.664
4-5-6/90	01.04 a 30.06.90	01	Cz\$	269	158,00	4.250,20	2.488	2.218
7-8-9/90	01.07 a 30.09.90	01	Cz\$	62	158,00; 190,00; 220,00	1.184,00	2.218	2.155
10-11-12/90	01.10 a 31.12.90	01	Cz\$	52	220,00; 260,00	1.200,00	2.155	2.102
1-2-3/91	01.01 a 31.03.91	0	Cz\$	95	525,00; 630,00	5.911,50	2.102	2.007
4-5-6-/91	01.04 a 30.06.91	81	Cz\$	115	630,00; 760,00	8.077,00	2.007	1.811
7-8-9-/91	01.07 a 30.09.91	0	Cz\$	49	875,00; 1.025,00; 1.220,00; 1.455,00	5.274,00	1.811	1.762
10-11-12/91	01.10 a 31.12.91	15	Cz\$	91	1.455,00; 1.750,00; 2.275,00; 3.075,00	20.139,50	1.762	1.656
10-11-12/92	01.10 a 31.12.92	20	Cr\$	38	24.000,00; 30.000,00; 38.000,00	106.200,00	1.479	1.421
PC s/nº	12/1999	-	R\$	14	4,30	6,02	1.421	1.407
Total		1.031		4.195				

Quadro 8 - Quem roubou o bisão?
Quinteto Editorial

Ano de edição: 1986
Tiragem estimada: 6.800

A despeito da sua importância, a obra de Haroldo Maranhão jamais se popularizou, segundo observa Delson Biondo: “Considerado um importante prosador da literatura amazônica [...], sempre contou com um círculo restrito de leitores e nunca chegou a ser exatamente popular.”³⁷⁰ Podemos considerar, no entanto, que tal afirmativa só é aplicável ao universo da literatura adulta, que, embora reconhecida e louvada entre restrito círculo de intelectuais, jamais logrou êxito de vendas, ao contrário, como já vimos, do que ocorria com os livros infantis. Com efeito, em uma das tantas cartas que trocou com Haroldo Maranhão, Fanny Abramovich afirmou: “Santa Maria, você tem sido bem publicado, hein?”³⁷¹. A constatação da escritora diz respeito, certamente, ao segmento infanto-juvenil, no qual ela sempre atuou. A exemplo da boa aceitação de seus livros junto aos pequenos leitores, Haroldo Maranhão, é evidente, almejava se firmar, ser reconhecido pelo leitor comum e obter êxito editorial também junto ao público adulto. Assim, visando ampliar esse público, em 1987 Haroldo Maranhão volta a investir no segmento, e retorna às publicações para o público adulto com *Rio de raivas*, pela editora Francisco Alves.

Aliando seu conhecimento e experiência profissional na área do direito³⁷² à preocupação com a situação do ofício de escritor frente às injunções do mercado editorial, Haroldo Maranhão invariavelmente intervinha na redação dos contratos de edição de seus livros, propondo acréscimos, supressões ou alterações, como é possível perceber verificando-se a sua correspondência e como já vimos em relação aos contratos até aqui abordados. Em alguns mais, em outros menos, não há contrato em que as cláusulas não tenham sido discutidas. Com o contrato de edição de *Rio de raivas* não foi diferente. As cláusulas propostas pela Francisco Alves, por exemplo, foram rejeitadas quase integralmente pelo autor, que propôs um contrato bem mais sucinto, com cinco anos de duração.³⁷³

Além das cláusulas usuais, o contrato previa, como nos demais, que o símbolo-indicação © ou *copyright* deveria figurar necessariamente em nome do autor, em todos os exemplares e edições que viessem a ser tirados da obra, detalhe do qual Haroldo Maranhão

³⁷⁰ BIONDO, Delson, *Arte de persuadir e fazer rir: O tetraneto del-rei de Haroldo Maranhão*. Curitiba, 2009. 216 f. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná. p. 12.

³⁷¹ ABRAMOVICH, Fanny. [Carta]. São Paulo, 22 de março de 1987.

³⁷² Haroldo Maranhão era advogado aposentado da Caixa Econômica Federal, como reiteradamente afirmava em suas cartas.

³⁷³ Cf. contrato de edição de *Rio de raivas* assinado em 15 de maio de 1987.

não descuidava desde que a editora Mercado Aberto, num lapso, esqueceu de incluí-lo na edição de *A árvore é uma vaca*. Do texto apresentado pela editora, manteve-se, *ipsis litteris*, a cláusula que importaria na imediata rescisão do contrato caso as exigências do Governo brasileiro no tocante à Censura ou às modificações dos programas de ensino tornassem obsoleta a edição da obra, restituindo-se as partes à situação anterior. Essa é a primeira vez que um contrato de edição menciona a possibilidade de interferência da censura, que só acabou em 1988, talvez uma cautela em relação ao conteúdo algo explosivo do livro, para a época.

As prestações de contas localizadas informam o desempenho das vendas de *Rio de raivas* no período de novembro de 1987 a 30 de abril de 1992, conforme quadro abaixo. Foram postos à venda 2.054 exemplares, segundo se verifica da prestação de contas nº 1, uma tiragem bem menor do que a dos livros infanto-juvenis.

Documento	Período	Doações	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais	Estoque Restante	
							Início do Período	Fim do Período
PC nº 1	20.11.87 a 30.04.88	223	Cz\$	483	550,00; 580,00; 870,00; 1.040,00	30.878,00	2.054	1.348
PC nº 2	01.05 a 30.10.88	03	Cz\$	81	1.440,00; 1.660,00; 1.800,00; 2.800,00; 3.600,00	16.282,00	1.348	1.264
PC nº 3	01.11.88 a 30.04.89	1	Cz\$	32	6,56	20,98	1.264	1.231
PC nº 5	01.11.89 a 30.04.90	1	Cz\$	15	52,50; 110,00; 498,00	252,55	1.211	1.195
PC nº 6	01.05 a 30.10.90	1	Cz\$	73	600,00; 690,00	4.470,00	1.195	1.121
PC nº 7	01.11.90 a 30.04.91	0	Cz\$	6	1.430,00	858,00	1.121	1.115
PC nº 8	01.05 a 30.10.91	0	Cz\$	12	3.160,00; 3.790,00	3.918,00	1.115	1.103
PC nº 9	01.11.91 a 30.04.92	0	Cr\$	8	14.080,00	11.248,00	1.103	1.095
Total		229		710				

Quadro 9- Rio de Raivas
 Editora Francisco Alves
 Ano de edição: 1987
 Tiragem: 2.054 exemplares

Embora não havendo a prestação de contas número 4, deduz-se facilmente a saída de 20 exemplares no período. Admitindo-se que tenham sido vendidos e não doados, tem-

se então em quatro anos e meio, de novembro de 1987 a abril de 1992, a saída de 730 exemplares, uma média de 162 exemplares vendidos anualmente. O desempenho em relação aos livros infantis é bem mais modesto, razão pela qual ele retorna ao gênero.

Ganhador, em 1983, do prêmio literário conferido pela revista *Vértice*, de Coimbra, dirigida nos anos 1980 pelo professor Ivo Cortesão, o romance *A Porta mágica* foi a primeira publicação internacional de Haroldo Maranhão. A edição brasileira só sairia quatro anos mais tarde, em 1987, pela Editora Scipione.

De todos os livros de Haroldo Maranhão, a edição brasileira de *A porta mágica* foi seguramente o de maior tiragem, 90.000 exemplares no total, e o que teve maior número de edições, e, por conseguinte, o mais vendido do autor. Foram seis edições, com as seguintes tiragens: 1ª edição, 25.000; 2ª edição, 15.000; 3ª edição, 20.000; 4ª edição, 10.000; 5ª edição, 10.000; e 6ª edição, 10.000 exemplares³⁷⁴. Números superlativos que ensejaram discordâncias também superlativas. Os entendimentos para a edição de *A porta mágica*, cujo contrato foi assinado em 9 de julho de 1986³⁷⁵, iniciaram-se poucos meses antes, segundo se deduz de carta de 20 de março de 1986, através da qual Haroldo Maranhão, mencionando um contato telefônico anterior, remete a Mário Sabino Filho³⁷⁶ o original de *A porta mágica* e a cópia do prefácio da edição portuguesa.³⁷⁷ A minuta do contrato, de pouco mais de três páginas, encaminhada poucos dias depois por Virgínia Ishibe³⁷⁸, do Departamento Editorial, para apreciação de Haroldo Maranhão, classificava a obra como paradidática e estabelecia os seguintes critérios para o pagamento de direitos autorais: 10% do preço de capa para os primeiros 5.000 exemplares; 7% para os 3.000 exemplares seguintes efetivamente vendidos, isto é, de 5.001 a 8.000; e 5% para todos os exemplares subsequentes efetivamente vendidos, isto é, a partir de 8.001. Essas e outras disposições, como o direito de outras formas de exploração da obra pelo editor, um contra-senso, na opinião de Haroldo Maranhão, já que se tratava de obra paradidática, e o destino a ser dado a eventual encalhe mereceram muitos reparos do autor, que comentou detalhadamente, um a um, todos os pontos que julgava passíveis de alteração, em longa carta que escreveu a Mário Sabino Filho, em 29 de maio de 1986.

³⁷⁴ Edições e tiragens informadas, respectivamente, nos documentos datados de 17 de julho de 1987, 16 de fevereiro de 1988, 23 de fevereiro de 1988, 16 de março de 1989, 21 de agosto de 1990 e 31 de março de 1992, de encaminhamento de exemplares da cota do autor.

³⁷⁵ Contrato registrado no Cartório do 4º Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob nº 1527009.

³⁷⁶ O jornalista e escritor Mário Sabino Filho, à época trabalhando na Editora Scipione.

³⁷⁷ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 20 mar. 1986.

³⁷⁸ ISHIBE, Virgínia. [Carta]. São Paulo, 23 mai. 1986.

Sem pôr em dúvida a seriedade do projeto editorial da Scipione, Haroldo Maranhão questiona pontos que, a seu ver, se chocavam com a natureza paradidática da obra, destinada a apoiar o ensino de 1º e 2º graus. Ao contestar o critério decrescente para o pagamento de direitos autorais, que não lhe parece justo, demonstra ter plena consciência de que o trabalho do autor não se esgota com a publicação. A participação em eventos literários em escolas com o fim de promover a obra – e por conseguinte aumentar as vendas – se por um lado confere visibilidade e prestígio junto ao público leitor, por outro implica emprego de tempo e esforço pessoal do autor, sem que tal esforço se traduza em vantagens financeiras.

O critério proposto do direito autoral decrescente não me parece justo. Na medida em que a vendagem umenta, por que somente ganhar mais a editora e não o Autor também, que a supriu, enfim, da matéria-prima? Não será equânime essa partilha do lucro, desestimulando até o próprio Autor, freqüentemente solicitado pelos colégios para fazer palestras e participar de debates com alunos, a contribuir com seu tempo e seu esforço pessoal no sentido de promover a Obra e obviamente ampliar a comercialização. Bom é o negócio quando ganham ambas as partes, cada qual o seu bocado, sem que uma seja premiada e a outra penalizada justo quando a venda do produto alcança mais elevados níveis.³⁷⁹

Práticas editoriais costumeiras também são discutidas. Ao destino, sempre constrangedor, a ser dado a eventual encalhe, de ordinário oferecido a preço especial ao autor pelas editoras, ou alternativamente vendido a peso a fábricas de papelão, Haroldo Maranhão propunha uma terceira possibilidade, mais razoável e sensata: o eventual encalhe seria oferecido ao autor pelo preço de venda a peso, caso em que teria condições de adquiri-lo para destiná-lo a bibliotecas e escolas, solução capaz de satisfazer os interesses do autor e do editor, com a divulgação, ao mesmo tempo, da obra e do selo.

Uma das cláusulas dispõe sobre a sempre constrangedora eventualidade do destino a ser dado ao encalhe. Ficaria a Editora, caso não viesse o Autor a interessar-se pela compra com abatimento de 60%, autorizada a vendê-lo a preço especial, destruí-lo ou doá-lo a instituições culturais ou beneficentes. A venda a preço especial, aviltante de ordinário, acredito não convir à Editora e muito menos ao Autor. A destruição, sabe-se, é a venda a peso a fábricas de papelão. Ao invés da primeira alternativa, que a livreiros dificilmente interessaria, isto é, a venda mesmo com o desconto de 60% de livro encalhado, seria por igual desinteressante para Autor de recursos financeiros limitados. A mais razoável alternativa seria, então, a destruição, isto é, a venda a peso. Sob esta condição, poderia, sim, o Autor

³⁷⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 29 mai. 1986.

adquirir o estoque remanescente, para destiná-lo a bibliotecas públicas e de colégios, a instituições culturais e beneficentes, com cuja providência estaria divulgando a própria obra e o selo editorial da *Scipione*. É mais que compreensível que não possa a Editora dispor de espaço físico para acumular estoques não absorvidos pelo mercado. Mas é humilhante submeter a ponta de estoque a preço de queima, recurso que tem resultado inoperante, a prática o tem demonstrado, ou estabelecer um preço de abatimento (60%) que ordinariamente o Autor não suportaria, nem seria da conveniência do livreiro, ele também às voltas com problemas de espaço físico.³⁸⁰

Por fim, ao comentar a possibilidade de adaptação do romance *Os anões* para o cinema, demonstra conhecer bem os meandros do mercado, questionando o dispositivo contratual que previa o pagamento, à editora, de direitos sobre possíveis adaptações da obra para exploração por outras linguagens, prática que se tornaria corrente. “Por quê?”, pergunta, se ademais uma possível adaptação, ao dar mais visibilidade à obra, já se constituiria em vantagem para a editora, aumentando, conseqüentemente, as vendas.

Neste momento, e para ilustrar um dos tópicos da minuta, estou recebendo da Editora Marco Zero informação de que surgiu interessado na adaptação para o cinema do meu romance *Os Anões*, por ela editado. No contrato que com a mesma celebrei, a hipótese não lhe assegura qualquer valor de ganho adicional (por quê?), senão na medida em que a efetivação do fato novo repercutirá em eventuais nova ou novas edições.³⁸¹

Acatadas as alterações propostas por Haroldo Maranhão, o contrato foi assinado em 9 de julho de 1986, com prazo de vigência de 12 anos, renovável por igual período, podendo o editor tirar quantas edições lhe conviesse, obrigando-se a comunicar ao autor o número de exemplares impressos. A fórmula decrescente para o cálculo dos direitos autorais foi invertida, ficando estabelecido 7% para os primeiros 10.000 exemplares; 8% para as vendas de 10.001 até 20.000 exemplares; 9% de 20.001 até 30.000 exemplares; e finalmente 10% para as vendas que ultrapassassem os 30.001 exemplares.

Então já com 15 livros publicados, Haroldo Maranhão, argumentava e discutia com desenvoltura os termos de cada contrato, e como se observa, conseguiu que a editora cedesse aos seus argumentos. Pode-se supor que isto se devia ao conhecimento acerca das proveitosas vendas que fizera anteriormente com títulos infantis, mesma razão pela qual a editora vislumbrou a possibilidade de obter bons lucros mantendo o autor atrelado a um

³⁸⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 29 mai. 1986.

³⁸¹ Id., Ibid.

contrato de longa duração - 12 anos, renovável por mais 12. Como se vê, assim como a tiragem elevada, de 90.000 exemplares, o prazo de vigência do contrato, também o maior de todos, confirmam que o nome Haroldo Maranhão era um bom investimento editorial quando se tratava de literatura infanto-juvenil.

Os problemas com a Scipione, contudo, começaram antes mesmo da edição, com a proposta apresentada por Célia Seybold, incumbida pela editora de ilustrar o livro. Em carta sem data, a ilustradora encaminha as cópias de uma série de 15 desenhos que fez para *A porta mágica*, além de sondar o autor para uma possível parceria para trabalhos futuros com histórias em quadrinhos. Manuscrita, alguns trechos da carta não são perfeitamente legíveis.

Haroldo

Meu nome é Célia. Eu acabo de fazer as ilustrações para o seu livro “Porta Mágica” que será lançado pela Scipione. Estou lhe mandando fotocópias dos desenhos por duas razões. Em primeiro lugar gostaria que você conhecesse meu trabalho e gostaria de ter uma apreciação sua. Posso bem imaginar que você visualizou algumas coisas bem diferentes para Mariana e sua turma. O trabalho de ilustração de um livro exige uma criação muito grande e que a gente permaneça num fio obedecendo a todos os detalhes que o autor indica e os que não indica e abocanhando ao mesmo tempo o pedaço de liberdade a que se tem direito. A minha primeira Mariana, por exemplo, era morena – eu gostava muitíssimo dela, mas a sua Mariana é loira. [trecho com algumas partes ilegíveis] A segunda razão porque lhe mando esses xerox é que eu queria lhe dizer que no caso de você gostar acho que poderíamos “fazer mais alguns sambinhas juntos”. Os personagens já estão bolados, talvez possamos discutir algumas modificações. Eu tenho interesse em História em Quadrinhos. Eu tenho procurado muito alguém que faça argumentos. Quem sabe nós podemos fazer alguma coisa mais interessante que a Turma da Mônica, do Bolinha e outras mais. Se houver interesse, escreva-me.³⁸²

³⁸² SEYBOLD, Célia. [Carta]. São Paulo, [198-?].



Figura 8 – Ilustração de Célia Seybold para o livro A porta Mágica
Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna



Figura 9 – Ilustração de Célia Seybold para o livro A porta Mágica
Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

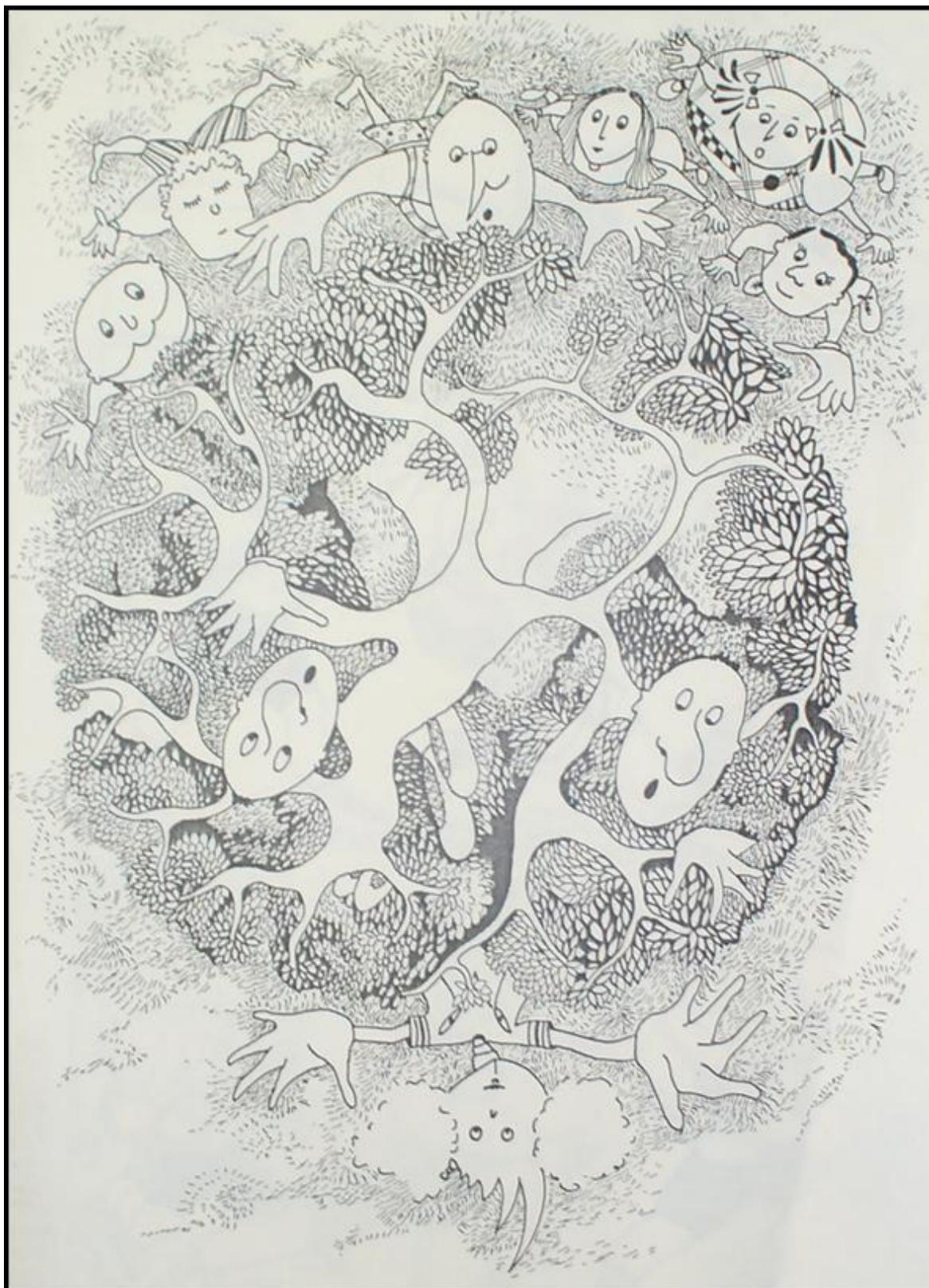


Figura 10 – Ilustração de Célia Seybold para o livro *A porta Mágica*
Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna

Embora gentil a carta enviada à ilustradora em 9 de março de 1987, Haroldo Maranhão, sem discutir detalhes com ela, declinou da proposta por não concordar com a interpretação visual dada à sua história. Talvez para minimizar o efeito da recusa e não soar deselegante, não descarta a possibilidade da parceria para os quadrinhos, apesar de “estrangeiro” no assunto.

Cara Célia,

Venho agradecer-lhe a gentileza de mandar-me desenhos seus. Pessoalmente, entendo que v. não terá sido feliz ao projetar as ilustrações do meu romance. Opinião pessoal, que v. respeitará certamente. Quanto à idéia dos quadrinhos, acho-a ótima e por ela, em princípio, me interesso. Apenas, como sou no assunto estrangeiro, desejaria saber as condições do mercado, para, se for o caso, repassar o problema para a minha agente literária. Vindo ao Rio, não deixe de procurar-me, ao menos por telefone. Prometo o mesmo fazer quando for a São Paulo.³⁸³

Na mesma data, no entanto, numa longa carta a Mário Sabino Filho, Haroldo Maranhão deixa de lado qualquer preocupação em ferir suscetibilidades, e critica os desenhos que tanto o desagradaram, por considerar que não se identificavam, absolutamente, com o texto: eram desoladoramente pobres, mal elaborados e mal acabados, confusos e ininteligíveis às vezes. A artista, segundo ele, revelava incapacidade para figurar cabelos de adultos e de criança, escapando para a “calvície infantil” e também para a obesidade.

Para reforçar suas ponderações, menciona a edição portuguesa, que “teve melhor fortuna”, discutida nos Departamentos de Letras das Universidades de Coimbra e do Porto, e segundo ele lida também pela soprano Maria Lúcia Godoy, que a recebeu de presente de um amigo, e cogitou que o autor devia transcrevê-la para a linguagem operística: “Veja você: o amigo de Maria Lúcia Godoy teria comprado para ela livro com as ditas ilustrações ou ilustrações outras, infantis? E se comprasse, a presenteada certamente não se teria dado ao trabalho de lê-lo [...]”³⁸⁴, argumenta, assinalando que, assim como ilustrações inadequadas podem “matar” um trabalho, boas ilustrações podem sugerir, ou pelo menos não vão impedir, abordagens insuspeitadas de uma obra.

Percebe-se aqui um descompasso entre autor e editora em relação à interpretação dos termos do contrato, que define a obra como paradidática, destinada a apoiar o ensino de

³⁸³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 9 mar. 1987.

³⁸⁴ Id., *ibid.*

1º e 2º graus, portanto dirigida a leitores de uma determinada faixa de escolarização. Enquanto o próprio autor pensa em um público pré-adolescente e adolescente, e mesmo adulto, a editora, por outro lado, imagina um público infantil e contrata ilustradora que leva a cabo projeto para esse público. No entanto, Haroldo Maranhão não deseja essa identificação direta, o que sugere certo desconforto quanto a destinar a obra exclusivamente para esse público.

Como em Portugal a obra foi surpreendentemente lida e bem recebida também pelo público adulto, discutida nas universidades de Coimbra e do Porto, Haroldo Maranhão esperava que o mesmo pudesse se repetir no Brasil, alargando o número de leitores nessa fatia de mercado, pois na sua concepção o livro tinha atributos capazes de sensibilizar perfeitamente universitários e seus pais. É patente, assim, que Haroldo Maranhão tem público infantil cativo, mas sonha com o público adulto. Porém sua carreira de sucesso se faz na via contrária – para os “pequenos”. Na carta a Mário Sabino Filho, ele afirma:

Ao regressar de viagem a Curitiba, encontrei um pacote com as ilustrações propostas para A Porta Mágica, remetido pela Sra. Célia Seybold, a quem agradecerei a gentileza, mas com quem não tenho por que discutir o assunto, evidentemente. Confesso-lhe meu desapontamento. As pretendidas ilustrações empobrecem meu texto e o infantilizam. Desrespeitam o leitor para o qual é destinado, pré-adolescente e adolescente. E afastam peremptoriamente o leitor adulto. Escrito para adolescentes, o livro poderá e deverá sensibilizar universitários também e os pais dos leitores, e não os seus irmãos menores de seis anos, para estes sendo óbvia a proposta de ilustração. Melhor que eu sabe v. que se antepõe ao texto o seu visual (ameninado ou não), daí por que serão sempre perigosas as ilustrações, que a um primeiro golpe de vista poderão afastar inapelavelmente adultos e mesmo adolescentes, se destes depende a opção de leitura, atraídos por livro com jeito de livro “para adulto” e desdenhando “livrinho para criança”. Não esquecer-se que se trata de romance (não são numerosos) para o público juvenil, e esse público repele ilustrações... bobas. [...].³⁸⁵

³⁸⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 9 mar. 1987.

Cauteloso, e temeroso de que sua carta não alcançasse o destinatário a tempo, no dia seguinte telegrafa a Mário Sabino Filho: “Favor suspender produção *A Porta Mágica* ateh questão ilustração estiver completamente esclarecida. Solicito acusar recibo minha carta de 9 do corrente.”³⁸⁶ A carta do dia 9 e o telegrama do dia seguinte não foram suficientes para que ele se sentisse seguro de que a editora tivesse suspenido a produção do livro, e assim volta a expor suas razões em nova carta a Mário Sabino Filho, escrita no dia 11 de março de 1987, na qual reitera os argumentos já apresentados, declarando-se disposto a rescindir o contrato, “em Juízo ou fora dele”, caso suas objeções não fossem levadas em conta.

Haroldo Maranhão volta a argumentar que seu livro fora escrito para adolescentes, mas que ele mesmo se surpreendeu ao ser lido também por adultos, em Portugal e no Brasil, ficando comprovada a identificação do leitor de ficção com o texto, cujo exemplo mais recente, reitera, era o da soprano Maria Lúcia Godoy, que propusera que o autor escrevesse um libreto para uma ópera. Ele escreve:

[...] É essa forte causa para me opor à infantilização e o que é pior, com a caricaturização dos meus personagens, critério – lamentável - que restringe a faixa etária do leitor, com tal procedimento determinando prejuízos financeiros ao autor, na medida em fulmina a comercialização entre faixas outras de leitores. A persistir o propósito da Scipione, prefere o autor rescindir o contrato, em Juízo ou fora dele, porque se recusa terminantemente a aceitar de braços cruzados um mau uso do seu trabalho. A Editora Marco Zero quis publicar a edição brasileira de A Porta Mágica, mas o faria ilustrada, com o que não se pôs de acordo o autor, justo pela razão acima apontada. Não obstante, admitiu o autor figurar numa Coleção, a da Scipione, com uma proposta paradidática básica, sem que pudesse tal concordância implicar na renúncia a conquistar a leitura do público adulto. A partir de agora, me representará junto à Scipione a CB/Agência Literária [...], através de sua Diretora, Senhora Ana Maria Santeiro. O cordial abraço do seu Haroldo Maranhão³⁸⁷

O argumento de que a restrição da obra a uma determinada faixa etária fulmina a comercialização, importando em prejuízos financeiros, revela um negociador hábil, que conhece bem as razões de quem está do outro lado da mesa de negociação. Como se vê, quando se trata de dialogar, Haroldo Maranhão é astucioso e sabe quais argumentos são capazes de demover seu interlocutor. Naturalmente, ele sabia que a editora não faria ouvidos moucos às suas ponderações, uma vez que o sucesso na comercialização era o objetivo a ser perseguido. Finalmente no dia 18 de março de 1987, Haroldo Maranhão

³⁸⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Telegrama]. [S.l], 10 mar. 1987.

³⁸⁷ Id. [Carta]. Rio de Janeiro, 11 mar. 1987.

encerra a questão acerca da ilustração, em telegrama enviado a Mário Sabino Filho: “Por vontade e entendimento do autor não constarão ilustrações no livro em referência. Cordialmente, Haroldo Maranhão”³⁸⁸ Com a decisão, a 1ª edição brasileira de *A porta mágica*, com uma tiragem de 25.000 exemplares³⁸⁹, ganhou as prateleiras das livrarias sem ilustrações nas páginas internas. Em lugar delas, apenas grafismos à guisa de vinhetas a separar os capítulos. Foi mantida apenas a ilustração da capa, um desenho de Célia Seybold.

As correspondências trocadas em virtude da problemática da ilustração revelam várias questões importantes acerca da trajetória do escritor Haroldo Maranhão. Percebe-se que no campo da literatura infanto-juvenil o autor paraense se encontra em posição confortável. A obra, como se vê, estava sendo disputada por duas editoras, o que mais uma vez evidencia seu sucesso nesse nicho de mercado. Além disso, seu prestígio se expressa na capacidade de negociar, tendo suas exigências aceitas, ao contrário do que ocorrera com *O tetraneto del-rei*, quando teve de aceitá-lo com fontes reduzidíssimas. Nota-se também que o autor tem plena consciência dos diferentes argumentos a serem utilizados segundo os interesses dos interlocutores. Finalmente, se atentarmos para as tiragens e as vendas de livros infanto-juvenis, vemos que são sempre superiores aos números dos livros destinados ao público adulto, e vêmo-las sempre em escalada crescente, sobretudo quando passa a ser objeto de venda institucional.

Os livros infanto-juvenis de Haroldo Maranhão entram, assim, definitivamente, para o circuito da educação formal em âmbito nacional. Não se trata mais de incentivar a adoção escolar por meio de editoras nanicas, como a Mercado Aberto e a Quinteto Editorial, mas sim de fazê-lo circular por meio de editora de grande porte, a partir de contrato com o Ministério da Educação. Assim, é flagrante a escalada editorial de Haroldo Maranhão quando se trata de literatura infanto-juvenil: de editoras pequenas, passa a trabalhar com editoras de grande porte, e de pequenas tiragens passa para tiragens monumentais.

³⁸⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Telegrama] 18 mar. 1987.

³⁸⁹ ISHIBE, Virgínia. [Carta] São Paulo, 17 jul. 1987. A correspondência informa a tiragem da 1ª edição e encaminha dez exemplares ao autor. Os outros 20 exemplares da cota do autor só foram enviados através da correspondência de 10 de setembro de 1987, também assinada por Virgínia Ishibe.

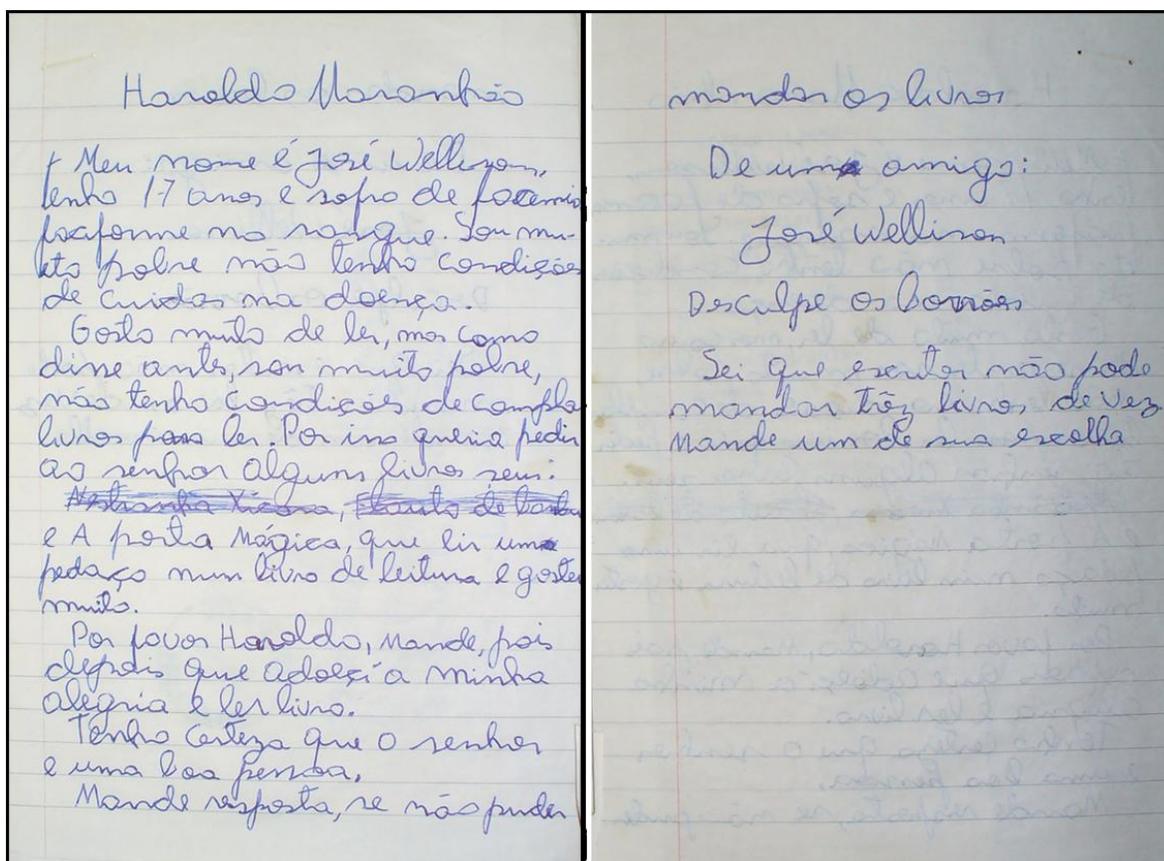


Figura 11 – Carta do leitor José Wellison

Fonte: Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna.

Diligente ao apresentar os números da 1ª edição do livro, em que comunica expressamente o evento, informando o número de 25.000 exemplares tirados, a editora, no entanto, não teve o mesmo cuidado com as edições subsequentes, limitando-se a mencionar o advento de uma nova edição junto com a remessa de exemplares cabíveis ao autor. Ao tomar conhecimento, em São Luiz do Maranhão, que já circulava não só uma 2ª, mas também uma 3ª edição, é um Haroldo Maranhão ultrajado e enfurecido que escreve ao “Caro Senhor”, da Editora Scipione em 16 de março de 1989. Como se vê, o livro circulava nacionalmente e já havia uma terceira edição nas livrarias. Portanto, os 25.000 exemplares da 1ª edição e os 15.000 exemplares da 2ª edição já haviam sido vendidos, o que significava 40.000 exemplares em cerca de dois anos. Surpreso com o próprio desempenho editorial, Haroldo Maranhão deu-se conta de que talvez não estivesse dando a atenção devida aos números que lhe vinham sendo apresentados.

Foi necessário que me dirigisse eu ao Sr. Waldyr, da Ática, a saber quem seria a cabeça e o braço da Scipione. Até hoje, não sabia eu de quem se trataria, a lidar sempre com funcionário de inferior escalão e de duvidosa competência.

Pedi-lhe por intermédio do Sr. Waldyr o que acabou por não vir: uma **EXAUSTIVA** prestação de contas desde o primeiro exemplar que se imprimiu do meu romance **A Porta Mágica**. Tenho razões para o pedido, certamente. Infelizmente, as prestações de contas têm sido operadas de forma insatisfatória e displicente, sem nenhuma deferência em relação ao autor. A primeira edição saiu em agosto de 1987, já no fim do ano escolar. Pois em janeiro de 1988, passando eu pela cidade de S. Luiz, no Maranhão, me surpreendi ao ver numa das livrarias locais exemplares da 2ª edição! Ao regressar ao Rio, telefonei a saber do fato e então me comunicaram que já havia saído a 3ª! A partir daí pesa um silêncio sobre eventuais novas edições e nada me é dito! Não precisaremos ir longe para aferir do mal-feito com que se prestam contas na SCIPIONE, ao menos em relação a mim. 2º semestre de 1988. O recibo que me mandam, pronto e datado, para eu assinar, é de 24 de fevereiro de 1989. Não obstante a ordem de pagamento é de 28 de fevereiro e mandada por carta, isto é, pela mais morosa transferência de crédito, como ninguém o ignora. Estamos na era dos computadores. Um DOC teria sido mais expedito, de banco para banco, eletronicamente. Apesar de tudo, não estamos na Bolívia nem em Tanganica!³⁹⁰

Como se não bastasse, a ordem de pagamento foi operada em favor de Haroldo de Lima Maranhão, e não de Haroldo Lima Maranhão, com a agravante, ainda, de não constar o dígito da conta, segundo a cópia do comprovante de depósito enviada pela editora, razão que o levava a suspeitar que a importância talvez nem tivesse sido creditada: “Os bancos apegam-se a pormenores para retardarem créditos, com cuja prática ficam lidando com dinheiros que lhes não pertencem”. Por outro lado, aventando hipótese mais otimista e invocando sua condição de advogado aposentado da Caixa Econômica Federal, como muitas vezes fez, chegou a cogitar, não sem ironia, que a sua ordem de depósito pudesse ter tido a sorte de transitar pelas mãos de antigo empregado que o houvesse conhecido, e que, não se apegando a pormenores, creditar-lhe-ia o que lhe era de direito. No entanto, não transigia quanto à data do recibo: qualquer que fosse a data do crédito do direito autoral, aquela seria a data a constar no documento.

A resposta da Scipione, instruída por documentos, é de 30 de março de 1989, vai assinada por Mário Sabino Filho, Editor, Valter Moreira Silva, Advogado OAB-SP 24880, e Luiz Esteves Sallum, Diretor,³⁹¹ e faz referência não só à 2ª e à 3ª, mas também à 4ª

³⁹⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 16 ma. 1989.

³⁹¹ Todos os signatários tiveram suas firmas reconhecidas em 31 de março de 1989 no 15º Cartório de Notas e 26º Cartório de Notas. O documento foi apresentado para registro no 6º Ofício do Registro de Títulos e

edição. Em itens numerados, a editora, através dos signatários, faz um histórico resumido dos fatos até aquela data, terminando por advertir que caso não cessassem as “inverdades” que o autor de *A porta mágica* estaria propagando, seriam tomadas as medidas cabíveis, que importariam na rescisão contratual e responsabilização criminal.

Prezado Senhor

1. Eis um histórico da relação de V. Sa. com esta Editora:
 - 1.1. Em 09.07.86, V.Sa. firmou com esta Editora o Contrato de Edição para publicação da obra “A PORTA MÁGICA”. Este contrato, em suas cláusulas 16^a e 18^a especificam, respectivamente, o percentual de direitos autorais que lhe seriam pagos e a época em que tais pagamentos ocorreriam (doc. 1). Em 20.08.86, foi-lhe remetida a segunda via do contrato (doc. 2). A obra foi registrada na Biblioteca Nacional (doc. 3). Em 11.08.86, foi-lhe pago o adiantamento de 50 OTN’s (doc. 4) que, posteriormente, seriam compensadas.
 - 1.2. Em 17.07.87, foram-lhe remetidos 10 (dez) exemplares da obra (doc. 5).
 - 1.3. Em 03.08.87, V.Sa. informou a esta Editora que as prestações de contas relativas à sua obra deveriam ser feitas a CB Agência Literária (doc. 06/06A). Em 10.09.87, foram-lhe remetidos mais 20 exemplares de sua obra (doc. 7).
 - 1.4. Em 03.03.88, a Editora prestou conta de seus direitos à CB Agência Literária (docs. 08, 08^a e 09) que recebeu a quantia que lhe era devida (docs. 10, 10^a, 10B).
 - 1.5. Em 22.02.88, foram-lhe remetidos mais 10 exemplares de sua obra (docs. 11 e 11A), referentes a 2^a edição. Em 23.02.88, foram-lhe remetidos mais 10 exemplares de sua obra (docs. 12/12A), referentes a 3^a edição.
 - 1.6. Em 03.03.88, V.Sa. informou a esta Editora que as prestações de contas de seus direitos não mais deveriam ser feitas à CB Agência Literária (docs. 13/13A).
 - 1.7. Em 28.04.88, esta Editora enviou-lhe cópias de recibos fornecidos pela CB Agência Literária, etc e os relatórios de vendas do período de 01.07.87 a 31.12.87 (doc. 14).
 - 1.8. (Em 01.09.88, a Editora prestou-lhe contas de seus direitos referentes ao período de 01.01.88 a 30.06.88 (docs. 15/15^a/15B e 15C).
 - 1.9. Como V.Sa. informou de que não recebeu os documentos mencionados no item anterior (1.8), a Editora, em 15.09.88 enviou-lhe, novamente, aqueles documentos (doc. 16).
 - 1.10. Em 09.03.89 a Editora enviou-lhe o demonstrativo das vendas de sua obra no período de 01.07.88 a 31.12.88, portanto o último semestre (docs. 17/17A/17B/17C/17D e 17E).
 - 1.11. Em 16.03.89, foram-lhe remetidos 20 exemplares de sua obra, referentes à 4^a edição (docs. 18/18A).

2. Chegou ao conhecimento desta Editora que V.Sa. anda propagando inverdades sobre ela: falta de prestação de contas, etc. Isto não corresponde à realidade, porque esta Editora nunca deixou de honrar os seus compromissos para com seus autores. Isto, V.Sa. sabe, e, se não sabe, deve, agora, ficar sabendo.
3. Isto posto, é a presente para notificá-lo de que deve, de imediato, cessar a propagação de tais inverdades sob pena de, não o fazendo:
 - 3.1. Ser rescindido o contrato de edição referente a sua obra “A PORTA MÁGICA” por culpa de V.sa., o que implicará nas sanções civis contratuais.
 - 3.2. Serem tomadas as providências jurídicas cabíveis, especialmente aquelas de ordem criminal.Atenciosamente,
Editora Scipione Ltda.³⁹²

Se surpreso com o próprio desempenho editorial, que pela primeira vez atingia patamares tão elevados, Haroldo Maranhão deu-se conta do descompasso entre os números que pudera supor a partir da notícia da 3ª edição e os números das prestações de contas de direitos autorais que lhe vinham sendo apresentados, por outro lado, a editora comprova as suas alegações com o envio das cópias dos documentos, onde se verifica, de fato, que o livro já ia não mais pela 3ª, mas pela 4ª edição, presumindo-se, então, o esgotamento, até aquela data, de outros 20.000 exemplares, um total já de 60.000. Com os documentos descritos nos itens 1.5 e 1.11 a editora comprova que dera conhecimento ao autor das novas edições, ao lhe remeter os exemplares correspondentes que lhe eram devidos por força do contrato. Com efeito, a cada nova edição, a editora remetia ao autor os exemplares que lhe eram cabíveis, mencionando no documento o número da edição à qual correspondiam os ditos exemplares, supondo, assim, que o autor ficasse expressa e automaticamente informado do fato. No entanto, apesar dos argumentos da editora, Haroldo Maranhão não ficou convencido da justeza dos números, talvez porque não visse o resultado de tamanhas vendas se traduzirem em moeda sonante. Assim, procurando munir-se de documentos que pudessem esclarecer os fatos e comprovar suas desconfianças, na mesma data em que enviou a carta que ensejou a resposta acima, Haroldo Maranhão também endereçou requerimento ao Diretor da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, solicitando uma cópia do contrato firmado entre a instituição e a editora e da sua publicação no Diário Oficial.

³⁹²SABINO FILHO, Mário, SILVA, Valter Moreira, SALLUM, Luiz Esteves. [Carta]. São Paulo, 30 mar. 1989.

Ilmo. Sr. Diretor da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (FAE)

Haroldo Maranhão, cujo nome literário é Haroldo Maranhão, [...] expõe e requer:

1. O requerente é autor do romance **A Porta Mágica**, através da Editora Scipione, de São Paulo, conforme se vê do anexo instrumento de contrato.
2. No mês de dezembro do ano passado, recebeu da dita Editora, um papelucho, que deveria eu assinar, dando conta de que recebera o direito autoral que me seria devido, em decorrência de edição negociada da Scipione com a FAE. Como não especificasse o referido papelucho valores, dos exemplares da edição, do custo unitário e da remuneração autoral, vago e injurídico papel, recusei-me a firmá-lo.
3. Até a presente data, nada mais soube o negócio de que foi objeto livro de minha autoria.
4. Face ao exposto, REQUER o Suplicante a V.S. se digne de determinar que me seja fornecida uma cópia xerox do retrodito contrato, e da publicação que se fez, a respeito, no Diário Oficial.
Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 1989.³⁹³

Nenhuma resposta da FAE foi localizada. No entanto, pode-se presumir que o requerimento de Haroldo Maranhão foi deferido, ao menos parcialmente, já que uma cópia do contrato FAE-Scipione faz parte dos arquivos do autor, cujo envio possivelmente foi determinado pela FAE em razão da providência requerida. Lendo-se o documento, de onze cláusulas, vê-se que em 15 de novembro de 1988, a FAE – Fundação de Assistência ao Estudante³⁹⁴, vinculada ao Ministério da Educação, firmou contrato no valor de Cz\$ 5.865.000,00 com a Scipione tendo por objeto a aquisição de 10.000 exemplares de *A porta mágica*, ao preço unitário de Cz\$ 586,50, destinados ao Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares (PNSL-BE).

Cláusula Primeira – Do Objeto: O contrato tem por objeto a aquisição de títulos selecionados para o Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, conforme especificações a seguir: Título: *A Porta Mágica*; Preço unitário: 586,50; Quantidade: 10.000³⁹⁵; Valor total: 5.865.000,00.

Parágrafo Primeiro – A contratada fará constar na capa de cada exemplar dos livros selecionados um selo permanente com o seguinte texto: “Obra selecionada para o Programa Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares –

³⁹³ MARANHÃO, Haroldo. [Requerimento]. Rio de Janeiro, 18 jan. 1989.

³⁹⁴ Conforme termos do contrato, à época, a FAE era presidida pelo engenheiro Carlos Pereira de Carvalho e Silva, representado, naquele ato, por seu procurador Antônio José Borges dos Santos.

³⁹⁵ Segundo o documento, foi contratada entre as partes a edição de 10.000 exemplares, provavelmente referentes à 4ª edição, a julgar pela comparação da data do contrato e daquela mencionada na correspondência da editora, não sendo possível afirmar se outras edições foram objeto de negociação semelhante.

Fundação de Assistência ao Estudante – FAE/MEC/Fundação Nacional Pró-Leitura/INL/MINC”.

[...]

Cláusula Segunda – Da inexigibilidade da licitação: O presente contrato foi celebrado com a inexigibilidade de licitação, por força do artigo 23 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.85, conforme documentos apensados ao Processo nº [em branco] que passam a integrá-lo, para todos os efeitos.

[...]

Clausula Quarta – Da Vigência: O presente contrato vigorará até 31.12.88, e terá início de vigência no ato de sua assinatura, e validade a partir da publicação de seus extratos no Diário Oficial da União, às expensas da FAE.

Cláusula Quinta – Do preço e da forma de pagamento: O preço ajustado no presente contrato é de cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil cruzados pago contra entrega dos livros [...], no prazo de até 10 dias contados da data de apresentação da 1ª via da Nota Fiscal, devidamente atestada.

[...] ³⁹⁶

Assaltado pela desconfiança de que estava sendo lesado nos seus direitos, Haroldo Maranhão organizou um dossiê e o encaminhou em 2 de junho de 1989 ao advogado George Washington Marcelino, do escritório Mesquita Pereira, Advogados Associados S/C, de São Paulo, com quem já mantivera contato telefônico, para que avaliasse as “medidas judiciais a tomar, eventualmente”³⁹⁷. Da análise dos documentos enviados, a opinião do advogado³⁹⁸ era de que as dúvidas e questionamentos quanto aos valores repassados pela editora Scipione e recebidos por Haroldo Maranhão poderiam ser resolvidas no âmbito da prestação de contas, sugerindo, para isso, a verificação das contas por especialista, prerrogativa conferida por dispositivo contratual. Assim, Haroldo Maranhão contrata os serviços do perito contador Mauro Ricciardi, de São Paulo, que em 6 de fevereiro de 1990 emite o seguinte laudo:

MÁRIO RICCIARDI, perito contador e economista, legalmente habilitado, atendendo ao que lhe foi solicitado verbalmente, procedeu ao levantamento dos elementos necessários, afim (sic) de apurar os direitos autorais que o sr. Haroldo Maranhão tem a receber da Editora Scipione Ltda., cujo resultados vão demonstrados no seguinte Laudo.

³⁹⁶ Contrato FAE-Scipione de 15 de novembro de 1988.

³⁹⁷ Rio de Janeiro, 2 de junho de 1989. A opção pela via judicial confirmou-se, conforme Procuração de 17 de julho de 1989, assinada por Haroldo Maranhão, nomeando os advogados George Washington Tenório Marcelino, Antônio de Almeida e Silva, Paulo Roberto Esteves e Olívio Romano Neto, para representá-lo em Juízo contra a Scipione.

³⁹⁸ Em carta assinada pelo advogado Cláudio Antônio Mesquita Pereira, emitida de São Paulo, em 27 de junho de 1989.

Inicialmente, o perito procedeu ao levantamento da quantidade de exemplares do livro “A PORTA MÁGICA”, do qual o sr. Haroldo Lima Maranhão é autor, que foi mandada imprimir pela Editora Scipione Ltda³⁹⁹.

Conforme apurou o signatário, através das Notas Fiscais anexadas ao presente Laudo, sob nº 01, a quantidade impressa foi de 70.524 exemplares como vai abaixo demonstrado:

Data	N. Fiscal nº	Quantidade	Valor
29.06.87	4089	6.000	Cz\$ 56.680,00
30.06.87	4099	19.034	Cz\$ 179.490,62
10.09.87	4490	15.080	Cz\$ 104.052,00
27.01.88	044	20.170	Cz\$ 320.097,90
10.03.88	592	5.050	NCz\$ 1.616,00
13.03.88	597	2.890	NCz\$ 924,80
15.03.89	599	2.300	NCz\$ 736,00
Total		70.524	

Em seguida, de acordo com os demonstrativos de direitos autorais, anexo nº 02, o perito procedeu ao levantamento das vendas efetuadas pela Editora Scipione Ltda., bem como dos direitos autorais devidos conforme vai abaixo demonstrado:

Período	Quantidade Vendida	Valor da Venda	%	Direitos Autorais
01.07. a 31.12.87	12	Cz\$ 648,00	10	64,80
01.07.87 a 31.12.87	9.162	Cz\$ 801.748,00	07	56.122,36
01.01.88 a 30.06.88	8.758	Cz\$ 2.040.367,00	07	142.825,69
01.07.88 a 31.12.88	578	NCz\$ 340,61	07	23,84
1ª Semestre/ 1989	5.403	NCz\$ 13.862,92	10	1.386,29
1ª Semestre/ 1989	1.490	NCz\$ 3.316,27	09	298,46
	9.336	NCz\$ 5.475,56	08	438,04
	664	NCz\$ 389,44	07	27,26
Total	35.403			NCz\$ 2.437,64

Conforme recibos constantes do anexo 03, a Editora Scipione remeteu ao Sr. Haroldo Maranhão os seguintes valores, referentes aos direitos autorais:

Data	Direitos Autorais	Imposto Renda na Fonte	Liquido a Receber	Estabelecimento
*06.08.86	5.320,00	161,41	Cz\$ 5.158,89	Cx. Econ. Federal
02.03.88	30.037,66	1.197,00	Cz\$ 28.840,66	Banco Itaú
10.03.88	26.084,70	2.837,00	Cz\$ 23.247,70	Cx. Econ. Federal
26.04.88	142.825,69	9.319,00	Cz\$ 133.506,69	Cx. Econ. Federal
28.02.89	489,14	7,39	NCz\$ 481,75	Cx. Econ. Federal
30.08.89	482,21	48,23	NCz\$ 433,98	Cx. Econ. Federal
22.08.89	1.202,54	32,65	NCz\$ 1.169,89	Cx. Econ. Federal
Total			NCz\$ 2.276,37	Cx. Econ. Federal
Observação: O valor de Cz\$ 5.320,00, se refere a pagamento de adiantamento, conforme cláusula 18.1.1 do contrato firmado em: 9.7.86.				

Entre o total dos direitos autorais e os valores líquidos remetidos ao sr. Haroldo Lima Maranhão, há uma diferença a menor de NCz\$ 161,27.

Por último, o perito solicitou a posição do estoque existente na Editora Scipione Ltda., referente aos livros “A PORTA MÁGICA”.

³⁹⁹ O perito procedeu a contagem dos exemplares impressos a partir dos números constantes das notas fiscais emitidas pelas gráficas responsáveis pelo trabalho de impressão. Considerando-se a data do laudo, obviamente não abarcou todas as seis edições de *A porta mágica*.

Pelo documento constante do anexo 04, verificamos que em 06.12.89, o estoque do referido livro era de 7.277.

Fazendo um levantamento da quantidade de livros impressos, menos os livros vendidos, conforme anexo 02, o perito constatou a seguinte posição:

Quantidade de livros impressos.....	70.524
Menos: quantidade de livros vendidos.....	35.403
Quantidade de livros que deveriam estar no estoque.....	35.121

Como vemos, a diferença do número de exemplares que não constam no estoque, é de 27.844.

Sobre essa diferença, a Editora Scipione Ltda. deverá prestar contas ao Sr. Haroldo Maranhão, com base no valor de venda atual do livro “A PORTA MÁGICA”⁴⁰⁰.

A conclusão do perito é de que 27.844 exemplares passaram ao largo da contabilidade da editora, e sobre eles deveriam ser ajustadas as contas pelo preço de capa vigente. Calculando as perdas sobre tal omissão, de acordo com a variação dos BTN's, o perito chegava ao valor que deveria ser pago ao autor: NCz\$ 128.527,90, acrescidos de juros de mora de NCz\$ 10.282,23, num total de NCz\$ 138.810,13. De posse do laudo pericial, que apontava discrepâncias com os números informados pela editora, e indignado com os termos contidos na carta de 30 de março de 1989, o escritor voltou a entrar em contato com o escritório de advocacia, propondo a formalização de queixa-crime, antecipando o diagnóstico - apropriação indébita e estelionato - e a estratégia a ser adotada pelos advogados⁴⁰¹:

Caro Dr. Cláudio,

Não posso esquecer-me da brutalidade com que fui tratado pela Editora Scipione. Essa editora, em data de 30 de março de 1989, me notificou através de oficial de justiça, em minha casa, para que me abstivesse eu de propagar supostas inverdades [...] Agora, em face do laudo peremptório do Dr. Mauro Ricciardi, verifica-se que a tal editora, inidônea, cometeu crime capitulado no Código Penal, de apropriação indébita, presumo, ou de estelionato, talvez. Permito-me sugerir, apenas diante da evidência que veio à luz, com o advento do laudo do perito, em que se faz patente que fui roubado em cerca de 30.000 exemplares de meu romance. [...] Dr. Cláudio: compreenderá que não posso abrir mão de queixa-crime, se for o caso, contra o Diretor Luiz Esteves Sallum, o Editor Mário Sabino Filho e o Advogado Valter Moreira Silva, signatários da tal Notificação, e que buscaram intimidar-me. Após a formalização da queixa-crime, da qual gostaria de obter certidão, o senhor teria ampla margem para negociação,

⁴⁰⁰ RICCIARDI, Mauro. [Laudo pericial]. São Paulo, 6 fev. 1990.

⁴⁰¹ Para esse fim, assinou em 7 de junho de 1990 nova Procuração aos advogados Cláudio Antônio de Mesquita Pereira, George Washington Tenório Marcelino, Antônio de Almeida e Silva e Paulo Roberto Esteves, que encaminhou em correspondência registrada de 13 de junho de 1990, juntamente com um cheque do Banco Francês Brasileiro S/A, nominal em favor Mesquita Pereira Advogados associados S/C, no valor de Cr\$ 8.000,00, que lhe havia sido solicitado para fazer frente às custas do processo.

com a rescisão contratual por culpa da editora, sanções civis contratuais, e pagamento de tudo quanto me devam pagar por danos até morais. Peço escusar-me, Caro Amigo, pelo aqodamento meu de não esperar o seu diagnóstico, mas muito me pesa, muito realmente, ver-me ainda contratualmente ligado a uma editora relapsa e atrevida. E para que se abstenham, eles sim, de meter a mão nos dinheiros de outros autores, a quem por igual ludibriam. Por que teria eu, e só eu, o privilégio de ser roubado? Muito cordialmente, seu cliente e amigo⁴⁰²

Demonstrando intimidade com a linguagem dos tribunais que a sua condição de também advogado lhe conferia, Haroldo Maranhão faz saber que tem plenas condições de interferir nas estratégias a serem adotadas na eventual ação judicial. No entanto, para não parecer pedante frente aos colegas de profissão, desculpa-se pelo aqodamento em imiscuir-se no diagnóstico da causa. Não há nos arquivos documentos que permitam saber o andamento e o desfecho da ação judicial⁴⁰³ nem se a editora prestou contas das diferenças apontadas pelo perito, mas tudo leva a crer que os ânimos Maranhão-Scipione voltaram a se apaziguar, já que em 1992 o autor submeteu outro título seu, *As cabeças roubadas*⁴⁰⁴, para apreciação da editora, como se vê da correspondência enviada a ele pelo Departamento de Registro de Originais: “Recebemos seu texto *As cabeças roubadas*, para análise de nosso Departamento Editorial. Prestaremos informações sobre o andamento do original num prazo de 90 a 180 dias.”⁴⁰⁵

De tudo quanto se verificou até agora, constata-se que Haroldo Maranhão, sempre atento às questões financeiras e aos aspectos materiais da obra, e tendo em vista sua qualidade e seu público, negocia – e em alguns casos renegocia - com as editoras todas as condições contratuais. Em 36 anos de carreira como escritor, desde o primeiro livro, A

⁴⁰² MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 4 abr. 1990.

⁴⁰³ Passado mais de um ano da carta que pede aos advogados a formalização de queixa-crime contra a Scipione, o próprio Haroldo Maranhão queixava-se da falta de informações acerca do andamento do processo e da dificuldade de marcar uma entrevista com seus procuradores judiciais, conforme carta ao advogado, de 22 de maio de 1992: “Caro Dr. Cláudio, presumo que se lembrará de mim, recomendado há mais de dois anos pelo Dr. Sebastião de Andrade Figueira, meu advogado no Rio. Infelizmente não temos podido nos falar, a despeito de frustradas tentativas, conforme sucedeu no dia 25 do mês passado, quando aí fui para saber do andamento das ações judiciais que estarão em curso, em face do contundente laudo elaborado em 6 de fevereiro de 1990 pelo Dr. Mauro Ricciardi, e mediante os instrumentos de mandato que o seu Escritório me solicitou em 8 de junho de 1990 e incontinenti por mim providenciados, juntamente com o numerário igualmente pedido, para arcar com as custas iniciais. Ontem, solicitei com razoável antecedência uma entrevista para o próximo dia 28, se possível, através de Dona Nancy, que ficou de me telefonar de volta, o que, todavia, não fez, naturalmente por acúmulo de serviço. É este, enfim, para solicitar-lhe formalmente uma entrevista pessoal, ou a si ou ao Dr. George Washington, a fim de que me seja oferecida a posição da demanda que confiei ao seu Escritório.”

⁴⁰⁴ O texto permanece inédito.

⁴⁰⁵ Departamento de Registro de Originais da Editora Scipione. [Carta]. São Paulo, 29 jun. 1992.

estranha xícara, em 1968 até 2004, ano de sua morte⁴⁰⁶, Haroldo Maranhão publicou 23 títulos. Se considerarmos aqueles títulos publicados por mais de uma editora – caso de *A porta mágica* (Vértice e Scipione), *O tetraneto del-rei* (Francisco Alves e Livros do Brasil), esses dois com edição portuguesa, e *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis* (Marco Zero e Planeta), e ainda a obra póstuma *Feias, quase cabeludas*, o número sobe para 27, uma produção literária considerável. Sua fase mais profícua em termos editoriais, no entanto, está concentrada entre os anos de 1981 a 1992, período em que chega a publicar um título por ano, quando não mais de um: em 1982, por exemplo, publica 2 títulos; em 1983 publica 3, dos quais um é a edição portuguesa do infanto-juvenil *A porta mágica*; em 1986 publica 3, dos quais dois infantis, *A árvore é uma vaca* e *Quem roubou o bisão?*; e em 1987, publica 2, dos quais um é a edição brasileira de *A porta mágica*. Desse período, à exceção de Miguel Miguel (editora CEJUP), todos os demais títulos foram publicados por editoras de fora do Pará – duas de Portugal -, o que confirma que o autor conquistou projeção, prestígio e reconhecimento fora de sua terra natal e fora do país. Percebe-se também que essa escalada de prestígio deve-se em larga medida à sua atuação no campo da literatura infanto-juvenil.

Ainda desse período é *Senhoras e senhores*, uma reunião de 53 narrativas curtas, de temas variados, a meio caminho entre a crônica e o conto. Publicado pela Francisco Alves em 1989, é o quinto título de Haroldo Maranhão na editora - os quatro anteriores foram *O tetraneto del-rei*, *As peles frias*, *Jogos infantis* e *Rio de raivas*. Do contrato proposto pela Francisco Alves para a edição de *Senhoras e senhores*, várias cláusulas foram rejeitadas pelo autor, que lhes deu nova redação no texto assinado em 9 de fevereiro de 1990. Curiosamente, a data constante do contrato é posterior à data de edição do livro, que é de 1989, provavelmente porque tenha se estabelecido uma relação de confiança entre Haroldo Maranhão e a Francisco Alves em razão da edição dos livros anteriores, cujos contratos foram cumpridos sem grandes atropelos. As divergências, quando houve, caso da apresentação gráfica de *O tetraneto del-rei*, foram negociadas e acordadas pacificamente, com ambas as partes mostrando-se sensíveis aos argumentos uma da outra, fazendo concessões na medida das possibilidades e conveniências de cada uma.

⁴⁰⁶ Ano em que saiu a 2ª edição de *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*, pela Editora Planeta. A 1ª edição do livro é de 1991, pela editora Marco Zero.

Mesmo com o livro já publicado, e levando em conta as objeções feitas por Haroldo Maranhão, foram estabelecidas as condições que passariam a reger as relações autor-editor. Assim, a vigência do contrato passou para 5 anos, renovável por igual tempo, em lugar dos 7 anos propostos na minuta da editora; o prazo para a edição e lançamento passou para 12 meses, em lugar de 24 meses; o autor poderia adquirir quantos exemplares quisesse com desconto de 50% e não de 30%; a cota destinada à promoção da obra seria de até 200 exemplares da 1ª edição. Houve também supressão ou acréscimo de cláusulas, ou ainda a permanência de algumas outras sem alterações significativas. Duas cláusulas foram suprimidas: a que previa a divisão de 50% para o autor e 50% para a editora dos proventos que eventualmente adviessem de televisionamento, radiofonização, seriação condensação ou adaptação da obra, bem como aquela que a Francisco Alves fizera incluir no contrato de edição de *Rio de raivas*, que determinava a imediata rescisão contratual caso as exigências do Governo Brasileiro no tocante à censura ou modificações dos programas de ensino tornassem comercialmente obsoleta a edição da obra. Entre os acréscimos, encontramos a cláusula que garantia o envio ao autor de 50 exemplares gratuitos da 1ª edição do livro, e 20 exemplares de eventuais edições subseqüentes. Ficaram mantidas as cláusulas que previam o percentual de 10% para o pagamento de direitos autorais, assim como a obrigatoriedade de prestações de contas trimestrais. E ainda: caberia à editora, exclusivamente, determinar as características da obra – formato, composição, mancha, papel, gramatura do papel, capa, número de edições e de exemplares de cada edição, assim como o preço de venda ao público, ficando também a cargo da editora as revisões e provas gráficas, tarefa para a qual, se necessário, poderia ser convocado o autor para uma última revisão antes da impressão. Excepcionalmente Haroldo Maranhão deixa de interferir nas características da obra, deixando-as a critério da editora, pela mesma razão, provavelmente, pela qual admitiu a edição do livro antes da assinatura do contrato. Além disso, Haroldo Maranhão sabia que estava lidando com uma grande editora, que tinha equipe de excelência capaz de dar ao público leitor um produto final impecável.

Não há entre os documentos prestações de contas que permitam verificar o desempenho das vendas de *Senhoras e senhores*, nem tampouco identificar a tiragem do livro. Além do contrato, há apenas duas notas fiscais emitidas em nome de Haroldo Maranhão, nas quais estão registradas as vendas ao autor de 35 exemplares⁴⁰⁷ com desconto

⁴⁰⁷ Notas Fiscais nº 36590, de 21 de dezembro de 1989, e 38047, de 10 de agosto de 1990.

de 80%, e de 10 exemplares de *Senhoras e Senhores* e 10 de *Rio de raivas* com desconto de 50%.

As aventuras e desventuras do Torto, o fidalgo português Jerónimo d'Albuquerque, obrigado a abandonar os prazeres da corte e a embarcar para o Brasil por volta de 1531 a bordo da nau capitaneada por seu cunhado Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, já eram conhecidas do leitor brasileiro desde que a Francisco Alves editara o romance em 1982. Seis anos mais tarde, com a edição da Livros do Brasil, em 1988, *O tetraneto del-rei* alcança também o leitor português. Embora não haja registros de prestações de contas que demonstrem o desempenho das vendas⁴⁰⁸, a edição portuguesa do romance motivou uma prolífica troca de cartas entre o autor e os editores da Livros do Brasil, António de Souza-Pinto, administrador, e João Palma-Ferreira, diretor literário, nascendo e fortalecendo-se, principalmente com este último, uma breve mas sólida amizade que perdurou, não sem algum estremecimento, até a morte do escritor, tradutor, historiador e crítico literário português, em 1989, aos 58 anos.

Os entendimentos para a publicação de *O tetraneto del-rei* em Portugal iniciaram-se por indicação do escritor português Almeida Faria⁴⁰⁹, a quem António de Souza-Pinto menciona no primeiro contato que manteve com Haroldo Maranhão em 2 de outubro de 1987⁴¹⁰, manifestando a intenção de publicar o título na coleção dedicada a autores brasileiros (assim como a editora, também denominada Livros do Brasil), com uma tiragem inicial de 3.000 exemplares. Como se percebe, há uma constante nas tiragens dos livros para adultos, nunca ultrapassando a casa dos 3.000 exemplares, enquanto que as obras infanto-juvenis seguiam uma escalada sempre crescente. O livro seria publicado sem adaptações lingüísticas, excluídos os pormenores que o autor julgasse convenientes.

A partir do contato inicial, as cartas cruzavam o Atlântico de um lado a outro quase diariamente, muitas vezes sem que um dos missivistas aguardasse a mensagem do outro e ficaram mais freqüentes e pessoais quando tempos depois também João Palma-Ferreira passou a trocar correspondências com Haroldo Maranhão. As negociações, levadas a bom termo, culminaram com a assinatura do contrato, datado de 7 de janeiro de 1988. Restrito a

⁴⁰⁸ Segundo o contrato, assinado em 7 de janeiro de 1988, com 5 anos de duração, as prestações de contas seriam semestrais.

⁴⁰⁹ O escritor português Benigno José Mira de Almeida Faria, autor de vários romances, como *Rumor branco*, *A paixão*, *Lusitânia*, *Cavaleiro andante*, *O Conquistador*. Ensaísta e tradutor, escreveu também para teatro.

⁴¹⁰ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 2 out. 1987.

Portugal, além das cláusulas de praxe, previa o adiantamento de U\$ 750,00 de direitos autorais e elegia o foro do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões dele oriundas.

Cogitando uma viagem a Lisboa – “renovado prazer que os deuses me concedem” -, que afinal acabou não acontecendo naquela ocasião, no início de fevereiro de 1988 Haroldo Maranhão procura saber a data provável do lançamento do livro, uma vez que poderia estar naquele país a tempo de ter nas mãos “o pão recém saído do forno”. Haroldo Maranhão preocupava-se em apresentar ao público português uma edição de seu livro cuja leitura não se tornasse desagradável, prejudicada por tipos minúsculos, e assim a carta é ainda o veículo para registrar o pedido tantas vezes reiterado para que o editor levasse em conta o tamanho do tipo a ser escolhido para a impressão, a fim de que não sucedesse com a edição portuguesa o mesmo que sucedera com a edição brasileira.

Estimado Senhor Antônio Souza-Pinto,
 Improvável não será que possa eu ir a Lisboa, este ano, renovado prazer que os deuses me concedem. Então, e se lhe for possível, desejaria saber para quando a **Livros do Brasil** programa a edição lusitana de O tetraneto del-rei. Para mim, seria agradável poder aí estar, a tempo de ter às mãos o pão recém saído do forno. Muito estimaria que considerasse o amigo Souza-Pinto, este pormenor que tanto me incomodou: a edição brasileira saiu em microscópica tipologia, dificultando e até impossibilitando a leitura pelos idosos ou deficientes outros da visão. Seria um favor grandíssimo, especialíssimo, se pudesse a Editora considerar esta postulação do autor. Terá recebido, acredito, o original com as correções de próprio punho, remessa efetuada através da Carmem Balcells/Agência Literária. Se tal não sucedeu, por favor me notifique.⁴¹¹

Como se vê, antes mesmo de ver qualquer prova, ele já faz recomendações sobre os aspectos gráficos, procurando desde logo prevenir a ocorrência do pormenor que tanto o incomodara na edição brasileira, a microscópica tipologia. O original corrigido de próprio punho ao qual Haroldo Maranhão se refere na parte final da carta e que deveria ter sido enviado pela agência literária Carmem Balcells não chegou a Lisboa, impossibilitando a programação editorial do livro, “um mal-entendido que urge resolver”, conforme se verifica da resposta de António de Souza-Pinto em 8 de fevereiro de 1988. Quanto à recomendação do autor sobre o tipo a ser utilizado, o editor assegurava que não haveria problemas como

⁴¹¹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 2 fev. 1988.

os ocorridos no Brasil, já que o tamanho seria igual aos dos demais livros da coleção “Livros do Brasil”⁴¹².

Desgostoso com a “má mediação” da agência literária, “a gota d’água que fez derramar o copo”, na carta de 11 de março de 1988 Haroldo Maranhão anuncia ao editor António de Souza-Pinto que passaria a cuidar pessoalmente de seus negócios, fato que viria a ensejar, pouco tempo depois, a assinatura de um termo de re-ratificação contratual. O incidente com o original de *O tetraneto del-rei* dificultou e retardou o processo de edição, já que a cópia em poder da Livros do Brasil, levada pelo escritor Almeida Faria, era de má qualidade e não servia.

Caro Senhor Souza-Pinto,

No dia 2 de fevereiro último, empregando o Express Poste, mandei para a sua Editora, aos seus cuidados, os dois exemplares de **O tetraneto del-rei**, que me havia solicitado. Terá recebido no dia imediato, porque assim me asseguram: que em 24 horas encomendas por aquele serviço são entregues na Europa. Naquela ocasião estranhei os fatos acontecidos pela má mediação da CB/Agência Literária, o que muito me desgostou. Devo informar que exonerei dita a agência de prestar-me serviços, razão por que nossos negócios, doravante, serão diretamente tratados com o autor. Não se considere “causa” da ruptura. Não foi, o seu, caso isolado. Possivelmente foi a gota d’água que fez derramar o copo. Desejaria saber o seguinte: entregara eu à referida agência, ano passado ainda, o original (páginas coladas em laudas, da 1ª edição) com alterações a tinta, de meu próprio punho, e visando à edição da Livros do Brasil. Em seu poder existe uma cópia xerox, levada pelo nosso amigo Almeida Faria. É cópia de má qualidade e não serve, suponho, ao fim a que se destina, dificultando a composição tipográfica. Pois o original, que confiei à CB para lhe fazer chegar às mãos, não sei onde pára. Lá disseram-me que efetivamente haviam despachado pelo Express Poste. Verdade? Desejaria por favor que isso me confirmasse.⁴¹³

A despeito dos inconvenientes com o original, detectados em fevereiro, a programação do romance estava prevista para o mês de julho, e em 12 de maio de 1988, António de Souza-Pinto já encaminhava o cheque referente ao adiantamento, conforme “expresso desejo” do autor,⁴¹⁴ cujo recebimento foi confirmado por Haroldo Maranhão na carta de 20 de maio de 1988, na qual reitera o fim de seus negócios com a agência literária, com a conseqüente re-ratificação contratual, cuja cópia seria oportunamente enviada à editora. Encerra a carta feliz com a notícia da próxima saída do livro, e com a possibilidade

⁴¹² SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 8 fev. 1988.

⁴¹³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 11 mar. 1988.

⁴¹⁴ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 12 mai. 1988.

de encontrarem-se, ele e o romance, já que provavelmente em junho ou julho estaria “a trocar pernas pelo Chiado”:

“Caro Amigo Senhor Souza-Pinto,[...] A notícia, que me dá, da próxima saída do meu **Tetraneto** encheu-me de boas expectativas. Quem sabe nos encontraremos (eu e o romance) porque é possível que entre junho e julho ande eu a trocar pernas pelo Chiado. Certo será que nos encontraremos, eu e o editor, às imediações de um belo vinho!”⁴¹⁵

Enquanto a Livros do Brasil se via às voltas com os problemas da falta de um original em boas condições, um de seus editores, João Palma-Ferreira, em 17 de maio de 1988, escrevendo a primeira de uma série de cartas que enviaria a Haroldo Maranhão, era o portador da notícia de que a editora Inge Feltrinelli⁴¹⁶ estava interessada na leitura de *O tetraneto del-rei*, com opção para a língua italiana. A editora Feltrinelli, fundada em meados da década de 1950, com forte coloração política de esquerda, tinha em seu catálogo, entre outros títulos, a publicação de *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, *Il Gattopardo*, de Giuseppe de Lampedusa, além do diário de Che Guevara, que foi confiado ao “editor guerrilheiro” por Fidel Castro, e publicado sob o título de *Diário da Bolívia*.

Exmo. Senhor

Uma editora italiana que conheci em Portugal, recentemente, INGE FELTRINELLI, da casa GIANGIACOMO FELTRINELLI EDITORE⁴¹⁷, 20121, via Andegari, 6 – ITALIA, tem o maior interesse em receber exemplares de leitura de O TETRANETO DEL-REI, com opção para a língua italiana. Deixo o assunto nas suas mãos e agradeço-lhe que corresponda ao pedido daquela Editora.⁴¹⁸

Atendendo a sugestão de Palma-Ferreira, em 25 de maio de 1988⁴¹⁹ Haroldo Maranhão envia a Inge Feltrinelli dois exemplares de *O tetraneto del-rei*, “com a opção de 90 dias para a língua italiana”, informando que no mês de julho seguinte provavelmente a Livros do Brasil publicaria uma 2ª edição revista que constituir-se-ia no texto-base para uma eventual tradução, que acabou não acontecendo.

⁴¹⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 20 mai. 1988.

⁴¹⁶ Viúva do editor italiano Giangiacomo Feltrinelli (1926-1972).

⁴¹⁷ Editora fundada em 1954 pelo ativista político italiano Giangiacomo Feltrinelli (1926-1972), o “editor guerrilheiro” criador, no início da década de 1970, dos *Gruppi d’Azione Partigiana*, organização armada de esquerda. Entre outros títulos, a Feltrinelli publicou *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, *Il Gattopardo*, de Giuseppe de Lampedusa e *Diário da Bolívia*, obra de Che Guevara, que lhe foi confiada por Fidel Castro.

⁴¹⁸ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 17 mai. 1988.

⁴¹⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 25 mai. 1988.

A anunciada publicação de *O tetraneto del-rei* para o mês de julho também não se confirmou, adiada para setembro, “dado que os meses de Julho e Agosto, em Portugal, são pouco propícios a lançamentos editoriais”, explicava António de Souza-Pinto na carta de 26 de maio: “Setembro é o reinício da “saison” e excelente época para editar o seu romance.”⁴²⁰ Mesmo com o adiamento, os esforços para a publicação do romance esbarravam no problema da falta de clareza do material enviado para orientar a composição do texto. Diante da dificuldade, em 30 de junho de 1988 Antônio de Souza-Pinto solicita um novo exemplar, “com as emendas perfeitamente legíveis”⁴²¹.

Ao analisarmos hoje o original dactilografado que nos enviou, em fotocópia, verificámos que o texto está de tal natureza confuso, com as emendas introduzidas, que se torna difícilimo compô-lo. Solicitamos-lhe, assim, que com a maior urgência nos envie, no decurso deste mês, um novo exemplar, com as emendas perfeitamente visíveis, dado que programámos o seu livro para Setembro e temos de fazer a composição quanto antes.⁴²²

Os contratemplos para a edição de *O tetraneto del-rei* pareciam multiplicar-se, numa sucessão de pequenos desencontros, agravados pela distância, como se vê da carta de João Palma-Ferreira, que em 12 de julho de 1988⁴²³ escrevia “em paralelo” com a correspondência trocada com Souza-Pinto, cuja carta anterior havia sido dirigida para o nº 90 e não para o 60 da Praia do Flamengo, endereço do autor, daí porque poderia ter ocorrido a hipótese de que Haroldo Maranhão não a tivesse recebido. Na carta, Palma-Ferreira volta a assinalar a dificuldade de compreensão das emendas introduzidas no original fotocopiado enviado para composição nas oficinas e a necessidade de disporem de um original mais legível, a fim de evitar problemas.

Por meio da carta supostamente extraviada, por ter sido encaminhada para outro número, que não o do escritor brasileiro, Palma-Ferreira enviou um exemplar de livro de sua autoria – “Para o mesmo endereço, enviei-lhe um livro meu.”⁴²⁴ Como o exemplar

⁴²⁰ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 26 maio 1988.

⁴²¹ Para comparar as edições brasileira e portuguesa, com as modificações introduzidas nesta última, ver BIONDO, Delson. *A arte de persuadir e fazer rir: O tetraneto del-rei de Haroldo Maranhão*. Curitiba, 2009, p. 190-214. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2009.

⁴²² SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 30 jun. 1988.

⁴²³ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 12 jul. 1988.

⁴²⁴ Trata-se do romance *Vida e obras de Dom Gibão*, pertencente à Coleção Haroldo Maranhão da Biblioteca Arthur Vianna, que Palma-Ferreira ofereceu ao escritor paraense com a seguinte dedicatória: “A Haroldo Maranhão, este livro aparentado longínquo com o seu excelente “Tetraneto”, com muita admiração.”

pertence à Coleção Haroldo Maranhão, presume-se que apesar do contratempo, a carta acabou chegando ao seu destino.

Finalmente em 14 de julho de 1988⁴²⁵, Haroldo Maranhão encaminha a António de Souza-Pinto o original definitivo, confiante que desta vez tudo sairia a contento, já que aproveitara a releitura para tornar mais claras e legíveis as emendas e ajustar melhor o texto, anunciando o envio também por telegrama: “Original legível Tetraneto seguindo hoje.”⁴²⁶

Em Lisboa, preocupados e ainda sem ter recebido as notícias do Brasil, os editores reiteram o pedido de urgência: “Solicitamos resposta urgente nossas cartas referentes original de Tetraneto stop Fotocopiado em nossa posse impossível de compor. Librasil.”⁴²⁷ A chegada em Lisboa o novo original, agora com as emendas “efectivamente legíveis”⁴²⁸, é comunicada por Souza-Pinto na carta de 20 de julho de 1988, na qual solicita: “Diga-nos, por favor, antes do final do mês de Julho – dado que em Agosto estaremos encerrados – se pretende ver as provas tipográficas.”

O “vivo interesse” de Haroldo Maranhão em ler as provas é manifestado no telegrama de 27 de julho de 1988: “Ontem segui (sic) carta expressando vivo interesse ler últimas provas tipograficas.”⁴²⁹ A decisão brevemente comunicada por telegrama é justificada em carta da mesma data, na qual o autor, dizendo-se receoso ainda de que o último original enviado estivesse em estado apenas “tolerável”, opta por ler as provas, prometendo que tudo faria para não retardar o andamento da produção gráfica: “Juro sobre Os Lusíadas!”

Apresso-me a responder sua carta de 22 último e acusar a devolução das cópias do Instrumento de Re-retificação do contrato de O tetraneto del-rei. Também me apresso em manifestar-lhe o interesse em ler as últimas provas tipográficas do romance. Espero que não leve o pedido à conta da mais leve suspeita em relação à probidade e à competência dos revisores da Casa. Como o primitivo original foi considerado insatisfatório, receio que o outro se tenha constituído em apenas tolerável e, portanto suscetível de improvável mas não impossível ocorrência de gralhas. Como retive cópia do original que para aí seguiu, desnecessário será mandá-lo de volta. E eu me desincumbirei da tarefa diligentemente, de modo a não retardar o andamento da produção gráfica: juro sobre Os Lusíadas! Fico portanto a aguardar as provas, no devido tempo.⁴³⁰

⁴²⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 14 jul. 1988.

⁴²⁶ Id. [Telegrama]. Rio de Janeiro, 14 jul. 1988.

⁴²⁷ LIBRASIL. [Telegrama]. Lisboa, 14 jul. 1988.

⁴²⁸ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 20 jul. 1988.

⁴²⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 27 jul. 1988.

⁴³⁰ Id., *ibid.*

Referindo-se a carta de Haroldo Maranhão, não localizada contudo nos arquivos, Palma-Ferreira manifesta sua satisfação por estar proporcionando algum prazer ao amigo com a leitura das peripécias de Dom Gibão, o “aparentado” do fidalgo português Dom Jerónimo d’ Albuquerque, o Torto de *O tetraneto del-rei*, que quer fazer chegar ao Brasil através das Livrarias Camões, Padrão e Martins Fontes. A carta, de 8 de setembro de 1988, também dá conta do andamento dos trabalhos para a publicação: o livro já estava composto e revisto pelo revisor oficial e a edição já havia sido anunciada no *Jornal de Letras*⁴³¹.

Por força de sua intensa atividade intelectual e institucional, Palma-Ferreira era homem de grandes relacionamentos sociais nos meios letrados e estava inserido num vasto círculo de amizades e contatos, que movimentava generosamente, e do qual colhia e dava frutos, num trânsito contínuo, ampliando assim a sua área de influência. Entre seus amigos pessoais estava o então presidente português, o líder socialista e ex-Primeiro-Ministro Mário Soares, a quem gostaria que Haroldo Maranhão conhecesse, como afirma na carta de 8 de setembro de 1988: “Se o meu Amigo vier a Portugal, - diga-me, se vier, as datas certas – gostaria que conhecesse, se não conhece, o Mário Soares, meu velho amigo pessoal.” Com relação ao amigo recente, pode-se perceber, por exemplo, que a recomendação para a publicação de *O tetraneto del-rei* surgiu da amizade de Palma-Ferreira com o escritor Almeida Faria, que indicou a ele a leitura do romance. Também o contato entabulado com a editora italiana Feltrinelli, que manifestou interesse na publicação do livro, aconteceu graças aos conhecimentos de Palma-Ferreira.

Homem de prestígio no meio editorial e intelectual português, Palma-Ferreira trabalhava, na ocasião, na tradução do *Ulisses*, de James Joyce, que a Livros do Brasil editaria em 1989. Embora não mais ocupando funções na administração pública – “Estou a reformar-me do meu cargo estatal e para não ir para os jardins públicos engordar pombos, venho a Livros do Brasil, com a qual colaboro há muitos e muitos anos, todas as ruidosas manhãs desta bela mas infecta Lisboa”, diria ele na carta de 4 de outubro de 1988 -, João Palma-Ferreira, havia sido diretor da Biblioteca Nacional, de 1980 a 1983, presidente do Conselho de Administração da Rádio Televisão Portuguesa – RTP, entre 1983 e 1986 e do Instituto Português do Património Cultural, além de muitas outras funções que exercera ao

⁴³¹ O *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, ou apenas *JL*, quinzenário lisboeta fundado em 1981, in *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*. In **Infopédia** [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2010. [Consult. 2010-05-09].

longo da vida, e guardava um capital social respeitável, que no entanto via tornar-se de certa forma obsoleto.

Não mais ocupando funções públicas e portanto distante do centro de decisões, via com ceticismo e amargura a atuação de alguns políticos e intelectuais portugueses. Crítico, nas cartas a Haroldo Maranhão invariavelmente abordava o assunto que tanto o desgostava, assim como invariavelmente invocava Eça de Queiroz, como a buscar forças na batalha perdida contra os interesses e egoísmos que arruinavam a velha literatura portuguesa ao distribuir “chapeladas, louvores e prémios: Ai, se Eça de Queiroz vivesse...”

Meu prezado Amigo Haroldo Maranhão

Estou-lhe muito grato pela sua carta de 2 de Setembro e muito satisfeito por lhe ter dado algum prazer com a leitura de VIDA E OBRAS DE DOM GIBÃO. Se viermos a travar bom conhecimento, compreenderá o meu Amigo que faço os possíveis por não me misturar nem confundir com a imensa confusão de interesses e de egoísmos patéticos que neste momento (e até quando) arruinam a velha literatura portuguesa. Verificará que, aqui, uma mão cheia de autores de medíocre qualidade mas com cobertura política, manietam a informação e entre si distribuem chapeladas, louvores e outras coisas, especialmente prémios. Ai, se Eça de Queiroz vivesse... De qualquer modo, vou tentar fazer com que alguns exemplares do DOM GIBÃO cheguem ao Brasil, embora só consiga, creio, alguma coisa através da Livraria Camões que me parece, à distância, um pouco moribunda. Pedia-lhe o favor de me enviar os endereços da Livraria Padrão e da Martins Fontes, para que eu as possa contactar. O seu Tetranelo está pronto, composto e revisto pelo revisor oficial. Vou enviá-lo, em provas, sob correio registado. Agradeço-lhe que acuse a recepção e que, ao devolver as provas, o faça também por correio registado. Fica um belo livro e a edição já veio anunciada no último número do “Jornal de Letras”. Se o meu Amigo vier a Portugal, - diga-me, se vier, as datas certas - gostaria que conhecesse, se não conhece, o Mário Soares, meu velho amigo pessoal. Quanto ao resto, além de prosseguir a tradução do “Ulisses”, do Joyce, trabalho num novo romance, mas totalmente diferente do DOM GIBÃO.⁴³²

Embora Haroldo Maranhão tenha jurado sobre *Os Lusíadas* não contribuir para atrasar ainda mais a publicação, o fato é que ainda que involuntariamente o envio das provas de um continente a outro tornavam lentas as providências de parte a parte. É assim que 13 de setembro de 1988, Antônio de Souza-Pinto comunica a impossibilidade de ter o livro pronto ainda para aquele mês, visto que ainda estava aguardando a devolução das provas. Dessa forma, propõe ao escritor que caso confirmasse sua viagem a Portugal, o

⁴³² PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 8 set. 1988.

fizesse na segunda quinzena de outubro, data provável para o lançamento. Ao fim da carta, o apelo: “Agradeço-lhe, ainda, que não demore muito com a revisão das provas.”⁴³³

Pouco menos de quinze dias depois, as provas estavam de volta a Lisboa e seguiram imediatamente para as oficinas. Como se vê da carta em que Souza-Pinto acusa o recebimento do material, Haroldo Maranhão insistira mais uma vez no aspecto gráfico do livro, dessa vez em relação à abertura dos capítulos, ao que o editor garantiu que ficaria conforme aos demais da Coleção Livros do Brasil.

Meu prezado Amigo,
Acuso a recepção das provas tipográficas que chegaram ontem e que imediatamente foram para as oficinas. As aberturas entre capítulos, como nos pede na sua carta, ficarão perfeitamente e conforme o que há muitos anos fazemos em todos os livros da Coleção “Livros do Brasil”. Espero que tenha recebido a minha carta anterior sobre a sua provável vinda a Portugal e que nos dê informações para podermos programar a saída do seu livro enquanto o meu Amigo se encontra em Portugal.⁴³⁴

Com *O tetraneto del-rei* no prelo, outros assuntos encontraram espaço na correspondência de Haroldo Maranhão e João Palma-Ferreira, iniciando uma relação de amizade forte e afetuosa, a despeito de jamais ter havido conhecimento pessoal. As cartas tornaram-se longas e as confidências se sucediam, assim como os pequenos favores. Em 28 de setembro de 1988, abandonando o tom formal das cartas anteriores, Haroldo Maranhão escreve ao “Meu bom Amigo João Palma-Ferreira”, justificando a demora por ter tido dificuldade em localizar a Livraria Martins Fontes em São Paulo. Depois de transcrever os endereços das livrarias Padrão e Martins Fontes, com os respectivos contatos, Alberto Abreu Mathias e Jorge Henrique Bastos, põe-se de acordo com o interlocutor no que respeita ao moderno panorama literário, no Brasil como em Portugal: “Saiba, caro Palma-Ferreira, que por estas bandas do Atlântico alastram-se as capelinhas e a mídia produz notoriedades num estalar de dedos. Como você aí, ponho-me também à margem, é claro que nauseado também.”⁴³⁵

Provavelmente porque contasse reduzir o custo total da viagem que estava programando para Portugal, Haroldo Maranhão tentava conseguir uma cortesia da Varig ou da TAP para a passagem aérea. No entanto, não nutria grandes expectativas porque, no caso

⁴³³ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 13 set. 1988.

⁴³⁴ Id. [Carta]. Lisboa, 26 set. 1988.

⁴³⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 28 set. 1988.

da primeira companhia o amigo que poderia ajudá-lo andava “a passeios pelo mundo”, e no caso da segunda porque, mesmo já tendo encaminhado o assunto e efetuado contatos com pessoal da companhia aérea, uma experiência anterior, frustrada, levava-o a descrever da possibilidade. Como se observa, tanto Haroldo Maranhão como seus editores portugueses vão pôr em movimento uma vasta rede de relações pessoais com vistas a garantir a desejada passagem aérea.

A cortesia outrora pleiteada junto à TAP no percurso Lisboa-Funchal-Lisboa, contudo, foi o mote para que Haroldo Maranhão contasse o que pretendia fazer então na Ilha da Madeira, introduzindo um assunto que sempre o mobilizou, como comprovam as cartas trocadas anos antes com os amigos Sultana Rosenblat e Napoleão Figueiredo – a busca de suas raízes familiares lusitanas, vendo nelas a possibilidade de nutrir sua ficção: “Alimentava o projeto de efetuar pesquisas cartorárias a ver se resgatava das sombras dos papéis arquivados meu avô materno, natural do Funchal, presumivelmente [...]”

Minha viagem a Lisboa: infelizmente, meu amigo da VARIG anda a passeios pelo mundo. Disse isso a um amigo do Consulado de Portugal, cujo nome agora me escapa, e me prometeu ele diligenciar junto à TAP. Efetivamente nesse dia mesmo me telefonou a Sra. Beatriz Marinho Strauss, Relações Públicas da TAP no Brasil, a colher dados meus para instruir a informação que ofereceria à pessoa que decide, na ausência do presidente da Empresa, ora em Portugal. Sou muito cético quanto à viabilidade. Já de outra feita, quando fui até aí nas asas da VARIG, pretendi obter uma cortesia da TAP no percurso Lisboa-Funchal-Lisboa. Alimentava o projeto de efetuar pesquisas cartorárias a ver se resgatava das sombras dos papéis arquivados meu avô materno, natural do Funchal, presumivelmente, pois daí partiu em direção ao Brasil, onde se estabeleceu e veio a morrer. Antes, com a família, retornou à Ilha da Madeira para visitar parentes, e minha falecida mãe mencionava as claras águas do Funchal! Aqui morreram os filhos do meu avô. E a ambição minha consistiria em identificar (quem o sabe?) parentes, primos, tios, o que seria reatar pontas que ficaram soltas. Quem sabe recolher matéria para a minha ficção? Naquela oportunidade muito se empenhou Amândio Silva, adido da Embaixada no Brasil, muito diligente e amável, tendo esbarrado porém na negativa do governador da Ilha, de quem recebi correspondência atenciosa. Digo-lhe tudo isso não em sinal de mágoa, acredite por favor, porque bem compreendo contingências inarredáveis, e as aceito. Mas, enfim, para sublinhar que vejo remota possibilidade de aí estar ao ensejo do lançamento do Tetranelo e para certamente firmar boa amizade com o pai de Dom Gibão!⁴³⁶

⁴³⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 28 set. 1988.

Mesmo sem conhecimento pessoal, a amizade entre Haroldo Maranhão e Palma-Ferreira se prenunciava boa e a admiração mútua. Ao fim da carta, Haroldo Maranhão escreve ao “pai de Dom Gibão”: “Vi sua foto no Jornal de Letras e é rosto bom, calmo rosto de homem íntegro, com quem muito gosto teria em travar boa amizade. Quem sabe seria o diretor da Biblioteca Nacional quando lá estive a buscar uns papéis?”⁴³⁷”

Aos cuidados de Haroldo Maranhão em apurar as informações sobre as livrarias brasileiras, que talvez o ajudassem a escapar “às malhas do ‘lobby’ literário português”, Palma-Ferreira retribuiu indicando o nome de um antigo colaborador seu na Biblioteca Nacional, o bibliófilo Pedro da Silveira, capaz de ajudá-lo nas suas pesquisas na Ilha da Madeira, “antro de uns gordos fagundes que tornam difícil qualquer aproximação”.

Meu caro amigo Haroldo Maranhão.

Estimei muito receber a sua amiga carta e bem lhe agradeço os endereços das editoras. Veremos, agora, se consigo colocar alguns exemplares do “Dom Gibão” no Brasil, escapando às malhas do “lobby” literário português que se não fosse tão cadaveroso daria para rir a bom rir. Sabe que há um homem, em Portugal, meu velho colaborador quando eu era Director da Biblioteca Nacional que o pode ajudar nas suas pesquisas na Ilha da Madeira, antro político de uns gordos fagundes que tornam difícil qualquer aproximação. Trata-se de PEDRO DA SILVEIRA, bibliófilo notável embora algo envelhecido. O meu amigo pode escrever-lhe, se desejar, para BIBLIOTECA NACIONAL, Campo Grande, 83, 1700, Lisboa e expor-lhe o seu caso. Talvez ele possa, com os conhecimentos que tem, ser-lhe de honesta utilidade.⁴³⁸

A carta é datada de 4 de outubro de 1988. Nela, o tradutor de *Ulisses* e pai de Dom Gibão, mais uma vez dispondo-se a movimentar sua teia de relações, considera uma alternativa para o caso de o pleito de cortesia junto à TAP não lograr êxito: diligenciar junto à Embaixada para tentar assegurar a estada do autor de *O tetraneto del-rei* em Portugal no lançamento do livro, que, esperava, pudesse ter uma cobertura digna da imprensa, inclusive da Rádio Televisão Portuguesa, que presidira de 1983 a 1986, e onde podia contar com a ajuda de um amigo, António Braz Teixeira, “homem de bom gosto e de boas letras”.

Passemos, agora, a coisas práticas. No caso de o meu Amigo perder completamente a hipótese de assegurar a sua vinda por intermédio de uma cortesia da TAP, diga-nos imediatamente, de preferência em directo ao António Luís de Souza-Pinto, aqui dirigente de Livros do Brasil. Ele,

⁴³⁷ João Palma-Ferreira dirigiu a Biblioteca Nacional de 1980 a 1983.

⁴³⁸ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 4 out. 1988.

nesse caso, fará diligências junto da Embaixada para tentar conseguir alguma coisa. Fazemos muita questão na sua estada aqui quando sair o TETRANETO que já está quase pronto. O livro, ao ser lançado, precisa de si, já que alguns meios de informação cobrirão o evento e eu verei, se por acaso ainda tenho alguma influência na TV portuguesa, de que fui presidente⁴³⁹, a hipótese de uma cobertura digna. Há, na actual administração, um amigo meu, o Dr. António Braz Teixeira⁴⁴⁰ que é um homem de bom gosto e de boas letras.⁴⁴¹

Nota-se, assim, pelos esforços empenhados, que Haroldo Maranhão era valorizado fora do Brasil, especialmente em Portugal. Percebe-se também que Palma-Ferreira lançava mão de todos os meios à sua disposição, apostando em seus conhecimentos e seu prestígio no mundo intelectual e político, pondo-os a serviço da divulgação de *O tetraneto Del-rei*, prontificando-se a se valer até mesmo de sua amizade pessoal com o então Presidente Mário Soares para garantir a viagem do amigo. Ao deplorar mais uma vez o triste espetáculo das letras, onde “nascem todos os dias génios e todos os dias morrem”, e ao mencionar os saudosos amigos Jorge de Sena e Alexandre O’Neill, poetas importantes no cenário português, então já falecidos, reafirma sua posição crítica em relação às novas práticas culturais, conduzidas por uma elite intelectual preocupada tão somente em produzir notoriedades - “Infinita quermesse!”, constata amargo.

Pois aqui me tem, após muitas andanças. Estou a reformar-me do meu cargo estatal e para não ir para os jardins públicos engordar pombos, venho a Livros do Brasil, com a qual colaboro há muitos e muitos anos, todas as ruidosas manhãs desta bela mas infecta Lisboa. Peregrinatio ad loci infecti, como diria a bom dizer o meu querido e saudoso amigo Jorge de Sena⁴⁴² que aqui também trabalhou muitos anos, depois do Dr. Jaime Cortesão⁴⁴³. Enquanto andei por fora, nas Europas, estive a trabalhar nos Livros do Brasil outro grande e querido Amigo, já falecido, o Alexandre O’Neill⁴⁴⁴, um grande poeta e uma boa alma. Em diversas aventuras editoriais fomos sócios, uma trapalhada quase surrealista... Hoje, em Portugal, assiste-se, com tristeza, ao triunfo da mais estúpida mediocridade auxiliada pelo marketing. Nascem génios todos os dias e todos os dias morrem. Infinita quermesse! Hoje mesmo (ou amanhã, que é dia 5 de Outubro, aniversário de implantação da República) tentarei falar ao Mário Soares para também o meter no negócio da sua vinda. Somos velhos amigos, agora não tão assíduos porque, c’os diabos, ele sempre é

⁴³⁹ Palma-Ferreira exerceu a Presidência do Conselho de Administração da Rádio e Televisão Portuguesa de 1983 a 1986.

⁴⁴⁰ O historiador e professor universitário António Braz Teixeira.

⁴⁴¹ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 4 out. 1988.

⁴⁴² O poeta Jorge de Sena (1919-1978).

⁴⁴³ O médico, político, historiador, escritor e intelectual português (1884-1960).

⁴⁴⁴ O poeta Alexandre O’Neill, um dos fundadores do Movimento Surrealista de Lisboa.

Presidente da República, o que é uma douda complicação protocolar. Tudo farei para que o meu Amigo venha ao fatigado Outono português, que vai muito quente (30 graus em Lisboa); mas espero que se vier, Eolo, que é nosso compadre, afaste estes calores e imponha o proverbial claro e fresco Outubro. PS.: Não esqueça de escrever ao António Luís Sousa-Pinto, para a Editora, caso falhem as suas diligências com a TAP. O endereço acima é do meu escritório, onde escrevo tranquilamente pelas engordantes tardes de Lisboa, a incendiada.⁴⁴⁵

De sua parte, António de Souza-Pinto também mantinha vivo o interesse na viagem de Haroldo Maranhão a Portugal e dispunha-se ele mesmo a, “sem qualquer compromisso”, sondar a administração da TAP⁴⁴⁶. Mas como o próprio Haroldo Maranhão já não contava mais com a hipótese de sucesso, prometia tudo fazer para a boa acolhida do livro em Portugal: “[...] faremos os possíveis para acompanhar o seu livro, o que, certamente, seria muito diferente com a sua presença.”⁴⁴⁷ No entanto, entre tantos nãos, havia o que comemorar: nesse meio tempo havia sido finalizada a edição do livro, que António de Souza-Pinto anuncia na carta de 26 de outubro de 1988: “Por correio separado, envio-lhe desde já dois exemplares da nossa edição de “O tetraneto del-rei”, independentemente dos exemplares contratuais. Creio que o livro saiu excelente e creio que sem gralhas.”⁴⁴⁸

A boa nova é confirmada por Palma-Ferreira em carta escrita no dia seguinte, uma “clara manhã de sol lisboeta, antes da poluição nipônica que invadiu o país nos últimos meses”. A saúde debilitada traduz-se numa carta pessimista, de tom amargo – “tudo desmoraliza, a começar pelo estúpido governo e a acabar na estupidez da vida”:

Meu bom Amigo

Só hoje posso responder à sua amiga carta. Entretanto (vou ficando velho, como o cão Garryowen do “Ulisses”) estive doente, pois, por infelicidade ou vontade de Zeus, tenho um problema coronário que me aflige, preocupa e desmoraliza. Além das coronárias, em Portugal, tudo o resto também desmoraliza, a começar no estúpido governo e a acabar na estupidez da vida. Mas, em suma, o “Tetraneto” está pronto e o António Luís enviou-lhe ontem dois exemplares para o meu Amigo neles se rever.⁴⁴⁹

A recém lançada edição portuguesa motivou uma nova leitura de *O tetraneto del-rei*. Palma-Ferreira, que voltou a deliciar-se com as peripécias do Torto, a cujas aventuras

⁴⁴⁵ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 4 out. 1988.

⁴⁴⁶ SOUZA-PINTO, António de. [Carta]. Lisboa, 7 out. 1988.

⁴⁴⁷ Id. [Carta]. Lisboa, 13 out. 1988.

⁴⁴⁸ Id. [Carta]. Lisboa, 26 out. 1988.

⁴⁴⁹ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 27 out. 1988.

atribui a capacidade de “refrescar” a literatura brasileira, na qual pontificavam alguns literatos “chatíssimos”, é pródigo em elogios, comparando a obra de Haroldo Maranhão à de um dos maiores e mais prestigiados autores brasileiros: “desde o Guimarães Rosa que não lia um livro ‘tanto a gosto’”. Percebe-se que Palma-Ferreira, um crítico dos modernos costumes, que tanto censurava, vê na obra de Haroldo Maranhão qualidades suficientes para ombreá-la com a de Guimarães Rosa. No Brasil, embora não se tenha traduzido em sucesso de público e de vendas, *O tetraneto del-rei* entusiasmou a crítica, que o saudou como um romance vanguardista, enfatizando seu caráter paródico, picaresco e/ou satírico. A mesma capacidade de “refrescar” a literatura brasileira que Palma-Ferreira não via desde Guimarães Rosa, foi apontada por Wilson Martins, David Jackson, Benedito Nunes, Lúcio Flávio Pinto, Virgílio Moretzohn Moreira e Oscar Mendes.⁴⁵⁰

Reli-o. É um grande livro e novamente o felicito. Felizmente, o Meu Amigo não é desses literatos brasileiros, - alguns chatíssimos - do Corpo Diplomático que apanharam a enfermidade do Eça de Queiroz. Não a tuberculose intestinal que o matou tão jovem e que o obrigava a escrever de pé, mas a da mania que os diplomatas devem ser escritores. O seu “Tetraneto” refresca a literatura brasileira e desde o Guimarães Rosa que não lia um livro “tanto a gosto”. Como não sou “patriotista”, gozei e gozo infinitas vezes com o Torto. Que torto!⁴⁵¹

Quanto à viagem a Portugal, condicionada que estava ao recebimento de uma cortesia, Palma-Ferreira duvidava que se concretizasse. Assim, comprometia-se a assumir o papel de “avô” do “neto” de Haroldo Maranhão, prometendo tudo fazer para promover o livro o melhor possível. Para isso, já enviara um exemplar do livro a Mário Soares, pedindo ao *Jornal de Letras* que o entrevistasse a respeito. Na imprensa, o livro já era anunciado, aparecendo ao lado de Virginia Woolf e Georges Bernanos, “o que é uma boa companhia”.

Nada sei sobre a sua hipótese de vir a Portugal. Sei, isso sim, que a TAP é uma empresa de judeus autênticos, esses que fazem feias judiarias e daí que duvide dum gracioso gesto voador... Vamos (vou) fazer o possível para que o seu “neto” não fique sem avô e promoverei o livro o melhor possível. Já o enviei ao Mário Soares e pedi ao JL que o entrevistasse. Não sei se o fez ou se o fará. Os anúncios de imprensa são bons (o meu amigo aparece ao lado de Virginia Woolf e de Bernanos, o que é uma boa

⁴⁵⁰ Para a fortuna crítica de *O tetraneto del-rei*, ver BIONDO, Delson. Arte de persuadir e fazer rir: o Tetraneto del-rei de Haroldo Maranhão. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

⁴⁵¹ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 27 out. 1988.

companhia). Estou a escrever-lhe numa clara manhã de sol lisboeta, antes da poluição nipónica que invadiu o país nos últimos meses. Por isso, escrevo rapidamente, louvando o Grande Deus da Alegria, dito Sol, que inunda minha velha máquina.⁴⁵²

A carta sugere que o autor teria cacife para figurar no *Jornal de Letras* ao lado dos dois grandes romancistas estrangeiros. Além disso, no âmbito nacional, conforme missiva anterior, Palma-Ferreira comparara a prosa de Haroldo Maranhão a Guimarães Rosa, evidenciando, assim, que tinha *O tetraneto del-rei* em grande conta, freqüentemente reafirmando a sua incondicional admiração pelo romance do amigo.

Em 8 de novembro de 1988, uma nova carta de Antônio de Souza-Pinto dá conta das últimas providências tomadas em Portugal: o envio dos exemplares ao autor, que provavelmente chegariam antes da carta, além de um exemplar ao diretor do *Jornal de Letras*, que, a despeito do pedido e da mobilização de tantos esforços dos editores portugueses, nada havia publicado naquela data: “No *Jornal de Letras* de hoje nada saiu.”⁴⁵³

Enquanto em Lisboa os editores se batiam para dar uma boa divulgação ao romance, em termos pessoais Haroldo Maranhão e Palma-Ferreira continuavam a trocar cartas, revelando a afinidade e a admiração recíproca que se estabelecera entre eles que se traduziam no gosto pela linguagem cultivada, pelo texto hábil e escoreito, pelo apuro na linguagem, cuidadosamente elaborada, e pela língua ferina de um e outro, um exercício de prazer estético, no qual ambos se compraziam. A habilidade no manejo da língua é capaz de dar a exata dimensão dos sentimentos, ou, às vezes, do vazio deles: “Eis-me a fazer 57 anos e não sinto nada de especial. Ainda acreditava que aos 57 anos se sentiam coisas. O que sinto a mais é sono e um tanto de asco, para ser franco.” Os recém completados 57 anos, dia em que recebe carta de Haroldo Maranhão, há pouco saído de um procedimento cirúrgico – “chiça!” -, dão o tom da carta de Palma-Ferreira ao amigo. Entre literatura, política e coronárias, a carta de 9 de novembro de 1988 é um jorro de indignação, inconformismo e ironia:

Meu bom Amigo Haroldo Maranhão

Recebo a sua carta no dia em que a família insiste que completo 57 nauseabundos Outonos e outras tantas fétidas estações. E detenho-me na tradução do “Ulisses” (que coisa em que me meti!) para responder à sua

⁴⁵² PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 27 out. 1988.

⁴⁵³ SOUZA-PINTO. Antônio. [Carta]. Lisboa, 8 nov. 1988.

carpetovetónica cineangiocoronariografia (chiça!⁴⁵⁴) que me deixou hirto e gelado só de pensar que o mesmo me poderá vir a acontecer. Mas como eu disfarço muito bem e quanto tenho dores, pumba, nitroglicerina para a frente, um triunfo, até à explosão, espero não cair nessa malha diabólica. Mas então deram-lhe facadas nas coronárias? Medonho! Mais medonho, que eu saiba, só a literatura portuguesa. Essa ainda é pior do que facadinhas pérfidas na veia essencial! Não sei se tem visto que (apesar dos repetidos avisos de Eça de Queiroz) lá foram 21 portugueses, alguns marotíssimos, pra Sorbonne, das França, fazer de grandes escritores trans-nacionais. Um gozo! O pai da embaixada é o tal famígero Eduardo Prado Coelho⁴⁵⁵, que o Manuel da Fonseca⁴⁵⁶ crismou de almôndega metafísica, actualmente Conselheiro Cultural em Paris e influente na revista “Marie Claire”. Dar-lhe-á pela ilharga, é mais redondo que a bola universal e tem pêlos disseminados pela própria boca. Crítico. Derridocriptológico. Desconstrutivista. Alpista. Politicamente, de comunista a liberal-direitista, passou por tudo. Filho de pai e de avô quase iguais. Produce of Portugal, made in Campo Grande, Faculdade de Letras, um cóio. E o que é mais portuguesmente interessante é que levaram o Mário Soares, a ares, para aplaudir. Como vê, isto aqui é pior do que Tahiti. Homicidas pelintras, matadores de canivete em punho, um lobby fantástico. Fantástico! E tudo opiparamente pago pelo Cavaco⁴⁵⁷, um dos maiores patifes da nossa história passada e futura. Pois é assim, eis-me a fazer 57 anos e não sinto nada de especial. Ainda acreditava que aos 57 anos se sentiam coisas. O que sinto a mais é sono e um tanto de asco, para ser franco. Ora, afinal, se não fosse o marotíssimo Joyce...Eu lhe agradeço os endereços das livrarias e vamos lá a ver se livrariso os meus livros e os que estão para seguir. O seu V.Exa. Tetraneto vai irritar os patifórios nacionalistóides desta banda. BEM FEITA! Já o li duas vezes e das duas bati palmas. Grande livro! Grande “Torto”! Veja lá o meu Amigo se escreve ao piolhoso do José Carlos de Vasconcelos⁴⁵⁸ para que ele se deixe de pânicos e faça o que deve pelo “Tetraneto”. Regresso ao “Ulisses”.

Envio-lhe repetido abraço.

Abaixo as coronárias!⁴⁵⁹

Amante da tradição e de Eça de Queiroz, que não cansa de evocar, e avesso às manifestações de uma parcela da moderna literatura portuguesa - mais medonha do que “facadinhas pérfidas na veia essencial” -, Palma-Ferreira reconhece no trabalho de parodização da linguagem quinhentista do início da colonização de *O tetraneto del-rei*

⁴⁵⁴ Plebeísmo lusitano. Interjeição: Droga! Merda!

⁴⁵⁵ Eduardo Prado Coelho (1944-2007), escritor e professor universitário português, filho do também escritor e professor universitário Jacinto do Prado Coelho. Em 1988 foi para Paris ensinar no departamento de Estudos Ibéricos da Universidade de Sorbonne – Paris III.

⁴⁵⁶ Manuel Lopes da Fonseca (1911-1993), poeta, escritor e jornalista, membro do Partido Comunista Português. Colaborou em várias publicações: *Afinidades*, *Altitude*, *Árvore*, *Vértice*, *O Pensamento*, *Sol Nascente*, *Seara Nova*, *O Diabo* e *Diário* e fez parte do *Novo Cancioneiro*, grupo poético ligado ao neo-realismo.

⁴⁵⁷ O Presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, à época primeiro-ministro.

⁴⁵⁸ Diretor do *Jornal de Letras* desde a sua fundação.

⁴⁵⁹ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 9 nov. 1988.

sinais da boa tradição literária, daí a comparar Haroldo Maranhão com nomes consagrados. Contudo, não é só sob esse ponto de vista que admira a obra do amigo. Ao deplorar os *lobbies* patrocinados pelo Estado, que se tornaram prática corrente, e as ideologias flébeis, de ocasião, que se ajustam às conveniências do momento, vê, também, no Torto a possibilidade de irritar os “patifórios nacionalistóides”.

Ao contrário das cartas de Palma-Ferreira, as de Souza-Pinto, sempre mais protocolares e contidas, embora gentis e deferentes, jamais resvalavam para o âmbito pessoal. Mas mesmo sem os arroubos do conterrâneo, também ele criticava a “bizarria” do comportamento da imprensa cultural portuguesa, que tardava em referir-se ao livro (cuja edição, a seu ver, saíra excelente), exceção feita ao rádio, que segundo o missivista emitira “uma crônica muito favorável”⁴⁶⁰.

Se Souza-Pinto era econômico com as palavras, Palma-Ferreira, como se vê, aproveitava as cartas para dar vazão à sua indignação e ao seu inconformismo. É assim que, definitivamente afastada a possibilidade da ida de Haroldo Maranhão a Lisboa, Palma-Ferreira lamenta, pois gostaria de conhecer pessoalmente o amigo com quem tantas cartas já havia trocado. Por outro lado, sabe que, em não indo, o amigo seria poupado do “tristíssimo espetáculo que hoje, a um intelectual, oferece esta velha pátria de quimeras”. A carta de 28 de novembro de 1988 é, assim, mais uma vez o pretexto para desancar o panorama intelectual português, dominado por “um bando de osgas, para não dizer de abutres, comandados por alguns contorcionistas públicos”.

Meu prezado Amigo

Vim a saber pelo António Luís de Souza-Pinto que o meu Amigo não viria, afinal, a Portugal. Embora lastime a sua ausência, até porque muito gostaria de o conhecer pessoalmente, por outro lado, creio que se liberta, assim, do tristíssimo espetáculo que hoje, a um intelectual, oferece esta velha pátria de quimeras. Um bando de osgas, para não dizer de abutres, comandados por alguns contorcionistas públicos, tomou conta da ferrugínea “inteligência” e o mais fantástico é a horda de escritores festejados, agraciados, ajantarados, chapelados, emocionados, encrespados, impados e impantes que figura no nosso quotidiano. E quando começamos a lê-los... Entretanto e enquanto se continua a festejar Eça de Queiroz (ainda há dias uma exposição sobre “Os Maias”, no Porto, uma telenovela sobre “O Primo Basílio” na TV, um encontro de queirozianos internacionais), traz o “Europeu” de ontem, Domingo, com reportagem e fotos, a notória notícia de que a Câmara de Lisboa se prepara para despejar os ossos do escritor depositados num jazigo, desde

⁴⁶⁰ SOUZA-PINTO, António. [Carta]. Lisboa, 17 nov. 1988.

1901, no cemitério do Alto de São João!!!!!! Eu não jogo no futebol clube das ossadas e sei o que aconteceu, por essa Europa, com os despojos dos grandes homens de letras, com os grandes artistas e com as celebridades. Não sou pelos incríveis “panteões”, à francesa. Mas uma coisa destas, com franquezinha, meu Amigo, é francamente demais. Simultaneamente, um governo de idiotas tecnocratas, gasta rios de dinheiro a auto-promover-se com anúncios de página inteira, nos jornais, passando por defensores da cultura e da tradição cultural portuguesa. Estou tão indignado que quase rebento. Não deixarei de lhe dar o restante das notícias quanto a este mórbido e triste particular das tíbias do velho Eça. E desejo-lhe, para finalizar, um bom Natal.⁴⁶¹

Malgrado o empenho de Palma-Ferreira e de Souza-Pinto na divulgação da obra em Portugal, a reação da imprensa e da crítica era morna, fruto, segundo Souza-Pinto, da “tal bizzarria” a que aludira anteriormente.

Espero que na edição de hoje do JL já venha notícia sobre a edição do “Tetraneto” – esse jornal, aliás, já se lhe referiu, ainda que escassamente – e que em breve outros jornais façam eco da edição, apesar de tal “bizzarria” a que anteriormente aludi.⁴⁶²

Em 6 de dezembro de 1988, finalmente, Souza-Pinto pode anunciar a Haroldo Maranhão a publicação de notícia sobre a edição portuguesa do livro, enviando junto fotocópia⁴⁶³: “Junto lhe envio fotocópia da notícia publicada no último número do Jornal de Letras sobre a edição portuguesa de ‘O tetraneto del-rei’.”⁴⁶⁴ Verificando-se a carta de Palma-Ferreira do dia seguinte, 7 de dezembro, ver-se-á, no entanto, “quão parca” foi a notícia saída no Jornal de Letras. A divulgação do romance esbarrava inapelavelmente numa muralha de silêncio da imprensa, ocupada em elogiar a “mediocridade florescente”. A cada dia mais pessimista e decepcionado com os rumos políticos do seu país, então sob o governo do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva⁴⁶⁵, e por conseguinte com todos os escalões das instituições oficiais, inclusive a Biblioteca Nacional, que outrora dirigira, ele escreve:

Meu bom Amigo Haroldo Maranhão
Graças pela sua carta de 27 de Novembro. Embora ainda seja cedo para saber como é ou não é aceito o seu “Tetraneto”, – já viu quão parca foi a

⁴⁶¹ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 28 nov. 1988.

⁴⁶² SOUZA-PINTO, António. [Carta]. Lisboa, 30 nov. 1988.

⁴⁶³ A cópia do texto do *Jornal de Letras* não foi localizada na Coleção Haroldo Maranhão.

⁴⁶⁴ SOUZA-PINTO, António. [Carta]. Lisboa, 6 dez. 1988.

⁴⁶⁵ Atual Presidente de Portugal.

notícia saída no JL - acabou por ser ótimo tê-lo conhecido. Inaugurámos uma sã correspondência e creio que, afinal, ambos nos estamos nas tintas para a inacreditável estúpida idiotizada cretinic nacional que por este Portugal canta loas à mediocridade florescente. Nem o meu Amigo sonha o que por aqui se escreve e publica com anúncios de página inteira. O jet set e os yuppies estão na moda. Lisboa, em escombros, passeia uma enorme alarvice intelectual, chefiada pela Secretária de Estado da Cultura que é uma insuportável osga. O primeiro-ministro é mestre consumado em erros de ortografia e díslates televisivos, o ministro das finanças é um jardineiro de flores murchas e de impostos arrazadores, o da justiça caracteriza-se pela injustiça e por aí adiante. Os jornais cheiram a bofe. Pôdre. Nem dá para os gatos vadios. A ridicularia das Voltas à França pelos escritores portugueses (comandados pelo Eduardo Prado Coelho que não passa de uma latrina de campanha) é incomensurável. O elogio, o elogio, o elogio, o elogio dos lobbies atinge proporções de insanidade mental. Há quem se ria. Eu, por exemplo. Por isso, meu bom Amigo, não esteja melindrado com o silêncio. Sei que o António Luís tem feito tudo para atirar o “Tetraneto” para a frente mas é como tentar perfurar a muralha da China. E ISTO É PIOR DO QUE A CHINA. Creio que mais tarde ou mais cedo, o meu Amigo verá o seu livro nas “boas”. Por enquanto, o lobby Prado Coelho-Graça Moura⁴⁶⁶, mascotes do cavaquismo, não deixam e eles, os pedicuros do governo, têm muita força. Mas, pelos sintomas de mal-estar social cada vez maior, não durará sempre. É ter paciência para esperar. Esperemos. Esperemos os idos de Março. Quanto ao que me pede, dou-lhe um conselho. Actualmente, indignado com o que se passa na Biblioteca Nacional, que dirigi com amor e desgaste físico, raramente lá vou. Fico doente. Mas há lá um bibliófilo, o último da espécie, que ainda resiste. É o Pedro da Silveira, que me disse que o conhece ou que conhece alguém da sua família. Se o meu Amigo lhe escrever ele envia-lhe a documentação com toda a rapidez (se lá estiver), ao passo que eu demoraria muito. Convém, aliás, que o meu Amigo estabeleça contacto com ele... Envio-lhe, agora, as melhores saudações e os desejos de um bom e quente Natal. Por aqui, vai ser um Natal frio (6 graus) e triste.⁴⁶⁷

No Rio de Janeiro, Haroldo Maranhão aguardava desde outubro pelos prometidos dois exemplares que aparentemente não haviam chegado, a julgar pela carta de Souza-Pinto, de 16 de dezembro de 1988, que comunica que os remeteria naquele mesmo dia por via aérea:

Respondo rapidamente à sua carta de 6 de Dezembro para informar que lhe são enviados hoje, por avião, os dois exemplares do “Tetraneto”. Também todos os exemplares referentes à lista de ofertas que me enviou, já foram expedidos. Seguem, por via normal, os exemplares devidos por contrato.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ Vasco Navarro da Graça Moura, escritor e político, foi administrador da Imprensa Nacional de 1979 a 1989.

⁴⁶⁷ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 7 dez. 1988.

⁴⁶⁸ SOUZA-PINTO, António. [Carta]. Lisboa, 16 dez. 1988.

Quando finalmente tem nas mãos o seu exemplar, encomendado a um amigo por Jorge Henrique Bastos, da Livraria Martins Fontes, que o adquiriu numa livraria de Lisboa, Haroldo Maranhão não esconde a decepção. Afinal, via suceder o problema sobre o qual reiteradamente recomendara a atenção da editora, e do qual só suspeitou ao ler no *Jornal de Letras*, provavelmente na fotocópia enviada por Souza-Pinto, que o volume tinha 256 páginas. E não se furta a, de imediato, manifestar a sua angústia ao amigo Palma-Ferreira, menos pela acolhida gelada da imprensa portuguesa do que pelo que classificou de “desfiguração do texto”. Assim, em 21 de dezembro de 1988, ele escreve também para comunicar que confiaria a questão a advogado especialista em matéria autoral, que entender-se-ia diretamente com o editor, preferindo pôr-se de lado, para não estar a “provar as coronárias”:

Meu boníssimo Amigo João Palma-Ferreira,
 Respondo-lhe pela volta do correio, conforme se dizia. Chega-me sua Carta num momento meu de angústia enorme, que não lhe posso ocultar. Tudo se deve ao **Tetraneto**, nem pela acolhida gelada, que embora não esperasse bastante lamento. Lá um dia lhe alinharei boas razões que refutam a leitura sob a ótica nacionalista. O que por ora importa é a deplorável desfiguração do meu texto na Livros do Brasil. O original inequivocamente estabeleceu espacejamento entre os capítulos. Empreguei as páginas da edição brasileira, que observou as normas do autor e de seu texto. Insisti por ler as provas tipográficas porque me palpitava que alguma coisa andaria mal. Por quê?, me perguntará. Não saberia dizê-lo. De fato. Não haviam sido os capítulos discriminados. Corrigi as provas, pedindo abertura de, pelo menos, 8/10 linhas de espaço, conforme reiterei em carta ao Sr. Souza-Pinto. E nada de me chegarem os prometidos dois exemplares, despachados em outubro (!) quando a edição teria saído. Manifestei a certeza de que houvera inadvertência na expedição, e que ao invés de me mandarem por via aérea, teria o pacote vindo por via marítima. Nenhuma providência da Editora. Já em dezembro imaginará como estaria eu! Foi quando li a curta local do JL. E então saberia por esta via oblíqua que o volume teria 256 páginas. Mas eu bem avisadamente fizera extrair fotocópias das provas tipográficas, e assim pude verificar que a editora pura e simplesmente **ignorara** o original e as provas tipográficas! Isto é, comprometera gravemente a possibilidade de uma leitura com as pausas impostas pelo autor a escrever seu texto, que ficou embaralhado e embrulhado. À página 10, p. exemplo, acaba um capítulo e no alto mesmo da p. 11 tem começo o seguinte! Os discretíssimos espacejamentos não foram aceitos pelo autor, que determinou que **todos** os capítulos fossem abertos, o que desafortunadamente não sucedeu. Esquecia-me de dizer-lhe que recorri ao meu amigo Jorge Henrique, da Livraria Martins Fontes, que solicitou a um amigo de Lisboa que adquirisse um exemplar, o que foi feito no CCB (Largo Dr. Antônio Souza Macedo, 5), segundo se vê do selo apostado ao exemplar, que me chegou por via aérea. (Juntamente com a sua Carta do dia 7, chega-me um pacote da Livros do Brasil, que nem abri ainda,

supondo tratar-se dos tais dois exemplares, preferindo, logo, dar-lhe satisfações, que me parece estar a merecer, das providências que deliberei tomar. Ou seja: confiei o deslinde da questão a advogado especializado em matéria autoral, que se entenderá diretamente com o editor. Ponho-me de banda, até porque me desgasta esse gênero de aborrecimento, com o qual não contava, realmente não, até porque não posso estar a provar as coronárias. Sei, absolutamente sei, que deplorará o desaguisado, não mais certamente do que eu.

Receba o muito afetuoso abraço do seu Haroldo Maranhão⁴⁶⁹

Como se vê, as reiteradas recomendações de Haroldo Maranhão acerca do projeto gráfico, bem como a opção por rever as provas finais, mesmo que tal decisão implicasse em mais um atraso, não foram suficientes para evitar a compressão dos capítulos. Por outro lado, por diversas vezes Souza-Pinto tranqüilizou o autor, afirmando que tudo ficaria de acordo com os demais livros da coleção da editora, e que portanto seguiriam igual padrão. A despeito da amizade que os vinha unindo, Haroldo Maranhão decide resolver a questão judicialmente e confia o assunto ao advogado Pedrylvio Francisco Guimarães Ferreira, que por telegrama notificou a editora a retirar de circulação os exemplares do livro. Escrito também no dia 21 de dezembro de 1988, e endereçado a António de Souza-Pinto, o telegrama do advogado seguramente alcançou os editores antes da chegada da carta de Haroldo Maranhão a Palma-Ferreira.

Como advogado de Haroldo Maranhão notificamos essa editora para retirar de circulação exemplares de *O tetraneto del-rei* editado por Vsas desobedecendo o original e a revisão tipográfica, conforme cópias nosso poder, sob pena de rescisão contratual com a apreensão judicial dos aludidos exempares. Pedrylvio Francisco Guimarães Ferreira⁴⁷⁰

Mesmo colhida de surpresa com a notificação inesperada, a Livros do Brasil foi pronta em constituir, ela também, um advogado para tratar do caso. Tratava-se do advogado Joel Lima, a quem Pedrylvio Ferreira se dirige em 29 de dezembro de 1988 para exigir que fossem retirados de circulação todos os exemplares de *O tetraneto del-rei*, devendo ser impressa uma nova edição corrigida, “sob pena de medidas judiciais que o caso requer por descumprimento contratual”.

⁴⁶⁹ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 21 dez. 1988.

⁴⁷⁰ FERREIRA, Pedrylvio Francisco Guimarães. [Telegrama] Rio de Janeiro, 21 dez. 1988.

Em resposta ao seu telegrama, que se reporta à notificação que fizemos à Editora Livros do Brasil S/A, na pessoa do seu Diretor, Sr. Antônio de Souza-Pinto, temos o prazer de prestar-lhe os seguintes esclarecimentos adicionais:

1. O contrato celebrado entre Haroldo Maranhão e a Livros do Brasil, para edição do romance *O tetraneto del-rei*, dispõe que “o autor deverá obrigatoriamente rever as últimas provas”, obviamente para verificar, ele melhor que ninguém, se a edição contratada espelhará o original.
2. O original submetido pelo Autor à Editora já fora claríssimo ao estabelecer ESPACEJAMENTO entre os capítulos, conforme fizera observar a edição brasileira, e, por esse modo, expressando a intenção do autor, que escreveu um romance dividido em capítulos.
3. As provas tipográficas mandadas pela Editora para o Autor discrepavam do original. Por essa razão, o autor confirmou as suas disposições, ao corrigir a desobediência ao seu texto, como ilustram algumas páginas das provas tipográficas que seguem anexas para que o colega possa estimar que foram indúvidas as intenções do Autor, determinando que se fizesse imprimir livro que refletisse a sua criação literária.
4. Desafortunadamente, a Editora fez ouvidos moucos às expressas e determinantes disposições do Autor, e com esse procedimento contaminou a edição que autorizou imprimir, desfigurando e comprometendo a inteligência do texto.
5. O livro foi editado em Outubro último, mas somente este mês pôde o autor constatar a lesão ao seu direito e assim mesmo por haver providenciado a vinda, por via aérea, de exemplar que mandou adquirir em Lisboa, através da Livraria Martins Fontes, desta Cidade.
6. A Livros do Brasil, com o seu procedimento, deverá de imediato retirar de circulação todos os exemplares de O tetraneto del-rei e fazer imprimir nova edição com as correções que deixou de observar, sob pena de medidas judiciais que o caso requer por descumprimento contratual. Atenciosamente, Pedrylvio F. Guimarães Ferreira⁴⁷¹

Enquanto os advogados se enfrentavam no campo do direito, o incidente deixava suas marcas no terreno da amizade. Dividido entre os dois amigos, é um Palma-Ferreira cortês porém decepcionado, muito distante do Palma-Ferreira exaltado que bradava contra a “inacreditávelestúpidaidiotizadacretinicenacional” que sai em defesa de Souza-Pinto – “o Souza-Pinto não agiu com má fé (para quê?)” -, deplorando a intervenção do advogado e “a trapalhada que se vai seguir”.

Meu prezado Amigo,

Doente e um tanto incapacitado para grandes coisas, apresso-me, mesmo assim, a responder à sua carta. Já sabia, entretanto, do seu desaguizado por causa da edição Livros do Brasil e da intervenção do advogado. Deploro. E mais deploro quanto sei que o Souza-Pinto não agiu com má fé (para

⁴⁷¹ FERREIRA, Pedrylvio Francisco Guimarães. [Carta]. Rio de Janeiro, 29 dez. 1988.

quê?). A edição saiu intencionalmente assim para o prejudicar? Impossível. Creio que na tipografia seguiram, afinal, os espaçamentos habituais na Coleção onde tantos dos seus confrades foram publicados. Se mo permite, e espero que não leve a mal, dir-lhe-ei que teria sido escusada a intervenção do advogado e da trapalhada que se vai seguir. Não se teriam “aparelhado” as coisas com mais prudência e menos precipitação? Parece-me que sim. Fui testemunha de toda a boa vontade do Souza Pinto, dos esforços que empregou junto da imprensa para promover o “Tetraneto”. E sei que ele próprio, que leu o livro, muito o apreciou. Sendo ainda jovem, como ele é, não lhe escondo que, na véspera de Natal, ou por aí, ao receber o telegrama do advogado, ficou perplexo. Ao princípio, também eu próprio fiquei, até porque li a edição Livros do Brasil e não notei, digo-lhe com franqueza, que os espaços de três linhas prejudicassem o texto. Lá está toda a vivacidade, lá está todo o “corrido” da narrativa... É realmente uma pena que tudo, afinal, acabe assim. Embora não se tivesse falado no “Tetraneto”, é um livro que eu creio que acabará por reter a atenção da crítica, ou reterá... O que acima lhe comuniquei é o meu ponto de vista franco. Provavelmente o meu Amigo não gostará do que lhe digo, mas não sei deixar de ser franco porque fui testemunha de tudo o que ocorreu. Inclusivamente da estúpida expedição por via marítima, feita por rotina, na Expedição. Quando o Souza Pinto soube que os dois exemplares tinham sido enviados por via marítima, ele próprio providenciou que enviassem outros dois por avião... Em suma, que fazer, como disse o Lenine? Agora, meu Amigo, os advogados que tratem do caso porque já nem eu próprio consigo apaziguar seja o que for: a si porque se sente lesado; ao Souza Pinto porque está chocado. E depois, como é do conhecimento dos sábios e não sábios, porque já não fadas neste mundo.

Espero que tenha um bom ano. Sem problemas. P.S. O meu filho, a quem dei a carta para a expedir, andou com ela mais de 15 dias no bolso. Daí o estado em que vai, mas não quis perder mais tempo...⁴⁷²

Os argumentos de Palma-Ferreira revelam que Haroldo Maranhão era implacável quando se tratava da edição de seus livros. Prova disso é que não cogita demandar ao editor as razões pelo ocorrido, tampouco negociar uma solução extra-judicial. E sabendo dos desgastes que tal procedimento fatalmente acarretaria, preferiu delegar a tarefa ao advogado, pois pessoalmente não se sentia à vontade para negociar, em razão da amizade com Palma-Ferreira e Souza-Pinto.

Para o advogado Joel Lima, o caso deveria ser tratado à luz da Ordem Jurídica Portuguesa, atropelando a cláusula que elegia o Rio de Janeiro o foro privilegiado da causa para dirimir quaisquer questões advindas do contrato. A carta, de 3 de janeiro de 1989, rebate exaustivamente os argumentos do colega brasileiro. Depois de citar os textos legais que regem a matéria autoral, atém-se aos fatos que deram causa ao impasse. Segundo o

⁴⁷² PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 2 jan. 1989.

advogado, não havia cláusula expressa que desse ao autor o direito de introduzir correções, modificações ou aditamentos a seu bel-prazer e à custa da editora. Para ele, não era líquido que cada texto entre os espaçamentos constituísse um capítulo, já que o autor não os identifica como tal, e a frequência com que ocorrem achava-se “fora das regras normais de um livro dividido em capítulos”, o que faria de *O tetraneto del-rei* um romance com muito mais de cem capítulos, “o que foge obviamente à normalidade”⁴⁷³.

Na opinião do advogado português, se os textos assim separados não eram capítulos, seriam ou parágrafos (que não se separam por linhas) ou, quando muito, grupos de parágrafos (que não é de uso separar por mais de três linhas). Logo, na falta de cláusula ou de indicação oportuna (que nunca o seria se feita na altura da revisão das provas de página), a editora só podia presumir que, ao caso, se aplicavam as regras usuais – ou seja que os textos a separar não deviam sê-lo, na mais avançada das hipóteses, por mais de três linhas.

O advogado lembra também que o autor estava perfeitamente familiarizado com outros livros da coleção e quando foi expressamente informado por Souza-Pinto que o livro seria editado “conforme o que de há muitos anos fazemos em todos os livros da Coleção “Livros do Brasil”, não manifestou qualquer censura ou crítica. Por fim, de tudo quanto expusera, a Livros do Brasil considerava não ter cometido qualquer ofensa aos direitos autorais de Haroldo Maranhão nem ter havido, da sua parte, o mínimo desrespeito das cláusulas contratuais ou das disposições legais aplicáveis e que portanto não poderia o autor pleitear indenização por perdas e danos. Por outro lado, do ponto de vista da argumentação do advogado português, no caso de haver o recolhimento dos livros já em circulação, este fato implicaria, da parte do autor, o dever de indenizar os interessados pelos prejuízos que a retirada lhes causasse.

Mais que as tecnicidades jurídicas, o que parece ter irritado o escritor brasileiro foi a ingerência do profissional do direito na seara da literatura, pondo-se a discutir aquilo que de ordinário se considera capítulo ou parágrafo, chegando a afirmar que um romance com mais de cem capítulos “foge obviamente à normalidade”. Furioso, e em tons carregados, Haroldo Maranhão rebate os argumentos, ironizando o longo arrazoado do advogado português, que contestou ponto por ponto em carta datada de 18 de janeiro de 1989, dirigida a Souza-Pinto. A conselho do advogado brasileiro⁴⁷⁴, a carta, contudo, não foi

⁴⁷³ LIMA, Joel. [Carta]. Lisboa, 3 jan. 1989.

⁴⁷⁴ Como será possível constatar na carta seguinte, de 12 de fevereiro de 1989, enviada a Palma-Ferreira.

enviada. Provavelmente o advogado tenha desaconselhado seu envio porque previa que tamanha rispidez contra seu colega português não seria recomendável e só prejudicaria qualquer tentativa de conciliação, dificultando a negociação de uma solução satisfatória. Não era o momento de exaltar ânimos. Se o assunto devia ser discutido no âmbito do direito, e para isso fôra contratado, então a carta de Haroldo Maranhão, naqueles termos, evidentemente era descabida. No entanto, transcreve-se alguns trechos por refletir em justa medida a posição de Haroldo Maranhão frente ao sucedido.

Sr. António de Souza-Pinto,

Acabo de ler a carta do seu advogado Joel Lima, que me deixou estarecidíssimo como poucas vezes. Achei de escrever-lhe, embora talvez não devesse, porque, enfim, pode até suceder que ambos, o Editor e seu representante legal, tenham sido induzidos a equívoco, no que me apego para não pensar o pior possível quanto à má-fé mesmo do procedimento da **Livros do Brasil** e, por via de consequência, do advogado que constituiu, que só admitirei no derradeiro extremo. Conquanto considere improvável, mas não impossível, não afasto a eventualidade de lhe haver a sua oficina gráfica sonogado o conhecimento do **MEU ORIGINAL**, o qual é mais que claro, claríssimo, no que concerne à **configuração** do texto do romance, separado em capítulos, o que é posto no original de forma absolutamente induvídosa, tanto que me dei ao trabalho de inutilizar dois exemplares da edição brasileira para colar as páginas, de forma a estabelecer o texto tal como o impunha o autor. [...] Mas, além de também ignorar a imposição do Autor, [o Revisor Oficial] deixou passar pela sua frouxa malha gralhas diversas, saltos de texto inclusive, o que o Autor fez obviamente corrigir, ele enfim, e agora se vê que só ele (e não a Editora) preocupado em que o texto saísse graficamente escoreito, e mais: sujeito aos ditames do ORIGINAL. Então, nas **provas tipográficas**, que instou para que fossem mandadas, pôde desalentado constatar que o seu texto havia sido estropiado. E quis isso consertar, através dos sinais convencionados, para **ajustar** a edição portuguesa ao **original**, que espelha **sempre** a intenção do autor, dono de sua criação, e mais ninguém. Na literatura, **espaços** ou **pausas** carregam o mesmo peso e significação que na música. Isso é curial. Eliminá-las será comprometer até mesmo a inteligência do texto, tornando-o inarredavelmente confuso.⁴⁷⁵

Reafirmando sua condição de bacharel em ciências jurídicas e sociais e advogado da Caixa Econômica Federal, como recorrentemente fazia, Haroldo Maranhão afirma que não se atreveria a advogar, mesmo em causa própria, porque o assunto envolvia matéria autoral, motivo pelo qual se fazia assistir pelo advogado Pedrylvio Francisco Guimarães Ferreira, à época membro do Conselho Nacional de Direito Autoral do Ministério da Cultura, um profissional reconhecido no Brasil e no exterior, “que conhece as leis autorais pelo avesso”.

⁴⁷⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 18 jan. 1989.

Com isso, Haroldo Maranhão tentava intimidar seus oponentes, sugerindo que, a prosseguir a demanda, esta seguramente seria desvantajosa para a Livros do Brasil. Rebatendo um a um os termos da carta do advogado português, Haroldo Maranhão chega a admitir que a oficina não tenha mostrado o original a Souza-Pinto, mas que também não ocorreu a ele, Souza-Pinto, pedir a peça para o deslinde da questão. Quanto ao advogado da Livros do Brasil, afirma que alinhava razões que “num sopro se podem fazer em pó”: “pode até não ser um despreparado, mas se mostra despreparado”, provoca, lembrando que o foro da causa, privilegiado, era o Rio de Janeiro, ao qual a Livros do Brasil aderiu contratualmente. Afinal, provoca de novo, “não estamos à época das Ordenações do Reino!”. Para Haroldo Maranhão, os argumentos do advogado não passavam de “tolas assertivas”.

Sr. António de Souza-Pinto: meu Advogado desejou tão-somente despachar curto telegrama ao seu, dando-lhe ciência da entrada de uma ação contra a sua Editora. Pedi-lhe que sobrestasse por uns dias a providência, porque me aconselhou o travesseiro a auscultar-lhe no mais profundo sítio da sua consciência moral. Agarro-me à suposição de que os seus muitos trabalhos não o terão advertido da conveniência de mandar levar à sua presença o meu ORIGINAL, que por igual precisaria ser mostrado ao Sr. Advogado Joel Lima. Anima-me a certeza de que constatará que, já a partir do ORIGINAL o Autor demonstrara de forma inequívoca que capítulos seriam separados de forma a não haver dúvida como lá está. A oficina não observou o original. [...] A Editora duplamente transgrediu um dos direitos que são patrimônio de um autor, qual seja o de determinar a configuração do texto que criou. A intimidade, prolongada, com os livros não terá feito de si um homem insensível quanto a essa parte.

Observa-se que àquela altura dos fatos Haroldo Maranhão dispunha-se a recorrer à via judicial caso a editora mantivesse, obstinadamente sua posição, “ditada por maus conselheiros”, recusando-se a recolher os exemplares já no mercado. Para demonstrar que não seria demovido do propósito, ameaça denegrir a imagem da editora, disposto a fazer divulgar por todos os meios possíveis que condenava a edição portuguesa da obra. E amplifica seu repúdio, escrevendo em caixa alta e em negrito:

REPUDIO FORMALMENTE, PEREMPTORIAMENTE, A EDIÇÃO DO MEU ROMANCE O TETRANETO DEL-REI, TAL COMO O PRODUZIU A LIVROS DO BRASIL. Eu repudio essa edição e farei isso divulgar por todos os meios que me forem possíveis, porque considero a sua inteligência prejudicada, contaminada pelo acavalamento dos capítulos. Sou pessoa urbana e discreta que prefere o silêncio do que o alarido da chamada vida literária. Mas precisarei publicar, *urbi et orbi* que a edição do meu romance posta nas livrarias de

Portugal é uma edição condenada pelo próprio Autor, que a repudia. Isso eu o farei, independentemente da ação judicial que terá que ser levada adiante.⁴⁷⁶ (grifo do autor).

O episódio agastava os ânimos, comprometia saúdes já abaladas, minava e punha em risco as amizades pacientemente construídas carta a carta no decorrer de pouco mais de um ano. As mensagens, agora, procuravam pôr a salvo da embrulhada editorial os sentimentos de ordem pessoal, empresa melindrosa e difícil, visto que Haroldo Maranhão, inconformado, repisava o assunto, e embora reconhecesse que o pleito para o recolhimento dos exemplares já nas ruas estava de antemão fadado ao insucesso, dada a lentidão da justiça brasileira, não abria mão de mover uma ação por perdas e danos contra a editora. Embora tenha seguido a recomendação de seu advogado, deixando de remeter a carta escrita a Souza-Pinto, Haroldo Maranhão, quase um mês mais tarde, provavelmente menos irritado, repete seus termos para Palma-Ferreira, porém em tons bem mais sóbrios. Na carta de 12 de fevereiro de 1989 alega problemas de saúde, conseqüência, segundo ele, do abalo forte que sofrera com o negócio com a Livros do Brasil. Pacientemente vai refazendo todo o percurso do *imbroglio*. Com isso, quer obter a compreensão do amigo, demonstrando que a sua decisão de entregar o caso aos cuidados do advogado era legitimamente baseada em erro da editora, e que se assim procedera era porque se sentia tão irado que “não saberia escrever uma carta nos termos determinados pela urbanidade ao editor que tão descuidado se mostrou”.

Meu estimado Amigo João Palma-Ferreira,
 [...] Continuo a sofrer no corpo e na alma o destrambelho (para mim o é) da edição. Mando-lhe a edição da Francisco Alves e por ela verá qual foi, determinadamente, a intenção do Autor. Desconhecerá o bom Amigo que foram as páginas dessa edição que mandei à Livros do Brasil, a título de **original**. Pois o original foi descumprido pela gráfica. Então, voltei a exigir o cumprimento do original, conforme tive a cautela de me munir com fotocópias das provas por mim corrigidas. De novo fizeram ouvidos moucos às justas e inarredáveis disposições do autor, no caso inquestionáveis por quem quer que seja, maxime pelo mal-aparelhado advogado da editora, que ousa imiscuir-se em matéria de criação literária, na qual é jejuo e muito tolo, nos termos da carta com que respondeu (uma enfiada de bobagens) à do meu advogado, autoralista de renome internacional.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 18 jan. 1989.

⁴⁷⁷ Id. [Carta]. Rio de Janeiro, 12 fev. 1989.

Reportando-se à defesa de António Souza-Pinto, que Palma-Ferreira fizera na carta de 2 janeiro 1989 – “Sendo ainda jovem [Souza-Pinto], como ele é, não lhe escondo que, na véspera de Natal, ou por aí, ao receber o telegrama do advogado, ficou perplexo.” -, Haroldo Maranhão não descarta a possibilidade, outras vezes aventada, de que a gráfica tenha sonogado ao editor o original que ele pacientemente refizera colando páginas de dois exemplares da edição brasileira.

[...] Diz-me que o Sr. António de Souza-Pinto é moço. Não lhe questiono eu a competência, longe disso. Mas até admito que, administrando uma empresa do porte da sua Livros do Brasil, tenha sido informado insuficientemente pelos seus gráficos, cuja culpa é mais que óbvia!

A longa exposição de Haroldo Maranhão é feita no sentido de mostrar que estava certo nas suas alegações. E para provar o que diz, manda a Palma-Ferreira um exemplar da edição brasileira, a fim de que possa ser comparada com a da Livros do Brasil. Sentindo que poderia comprometer a amizade que se revelara tão proveitosa, recua das ameaças que tão contundentemente formulara na carta a Souza-Pinto. Não deixa, contudo, de criticar os argumentos levantados pelo “ingênuo” advogado da Livros do Brasil: “Ignora ele que na literatura espaços ou pausas carregam o mesmo peso e significação que na música.” A carta escrita a Souza-Pinto, e afinal não enviada, é mencionada por Haroldo Maranhão, que para Palma-Ferreira não renova as ameaças de alardear “por todos os meios possíveis” o ocorrido. Conhecedor da lentidão das decisões judiciais, já não exige mais o recolhimento da “edição espúria”, não se escusando, contudo, da ação de perdas e danos – “e dessa não se livrará a LB, não se tenha dúvida”. Embora se dizendo avesso à publicidade de suas ações, Haroldo Maranhão sabia muito bem que uma polémica levada pelas páginas dos jornais podia se traduzir em visibilidade para sua obra (que em Portugal a imprensa teimava em ignorar), tanto que havia cogitado alardear *urbi et orbi* o seu repúdio à edição. No entanto, decide recuar da sua intenção, mantendo o assunto somente na esfera judicial, porque sabia, também, que uma polémica pública implica exposição e desgaste emocional.

Não sou homem de alaridos e até hoje nenhum jornal brasileiro se ocupou do assunto que carrega interesse jornalístico, até porque não me interessa esse tipo de notoriedade. Se depender de mim, é claro, o assunto ficará na esfera judicial e tão-somente. Fico-lhe muito reconhecido pela sua preocupação no assunto, reflexo de sua amizade com o Sr. Souza-Pinto, de quem pessoalmente guardo boa recordação de nossa correspondência, preferindo eu agarrar-me à hipótese de ignorar ele os pormenores que são

o fulcro mesmo da questão, isto é, a dupla transgressão da sua editora (original e provas tipográficas), primariamente atribuível a quem dirige a oficina gráfica e lá delibera. Não misturemos assuntos tais a nossa amizade tão bem iniciada, por favor. Tenho-lhe admiração grande, como escritor e intelectual de muito valimento, que sei bem pôr a distância dos carreiristas que por aí páram nas colunas de jornal, como aqui também. Estimo que esta minha carta já o encontre recuperado de seus incômodos de saúde e que caminhe a bom caminhar o **Ulisses** que está a traduzir e que a editora que a publicar não elimine as pausas que o autor impôs ao seu texto imortal!⁴⁷⁸

O episódio certamente abalou coronárias dos dois lados do oceano. De hábito caudaloso no escrever, desta vez Palma-Ferreira foi breve. Um bilhete manuscrito de 20 de fevereiro de 1989, uma exceção às longas cartas sempre datilografadas, dava conta de que também ele andava às voltas com a debilidade da saúde. No entanto, mesmo abalado, comenta o aparecimento de críticas elogiosas ao romance e vaticina: “Você ainda vai ser aqui um “man of letters” como merece na Europa!”

Meu amigo Haroldo Maranhão

Queria responder, como merece, à sua longa, humana e amiga carta! Queria! Sucede que fui acometido vai para 15 dias de um enfarte do miocárdio. Estou ainda muito abalado. Logo que tenha mais forças, eu lhe escreverei de largo. Por ora um grande abraço.

Seu Palma-Ferreira

(volte)

Têm aparecido muito elogiosas críticas ao Tetraneto. Era o que eu lhe dizia! Você ainda vai ser aqui um “man of letters” como merece na Europa! Ainda bem.⁴⁷⁹

Conforme prometera, dias depois, em 10 de março de 1989, já mais estabilizado, mas presentindo a morte que se aproximava, Palma-Ferreira, nesta que provavelmente terá sido a sua última carta a Haroldo Maranhão, faz um balanço da própria vida, evocando a contradição entre a curta existência do ser e a eternidade do tempo – “Sein und zeit”⁴⁸⁰ - e maldizendo o pouco de vida que lhe resta, – “Raio de existência”.

Meu bom Amigo Haroldo Maranhão

Um pouco mais estabilizado, depois de exames e mais exames, sobretudo um pouco mais resignado, depois de falhar todas as probabilidades de terminar, sem escândalo, os diversos sintomas do mal, neste caso o enfarte, recebi as suas cartas e o seu sempre excelente, sempre louvado, sempre

⁴⁷⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1989.

⁴⁷⁹ PALMA-FERREIRA, João. [Bilhete]. Lisboa, 20 fev. 1989.

⁴⁸⁰ O ser e o tempo.

admirável “Tetraneto”. Entanto doente, miserável e fulminado pela Verdade em que nunca desejamos crer, i.é., a de que somos nefandamente finitos, retido em casa, reli algumas páginas das andanças do Torto, esse herói da maravilha portuguesa e fiquei novamente preso ao encanto humorístico do seu grande livro, meu amigo. Sou uma dessas almas simples e comovedoramente estúpidas que acredita, como salvo erro meditava Borges, que a história é perpetuamente redigida por inteligências ocultas, superiores e audazes, entre as quais não me conto. Além de uma casa na planície alentejana, esse resto mórbido de Andalusia, com quintal, galinhas e o cantar do ruisenhor nas alvoradas de Verão, pouco mais quis da Vida. Também quis amor e provavelmente fui acometido de enfarte por causa de terríveis, quase shakesperianas coisas de amor em que me enredei, coisas sem solução em que necessitava de Vida, Vida, Vida. Depois, desnecessariamente cruel comigo próprio-Átila, rodeado de fantasmas impassíveis e secretos, improváveis obviamente, quis terminar um romance que escrevo há não sei quantos anos (SEM ESPERAR, PORQUE NADA FAREI PARA ISSO, O MÍNIMO RECONHECIMENTO DESTA GENTE MINHA ABSURDAMENTE CONTEMPORÂNEA, TODA DESEJOSA DA TOSCA GLÓRIA DOS “MEUS AMIGOS QUE FORAM CAMPIÕES EM TUDO”). Hoje, oclusivo e meditante, a sonhar sono, estou sem força para regressar ao romance, amontoado à minha beira. Chama-se “Vista da Baía ao Amanhecer”⁴⁸¹. Não sei se terei forças para o reescrever. E não sei como hei-de fazer para viver esta contingência de poder morrer de um momento para o outro. O que, bem vistas as coisas, sucederá com toda a gente. ... por desprazer, num jornal que me trazem, para me animar, vejo uma fotografia irónica. D. Mourão-Ferreira⁴⁸² que está xéxé e que foi autor de um romance que recebeu dez prémios, pelo menos – mais ainda há-de receber mais – ao lado de Fausto Lopo de Carvalho⁴⁸³, autor de qualquer coisa garrafalmente livro, posando, meu Deus!, que cretineira... Agora explico-lhe o fenómeno das residências. Na rua Diogo Bernardes, num bairro oásis de Lisboa, com reformados, cães catarrentos, velhos padeiros e flores, tinha o meu escritório; na avenida 5 de Outubro, de onde lhe escrevo, tenho a minha casa, sem graça, grosseiramente familiar, asquerosamente burguesa, o meu mal inteiro com dores no coração. O médico, no entanto, quer que eu esteja acompanhado (ó Deuses, só o horror é verdadeiramente real e inabitável). E eu estou acompanhado. Abundoso de infelizes curiosidades lorpas. Mas um dia, se vivermos, contar-lhe-ei, em cartas despreocupadas, toda a minha vida. Com a incumbência, perplexamente metafísica, de que, quando eu morrer (há pessoas incautas que dizem se eu morrer, como quem tem dúvidas...) o meu Amigo a contar, publicando as cartas, ou cronicando-as. Epígrafe: um Amigo que nunca conheci. Melhor: que nunca vi. Raio de existência. Sein und Zeit. Até breve, meu bom Amigo. Aqui me detenho porque estou a acusar a fadiga. São 11,30 da vasta noite. Dormi até as 8,30 depois de ter feito uma prova de esforço cardíaco num laboratório de Ergometria. A enfermeira era curiosamente antiga e gentil. Tinha um anel de brasão. A

⁴⁸¹ O romance foi publicado postumamente pela Livros do Brasil

⁴⁸² David Mourão-Ferreira (1927-1996), escritor português: poeta, ficcionista, tradutor, dramaturgo, crítico literário e professor.

⁴⁸³ Escritor português, autor de *Segredos do som no PC*, *Um instante na eternidade*, *No silêncio da casa à tarde*.

médica, jovem, era apeticivamente obscena como uma personagem de Bergman. Isto tudo no horror de Lisboa, a imperial a fingir.⁴⁸⁴

Depois de um hiato de sete meses, em que aparentemente não houve correspondência trocada entre o Rio de Janeiro e Lisboa, a morte de Palma-Ferreira teve o condão de selar o armistício entre os que, com “pedrylvios e joéis” batiam-se por fazer prevalecer suas razões: “Em memória dele, que tanto se empenhou para que não nos desaviéssemos, autor e editor, venho agora pedir-lhe que passemos uma borracha no nosso mais recente passado”, propõe Haroldo Maranhão a Souza-Pinto na carta de 4 de outubro de 1989. “Enfim, temos um contrato editorial de pé.” É assim que, com dois argumentos de natureza diversa, um afetivo e outro financeiro, Haroldo Maranhão encerra a disputa, ressaltando, no entanto, que o recuo não significava que descesse de suas razões, mas sim que uma demanda judicial prolongada incorreria em gastos com os quais não poderia arcar.

Caro Sr. Souza-Pinto,

Acabo de ser colhido pela notícia da morte do nosso Amigo João Palma-Ferreira. Contava conhecê-lo em pessoa quando fosse a Lisboa. A amizade nossa firmava-se no vai-e-vem das cartas sempre afetuosas. Queixamo-nos mutuamente dos nossos achaques cardíacos. Ele deu-me a boa nova da sua tradução do **Ulisses**, que não vi nas livrarias brasileiras, infelizmente. A dada altura da vida, é difícil fazerem-se novos amigos. Mas estou seguro de que já o estimava eu, pelas suas tão amicais letras. E digo-lhe que gostava imenso de si, Sr. Souza-Pinto. Fez-me belas referências acerca do seu caráter e do seu trabalho à frente da Livros do Brasil. Fiquei bastante surpreso e magoado pela morte que não esperava tão próxima, de um homem no sol a pino da criação, que nem chegara ainda aos 60. Peço-lhe, por favor, que transmita meus sentimentos à família Palma-Ferreira. Em memória dele, que tanto se empenhou para que não nos desaviéssemos, autor e editor, venho agora pedir-lhe que passemos uma borracha no nosso mais recente passado. Deixemos de lado pedrylvios e joéis, até porque já os havia eu deixado de banda, não porque descesse de minhas razões, mas porque teria de trabalhar mais oitenta anos para pagar honorários advocatícios. O nosso saudoso Amigo terá conseguido debilitar os ímpetos do iracundo romancista! Enfim, temos um contrato editorial de pé. Peço-lhe o favor de determinar ao setor competente que me mande os vinte exemplares a que tenho direito, além de um demonstrativo de nossas contas. O bom abraço do Haroldo Maranhão⁴⁸⁵

Mal saído da polêmica com a editora portuguesa, Haroldo Maranhão assinava com a editora carioca Rio Fundo o contrato de edição de *Cabelos no Coração*, e iniciava aquela

⁴⁸⁴ PALMA-FERREIRA, João. [Carta]. Lisboa, 10 mar. 1989.

⁴⁸⁵ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 4 out. 1989.

que foi seguramente a mais tumultuada das relações autor-editor. Há nos arquivos dois contratos, um datado de 8 de março de 1990, assinado apenas por Virgílio Morethzohn e duas testemunhas, o que significa dizer que Haroldo Maranhão não concordou com os seus termos, e outro, de 22 de maio de 1990, este sim assinado pela editora, representada por Morethzohn, e pelo autor, que em quatro páginas estabelece as cláusulas que passariam a reger o acordo. Comparado aos anteriores, o tempo de edição foi curtíssimo, e os questionamentos começaram em seguida, pois já no mês de setembro Haroldo Maranhão suspeitava que o livro não estivesse sendo eficientemente distribuído pela editora. A desconfiança seria confirmada na carta do dia 29 de setembro de 1990, na qual o professor José de Oliveira Santos relata metodicamente o resultado das pesquisas que fez em livrarias paulistas a pedido do amigo, nas quais não encontrou nem o livro nem o catálogo da editora Rio Fundo. Mais uma vez Haroldo Maranhão deixa claro que se preocupava com todo o percurso da sua obra, não se atendo apenas aos aspectos materiais do livro ou aos aspectos contratuais. Preocupava-se também com a distribuição, chegando ao ponto de delegar tarefas aos amigos a fim de avaliar a atuação da editora.

Prezado Haroldo,

Em atenção à incumbência que me confiaste, a respeito da distribuição do teu último livro *Cabelos no Coração*, a qual em nome da nossa cinquentona amizade, assumi em pessoa e prazerosamente, passo a relatar o resultado da minha pesquisa. A metodologia adotada foi visitar algumas livrarias das mais afamadas e tradicionalmente procuradas pelo público leitor. Comecei pela do meu bairro (Perdizes), a Turiassu, depois fui a mais quatro do centro de São Paulo (Brasiliense, Siciliano, Francisco Alves e Unilivros) e cinco da Avenida Paulista (Kairós, Belas Artes, Cultura, Siciliano e Quinta Avenida). Em todas as dez procurei falar com o Gerente ou quem o substituísse (Sub-gerente ou Encarregado). Constatei que, em algumas delas, o Gerente delegava a responsabilidade da resposta ao vendedor especializado na área literária do romance. Não recebi nenhuma resposta evasiva, do gênero “Está em falta”, “Vamos receber”, que, aliás, eu não teria aceito. Nenhuma dispunha do teu livro *Cabelos no Coração*, posto que algumas expusessem outros títulos teus, como *Os Anões*, *Jogos Infantis* e *Rio de Raivas*. Em nenhuma havia catálogo da Editora Rio Fundo. Algumas, à menção do nome da editora, relacionavam-na com a Distribuidora do Povo. A maneira como fui atendido nas dez livrarias deixou-me a certeza de haver tratado com pessoas sérias, competentes e responsáveis. Quase todas prontificaram-se a encomendar o livro para mim, com espera média de dois dias, sendo eu forçado a solicitar diplomaticamente prévia informação do preço (desculpa-me, mas não te quis forçar a dar tantos autógrafos no mesmo romance...). Listo, a seguir, as livrarias visitadas: [...] Esperando haver-me

desempenhado a contento, continuo nesta Paulicéia Desvairada à tua inteira disposição. Um grande abraço do amigo certo. Zé Santos⁴⁸⁶

Como se vê, a pesquisa levada a cabo pelo amigo constatou que *Cabelos no coração* não estava à venda em nenhuma das dez livrarias visitadas, escolhidas entre as mais afamadas e visitadas pelo público. Além desse fato e de outros pequenos contratempores veio somar-se o ocorrido no dia 1º de março de 1991, data em que o autor compareceu à sede da empresa para o ajuste da primeira prestação de contas dos seus direitos autorais e foi surpreendido com o parcelamento do pagamento em três vezes. Na madrugada, insone e incomodado, Haroldo Maranhão dá vazão ao descontentamento em cinco páginas e meia datilografadas que endereça ao Almirante José Celso Macedo Soares Guimarães, proprietário da editora.

A longa carta remoída na madrugada revela um Haroldo Maranhão indignado com o tratamento dispensado a si e ao seu romance, ironizando práticas ultrapassadas da editora, que em plena era da informática mantinha “contabilidade de taberna”. A irritação causada pelo parcelamento de seus direitos autorais no primeiro ajuste de contas leva-o a questionar a idoneidade da editora, uma vez que, conforme soubera, pelo menos metade da tiragem do seu romance já havia sido vendida, não havendo razão, portanto, para que o pagamento devido não fosse feito integralmente - “ora, ora, ao menos [a editora] não teve prejuízo com este autor brasileiro”. A carta deixa transparecer ainda que o equívoco no título do seu livro, grafado no recibo como “Abalos no coração”, em vez *Cabelos no coração*, que tanto o irritou, tanto podia ser interpretado como descaso em relação à obra, como por completa inépcia por parte da editora, incapaz de ter um catálogo confiável dos seus editados. As críticas, no entanto, não se restringem às práticas editoriais e avançam sobre o terreno administrativo da empresa, cujos projetos e saúde financeira Haroldo Maranhão parecia conhecer bem, estendendo-se até mesmo sobre a maneira de gerir seu pessoal. O almirantado, a seu ver, definitivamente não se afinava com o ofício de editar, e assim não se furta a aconselhar: “Almirante, construa navios e esqueça os livros.” A ironia é destilada gota a gota na madrugada insone:

Caro Almirante,
Nesta madrugada acordei gravemente incomodado com o que haveria de me acontecer ontem, na sede das suas empresas. São três da madrugada e

⁴⁸⁶ SANTOS, José de Oliveira. [Carta]. São Paulo, 29 set. 1990.

fui dormir pela meia-noite. Portanto, dormi mal. Minhas reações são geralmente retardadas. Sou meio retardado. Frequentemente incorro em descaídas de galinha choca. É uma expressão que me acompanha há muitos anos, inventada por um intelectual paraense já falecido, e que um dia lhe explico melhor, se houver esse dia melhor. Estou neste momento diante de um cheque que praticamente me vi compelido a aceitar, um cheque de *quarenta e um mil trezentos e noventa cinco cruzeiros*. É um cheque errado, um triste cheque, e me sinto bastante envergonhado por esse pobre cheque. Verdade, não deveria tê-lo recebido. Foi a dita descaída de galinha choca. Quem teve a idéia de *p a r c e l a r* a dívida da sua mais nova empresa – a mal valida editora -, teria procedido melhor voltando com ele para reintroduzi-lo no guichet da contabilidade. Aceitei-o porque um assistente seu, o Sr. Machado, sensível pessoa, quase me suplicou com o olhar que o aceitasse. O Sr. Machado é um homem em quem pode fiar, dificilmente me engano. Tem qualidades altas, e é um servidor que deve conservar a seu lado, se me permite a sugestão, para assuntos de livros, de navios e do que mais for. Comecei a ficar crescentemente constringido quando o Sr. José Carlos Leal – o primeiro pobre que encontrei na vida com nome de rico – entrou a mexer numas folhas de papel manuscritas, grampeadas numa pasta de cartolina, aparentemente quadros demonstrativos! O senhor não vai acreditar no que pensei: Deus, estamos nos tempos da informática e me aparecem com essa contabilidade de taberna. Taberna leva a duas ou três acepções: eu pensei em taberna como se dizia no Pará, das mercearias de esquina, geralmente de português e de ordinário bem sortidas, onde se vendiam gêneros para suprir cozinhas. Anotavam-se as despesas num caderno, para serem pagas no fim do mês, e o português molhava de saliva a ponta do lápis. Foi a pura sensação que tive, vendo o português que não é português José Carlos Leal com aquele caderno em que estavam anotadas as minhas batatas e o meu bacalhau. Eu e o Sr. Machado estávamos expectantes. Leal admitiu então que eu já houvesse recebido *Não Me Lembro Agora Quanto*, a título do que vendera do meu romance *Cabelos no Coração!* Ora, eu não havia recebido nenhum real, e isso serenamente afirmei: “Eu estou em jejum dos vossos dinheiros! Até agora, nada de nada, caro Sr. José Carlos Leal. Não vi a cor do meu direito autoral.” Foi a primeira vez que vi um rico, um Leal, isto é, o Sr. José Carlos Leal, embarçar-se. Embarçou-se. Pediu polidamente licença e foi certificar-se não sei onde nem com quem. Voltou com a certeza de que eu falara certo, até porque não poderiam ter recibo meu. Admitiu então que referentemente aos três primeiros meses (Julho/Setembro de 90) me devia a editora *oitenta e dois, setecentos e noventa cruzeiros*. Falou-me então do trimestre seguinte, por fim admitindo que eu seria credor da Rio Fundo da quantia de *cento e oitenta e quatro mil oitocentos e cinqüenta cruzeiros*. Ponho em letras os valores porque me atrapalho com os números. Vamos pingar um ponto final nesta inana, meu bom almirante: Leal me entregava um cheque dos tais quarenta e um mil e fração, ou seja, a *m e t a d e* do que me devem do primeiro trimestre do lançamento do livro, que ia a *oitenta e dois mil etc.!* O Sr. Machado suponho que se envergonhou pela editora, e ponderou, certo de que teria havido engano: “Mas não era oitenta e dois, Zecarlos?” “Sim. Mas tem o parcelamento.” Que diabo de *p a r c e l a m e n t o* ? indaga neste momento o autor, em face de uma decisão **unilateral**, portanto arbitrária e certamente inusual. Que invenção já é essa no país das correções monetárias dos débitos? Se eu não pago a

minha luz ou o meu gás no dia do vencimento, e vou ao banco vinte e quatro horas depois, pago com multa. E O MEU, NÃO TEM MULTA, NÃO TEM MORA? Afinal, trata-se de crédito meu – e débito seu – relativo ao ano passado! E o Sr. Leal, candidamente, lisamente, me vem com essa novidade de parcelar o que a editora já embolsou e até já gastou! E o senhor, almirante, do alto de sua gávea, que ignora esses pormenores de marinharia, obra e tarefa de grumetes (faço-lhe essa justiça), considera certo, justo, correto, pagar-se a outrem S E M um ajuste financeiro, débito vencido de OITO MESES, ainda por cima C O M um tal de parcelamento, que premia o devedor e pune o credor? Faça-me a faça-se o favor de deter-se no assunto, chamá-lo a si – para cabal decisão – e aplicar a velha regra que se praticava no Império, ao tempo do seu ilustre tio-avô, o dicionarista Dr. Macedo Soares, quando dívidas se pagavam com justeza. Não haviam inventado correção monetária porque débito se honrava no dia aprazado, jamais no dia seguinte, muito menos no ano seguinte! É como lhe disse, caro almirante. Quis devolver o chequinho desprimoroso, e cheguei a dizer: “Mas isso não é justo! Receber um pedaço? Os senhores façam o seguinte: me chamem no dia em que tiverem as contas certas e o dinheiro certo para me pagar: e de uma vez.” Foi quando houve o aludido olhar de desapontamento e de súplica do Sr. Machado. Em homenagem ao pedido calado de *aceite, por favor*, eu aceitei, e assinei o recibo! (Puríssima descaída de galinha choca.) Ainda há pouco reli a minha via do recibo. Lá está: pagamento de direitos autorais do livro... “Abalos no Coração”! Abalos no Coração! Soube que o seu propósito em relação à editora persiste. Sei que perdeu no ano passado trezentos mil dólares (o que não é muito se se pensar que a senhora Xuxa cobra isso para pular como uma idiota e como se não bastasse imbecilizando pirralhos, à conta de uma hora de show), sem falar-se nos cruzieritos deste autor. Foi-me dito que já se vendeu metade da edição do meu romance. Ora, ora, ao menos não teve prejuízo com este obstinado autor brasileiro. Sou animado e me animei quando me asseguraram que a editora vai continuar. Manifestei ao Sr. Machado que ficava alegre (fiquei) com a notícia de que a Rio Fundo tece projetos para futuro próximo. Cheguei até a dar-lhe ótimas idéias, releve a imodéstia. Disse o que disse, e até repetiria se continuasse a pensar pela mesma forma. Não penso mais. Já nesta madrugada me ocorre o oposto. Almirante, construa navios e esqueça os livros. O senhor não tem sido feliz com os seus imediatos. Citar nomes, não citaria. Para editar livros é preciso especialíssima aptidão, vigorosíssima competência. É como escrevê-los. Com uma diferença. Quem escreve um mau romance não prejudica ninguém. Já quem edita mal, sem tino para produzir e vender a mercadoria, procederá melhor optando por negócio mais singelo. Falo-lhe de voz firme e peito aberto, e por favor não entreveja ironias onde não há ironia, absolutamente não há. Os funcionários da editora não ficariam desempregados. Do contrário não estaria eu aqui a meter minha colher de pau no angu alheio. Serão remanejados para uma das demais empresas da **holding**, não é assim que se diz e não é assim que se faz? Parto do Porto Max, e da razoável pressuposição de que o almirante absolutamente ignora os maus arranjos dos tripulantes de convés, como andam a atar os nós e a fazerem as obras miúdas com os cabos, a lona e o brim. Por isso, aperto-lhe a mão, cumprimentando-o.⁴⁸⁷

⁴⁸⁷ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 2 mar. 1991.

Não bastasse o episódio do parcelamento que despertou a ira do autor, a gota d'água foi a venda, com 40% de desconto⁴⁸⁸, de 500 exemplares do romance ao governo do Estado do Pará, terra natal de Haroldo Maranhão, num negócio que classificou de “picaretagem”, em consonância com a opinião do advogado e amigo Daniel Coelho de Souza, a quem recorreu em 21 de maio de 1991 para tentar se não obstar a operação, àquela altura dos fatos irreversível, face as providências que já haviam sido adotadas para a sessão de autógrafos em Belém, ao menos minimizar os seus efeitos, desvinculando-o e isentando-o, tanto quanto possível, de participação no negócio, de modo a deixá-lo “a salvo de avaliações inexatas e injustas”. Para isso, decidiu devolver a passagem aérea que lhe havia sido oferecida pelo governo do Estado, adquirindo outro bilhete, com seus próprios recursos, assim como decidiu destinar os direitos autorais recebidos pela venda dos 500 exemplares à entidade assistencial Obra do Berço, confiando todas as providências ao amigo Daniel Coelho de Souza.

Meu querido Daniel,

Reporto-me à venda de quinhentos exemplares do meu romance *Cabelos no Coração* ao governo do Estado do Pará, pela Editora Rio Fundo, e objeto de entendimento nosso, telefônico. Já manifestei a você o meu desgosto pelo que chamou acertadamente de picaretagem. De fato foi picaretagem. A mim me entristece e deprime que o destino de parte da edição de um trabalho meu tenha ido parar num depósito ou num desvão de almoxarifado. O que pôde ser feito, foi feito, tendo até você se entendido em meu nome com a prof^a Terezinha Gueiros⁴⁸⁹, tentando obstar a operação, que ela própria estranhou. Ao tomar conhecimento da tratantice, que já andava, manifestei à editora meu repúdio, devolvendo a passagem aérea que me havia destinado para o lançamento em Belém. Iria comigo um diretor da Rio Fundo, justo o arquiteto do negócio. Devolvendo a passagem, já emitida, quis exprimir minha ruptura com a editora e com seus métodos curiosos de comercializar livros. E teria evidentemente até cancelado o lançamento, se amigos meus, de Belém, não estivessem já bem adiantados nas providências que tomaram, com dia e hora já marcados para a sessão de autógrafos no Museu da Universidade. Pois fiz esta coisa absurda e irônica para quem no fundo abomina **lançamentos** e nunca teve largos dinheiros: comprei eu mesmo a passagem, pelo crediário da VARIG! Mando-lhe os papéis que pude reunir e que dão conta da operação. Verifica-se que tudo se fez em novembro do ano passado. O direito autoral relativo ao último trimestre de 1990 foi pago ONTEM, DIA 20 DE MAIO DE 1991, o que denuncia

⁴⁸⁸ Conforme cópia da Nota Fiscal nº 218, de 6 de novembro de 1990, emitida em nome do Gabinete do Governador do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 510.000,00.

⁴⁸⁹ À época titular da Secretaria de Estado de Educação.

que a editora é cêlere no cobrar e morosa no pagar. O cheque, datado de 10 de maio, foi por mim recebido com a ressalva da data e de imediato endossado em favor da Obra do Berço, entidade dirigida por uma irmã do jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Enfim, querido amigo, peço-lhe o que anteriormente já havia feito: que você faça chegar notícia do que aconteceu ao processo de aquisição, que presumo haverá esse processo, de modo a ficar patente que o autor foi estranho à venda e não se beneficiou desse direito autoral, que considera espúrio. Não tenho como agradecer as providências que saberá tomar, em favor do velho amigo, de forma a deixá-lo a salvo de avaliações inexatas e injustas⁴⁹⁰ (grifo do autor).

A pedido do amigo, o advogado Daniel Coelho de Souza encaminhou correspondência ao Major Chefe da Casa Militar, datada de 10 de junho de 1991⁴⁹¹, na qual esclarece que em dezembro de 1990 a editora vendera ao Governo do Estado do Pará, por intermédio da Casa Militar, 500 exemplares do livro *Cabelos no coração* pelo preço total de Cr\$ 510.000,00, a cuja venda correspondia o valor de direitos autorais de Cr\$ 99.085,00. O advogado observa que a venda foi feita à revelia e contra a vontade do autor, que por considerá-la reprovável deliberou doar o valor dos direitos autorais correspondentes a uma instituição de caridade. A correspondência, protocolada no dia seguinte, foi acompanhada de cópias dos seguintes documentos: cheque nº 000199 no valor de Cr\$ 99.085,00 emitido pela editora Rio Fundo em favor de Haroldo Maranhão, e por ele endossado em benefício da Obra do Berço, assim como do recibo da instituição beneficiária, do recibo de prestação de serviços e da nota fiscal correspondente. Além de não querer ver seu nome envolvido numa negociação obscura, que classificou de “picaretagem”, a reação de Haroldo Maranhão demonstra que ele queria obter reconhecimento legítimo dentro e fora de seu Estado natal, mas sem que para isso fosse necessário lançar mão de intervenção ou de subvenção oficial, ou ainda de operações mal explicadas. A atitude de Haroldo Maranhão demonstra preocupação em salvaguardar seu nome de quaisquer especulações que pudessem sugerir favorecimento pelo fato de ser um autor paraense, em um negócio que considerou espúrio, tanto mais porque seu livro, como já o provara o amigo José Santos, não era encontrado em livrarias, mas por outro lado era negociado em lotes com o poder público estadual.

No dia 12 de junho de 1991, Daniel Coelho de Souza dava conta ao amigo das providências tomadas em Belém, enviando cópia do expediente à Casa Militar, conforme

⁴⁹⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 21 maio 1991.

⁴⁹¹ SOUZA, Daniel Coelho de. [Carta]. Belém, 10 jun. 1991.

prometera, e pondo-se à disposição para qualquer esclarecimento ou providência.⁴⁹² No Rio de Janeiro, Haroldo Maranhão recebia com alívio e satisfação as notícias de Belém, e na carta de 15 de junho de 1991 derramava-se em elogios à atuação e à escrita do amigo – “estilo claríssimo e macio de qualquer burro entender [...], que parecerá fácil aos desinformados”.

Meu querido Daniel,

Só você mesmo daria um perfeito e exemplar acabamento à mixórdia em que me meteu a tal de editora Rio Fundo, que pelo nome não se perca. A carta me traz de volta o velho e bom estilo conhecido meu, estilo claríssimo e macio de qualquer burro entender (inclusive o coronel da Casa Militar), que parecerá fácil aos desinformados. Era o que me impressionava nos altos do saudoso escritório da Sete de Setembro: a velocidade e a qualidade do texto, que já saía da imbatida **Royal** pronto e acabado, sem se precisar tirar nem pôr vírgula. [...] Enfim, meu prestimoso Daniel: fica-lhe muitíssimo agradecido seu fã e amigo, amizade sem fissuras de mais de quarenta anos!⁴⁹³

Os efeitos da operação de venda dos exemplares ao governo do Estado do Pará haviam sido contornados, mas a relação com a editora estava irremediavelmente comprometida e o autor, de hábito cuidadoso com os seus negócios editoriais, mantinha-se ainda mais atento ao menor deslize. Foi assim que a cobrança de vinte exemplares faturados pela editora contra o autor, “uma novidade na praça”, visto que as demais editoras, segundo ele, ou nada cobravam pelos exemplares adicionais, ou ajustavam a cobrança à data das prestações de contas periódicas, põe em cena mais uma vez um Haroldo Maranhão exasperado, falando do alto de quem já havia publicado perto de duas dezenas de livros. Em 23 de setembro de 1991 escreve a Eduardo Macedo Soares, aproveitando o ensejo para remexer o episódio do parcelamento de seus primeiros direitos autorais, que certamente ainda o incomodava:

Caro Sr. Eduardo Macedo Soares

Sem mais surpresa, recebi uma curiosa **fatura** da editora Rio Fundo contra mim sacada, pelo fornecimento de vinte exemplares de meu romance **Cabelos no Coração**, cuja edição em azarada hora admiti em lhes confiar. Sou aposentado da Caixa Econômica Federal e só poderei pagar-lhes quando se efetivar o crédito, em minha conta, do provento que me é devido, desde o dia 20 último. Presumo que saberá que a Caixa Econômica continua em greve. Minha pobreza honra-me, caro senhor.

⁴⁹² SOUZA, Daniel Coelho de. [Carta]. Belém, 12 jun. 1991.

⁴⁹³ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 15 jun. 1991.

Porque posso prestar contas à Receita Federal e à minha consciência do pouco dinheiro que ganho a cada mês. Advogado aposentado da Caixa, é com laivos de orgulho que proclamo morar em apartamento alugado. As demais editoras que publicaram meus outros dezoito títulos, quando lhes solicito exemplares adicionais, ou a) nada me cobram; ou b) fazem-no ao ensejo dos acertos de contas de direito autoral. A cobrança, tal como ora faz a Rio Fundo, além de ser uma novidade na praça, dá a medida do despreparo com que andam as coisas numa editora sem qualquer competência, conforme me cansei de alegar e até provar, e não se harmoniza com a memorável primeira prestação de contas de **Cabelos no Coração** em que, surpreendentemente para o autor, viu p-a-r-c-e-l-a-d-o o que teria a receber, já com bastante atraso, EM TRÊS VEZES!⁴⁹⁴

A cada carta subia o tom e diminuía o bom senso, com o autor imiscuindo-se na conduta empresarial, e o editor dando-se o direito de escarnecer e tripudiar sobre o título e o conteúdo da obra, como se vê da resposta de Eduardo de Macedo Soares Guimarães. Dizendo-se surpreso com o tom agressivo e amargo da carta, Guimarães, resolveu também ele pôr no papel as suas razões, comentando, entre tantas outras ironias, a fama de “criador de casos” de Haroldo Maranhão no meio editorial. É evidente que o missivista se referia ao hábito do escritor de negociar cada item de seus contratos e de exigir o seu fiel cumprimento nos mínimos detalhes. Episódios recentes, alguns mais, outros menos graves, certamente haviam repercutido no meio editorial, motivando a declaração. Agastado, o editor comunica a decisão de encerrar ali o vínculo contratual com o autor, pondo à disposição dele todos os exemplares remanescentes de *Cabelos no Coração* para serem retirados segundo a sua conveniência. “Seria um favor para desocupar nosso estoque. [...] Os livros são seus, Sr. Escritor, faça deles bom proveito!”

[...] Realmente, Sr. Escritor, azarado o momento em que esta Editora, sob o comando do Sr. Virgílio Morethzson, aceitou vossos originais para publicação. Certamente sob meu comando, não aceitaria a publicação de um romance sob um título, “Cabelos no Coração”, que apenas causa repulsa ou ironia aos primeiros que o ouvem. Não somos obrigados a adivinhar que o Sr. Escritor seja aposentado da Caixa Econômica Federal e dependa desta aposentadoria para pagar suas contas. Muito lamentamos que tão nobre Escritor, tão elogiado pela crítica, chegue a este ponto da vida se vangloriando de sua pobreza. Quanto a prestar contas com a Receita Federal, Sr. Escritor, tenha a certeza que tenho minha consciência tranqüila e apesar de jovem sou do tempo em que honestidade, antes de ser uma qualidade é uma obrigação. Se por algum motivo fomos obrigados a P-A-R-C-E-L-A-R algum pagamento de Direito Autoral, tal fato se deu única e exclusivamente por uma situação de emergência de

⁴⁹⁴ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 23 set. 1991.

caixa de nossa Editora. [...] Vale ressaltar, Sr. Escritor, que a difícil situação financeira da Editora se deveu principalmente a má escolha pelo Sr. Virgílio da Linha Editorial, dentro da qual incluímos vosso “Cabelos”. A maioria dos livros por ele escolhidos são na verdade fracassos editoriais. É claro, Sr. Escritor, que esse problema de nossa Editora não lhe compete e que seus direitos são devidos e foram pagos. Apenas tento lhe mostrar que não houve má fé de nossa parte. Ao contrário da opinião do nobre Escritor, temos recebido elogios unânimes de nossos Autores quanto a competência e a seriedade de nossa Editora. Muito estranho Sr. Escritor que dentre mais de 20 autores satisfeitos com nosso trabalho, apenas um nos conteste a competência. É, Sr. Escritor, deve ser mesmo perseguição a V.Sa.! Prefiro não comentar vossa fama no mercado editorial de criador de casos. Não tenho provas. Me limito a comentar nossa péssima experiência. Quanto à modalidade de cobrar pelos livros solicitados, nada há de novo, Sr. Escritor, ela está prevista em contrato. Sr. Escritor, V.Sa. mais do que ninguém sabe que livros custam dinheiro e que as Editoras não são Instituições Benéficas que fazem doações de livros. A propósito, vossos Direitos Autorais acumulados (que sempre estiveram à disposição de V.Sa., que nunca se dignou a vir receber, talvez encabulado por seu baixo valor) não totalizam nem 1/5 da fatura que lhe enviamos. Para tornar mais breve este assunto, Sr. Escritor, quero lhe informar que: 1º) Não temos interesse mais de vender vossos livros; 2º) Todos os exemplares remanescentes de “Cabelos no Coração”, estão à vossa disposição para serem retirados à conveniência de V.Sa. Seria um favor para desocupar nosso estoque; 3º) Abrimos mão de qualquer direito que por contrato ainda possamos ter. Os livros são seus, Sr. Escritor, faça deles bom proveito! Quanto aos seus disquetes, insistimos que foram devolvidos e que não teríamos nenhuma intenção de “escondê-los” em nossa Editora. Prefiro não me despedir com o termo “Atenciosamente”, terminando por aqui nosso mal sucedido relacionamento comercial. Seja feliz, Sr. Escritor Haroldo Maranhão.

D.A. à vossa disposição
 JAN-MAR/91 – Cr\$ 2.070,00
 ABR-JUN/91 - Cr\$ 2.660,00⁴⁹⁵

Sem mais condições de manter o acordo contratado, Haroldo Maranhão aceita a decisão de encerrar uma relação que se deteriorava dia-a-dia. Antes, porém, de comunicar oficialmente sua concordância à editora, o que faz através de correspondência datada de 4 de outubro, passa em revista, em longa carta de pouco mais de oito páginas, escrita a Eduardo de Macedo Soares Guimarães em 2 de outubro de 1991, todos os fatos que conduziram àquele desfecho. O fracasso de vendas de alguns títulos da Rio Fundo, entre eles *Cabelos no coração*, que Guimarães atribuíra à má escolha do editor Virgílio Morethzson, Haroldo Maranhão atribui à ineficiência na distribuição da obra. Quanto ao seu livro, em especial, lembra que às vésperas da bienal de São Paulo de 1990 a capa de seu

⁴⁹⁵ GUIMARÃES, Eduardo de Macedo Soares. [Documento Ref. RF 085/81]. Rio de Janeiro, 1 out. 1991.

romance havia sido reproduzida pela *Folha de São Paulo*, e que em vez de poder ser encontrado em livrarias, local de venda adequado, o livro foi objeto de negócio escuso com o Governo do Pará. E continuava não sendo encontrado mesmo depois, quando a mesma *Folha de São Paulo* publicou “Vida de autor paraense do século 19 vira ficção”⁴⁹⁶, texto de três colunas assinado pelo filósofo paraense Benedito Nunes, que escreveu:

Nada mais reconfortante para aliviar-nos da usura da história em relação ao “hombre de carne y hueso” do que o romance biográfico que propõe ao leitor o pacto da união de dois gêneros para um só efeito: a sobreposição do personagem fictício à personalidade real, da persona à pessoa, da máscara ao rosto. [...] E daqui por diante será impossível pensar em [Filippe] Patroni sem figurá-lo sob o molde dessa personagem contraditória que Haroldo Maranhão criou em “Cabelos no coração” [...].

À atitude de Guimarães, arvorando-se em crítico literário, ao criticar o título de seu livro, Haroldo Maranhão contrapõe o juízo de Antônio Houaiss, cujo texto original, escrito em papel timbrado da Academia Brasileira de Letras faz parte de seu arquivo pessoal e está reproduzido na orelha do romance:

Esta é a sua maior obra (por ora, eu diria.) Mas é maior, mesmo, sem cotejos. E, mesmo que a Parca (vade retro!) venha a impedir-lhe criar mais outra, esta já é suficiente para coroar um universo tão caracteristicamente seu. Aqui, palpita-me que os leitores irão sentir o sopro forte e quente da grande arte. Trata-se de uma biografia ficcional (com esplêndidas achegas biográficas colaterais) ou de uma ficção biográfica romanceada de um herói brasílico que, nascido nos fins do século XVIII brasileiro ou paraense ou acaraense teve muitas luzes do Iluminismo e buscou difundi-las no nosso território, do Pará ao Rio de Janeiro, de Belém a Lisboa, em andanças várias, uma das quais é uma pujante odisséia cabocla. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1990.⁴⁹⁷

⁴⁹⁶ NUNES, Benedito. Vida de autor paraense do século 19 vira ficção. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1990. p. 3.

⁴⁹⁷ HOUAISS, Antônio. Rio de Janeiro, 26 abr. 1990.

A longa carta revela que Haroldo Maranhão tinha convicções bem claras acerca das relações autor-editor, o que certamente valeu o comentário de “criador de casos” anteriormente formulado por Guimarães. Para Haroldo Maranhão, no entanto, sua postura refletia nada mais do que a sua maneira de encarar o mundo editorial, como um negócio, “que em essência é”, não se justificando, portanto, submissão a velhas práticas paternalistas.

Caro Sr. Guimarães,

Recebi sua Carta [...] de 01 de outubro de 1991, em que pretende contestar a minha [...], de 23 de outubro de 1991. Preciso respondê-la porque o senhor coloca na minha cabeça juízos que não formulei. Realmente, não pus em dúvida nem a sua honradez pessoal, até porque não o conheço e nada sei de si, nem a honorabilidade de sua editora, cuja papelada contábil não me cabe averiguar, porque não sou e nunca fui autoridade fiscal. Pus e ponho em causa a **competência** da editora que ora comanda, conforme proclama no jargão naval. E é o senhor, e não eu, quem de saída admite: contrataram os senhores, desastradamente, o primeiro editor. Não o afirmei eu, nem endosso o tão severo julgamento que faz dele. (“A maioria dos livros por ele escolhidos são na verdade fracassos editoriais”.) Quem o contratou, igualmente contratou o outro editor, Sr. José Machado Carregosa, de quem uma funcionária sua diz que “graças a Deus não trabalha mais aqui”. O Deus a quem ela se refere evidentemente não é o pai de Jesus e o avô de todos nós, que terá mais o que fazer do que demitir funcionários de uma editora mal concebida, na qual, parece, há mais ex-funcionários do que funcionários. No que respeita ao meu **Cabelos no Coração**, acerca do qual faz surpreendente *crítica literária*, batendo de frente com o julgamento, que prefiro, de Antônio Houaiss, ele teve a sua capa destacadamente reproduzida em página nobre da “Folha de São Paulo”, no dia mesmo da inauguração da Bienal de São Paulo, em 1990. Pois ninguém achou o romance durante os dias da Bienal, nem nos dias que se seguiram, nas livrarias paulistanas, onde me encontrava a tratamento de saúde, tendo podido pessoalmente isso constatar... A sua editora falhou clamorosamente na distribuição. Quando, posteriormente, a mesma “Folha de São Paulo” destinou mais de meia página ao meu referido romance, no prestigioso Caderno “Livros”, ainda aí o livro primou pela ausência nas principais livrarias paulistas, conforme carta do meu amigo, professor José de Oliveira Santos, da Faculdade de Medicina da USP, em que me forneceu, para maior segurança do informe, nomes do balconista e do gerente de cada uma das dez livrarias que visitou, as mais importantes da capital. Então, não há que culpar-se o ex-editor, o romance e o romancista, já que a editora é que perdeu o bonde por motivo que o senhor mesmo diagnosticará. Minha postura como escritor em relação às editoras não é de submissão ao velho paternalismo, diante das quais colegas meus, infelizmente, se sentem “honrados” no verem-se editados. Não é o meu caso, Sr. Guimarães. Ao me editarem, não me prestam nenhum favor. E não costumo jogar confete em cabeça de editor. Eu me respeito, Sr. Guimarães. Tendo visto o tratamento editorial dispensado a um livro de autoria do próprio dono da Rio Fundo, o almirante senhor seu pai, alarmei-me grandemente e comuniquei ao seu ex-editor que me reservava o direito de indicar o capista para o meu romance. E

efetivamente recomendei profissional competente e de bom gosto, que produziu trabalho à altura de um padrão que estimo sinceramente que a Rio Fundo venha a atingir, um dia, até porque sou amigo dos livros e não inimigo deles. Encaro a relação autor-editor com inalterável frieza, como um negócio que em essência é. Não lhes faço favor e não me prestam favor nenhum.⁴⁹⁸

A carta prossegue passando em revista e criticando um a um todos os episódios que marcaram sua relação com a editora. Ao repelir a afirmação de que a Rio Fundo teria “aceitado” seus originais, reafirma sua posição de independência frente a atitudes que regem a relação editor-editado. Quanto à crítica levantada na carta de Guimarães contra o ex-editor Virgílio Moretzsohn, que lhe acenara com a edição do romance sem conhecer o original, Haroldo Maranhão afirma que a editora Maria José Silveira manifestou o mesmo empenho em editar outro romance seu, sem haver visto o original. Com efeito, a editora Marco Zero publicou, naquele mesmo ano, o romance *Memorial do fim*, o que significa que Haroldo Maranhão desfrutava de certo prestígio no meio editorial, a ponto de uma profissional respeitada ter apostado em um romance de sua autoria baseada na produção já conhecida do autor.

É claro que estranhei que justo na primeira prestação de contas, me houvesse sido imposto tratamento autoritário e unilateral, estabelecendo parcelamento em três vezes, e assim mesmo atrasadamente. (Não me consultaram e o cheque a primeira parcela já estava pronto.) Não me restou espaço senão aceitar e disse porque o fiz, em carta que escrevi ao senhor seu pai. Limitei-me a aceitar a memorável prestação de contas, de que não houve até hoje precedente, de parte ao menos das outras editoras com quem trato. Aliás, diga-se de passagem que a Rio Fundo foi a **única** editora que atravessou a crise econômica num ritmo de espantosa normalidade. Vim a saber que, de saída, haviam sido gastos US\$ 300.000, tudo confirmando as larguezas editoriais e contrariando as curtezas de prestação de contas. Ao ser surpreendido com o faturamento de exemplares adicionais que pedira, também inovação riofundica, teria que avisá-los de que a quitação do título não previsto e não esperado por mim, teria que ser condicionado à cessação da greve da Caixa Econômica. Minhas contas são pagas em dia, Sr. Guimarães, e o pagamento delas depende, sim, do provento que recebo. Porém tratou-se de compromisso absolutamente não previsto e por isso não considerado, porque as suas congêneres não procedem assim, nenhuma procede assim. Sendo estritamente profissional meu vínculo com editores, estranhei sua tão peremptória assertiva: “... esta Editora... aceitou (sic) vossos originais para publicação.” Epa! Não **aceitou** coisíssima nenhuma, é mentira, porque jamais submeteria original meu a editora de cuja competência não tivesse certeza. Foi o seu ex-editor quem me aliciou muito amavelmente, chegando ao ponto de levar-me à presença do advogado das suas

⁴⁹⁸ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 2 out. 1991.

empresas, Pedro Calmon Filho, ao saber que eu precisava de advogado norte-americano para procedimento judicial contra um laboratório farmacêutico, que pôs em risco minha saúde e minha vida. Diante dos muitos testemunhos de dedicação de seu ex-editor, de quem faz tão lamentável má ausência, e que, no meu caso pelo menos, se revelou dedicado aos interesses do seu empregador, do qual me fez, sempre, boa ausência, diante da persistência dele é que admiti me ver editado pela sua Rio Fundo (para grandíssimo azar meu), e com o desconhecimento, de parte dele, seu ex-editor, do conteúdo do romance! Isto é: ele me acenou com a edição do romance sem conhecer o original! Não agrave a injustiça que cometerá contra ele. Porque recentemente a editora Maria José Silveira, da Marco Zero, manifestou o mesmo empenho em editar meu último romance, conforme editou, **sem haver lido o original!** Entendeu? Eu é que devo me queixar, e me queixo, do mau desempenho dessa empresa sua. E nego-lhe o direito de questionar a qualidade do meu romance, a partir do seu título como petulantemente faz, porque não lhe reconheço qualquer competência para meter-se onde não deve.

Por fim, considerando a venda de 500 exemplares de seu romance ao Governo de seu Estado de origem, terra onde se desenrolou a história de sua família e parte de sua própria história, percebe-se que Haroldo Maranhão tinha a preocupação especial de preservar seu nome de possíveis interpretações maldosas ou equivocadas, demonstrando mais uma vez que preferia abrir mão de seus direitos autorais a ver sua reputação posta em questão. Por certo as suas primeiras experiências de vida na terra onde nasceu e vivenciou guerras e intrigas memoráveis, recomendavam cautela, razão pela qual preferia ele mesmo arcar com os custos de deslocamento para a sessão de autógrafos, mesmo considerando o inconveniente da despesa inesperada.

Para terminar: sua editora não teve prejuízo com a edição do meu romance. Não o vendeu em livrarias, que seria o espaço adequado: mas o vendeu ao governo do Pará! Vendeu-lhe 500 exemplares! Devo informar-lhe que não há precedente de editoras outras, que publicaram meus demais dezoito livros, terem chegado ao fundo a que chegou a Rio Fundo: fazer essa venda lamentável e aética ao governo de onde o autor é natural. Pois ao saber do negócio, o Autor em primeiro lugar devolveu à sua Editora a passagem aérea já emitida, Rio-Belém-Rio, à guisa de lançamento do livro em Belém, conforme bem sabe a sua ex-funcionária Marta. E para não desapontar os amigos de Belém que se haviam empenhado pelo dito lançamento, procedi assim: comprei pelo crediário da Varig-Cruzeiro, porque não tenho por que me pejar de ser homem pobre, e estive presente à sessão de autógrafos no Museu da Universidade Federal, ainda que sendo lançamento do meu desagrado. E fiz mais, homem íntegro, Sr. Guimarães, que me prezo de sê-lo: recebi o direito autoral do deplorável negócio e o doei à Obra do Berço. (Nem depusitei o seu cheque, endosseio à Obra presidida pela Sra. Ana Maria Lima de Arruda, irmã do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.) E agi no sentido de deixar patente a minha repulsa à trantatana: pedi ao meu amigo, Prof. Daniel Coelho de Souza,

autor de livros jurídicos, ex-reitor da Universidade Federal do Pará e advogado militante no Pará, que desse conta, das providências que tomara, ao governo do Pará. Ele fez protocolar a carta cuja cópia lhe mando para figurar na pasta do seu ex-autor Haroldo Maranhão, que se alinha entre os seus ex-editores e ex-funcionários outros. Atenciosamente, Haroldo Lima Maranhão⁴⁹⁹

Com a carta de 4 de outubro de 1991, Haroldo Maranhão põe uma pedra sobre o caso com a Editora Rio Fundo.

Sr. Eduardo de Macedo Soares Guimarães

Comunico a V. S^a que estou de acordo com a deliberação contida em sua Carta RF-085, de 01 de outubro de 1991, relativamente à desistência da Rio Fundo Editora de continuar a vender o livro **Cabelos no Coração**, de minha autoria, e bem assim com a renúncia manifestada na mesma Carta quanto a eventuais direitos que por contrato ainda pudessem caber a V.Sas. Aquela decisão, unilateralmente adotada, cria, a partir deste momento, e com esta aceitação, obrigações recíprocas, pelo que me obrigo a retirar, do estoque dessa Editora, “todos os exemplares remanescentes de **Cabelos no Coração**”, o que farei na próxima semana, em dia e hora de que previamente lhe darei ciência.⁵⁰⁰

Observando-se os quatro demonstrativos de vendas de *Cabelos no coração* existentes nos arquivos, referentes ao período de outubro de 1990 a setembro de 1991, verifica-se que da tiragem informada, de 2.000 exemplares, 1.020 foram vendidos, com a devida computação dos direitos autorais, conforme quadro a seguir:

Documento	Período	Promoção	Moeda	Quantidade Vendida	Preço de Capa	Total de Direitos Autorais
PC s/nº	Out a Dez/1990	-	-	514	1.980,00; 2.300,00	102.060,00
PC s/nº	Jan a Mar/1991	-	Cr\$	09	2.300,00	2.070,00
PC s/nº	Abr a Jun/1991	-	Cr\$	10	2.300,00; 2.700,00	2.660,00
PC s/nº	Jul a Set/1991	-	Cr\$	487	1.700,00	82.790,00
Total		-		1.020		

Quadro 14 - Cabelos no Coração
 Editora Rio Fundo
 Ano de edição: 1990
 Tiragem: 2.000 exemplares

⁴⁹⁹ Id.

⁵⁰⁰ MARANHÃO, Haroldo. [Carta]. Rio de Janeiro, 4 out. 1991.

Considerando-se esses números, conclui-se que o estoque remanescente posto à disposição do autor era de 980 exemplares. Admitindo-se 4 de outubro de 1991 como a data de encerramento do contrato, e verificando-se a documentação expedida depois dessa data, constata-se a existência dos seguintes documentos, todos emitidos em nome de Haroldo Maranhão por Editora e Distribuidora Irradiação Cultural Ltda.: Nota Fiscal nº 724, de 17 de outubro de 1991, com a venda 713 exemplares com desconto de 50%; Nota Fiscal nº 34.508, de 30 de dezembro de 1992, com a venda de 653 exemplares, também com desconto de 50%; e pedido de 60 exemplares, de nº 938, datado de 7 de agosto de 1992. Os dois primeiros documentos mencionam a natureza da operação: respectivamente, “consignação” e “devolução-consignação”. Se forem somados os exemplares constantes das duas notas fiscais, sem contar os 60 mencionados no pedido, chega-se a 1.366 exemplares, número que ultrapassa em 386 o do estoque existente, de 980 exemplares postos à disposição do autor. Pode-se supor, considerando-se a natureza da operação “devolução-consignação” mencionada nas notas fiscais, que esses exemplares haviam sido entregues em consignação à Distribuidora Irradiação Cultural, que com o fim do contrato os vendeu ao autor.

De tudo que se trouxe à tona neste capítulo, percebe-se a existência de uma documentação bastante heterogênea, ora formada por documentos de natureza contábil, ora por cartas trocadas entre autor e editor, ora por ambas as formas juntas, que cobrem apenas parcialmente a produção literária de Haroldo Maranhão. No entanto, embora desigual em termos de qualidade e quantidade documental, foi possível acompanhar o trajeto editorial de Haroldo Maranhão, extraindo-se dele algumas certezas, entre elas a de que o escritor paraense tinha concepções claras e objetivas acerca do seu ofício, que conhecia muito bem em virtude do seu convívio, desde a infância, com o meio jornalístico. Constata-se também que embora tendo publicado inúmeros títulos, seu sucesso de vendas deu-se principalmente com os livros voltados para o público infantil, ao qual destinou cerca de um quarto de sua obra. Percebe-se também que embora não tenha atingido patamares elevados nas vendas de seus livros para o público adulto, Haroldo Maranhão era reconhecido em alguns meios editoriais tanto pela sua capacidade de negociar como pela qualidade de sua obra, contratada às vezes sem que o editor tivesse visto o original, caso de *Memorial do fim*, publicado pela Marco Zero. No entanto, a se levar em conta o desfecho de alguns contratos, pode-se dizer que a capacidade de negociar foi entendida às vezes como a capacidade de

“criar casos” e a contratação da obra sem o prévio conhecimento do original nem sempre acabava bem, caso de *Cabelos no coração*, da Rio Fundo.

CONCLUSÃO

Uma biblioteca e um impasse: vender?, não vender? Uma biografia e seus lances ora prosaicos, ora extraordinários - mais extraordinários que prosaicos -, que em alguns momentos parecem ter saído do universo da ficção. Um autor, sua obra e as injunções do mercado editorial. Três faces que coabitam e convivem numa mesma personagem. Foi em torno desses três eixos que se organizou, neste estudo, a trajetória de Haroldo Maranhão, inserido numa rede de relações familiares e sociais que marcaram profundamente sua vida pessoal e profissional.

Ao iniciarmos esta pesquisa, pouco sabíamos sobre Haroldo Maranhão. Para nós, era pouco mais que um nome na galeria de autores paraenses: uma figura plana, por assim dizer, que só começou a ganhar profundidade, revelando-se aos poucos, à medida em que trabalhávamos na alimentação do instrumento de coleta de dados elaborado para a primeira proposta de pesquisa.

Se àquela altura a organização provisória do acervo impôs a necessidade de percorrer, ainda que superficialmente, um a um todos os livros da biblioteca de Haroldo Maranhão em busca dos romances que a integram, esse “contratempo” possibilitou, em contrapartida, uma aproximação progressiva com o escritor, feita de pequenas descobertas e pequenas surpresas. Folhear cada exemplar significava entrar de mansinho no seu mundo. Em cada uma das tantas manhãs em que nos instalamos na Sala Haroldo Maranhão para começar mais um dia de trabalho, era um pouco como estar na sala do Haroldo Maranhão, partilhar da intimidade da sua casa. Um bilhete aqui, uma nota ali, uma dedicatória acolá, comentários, recortes esquecidos ou deixados propositadamente dentro de um livro, uma frase ou um trecho destacado, e foram se revelando preferências, afinidades, traços de um espírito arguto e crítico.

Um Haroldo Maranhão querido dos amigos, escritores como ele ou não, que lhe dedicavam livros, mimos, dispensavam pequenas atenções ou agradeciam as que haviam recebido, movimentando assim uma teia de relações, algumas mantidas intactas ao longo dos anos, outras abaladas, às vezes por um dá cá aquela palha. Um Haroldo Maranhão metódico, cuja relação com os livros traía a natureza do seu primeiro ofício. O revisor de provas que um dia fôra saltava aos olhos: jamais cochilava diante do texto, anotando todas, absolutamente todas as gralhas, incorreções, saltos, repetições, ausência ou duplicidade de

letras ou sinais gráficos, tudo obsessivamente anotado à margem, segundo as convenções adotadas pela profissão, sem contar os inevitáveis tropeços estilísticos e gramaticais de alguns autores, da mesma forma apontados por ele.

O jogo de seduções que se vê nas dedicatórias dos livros também se estabelece por meio da correspondência com seus incontáveis interlocutores, com quem trocava favores, informações, gentilezas, ou simplesmente idéias, buriladas em linguagem cuidadosa e cultivada, como nas cartas ao também escritor português João Palma-Ferreira. Mas se esse era um terreno propício a afabilidades e ao exercício intelectual e estilístico, também era capaz de revelar um Haroldo Maranhão intolerante, intransigente, destemperado, capaz de atitudes deselegantes, arrogantes até, como aquele que algumas vezes se mostrou.

Não foi difícil, assim, sucumbir à tentação óbvia de separar de um lado um Haroldo Maranhão “amável” e, de outro, um Haroldo Maranhão um tanto “intratável”, dividindo-o em duas faces, como numa moeda, construindo representações que oscilavam sem cessar, numa visão dual, maniqueísta, simplificadora, se não simplória e ingênua.

No entanto, eram etapas de descoberta conferidas pela abertura de seus arquivos pessoais, e à medida que avançávamos, as peças iam se encaixando, como num quebra-cabeças, vislumbrando-se um Haroldo Maranhão de carne e osso, com uma história, também revelada em larga medida pelos documentos que respaldavam, ratificavam e ajudavam a melhor compreender o autor de *Rio de raivas* e de *Querido Ivan*.

Assim, relativizadas as representações – nem amável nem intratável –, a personagem, antes plana, ganhava volume, formas, texturas, cores, matizes e contornos e pudemos enxergar o Haroldo Maranhão leitor, proprietário de uma biblioteca que formou em décadas a fio, investindo mais de 15 anos de esforços na tentativa de vendê-la a fim de obter ganhos financeiros que lhe garantissem uma vida mais confortável. Vem à tona também o Haroldo Maranhão jornalista, nascido no seio de família abastada, dona de considerável patrimônio construído na esteira da *Folha do Norte*, em que, muito jovem, por força de sua condição de membro do clã Maranhão, pôde entregar-se à tarefa de editar nos anos 1950 um suplemento literário, conseguindo reunir em torno da idéia a intelectualidade mais representativa do país. O futuro, que se anunciava promissor e confortável em termos profissionais e materiais, esbarrou na guerra brutal que se instalou no interior do clã pelo controle do jornal, fazendo ruir em meio a mesquinhas o império fundado por Paulo Maranhão, deixando no neto o travo amargo que impregnou boa parte da sua literatura.

Por fim, o escritor que se profissionaliza, em eterna batalha pelo cumprimento e respeito dos direitos autorais de seus livros, sempre incertos e flutuantes. tentando viver no Rio de Janeiro de sua própria pena e de sua aposentadoria. Tendo dedicado pelo menos um quarto da sua produção ao público infanto-juvenil, foi essa vertente literária que revelou um Haroldo Maranhão editorialmente vigoroso, em paz com seus pequenos leitores, em quem as editoras apostavam tiragens elevadas, jamais iguais pelas obras destinadas ao público adulto, com o qual não chegou a lograr êxito editorial semelhante. O mundo editorial, com suas regras e leis particulares, é, assim, o novo campo de embate. Ali, temos um Haroldo Maranhão em luta constante por espaço próprio, amplamente conquistado com o gênero infanto-juvenil, e desejoso de obter igual repercussão entre o público adulto.

Para isso, estabelece relações proveitosas, que se traduzem em contratos de edição, rompe outras, quando não lhe são convenientes, e movimenta-se com a desenvoltura de quem, tendo nascido e passado boa parte da vida nas entranhas de um jornal diário, tinha muita clareza sobre as etapas do processo editorial e dominava toda a cadeia de produção industrial. Embora diferentes sob vários aspectos, a empresa jornalística e a empresa livreira têm também muitos pontos comuns, e assim vemos um Haroldo Maranhão, com conhecimento de causa, infalivelmente opinando e interferindo na produção de seus livros, etapa a etapa, detalhe a detalhe, desde a assinatura dos contratos, minuciosamente discutidos e negociados, até a distribuição e comercialização dos livros. A idéia do artista apondo o ponto final no seu texto, e se distanciando dele para sempre não se aplica, definitivamente, a Haroldo Maranhão.

No fim de tudo, feitas as contas, tem-se que a proverbial rabugice de Haroldo Maranhão, por ele mesmo propalada, não era senão a convicção firme de um homem disposto a não fazer concessões, fosse no terreno pessoal, fosse no terreno profissional, ainda que isso lhe valesse a pecha de “criador de casos”.

Por outro lado, não sendo a vida apenas uma infindável sucessão de conflitos, sobrava espaço também para um pouco de doçura, que Haroldo Maranhão distribuía às vezes em doses generosas, pondo em relevo, aqui e ali o homem amável, gentil e sensível ao outro, que sempre tratou com muito respeito seus leitores, sobretudo os pequenos. O escritor Acyr Castro, um dos três autores da tão criticada, por Haroldo Maranhão, *Introdução à Literatura do Pará*, definiu-o com a propriedade de quem lhe conheceu ambas as faces: “Era um homem muito personalista, individualista, preso a suas sensações,

de difícil trato, mas quando se aproximava, sabia ser cordial. Era uma pessoa contraditória, anjo e demônio, um homem.”⁵⁰¹

Rio de Janeiro, 3.II.88

A Alessandra de Souza Pereira

Excelentíssima Alessandra,

se você me chama de **excelentíssimo**, tenho todo o direito de chamá-la de excelentíssima. Eu sou um "Excelentíssimo Escritor", um escritor sem identidade: meu nome só figura no envelope que você me mandou através da Editora Scipione. Bem, recebi hoje exatamente a sua carta-circular de dezembro de 1987. Aparentemente tardou mas não tardou, uma vez que foi postada em Campinas no dia 25 de janeiro. A editora recebeu-a dois dias depois, redespachando-a no dia 1º. Ceeeeeeeeeeeeerto?

Vamos à sua carta-circular. Você mandou-a para quantos outros colegas **nossos**? Nossos, porque verifico que você é uma jovem escritora que escreve também seus textos e fá-lo jãnioquadros muito bem.

Gosto de brincar, como vê, mas sei também **falar** sério. Então quero lhe dizer que o problema do menor abandonado me angustia também e também me atinge como um soco. Realmente. O trágico é que também aflige uma menina de 13 anos! Na minha adolescência não fui tão **maduro** assim. Você não merece parabéns. Nosso país é que merece pêsames. Se um dia eu escrever um livro sobre o assunto -- será dedicado a você, seguramente.

Tive muito prazer em **conhecê-la**.

Figura 12 – Carta de Haroldo Maranhão à leitora Alessandra de Souza Pereira
Fonte: Arquivo pessoal da Coleção Haroldo Maranhão

⁵⁰¹ MONTEIRO, Aline. A Belém transfigurada de Haroldo. *O Liberal*, 18 jul. 2004, Caderno Cartaz, p. 3. O trecho citado foi retirado do depoimento de Acyr Castro constante dessa reportagem.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gualter Loiola. *Quem é quem no Pará*. Belém: Editora Persona, 1970.
- ALVES, Sérgio Afonso Gonçalves. *Fios da memória: jogo textual e ficcional de Haroldo Maranhão*. Belo Horizonte. 2006. 233 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- BIONDO, Delson. *Arte de persuadir e fazer rir: O tetratneto Del-rei de Haroldo Maranhão*. Curitiba, 2009. 216 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2009.
- BORDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CATÁLOGO de Obras Raras: Literatura Brasileira. Belém: CEJUP, 1992, 160 p.
- CAMÕES, Luis de. Sonetos. Disponível em: <http://fredb.sites.uol.com.br/lusdecam.htm>. Acesso em: <06 jun.2009>
- CUNHA, Maria Tereza Santos. *Do Baú ao arquivo: escritas de si, escritas do outro. Patrimônio e memória*, v. 3, n. 1, p.53-70, 15 abr. 2007.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 109-141.
- _____. *O iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 550 p.
- [[EXPEDIENTE]. Folha do Norte, Belém, 3 jul. 1971a.
- [EXPEDIENTE]. Folha do Norte, Belém, 4 jul. 1971b.
- [EXPEDIENTE]. Folha do Norte, Belém, 11 ago. 1971c.
- [EXPEDIENTE]. Folha do Norte, Belém, 5 jun. 1949d. Suplemento literário n. 125.
- FERNANDES, Magali Oliveira et. al. *Editando o editor 6: Cláudio Giordano*. São Paulo: Com-Arte; EDUSP, 2003. (Editando o Editor ; v. 6).

FRANCO, Georgenor. *Paulo Maranhão: de torneiro de metais a mestre de estilo*. Belém: IOE-PA, 1956.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES. GABINETE DA PRESIDÊNCIA. Ofício n. 586/2009, de 22 de julho de 2009.

GABBAY, Marcello Monteiro. *Paraenses em diáspora: um ensaio etnográfico sobre a migração de artistas paraenses para o Rio de Janeiro*. IN: ENCONTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 4., Anais... Salvador, 2008.

GARCEZ, Naná. Resenha sobre os anões. *Asas da Palavra*, Belém, v. 6, n. 13, p. 98-99, jun. 2002.

GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUIMARÃES, Maria Elisa. Trilha sem fronteiras. *O Liberal*, Belém, 28 ago. 1988. Caderno 2.

HAROLDO Maranhão ganha sala com acervo completo. *Diário do Pará*, 30 dez. 2002. Caderno D, p. 3.

_____. Roteiro e direção Rosa Assis. Produção Laboratório de Comunicação Social da Unama. Belém: UNAMA, 2001. (Série Memória ; v.5). 1 DVD (40 min), son., color.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. Série Temas, v. 58

LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACIEL, Sheila Dias. *A literatura e os gêneros confessionais*. Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

MARANHÃO, Haroldo. A cidade (re) visitada pelo seu maior intérprete. *Diário do Pará*, Belém, 3 jun. 2001. p.4-5. Entrevista concedida ao jornalista Elias Ribeiro Pinto,

_____. A leitores e possíveis leitores. *Asas da Palavra*. Belém, v. 6, n. 13, p. 7-9, jun. 2002.

_____. Um monstro bibliográfico. *A Província do Pará*, 16 jun. 1991. p.9, Caderno 2.

_____. *Pará, capital: Belém: memórias e pessoas e coisas e loisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000.

_____. *Querido Ivan*. [Belém]: Jornal Pessoal, 1998. 118 p.

_____. (Org.). *Pará, capital Belém: memórias e pessoas e coisas e loisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000.

_____. O Pará não morreu. Viva o Acará!. *A Província do Pará*, Belém, 24 set. 1990, Caderno 2, p. 8-9. Entrevista concedida a Elias Ribeiro Pinto.

_____. A poesia moderna: uma pilhéria de carnaval. *Folha do Norte*, 1 jan. 1944.

_____. O rei está nu. *Folha de São Paulo*, 8 jun. 1992. Caderno opinião. Seção Tendências/Debates.

_____. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.

MAUÉS, Júlia. *A modernidade literária no Estado do Pará: os suplementos literários da Folha do Norte*. Belém: Unama, 2002.

MEDEIROS, Luciana. Livros raros e muitas lembranças. *Diário do Pará*. Belém, 27 maio 2001. p. 1.

MONTEIRO, Benedicto. *História do Pará*. Belém: Editora Amazônia, 2006.

MORAES, Marco Antônio de. Epistolografia e crítica genética. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 59, n. 1, jan./mar. 2007, p.30-32.

[NOTA]. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 jan.1993. Caderno Mais, p. 8.

NUNES, Benedito (Org.) *O amigo Chico: fazedor de poetas*. Belém: SECULT, 2001, 286 p.

_____. *Max Martins, mestre-aprendiz*, 1991. Disponível em: http://www.culturapara.art.br/maxmartins/opiniao_01.htm. Acesso em: 15 de mar. 2010.

NUNES, Benedito. A morte do escritor Haroldo Maranhão: depoimento. *O Liberal*, Belém, 30 jul 2004. Caderno Cartaz, p. 5.

_____. Vida de autor paraense do século 19 vira ficção. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. 1990. p. 3.

NUNES, Benedito; FAUSTINO, Mário; MARANHÃO, Haroldo. [Apresentação]. *Revista Encontro*. Belém, n. 1, abr./maio./jun. 1948.

PARAENSES ganham biblioteca de Haroldo Maranhão. *Diário do Pará*. Belém, 23 maio 2001. p. 2, Caderno D.

PINTO, Elias Ribeiro. E agora José Ildone?. *A Província do Pará*, Belém, 30. jun. 1991.

_____. Sala Haroldo Maranhão. *Diário do Pará*, Belém, 22 ago. 2007, Caderno Cidades, p. A-8.

_____. O fim do jornal. *Jornal Pessoal*. Seção Fotografia - Memória do Cotidiano. 1 quinzena fev. 2009. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=640>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

PINTO, Lúcio Flávio. A livraria do Haroldo. *Jornal Pessoal*. Seção Memória do Cotidiano. Belém, 2 quinzena ago. 2008. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?s=292>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

_____. A nossa Itabira. *Jornal Pessoal*, n. 260, 1 quinzena, maio 2001. [Arquivo pessoal]

_____. Prefácio. In: MARANHÃO, Haroldo. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998. p. 7-12.

_____. Quixote. *Jornal Pessoal*, Seção Memória do Cotidiano, 1 quinzena abr. 2008. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?s=216>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

REGO, Clóvis Silva de Moraes. *Subsídios para a história do Colégio Estadual Paes de Carvalho*. Belém: EDUFPA/L&A Editora, 2002.

ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

_____. *Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político*. Belém: Secult, 1999.

SALA Haroldo Maranhão guarda acervo do escritor. *Amazônia Jornal*. Belém, 29 dez. 2002. p. 14, Caderno Variedades.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOEIRO, José Ildone Favacho. Insanidade às claras. *A Província do Pará*, 23/24 jun. 1991.

TANNO, Janete Leiko. Os acervos pessoais: memória e identidade na produção e guarda dos registros de si. *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, p. 110-120, 15 abr. 2007.

TEIXEIRA, Rogério de Campos. Anúncio eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <Medina_juliana@yahoo.com.br> em 12 fev. 2010.

TEZZA, Cristóvão. *Literatura e biografia*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 11., Conferência: tessituras, interações, convergências. São Paulo: USP, 16 de jul. 2008.

TIN, Emerson. *Em busca do Lobato das cartas: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários*. Campinas, SP: [s.n.], 2007. 548 f. Tese (doutorado) -

Programa de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

VERDADE. Folha do Norte, Belém, Caderno 1, 19 jan. 1973.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: de alguns elementos reflexão. *Patrimônio e Memória*, v. 3, n. 1, p. 11-21, 15 abr. 2007.

VIEIRA, Marcelo. *Cagarraios e Cavalões*: jornalismo, poder e metaficção historiográfica em Rio de raivas, de Haroldo Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 32., Curitiba, set. 2009. 9 p.

A VOLTA da Haroldo Maranhão. *O Liberal on line*, 26 maio, 2001. Caderno Cartaz. Disponível em: < <http://201.59.48.71/oliberal/arquivo/noticia/cartaz/n26052001index.htm>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

Notas dos Documentos originais

- Cartas de Haroldo Maranhão enviadas e recebidas por ele a diversos correspondentes e documentos depositados na Sala Haroldo Maranhão da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém-PA.
- Correspondência e documentação oficial depositadas nos arquivos da Gerência da Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém-PA.
- Documentação oficial depositada nos arquivos do Conselho Estadual de Cultura.

BIBLIOGRAFIA DE HAROLDO MARANHÃO

- MARANHÃO, Haroldo. *Os anões*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *A árvore é uma vaca*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.
- _____. *Cabelos no coração*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- _____. *Chapéu de três bicos*. Rio de Janeiro: Estrela, 1975.
- _____. *O começo da Cuca*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1985.
- _____. *Dicionarinho maluco*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *Dicionário de futebol*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *A estranha xícara*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *Feias, quase cabeludas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.
- _____. *Flauta de bambu*. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1982.
- _____. *Jogos infantis*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.
- _____. *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- _____. *Memorial do fim: a morte de Machado de Assis*. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- _____. *Miguel Miguel*. 2. ed. Belém: CEJUP, 1997.
- _____. *Miguel Miguel*. Belém: CEJUP, 1992.
- _____. *A morte de Haroldo Maranhão*. São Paulo: GPM, 1981.
- _____. *O nariz curvo*. Belém: Secult; IOE, 2001.
- _____. *Pará, capital: Belém: memórias e pessoas e coisas e loisas da cidade*. Belém: FUMBEL: Supercores, 2000.
- _____. *As peles frias*. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1983.

- _____. *A porta mágica*. Coimbra: Vértice, 1983.
- _____. *A porta mágica*. São Paulo: Scipione, 1987.
- _____. *Quem roubou o bisão?* São Paulo: Quinteto Editorial, 1986.
- _____. *Querido Ivan*. Belém: Jornal Pessoal, 1998.
- _____. *Rio de raivas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.
- _____. *Senhoras e senhores*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- _____. *O tetraneto del-rei: o Torto, suas idas e venidas*. Lisboa: Livros do Brasil, 1988.
- _____. *O tetraneto del-rei: o Torto, suas idas e venidas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- _____. *Vôo de galinha*. Belém: Grafisa, 1978.